

revista

movimento

crítica, teoria e ação

ano 5, nº17, abr./jun. 2020.

*Crise global: pandemia da COVID-19,
protestos nos EUA e a situação brasileira*



revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 5, n.17, abr./jun. 2020.



Editora
Movimento

<i>Editores</i>	Etevaldo Teixeira Roberto Robaina
<i>Diretor Responsável</i>	Thiago Aguiar Movimento Esquerda Socialista
<i>Projeto gráfico Capa e diagramação</i>	Adria Meira Vittorio Audi Poletto
<i>Transcrições, traduções e revisão</i>	Bruno Magalhães Charles Rosa Clara Baeder Isabel Fuchs Pedro Micussi Thiago Aguiar
<i>Periodicidade</i>	Trimestral 17ª edição. Ano 2020.

Autores que contribuem nesta edição: Alessandro Sorriso, Bruno Magalhães, CLR James, Frederico Henriques, Giovanna Marcelino, Giulia Tadini, Immanuel Wallerstein, Keon Liberato, Luana Alves, Michael Roberts, Michel Husson, Nathalie Drumond, Pedro Fuentes, Roberto Robaina e Tiago Madeira.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 5, v.1, n.17 (abr.2020 -jun.2020) .
Porto Alegre : Movimento, 2020.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo — Brasil. 2. Marxismo — Mundo.
3. Socialismo. 4. Política — Brasil. 5. Política —
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2020

Índice

Apresentação	5
<i>Thiago Aguiar</i>	
Crise global: pandemia da Covid-19, protestos nos EUA e a situação brasileira	
Trump, o pensamento nazista e a necessidade de combatê-lo: o que isso tem a ver conosco?	8
<i>Roberto Robaina</i>	
Tecnologias digitais e luta de classes	17
<i>Tiago Madeira</i>	
Luta antirracista brasileira e estadunidense: nossas tarefas no combate internacionalista ao racismo e ao neoliberalismo	42
<i>Luana Alves</i>	
Uma política radical para os periféricos	56
<i>Frederico Henriques e Giovanna Marcelino</i>	
Pandemia, crise e a urgência do feminismo	103
<i>Giovanna Marcelino e Nathalie Drumond</i>	
Entrevistas	
“Não vejo nenhum caminho viável para a luta de classes e para o projeto socialista sem uma luta antirracista” – Entrevista com Keon Liberato, dirigente nacional do Democratic Socialists of America (DSA)	115
<i>Bruno Magalhães</i>	
“Mostramos a importância de lutarmos juntos contra essas empresas que estão acabando com nossos direitos trabalhistas” – Entrevista com Alessandro Sorriso, presidente da AMAE-DF	128
<i>Giulia Tadini</i>	

Depoimento

Um novo entusiasmo: as décadas de 1960 e 1970	134
<i>Pedro Fuentes</i>	

Teoria

Crises estruturais	147
<i>Immanuel Wallerstein</i>	

Recuperação ou queda	161
<i>Michel Husson</i>	

Capitulação entre adultos	183
<i>Michael Roberts</i>	

Barbárie britânica na Jamaica – apoio à luta dos trabalhadores negros	191
<i>CLR James</i>	

Trotskismo	195
<i>CLR James</i>	

Documento

Capitalismo e pandemia em tempos de guerra: construir uma alternativa dos que lutam	205
<i>Executiva Nacional do MES</i>	

Notas breves sobre a conjuntura	242
<i>Secretariado Nacional do MES</i>	

Apresentação

Thiago Aguiar ¹

Publicamos a décima sétima edição da *Revista Movimento* ainda sob o impacto da pandemia da Covid-19. Em todo o mundo, as contradições acumulam-se. Este volume está dedicado à análise de várias dimensões desta verdadeira crise global e de seus desdobramentos. Com destaque, tratamos da mobilização antirracista nos Estados Unidos e no mundo, iniciada após o assassinato de George Floyd, e da situação brasileira, discutindo a crise do governo Bolsonaro e as recentes manifestações dos trabalhadores por aplicativos.

Reunimos, nas páginas a seguir, um conjunto de artigos, entrevistas e documentos que buscam encontrar um caminho de análise e de intervenção para os socialistas. Inaugurando a edição, Roberto Robaina trata da necessidade de enfrentar a extrema-direita e o pensamento nazista, partindo de uma análise do governo Trump e dos protestos estadunidenses. Na sequência, Tiago Madeira assina um instigante artigo a respeito dos desdobramentos da crise global por meio da análise da digitalização da economia, da vida social e de suas consequências políticas. Luana Alves, por sua vez, propõe uma reflexão a respeito das lutas antirracistas nos Estados Unidos e no Brasil, a propósito das manifestações recentes em todo o mundo.

Ainda na primeira seção do volume, Frederico Henriques e Giovanna Marcelino assinam artigo de fôlego sobre a situação brasileira e as tarefas da esquerda socialista em nosso país, dedicando atenção à organização dos subalternos e ao papel do PSOL. Nathalie Drumond e Giovanna Marcelino, além disso, analisam os efeitos da pandemia da Covid-19 e a crise em curso com um olhar feminista.

¹ Doutor em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

Na seção de entrevistas, publicamos dois materiais fundamentais para compreender as lutas em curso: Bruno Magalhães entrevistou Keon Liberato, dirigente do *Democratic Socialists of America*, a respeito da mobilização antirracista nos EUA, e Giulia Tadini entrevistou Alessandro Sorriso, um dos dirigentes, no Distrito Federal, do “Breque dos Apps”, a recente e importante paralisação dos trabalhadores por aplicativos.

Dando sequência à série de depoimentos de Pedro Fuentes sobre sua rica trajetória de militância revolucionária, publicamos artigo em que nosso camarada relembra o “entusiasmo” das décadas de 1960 e 1970, quando uma importante geração de militantes formou-se em processos de luta pré-revolucionários e revolucionários que chacoalharam o mundo.

Na seção de teoria, relembremos Immanuel Wallerstein, publicando um artigo de 2010 em que o sociólogo analisa as crises estruturais do capitalismo. Na sequência, aparece traduzido artigo de Michel Husson que analisa as tendências das crises sanitária e econômica atuais. Também publicamos resenha do economista marxista Michael Roberts de livro recente de Éric Toussaint, no qual o dirigente da IV Internacional critica obra de Yanis Varoufakis, ex-ministro da Economia grego, sobre as negociações entre governo grego e a Troika em 2015.

Temos a alegria de encerrar a seção de teoria oferecendo a nossa militância dois artigos de CLR James, historiador negro e dirigente trotskista na Grã-Bretanha durante os anos 1930. Nascido em Trinidad e Tobago, seus escritos (principalmente o livro *Jacobinos Negros*, de 1938, sobre a Revolução Haitiana) influenciaram os movimentos independentistas caribenhos e africanos do pós-guerra.

Por fim, esta edição conclui-se com a publicação de dois documentos recentes do Movimento Esquerda Socialista que tratam, no calor dos acontecimentos, dos desdobramentos da crise em nosso país e no mundo.

Boa leitura!

**Crise global:
pandemia da
Covid-19, protestos
nos EUA e a situação
brasileira**

Trump, o pensamento nazista e a necessidade de combatê-lo: o que isso tem a ver conosco?

Roberto Robaina¹

Quando Trump ordenou a repressão aos manifestantes que protestavam diante das grades da Casa Branca, para que pudesse atravessar a rua e ser fotografado posando com a Bíblia em punho, em frente à Igreja Saint John's, estava apresentando simbolicamente a essência de seu programa para enfrentar a crise em geral e, em particular, a rebelião negra e juvenil que explodira dias antes nos EUA.

Este junho de 2020 entra para a história como a maior onda de protestos dos últimos 50 anos nos EUA. Seus efeitos ainda estão apenas começando. Trump não escondeu que seu governo tratou as manifestações como se fossem uma guerra interna. Por isso, em seus pronunciamentos, ameaçou convocar as forças armadas. Antes disso, e enquanto isso, neste caso pela ordem de governadores e prefeitos, as forças policiais internas tentavam abafar o movimento com toques de recolher, gás lacrimogênio, empurrões, socos e balas de borracha. O movimento não desistiu, não saiu das ruas, e mesmo o toque de recolher foi desacatado e derrotado.

Essa demonstração de coragem dos manifestantes de enfrentarem a polícia consagrou uma vitória estratégica. A repressão foi vencida. Em seguida, os líderes da oposição burguesa vieram a público apoiar abertamente os manifestantes, cujo maior símbolo foi a declaração de Obama. É claro que a vitória foi de uma batalha. Afinal, a guerra mais ou menos aberta, mais ou menos consciente, está longe de ter começado sua fase mais decisiva.

¹ Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES), editor da *Revista Movimento* e vereador de Porto Alegre (RS).

Nesse sentido, é preciso reconhecer uma racionalidade na compreensão de Trump: efetivamente trata-se de uma guerra e ele já a declarou. Sua política comanda uma parte da classe dominante dos EUA, além de ter apoio de um setor de massas (também comanda alguns dos seus subordinados pelo mundo, como o presidente Bolsonaro). Aqui há duas observações que devem ser feitas de imediato sobre os EUA a respeito da relação de forças.

A primeira é que o setor de massas que apoia Trump é minoritário, ainda que forte, e sua dinâmica não é de crescimento, embora tenda a ser mais agressivo enquanto perde base social. A segunda é que a burguesia norte-americana não tem uma posição unânime de adesão ao programa de Trump. Longe disso: a classe dominante está dividida. Uma parte importante foi contrária, por exemplo, aos seus discursos durante a rebelião. E claramente a maioria dela, incluindo setores importantes da cúpula das forças armadas (com efetivo de 24% na base formada por negros) se opôs ao presidente depois que os manifestantes provaram que não estavam para brincadeira. Saber como irá se desenvolver a evolução dessa divisão é uma das incógnitas dos próximos anos.

Para nos guiarmos na complexidade da situação mundial, sustento que devemos ter em conta que, nas lutas sociais de nossos dias, há o desenvolvimento de contradições que vão além das contradições de classe. Existe a contradição principal entre o capitalismo e suas forças de negação. Sabemos que essas forças negativas não se desdobram nem automática nem espontaneamente numa afirmação. A ideia comunista, a afirmação positiva alternativa ao capitalismo mais expressiva ao longo da história, continua fraca, depois de um período potente na primeira metade do século XX.

De toda forma, a contradição principal da época histórica é o capitalismo versus comunismo. Outra contradição principal, que se soma à anterior, identifica-se na contradição entre o que Alain

Badiou chamou de tradição versus modernidade. Há, nesta segunda contradição, uma espécie de atualização, em tempos históricos diferentes, de uma tensão que também ocorreu durante a ascensão do fascismo e sobretudo do nazismo. Uma atualização de tensões não quer dizer repetição. Temos assim, duas contradições principais, não apenas uma. A partir delas, podemos traçar algum nível de compreensão das subjetividades da situação mundial presente. Para tanto, é imprescindível seguir pensando as coordenadas que marcaram o século XX.

Duas forças subjetivas poderosas marcaram o cenário europeu nos anos 20 e 30 do século passado. Ambas prometiam um futuro melhor. O comunismo pregava um homem novo, que não havia ainda surgido, marcado pela liberdade e pela igualdade, surgido da destruição das instituições capitalistas e sua superação por uma nova institucionalidade construída de baixo para cima. O nazismo também prometia um homem novo. Surgiu como reação ao crescimento do comunismo. Como explica Alain Badiou, com seus campos de concentração, suas câmaras de gás, dizia que defendia um homem novo, a restituição do homem velho que foi obliterado e corrompido, cuja purificação exigia um retorno a uma origem desaparecida, pela via da destruição das instituições da democracia burguesa capitalista. Neste caso, como explica Badiou, baseado na defesa de um passado de glórias, um homem inspirado na raça, no sangue, na nação, na terra, tendo como predicado o nórdico guerreiro e ariano. Também o nazismo foi um pensamento político, com seu projeto de guerra imperial, nacional, racial, fundadora de um Reich de mil anos, cujas consequências práticas não foram enfrentadas pelos países capitalistas. O nazismo, porém, tinha um projeto de domínio mundial e de destruição da União Soviética.

O projeto nazista apoiado pela burguesia alemã e que despertou simpatias nas burguesias de outros países capitalistas, entre os quais os EUA, conduziu o mundo a uma guerra aberta, total,

sem tréguas, cujo objetivo de exterminar judeus, negros, comunistas e liberdades democráticas era evidente. Tal guerra fez se alinharem contra as forças do nazismo e do fascismo as forças da então URSS e dos estados capitalistas com regimes democráticos burgueses, tendo o movimento operário e popular participado ativamente da resistência contra as forças nazistas, em alguns momentos sendo a principal força dessa resistência, notadamente em países como a França, a Itália e a Grécia, para citar os mais importantes. A derrota nazista foi completa na segunda grande guerra ao ter de enfrentar conjuntamente as forças soviéticas e norte-americanas, além da resistência. Depois dessa derrota, o estado soviético se fortaleceu.

Num pacto que envolveu a então URSS e os países capitalistas centrais, as democracias burguesas foram reconstruídas e tornaram-se os regimes políticos dominantes na Europa capitalista enquanto a URSS tutelava os estados do leste. A Alemanha foi dividida e seu lado ocidental assumiu novamente o papel de carro chefe do capitalismo europeu até que finalmente a unificação fosse realizada de acordo com as leis do modo de produção capitalista, no que entrou para a história como o colapso soviético.

Para analisar as subjetividades desse período posterior à queda do muro de Berlim, é preciso reconhecer que o movimento comunista sofreu duras derrotas ao ter seu nome vinculado com o advento do stalinismo. O movimento de massas sofreu uma desorientação programática até hoje não superada. A crise do stalinismo dos anos 80 do século passado e a crise da social democracia e das democracias burguesas iniciadas desde então, mas aceleradas no século XXI, mais ainda depois da crise de 2008, provocou um quadro de desorientação geral no mundo. Talvez seja esta marca central da subjetividade do presente e, neste cenário, enfrentamos hoje as novas contradições e tensões que atualizam problemas que aparentemente haviam ficado no pas-

sado. Aparentemente, porque o nazismo não foi apenas um momento irracional do desenvolvimento do capitalismo. Ele é um pensamento que se fortalece à medida que o modo de produção se reproduz em decadência.

Queremos marcar inicialmente que a análise da situação mundial contemporânea, desde os anos 80 do século passado para cá, deve levar em conta que os efeitos da subjetividade não podem ser enquadrados numa contradição única. Não estamos mais diante de um cenário mundial cuja contradição entre capitalismo e comunismo, entre burguesia e proletariado, é a fundamental a exclusiva. Há outro eixo, outra grande contradição, a partir da qual se desenvolvem subjetividades e escolhas são feitas. Trata-se da contradição entre modernidade e tradição. Esse é um dos principais aportes de Alain Badiou ao pensamento político contemporâneo. Trabalho no assunto em meu livro sobre o filósofo marroquino/francês. O argumento que segue é extraído de meu próprio livro.

Uma das marcas da tradição é a vontade de preservar, de repetir a identidade. A defesa de valores, da nacionalidade, o estrangeiro como ameaça. Além do patriotismo, a eventual defesa de uma raça ou de uma religião. Não é preciso ser grande estudioso para reconhecer aí características do nazi-fascismo. Assim, as subjetividades contemporâneas combinam essas quatro determinações – capitalismo, comunismo, modernidade e tradição – não apenas duas. E não há uma hierarquia entre elas. Há elementos crescentes da subjetivação da tradição no capitalismo. Na Europa, a xenofobia é uma resultante dessa subjetividade, mais concretamente a perseguição aos estrangeiros e a islamofobia. No Oriente Médio, os movimentos fascistas (ou pós-fascistas) do ISIS são igualmente presos desta subjetividade.

Trump quer se apoiar numa subjetividade que se apoia no capitalismo e no obscurantismo. Com um discurso da defesa da América para os americanos, quer se apoiar na xenofobia, no ra-

cismo e na religião, no predomínio do homem branco e rico, se impondo sobre os demais, especialmente contra negros, latinos e imigrantes em geral. E sua política não é uma novidade. Nos anos 80, Nahuel Moreno já apontava que Reagan, o presidente republicano mais semelhante a Trump, era crente de uma filosofia com roupagem bíblica disposto a acelerar a luta contra o mal diante do que afirmavam ser o período do armagedon. Na época, o mal supremo eram a então URSS e o movimento socialista de modo geral. Foi o momento da guerra das galáxias onde de fato começou a se preparar uma política de terceira guerra mundial contra a URSS. O fundamentalismo religioso era a base de massas dessa política. Trump, agora sem a URSS, atualiza esse fundamentalismo e o dirige contra imigrantes e na afirmação da América branca, masculina e racista. Também o dirige contra a China. Este foi o sentido simbólico da foto com a bíblia na mão em frente à Igreja Saint John's.

A dificuldade de unir a classe dominante norte-americana ao redor destes pensamentos são inúmeras. Não tanto em relação à China, onde existe uma unidade maior em fazer a disputa, embora tampouco a política seja aí uníssona. Mas a unidade de uma política de choque aberto contra imigrantes, por exemplo, está longe de existir, e menos ainda há acordo quanto ao obscurantismo diante do movimento de mulheres, do movimento LGBTQI e tampouco para enfrentar a força poderosa de contestação antissistêmica que inevitavelmente carrega o movimento negro. Neste ponto, Trump pode estar até perdendo espaço. São forças sociais muito poderosas que o enfrentam. E os capitalistas sabem fazer conta. O peso dos imigrantes no interior dos países centrais também é muito visível. Isso vale também para a Europa. A seleção francesa de futebol composta pela terceira geração dos imigrantes vindos da África e comemorada pela população negra francesa que toma conta dos subúrbios e os metrô de Paris são apenas uma pequena amostragem desta brutal mudança demográfica.

Há também uma questão subjetiva que marca amplos setores das classes médias e mesmo parcelas importantes da classe dominante. A subjetividade da modernidade igualmente acompanha o capitalismo. Então, a contradição entre modernidade e tradição não ocorre entre modos de produção opostos. Ocorre atualmente no interior do mesmo modo de produção capitalista. E a subjetividade moderna, aliás, tem sua origem no capitalismo e tem mais força com seu desenvolvimento: a liberdade do comércio, o turismo, o regime democrático burguês, a criação artística, científica e técnica. Essa subjetividade moderna em muitos casos acaba associada ao capitalismo à medida que o capitalismo tem sido apresentado como o único modo de produção natural e a perspectiva comunista aparece como encerrada para amplas parcelas sociais.

A lembrança da experiência nazista igualmente serve para que o enfrentamento contra a extrema direita xenófoba e racista seja feito também por partidos burgueses do próprio sistema. É o caso de alguns países europeus e se revela no choque de parcelas importantes do Partido Democrata contra Trump, não apenas as representadas pelo independente Bernie Sanders. Afinal, o nazismo tentou ir além da mera reprodução do sistema capitalista. Foi uma experimentação de um modo de produção que se assentava não apenas no trabalho assalariado mas no trabalho escravo dos judeus, dos comunistas e dos países conquistados. Creio que a análise de Nahuel Moreno era correta sobre este ponto. Nada disso quer dizer confiar e muito menos chamar a confiar nas classes médias e em parcelas democráticas da classe dominante. Sem uma luta decisiva do povo trabalhador, dos setores explorados e oprimidos, do movimento negro, juvenil, das mulheres e imigrantes, a extrema direita sairá vitoriosa ou nos arrastará inexoravelmente para uma permanente desagregação social e destruição das condições ambientais da vida. Mas não confiar não quer dizer não reconhecer divisões no andar de cima, nos

setores médios e saber aproveitá-las. E nesta luta é preciso saber que o pensamento da extrema direita estará sempre presente como tendência para buscar a hegemonia entre os capitalistas porque uma das essências do capitalismo é produzir fenômenos irracionais e contrarrevolucionários. A extrema direita sempre surge e vem à tona quando o movimento revolucionário cresce. Além disso, e esta atualmente a principal explicação de sua força, segue ocupando espaços deixados pela crise do sistema e as frustrações geradas pela democracia burguesa, pela social democracia e pelo stalinismo. E, lógico, pela fraqueza do marxismo revolucionário como organização que não tem aproveitado a crise capitalista para crescer.

Uma ideia alternativa antissistêmica deveria combinar a bandeira da igualdade, base do comunismo, com a modernidade, cuja identidade é ainda com o capitalismo democrático burguês devido ao peso da experiência dos estados ditos socialistas, cuja tradição e a repressão foram a marca, não a modernidade. Com exceção da riqueza da explosão cultural, artística, comportamental dos anos 20 na ex-URSS – e vivida também nos momentos de revoltas e revoluções nos países do leste, em particular na Hungria em 1956 e na República Tcheca em 1968 – estas experiências defenderam a conservação do partido, do Estado, dos símbolos, da disciplina, da ausência de liberdade não apenas na política mas também na arte. A experiência de modernidade combinada com modo de produção não capitalista foi curta e suas marcas não são mais visíveis pelos trabalhadores e povos do mundo. O stalinismo produziu a frustração das esperanças de um regime igualitário e com liberdade. Produziu tais frustrações desde o seu início, no final dos anos 20 do século passado, mas o aparelho stalinista se manteve enquanto força de estado até os anos 80 do século XX. Por isso, também sua derrota foi positiva para um projeto de refundação da ideia comunista.

Um movimento comunista renovado não pode ganhar força

se não se postular também como defensor de uma nova modernidade, que combine igualdade e liberdade. Ao mesmo tempo, não há como desenvolver uma estratégia pela emancipação que não coloque na agenda política de modo permanente a mais ampla unidade para derrotar as forças de extrema direita. Esta necessidade deve ser levada em conta na política cotidiana e na valorização de táticas de unidade com forças democráticas, inclusive forças burguesas, reformistas e ou burocráticas. Saber se movimentar ao redor das duas contradições fundamentais de nosso tempo é um desafio que deve conduzir os nossos esforços; nossa elaboração e nossa ação. É evidente que toda esta orientação é atual para o Brasil de hoje.

Tecnologias digitais e luta de classes

Tiago Madeira¹

O isolamento social promovido em vários países para conter o coronavírus paralisou grande parte da economia. O mundo é levado a uma forte recessão numa crise comparável à de 1929. A pandemia não cria uma dinâmica totalmente nova, mas aprofunda tendências que já se observavam.

Em particular, as políticas de isolamento têm feito o uso de Internet crescer em todo o planeta. Ferramentas como Zoom, Google Meet e Microsoft Teams lidam com aumento massivo de número de usuários e tendências como teletrabalho, entregas e ensino a distância incrementam a digitalização das nossas vidas.

A defesa da óbvia necessidade de isolamento para conter o contágio do vírus e do uso de tecnologias digitais para nos manter conectados não deve inibir a necessária crítica à dinâmica do desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo. Pelo contrário, enxergar o caráter de classe e de ampliação de desigualdades das transformações tecnológicas no momento em que elas se acentuam é importante para tentarmos entender o que está acontecendo e nos preparar para o que está por vir. De outra parte, é claro que a crítica não deve ser feita em abstrato, sem se buscar compreender as transformações em toda sua potência. Isso é importante para que não se negue a realidade concreta.

Neste texto quero apresentar uma contribuição sobre as tecnologias digitais e nossos desafios frente a elas. Longe de expor soluções, busco aqui compilar ideias que me parecem importantes, refletir e fomentar mais discussões sobre o tema.

Em meio à pandemia, o valor das ações de gigantes da tecnologia como Amazon, Apple e Facebook na Nasdaq desponta e já atingiu seu recorde histórico. Observamos o crescimento da

¹ Cientista da computação e mestrando em inteligência artificial probabilística (USP).

Internet e da computação em nuvem, da inteligência artificial e do 5G. Jeff Bezos, CEO da Amazon e homem mais rico do mundo, tem hoje uma fortuna estimada em 170 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, se agrava a deterioração da vida da maioria da população. A ideologia dominante insiste que entregadores de aplicativos, que seguem trabalhando durante a pandemia sob precárias condições, são empreendedores. Como tuitou Galo, liderança dos Entregadores Antifascistas, “a tecnologia é do século XXI, mas os direitos são do século XVIII”.

Na esteira da crise econômica e política agravada pela COVID-19, movimentos de extrema-direita usam notícias falsas e teorias da conspiração para oferecer ilusões para parte do povo. As redes sociais são terreno fértil para a pós-verdade na medida em que reconfiguram a esfera pública e erguem um espaço regido pelo *marketing* no qual encontramos apenas a nós mesmos e a nossos semelhantes. As ideias para regular esse espaço são ainda incipientes e muito influenciadas pelos interesses dos capitalistas. Algumas delas fortalecem ainda mais, contraditoriamente, hipóteses autoritárias.

Por outro lado, nunca estivemos tão conectados. A Internet permite velocidade e coordenação de ações sem precedentes, como visto em processos como a primavera árabe e as ocupações de praças de Tahrir a Puerta del Sol, de Wall Street a Taksim, da Esquina Democrática ao Largo da Batata. Nos dias em que este texto era escrito, a gravação do assassinato de George Floyd em Minneapolis rapidamente se espalhou e incendiou um país de dimensões continentais como os Estados Unidos. O grito *Black Lives Matter* ecoa e inspira protestos antirracistas em toda parte, inclusive no Brasil. O chamado do Manifesto Comunista, “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”, encontra meios para se concretizar.

Tecnologia, capital e crise

O progresso tecnológico é um dos pilares do capitalismo. Ele transforma a estrutura da sociedade, suas relações de produção, troca e propriedade. O fundamento para se compreender o desenvolvimento da tecnologia do ponto de vista marxista é o conceito de mais-valor relativo. Simplificando, os capitalistas buscam constantemente aperfeiçoar suas tecnologias a fim de reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir mercadorias e, assim, obter mais capital e não ficar para trás com relação aos seus concorrentes. O dinamismo tecnológico não se explica pelo gênio inerente dos empresários, mas por essa busca. David Harvey, em suas aulas sobre *O Capital*, sintetiza a ideia:

Há um tremendo incentivo para que os capitalistas individuais adotem inovações tecnológicas. Saio na frente, tenho um sistema de produção superior, mais eficiente do que o seu, e durante três anos ganho mais-valor efêmero; então você me alcança, ou até me ultrapassa, e consegue mais-valor efêmero durante três anos, e assim sucessivamente. Os capitalistas estão todos à caça de mais-valor efêmero por meio de novas tecnologias. Decorre daí o dinamismo tecnológico do capitalismo.²

É importante levar em conta que o desenvolvimento de tecnologia, na sociedade capitalista, tem um claro caráter de classe. Paul Heideman aponta, a partir da análise de Harry Braverman sobre o taylorismo, como a tecnologia auxilia os capitalistas na imposição de uma disciplina maior aos trabalhadores. Quanto mais a concepção do trabalho é separada da execução, menos domínio os trabalhadores têm sobre seu próprio tempo. Assim, comenta, o taylorismo “não é uma técnica neutra para melhorar a eficiência, mas um esquema para controlar o trabalho em sua luta com o capital”³.

Para que isso não seja apenas um exercício teórico ou históri-

² David Harvey, *Para entender O Capital*, p. 168 (Boitempo, 2013).

³ Paul Heideman, *Technology and socialist strategy*. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2015/04/braverman-gramsci-marx-technology>

co, devemos observar a nossa realidade. A máquina mais universal do nosso tempo é o celular, que é provavelmente o aparelho pelo qual este texto está sendo lido. Como argumenta Nicole Aschoff, “smartphones estendem o local de trabalho em espaço e tempo”⁴. Além disso, os celulares criaram novos tipos de trabalho e novas formas de acessar produtos e serviços. Como não lembrar da cena inicial do filme *Parasita* (2019), na qual Ki-Woo e Ki-Jung percorrem a casa, com um celular, procurando um local onde consigam o sinal de Wi-Fi para obterem trabalho? Como continua Nicole, “o smartphone facilita modelos de emprego contingente e auto-exploração ao conectar trabalhadores a capitalistas sem os custos fixos e o investimento emocional das relações de emprego mais tradicionais”. Assim, temos uma massa crescente de trabalhadores sendo controlados pelas suas máquinas de mão, como ilustra o último filme de Ken Loach, *Você não estava aqui* (2019)⁵.

Os efeitos da substituição de trabalhadores por máquinas no capitalismo são paradoxais para o trabalho e para o capital. Do ponto de vista do trabalho, poderia-se imaginar que menos trabalho necessário para se produzir pudesse gerar melhores condições para os trabalhadores. Em vez disso, hoje vemos capitalistas como Jack Ma defendendo uma jornada de trabalho de 72 horas por semana, Elon Musk dizendo que ninguém nunca mudou o mundo trabalhando 40 horas por semana e a imprensa romantizando o cadeirante que entrega comidas por aplicativos na Avenida Paulista. Em sua análise sobre o capital, Karl Marx afirma que a substituição de trabalhadores por máquinas cria “uma população operária redundante, obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital”. E continua:

4 Nicole Aschoff, *The smartphone society*. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2015/03/smartphone-usage-technology-aschoff>

5 Israel Dutra escreveu um artigo sobre esse filme no site da Revista Movimento. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/ken-loach-retratos-da-classe-trabalhadora-precarizada/>

Daí este notável fenômeno na história da indústria moderna, a saber, de que a máquina joga por terra todas as barreiras morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a j.⁶

Por outro lado, na medida em que a desigualdade se acentua, com os trabalhadores se tornando mais redundantes e os capitalistas produzindo e acumulando cada vez mais, começa a surgir uma contradição. Para quem os capitalistas vão vender seus produtos, se grande parte da humanidade não consome? Onde os capitalistas poderão investir lucrativamente o valor excedente que obtêm? Esses são componentes centrais da crise estrutural na qual o capitalismo se encontra. Fortalece-se uma dinâmica de estagnação e financeirização⁷.

As tecnologias digitais impulsionam uma proporção maior de maquinaria relativa à mão de obra e todo o planeta experimenta, de forma crescente, a automação digital do setor produtivo. Em um seminário online do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), William Robinson exemplifica o impacto da digitalização comparando a General Motors (GM) com o Google. Em 1979, GM empregava quase 1 milhão de trabalhadores e teve um lucro de 11 bilhões de dólares. Em 2012, o Google, com apenas 38 mil trabalhadores, teve um lucro de 14 bilhões de dólares⁸. Há um novo paradigma produzindo corporações com poucos trabalhadores e muito mais lucro. A Foxconn, maior fábrica do mundo, que emprega mais de 1 milhão de trabalhadores, está diariamente instalando robôs.

As tendências apontadas pela economia marxista são com-

6 Karl Marx, *O capital*, p. 590 (Boitempo, 2011).

7 Num artigo publicado em seu blog, o economista Michael Roberts apresenta dados sobre a economia “real” e as instituições financeiras e argumenta que “o mundo da fantasia continua”. Tradução disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/12/o-mundo-da-fantasia-continua/>

8 CLACSO TV, *Conversatorio virtual: La pandemia del capitalismo y el capitalismo pospandémico*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=utlUke2ntfw>

provadas na realidade. Com efeito, como observa a chefe de Tecnologia e Inovação Digital da cidade de Barcelona, Francesca Bria, “a introdução de tecnologias de informação e comunicação em todos os setores da economia não produziu uma era de ouro da sociedade do conhecimento nem os investimentos prometidos em tecnologias sustentáveis, novos empregos e bem-estar. Longe disso, a polarização de renda aumenta, os salários seguem caindo e a taxa de progresso tecnológico diminui”⁹.

Ao mesmo tempo que a Internet permite ao mercado financeiro mundial funcionar em tempo real e 24 horas por dia ampliando a dinâmica de financeirização, as empresas da Internet vêm se tornando bancos. O PagSeguro é o principal negócio do grupo Folha/UOL; 92% das pessoas nas maiores cidades chinesas usam Wechat Pay ou Alipay como meios de pagamento; e o Facebook começa a testar, no Brasil, o WhatsApp Pay.

Digitalização acelerada pela pandemia

Éric Toussaint, ao argumentar que o coronavírus não é responsável pela queda nos preços das ações¹⁰, distingue o elemento detonador da crise de suas causas. Aponta como a produção real parou de crescer significativamente desde antes da pandemia ao mesmo tempo que a esfera financeira se expandiu.

A digitalização, aqui entendida como processo de transformação de nossas relações de produção e trabalho pelo uso de tecnologias digitais, já despontava como uma saída para ampliar a produtividade do capital e agora se acelera. Para citar alguns exemplos de como a burguesia aposta nisso, a Comissão Econômica da ONU para a África defendeu que a pandemia representa oportunidades na área da tecnologia, o governo brasileiro decidiu acelerar a digitalização dos seus serviços, e um relatório afirmou

9 Francesca Bria, *El ingreso básico en la economía de los robots*. Disponível em: https://www.academia.edu/35187348/El_ingreso_b%C3%A1sico_en_la_econom%C3%ADa_de_los_robots

10 Éric Toussaint, *Não, o coronavirus não é responsável pela queda nos preços das ações*. Tradução disponível em: <https://www.cadtm.org/Nao-o-coronavirus-nao-e-responsavel-pela-queda-nos-precos-das-acoes>

que existe um esforço de 85% de 600 executivos entrevistados para virar a chave da transformação digital nas empresas brasileiras.

Podemos apontar três tendências que já se aprofundaram durante a pandemia.

Primeiro, o trabalho remoto ganha força. No final de maio, Mark Zuckerberg anunciou que o Facebook começaria a contratar remotamente e que seus funcionários existentes poderiam logo começar a trabalhar de casa. Ele estima que nos próximos 5 ou 10 anos metade da empresa, que hoje emprega 48 mil funcionários, esteja trabalhando remotamente permanentemente. Destaco dois pontos positivos que Mark diz ver nessa mudança, em entrevista para Casey Newton publicada por The Verge: o primeiro é poder recrutar e manter pessoas em diversas partes do mundo, o segundo é ampliar o entendimento sobre teletrabalho na prática para aperfeiçoar produtos como Workplace, realidade virtual e realidade aumentada. O primeiro ponto vai permitir que o Facebook e outras empresas que adotem esse tipo de medida possam se beneficiar de uma força de trabalho mundial e muito mais barata do que a que precisa viver no Vale do Silício, um dos lugares mais caros do planeta. O segundo mostra como o Facebook aposta no processo de digitalização e vê o trabalho remoto como forte tendência mesmo depois de controlado o surto de COVID-19, o que implica numa série de transformações nas relações de trabalho.

Segundo, cresce o ensino a distância. Ele já vinha crescendo — de 2016 a 2018 a matrícula em ensino superior a distância no Brasil aumentou 45% —, mas as políticas de isolamento social agora impuseram essa realidade para professores e estudantes de todos os níveis sem tempo para adaptação. Isso por um lado aumenta a exploração de professores, categoria já desvalorizada no nosso país e que agora está trabalhando mais tempo e precisa repensar suas aulas para o meio digital, geralmente sem forma-

ção para isso. Por outro amplia a desigualdade no acesso à educação, já que, de acordo com dados do Cetic, 30% dos domicílios no Brasil não têm acesso à Internet e há diferença significativa na comparação entre os mais ricos e os mais pobres — na classe A, 1% não têm conexão, enquanto entre famílias cuja renda é de até um salário mínimo cerca de 50% não têm.

Terceiro, há mais produtos e serviços online. O crescimento da Amazon e o enriquecimento de Jeff Bezos não começou agora — nos últimos anos, ele enriqueceu 34% por ano. Nesse período, a Amazon expandiu seus serviços para novos países, como o Brasil, e veio ganhando espaço por meio de políticas agressivas de *market place*, venda direta, programa de fidelidade e propaganda. As políticas de isolamento e a proibição do varejo não eletrônico durante a pandemia só aumentam sua vantagem competitiva, assim como, no Brasil, fortalecem empresas como a Magazine Luiza, que também já vinha apostando numa transformação digital, em detrimento de outras empresas menores. O varejo passa a ser mais centralizado em poucas empresas que mediam digitalmente compra e venda de produtos. Também são favorecidas as transnacionais que quarteirizam a prestação de serviços por meio de plataformas digitais, como iFood, 99 e Rappi.

A partir do debate sobre reprodução social, Giovanna Marcelino levanta tendências importantes da crise. Entre elas, muito vinculada à lógica de trabalho, ensino e serviços a distância, está a superexploração do trabalho doméstico, que recai principalmente sobre as mulheres: “o espaço do lar — que sempre foi objeto de debate e politização das feministas — pode tornar-se uma espécie de ‘laboratório do capital’, um ‘ensaio geral’ de uma outra organização do trabalho, tendo em vista a tendência deste de aproveitar a crise justamente para flexibilizar ainda mais as relações trabalhistas e super-explorar o espaço doméstico, tornando-o uma ‘casa-fábrica’, que funciona todos os dias da semana, sem limites de horário, com baixos custos para o capital, ‘corrigindo’

a crise do neoliberalismo com mais neoliberalismo”¹¹.

Em entrevista para o Jornal Juntos, Thiago Aguiar ressalta o objetivo dos capitalistas com as transformações em curso: “fazer com que a classe trabalhadora produza mais e receba menos, ou seja, ampliar a exploração do trabalho num contexto de dificuldade da classe capitalista para manter os níveis de acumulação e a lucratividade em patamares ótimos”. Discordando de quem especula o “fim do neoliberalismo” por conta da pandemia, defende que “a agenda da classe capitalista, em escala global, não é de liquidar o neoliberalismo e, quase como um esforço de ‘racionalidade’, reconstruir Estados de bem-estar social. Na realidade, seu objetivo é justamente o oposto: recuperar e ampliar a lucratividade por meio da mercadorização de aspectos fundamentais da vida humana, como os serviços de saúde, educação e transporte, privatizar empresas estatais e dilapidar os orçamentos públicos”¹².

O aumento da conectividade e o 5G

No contexto da digitalização, a conexão à Internet se torna cada vez mais importante e há a compreensão crescente que trata-se de um direito fundamental por permitir acesso à informação e a ferramentas de comunicação. Já em 2011 a ONU afirmou que o acesso à rede é um direito humano e pediu aos países “que mantenham o acesso à *web* em todos os momentos, inclusive durante períodos de instabilidade política”¹³.

Em 2013 estimava-se que 5 bilhões de pessoas iriam se conectar à Internet em uma década. Tomando essa perspectiva como ponto de partida e considerando que, em uma geração, parte significativa da população mundial foi de nenhum acesso à

11 Giovanna Marcelino, *Capitalismo, reprodução social e uma agenda feminista para a crise*. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/capitalismo-reproducao-social-e-uma-agenda-feminista-para-a-crise/>

12 Jornal Juntos n. 37, ano 10, maio/2020.

13 G1, *ONU afirma que acesso à internet é um direito humano*. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/06/onu-afirma-que-acesso-internet-e-um-direito-humano.html>

informação para acesso a toda informação do mundo por um dispositivo que cabe no bolso, Eric Schmidt (ex-CEO do Google) e Jared Cohen (ex-assessor do Departamento de Estado dos EUA) escreveram o livro *A nova era digital* (Intrínseca, 2013). Aclamado por Henry Kissinger, Michael Hayden (ex-diretor da CIA) e Tony Blair, apresenta sete capítulos especulando como seria o mundo dominado pelas tecnologias digitais.

Como Julian Assange escreveu na sua crítica desse livro,¹⁴ publicada uma semana antes dos vazamentos de Edward Snowden no início de junho de 2013, a visão de progresso da burguesia, simbolizada pela parceria entre o Vale do Silício e Washington, tem a ver com a tecnologia de consumo americana sendo espalhada pelo planeta. Os autores do livro se conheceram em Bagdá ocupada e o plano de escrever esse livro partiu da necessidade de “reconstruir” o Iraque a partir de uma perspectiva econômica pró-EUA.

Com efeito, as gigantes da tecnologia — com projetos como Microsoft Airband, Facebook Free Basics (ex-Internet.org), Google Loon, entre outros — disputam quem vai conectar cerca de 2 bilhões que ainda não estão na Internet e quem vai controlar a infraestrutura da rede a fim de ampliar seus mercados. Muitas vezes esses projetos, caracterizados por pesquisadores como colonialismo digital, limitam o acesso à Internet a serviços específicos das empresas que os provêm, violando a neutralidade da rede; o princípio de que o tráfego das informações não deve ser discriminado é um dos pilares de uma concepção democrática da Internet.

O investimento da Huawei em propaganda no último período é mais uma expressão dessa disputa, nesse caso combinada ao conflito geopolítico que envolve EUA e China. Um anúncio recente da empresa chinesa no Twitter mostra uma conversa entre

¹⁴ Julian Assange, *The banality of “Don’t be evil”*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/06/02/opinion/sunday/the-banality-of-googles-dont-be-evil.html>

Guo Ping, CEO da Huawei, e Nicholas Negroponte, fundador e presidente emérito do MIT Media Lab. Nicholas diz que, apesar do atual “sentimento anti-China” nos EUA, colaboração é a palavra-chave e que a Huawei deve assumir o papel que outrora teve o Bell Labs. Essa é uma aposta ousada. O Bell Labs foi o centro de pesquisa da AT&T, que foi a maior empresa de telefonia do mundo durante grande parte do século XX e chegou a empregar 1 milhão de pessoas. Lá foram desenvolvidos, entre outras coisas, o transistor, o laser, a radioastronomia, a célula fotovoltaica, a teoria da informação, o sistema operacional UNIX e as linguagens C e C++.

A comparação serve para visualizar o peso que está se dando para o 5G e tecnologias derivadas. O novo padrão de conectividade, que gasta menos energia, permite muitos dispositivos conectados ao mesmo tempo e uma taxa de latência muito menor do que a dos outros padrões usados até hoje, possibilita o desenvolvimento de sistemas em tempo real controlados remotamente e Internet das coisas — objetos inteligentes e cidades inteligentes.

Um outro vídeo da gigante chinesa apresenta uma “fazenda inteligente” que a Huawei chama de “fazenda 5G”: de acordo com a propaganda, é 200 vezes mais eficiente que uma fazenda típica; integra-se à nuvem em tempo real por meio de sensores, drones e robôs; o uso de pesticidas é reduzido em 80%; animais também estão conectados e são monitorados aumentando a produção de leite em 35%; vacas vivem quase o dobro do tempo de vacas em fazendas tradicionais. A disseminação desse tipo de tecnologia compõe a dinâmica de busca constante por mais-valor relativo por parte dos capitalistas, conforme visto no início da primeira seção deste texto.

Inteligência artificial e o mundo dos dados

Em 2017, o Google declarou uma mudança de foco: estava deixando de ser uma empresa *mobile first* (celulares primeiro)

para ser *AI first* (inteligência artificial primeiro).

Quando se fala em inteligência artificial (IA) hoje em dia em geral se está falando de um subconjunto específico de ferramentas da área: a aprendizagem de máquina. Trata-se de um paradigma diferente da computação tradicional: em vez de alimentar um computador com um programa e com dados de entrada para que ele aplique as instruções do programa sobre os dados e compute uma saída, alimenta-se o computador com exemplos de dados de entrada e saída para que ele “aprenda” um programa (e depois esse programa é usado no paradigma convencional). Um exemplo são sistemas de recomendação. Com base no seu histórico de navegação na Amazon e considerando os históricos de outros usuários, ela é capaz de recomendar o que você deveria comprar, assim como fazem YouTube, Netflix e Spotify para recomendarem vídeos e músicas para consumo, ou o Google Assistant para recomendar notícias. Da mesma forma, com base nos dados de uma foto e considerando os dados de outras fotos de seus amigos, o Facebook é capaz de determinar quais dos seus amigos estão lá — não muito diferente dos sistemas de reconhecimento facial que têm sido implementados em câmaras de todo o mundo. Também carros autônomos tomam decisões baseados em dados de sensores que precisam ser interpretados com base em dados vistos antes, usando modelos de aprendizagem de máquina. E por aí vai.

As ideias básicas da aprendizagem de máquina já têm algumas décadas — datam do surgimento dos computadores digitais, no final da segunda guerra mundial. Os principais motivos para a área estar sendo tão discutida hoje são capacidade computacional e quantidade de dados disponíveis. Isso é proporcionado pela Internet e pela computação em nuvem — o braço mais lucrativo da Amazon. Os termos da moda, *deep learning* (aprendizagem profunda) e *big data*, têm a ver diretamente com isso. Tomemos como exemplo um dos modelos mais usados na aprendizagem

de máquina atualmente, a rede neural artificial. Uma rede neural profunda nada mais é do que uma rede neural enorme, com muitas camadas e parâmetros; para aprender tais parâmetros é necessário bastante processamento e um monte de dados.

A disputa por mercados é também uma disputa por dados. As tecnologias que aparecem no ponto anterior, que tendem a crescer com o 5G, geram cada vez mais dados. Quanto mais informações se centraliza, mais é possível extrair delas — daí a missão do Google, “organizar a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil”.

A aprendizagem de máquina tem logrado grandes realizações no último período. A vitória da máquina AlphaGo da DeepMind contra o campeão mundial de Go, Lee Sedol, em 2016 foi um desses feitos. Teve importância comparável à vitória do supercomputador Deep Blue da IBM contra o campeão mundial de xadrez Garry Kasparov em 1997, mas simbolizou um salto de qualidade sobre essa realização na medida em que a forma de jogar do AlphaGo superou o paradigma tradicionalmente usado em jogos de soma zero. O algoritmo *minimax* com otimizações usado para derrotar Kasparov se assemelhava mais aos primeiros algoritmos jogadores de xadrez da década de 1950 do que ao modelo do DeepMind, que consiste numa rede neural aprendida com dados de partidas jogadas por humanos e melhorada por meio de jogos contra ela mesma — a chamada aprendizagem por reforço.

O exemplo de um jogo de tabuleiro pode parecer excêntrico, mas demonstra a complexidade de raciocínio computacional a partir de dados que está sendo empregada em diversas esferas da produção e da vida humana em geral. Modelos de aprendizagem de máquina têm diversas aplicações, por exemplo na ciência, no desenvolvimento de remédios e vacinas. Pedro Domingos, em *The master algorithm* (Basic Books, 2015), aposta que terá um papel fundamental na cura do câncer.

Por tudo isso a inteligência artificial tem motivado o que Evgeny Morozov chama de solucionismo tecnológico, isso é, a ideia de que com o algoritmo correto a tecnologia pode resolver todos os problemas da humanidade. Em seu livro *To save everything, click here* (PublicAffairs, 2014), o escritor bielorrusso demonstra o caráter profundamente ideológico e antidemocrático de um mundo controlado por algoritmos, no qual o futuro é determinado pelos acionistas das empresas do Vale do Silício e não por mecanismos populares.

Vejo no solucionismo tecnológico um pouco da ingenuidade do estudante de computação bem intencionado, fanático por algoritmos, que aprende algo como programação linear e acredita que pode resolver grandes problemas sociais resolvendo um grande problema de otimização se souber escolher as variáveis certas. A prova de que tal estudante existe é que estou falando de meu próprio passado. Tal pensamento, que dialoga com o positivismo lógico e o utilitarismo¹⁵, ignora a lógica do capitalismo.

O desenvolvimento científico e tecnológico no capitalismo depende de investimento de capital e nunca é neutro. A forma como os objetos inteligentes buscam resolver os problemas sociais é criando novos produtos e demanda por eles, e então responsabilizando as pessoas, individualmente, pelas soluções. Você deve instalar câmeras inteligentes para garantir sua segurança, comprar gadgets e apps que monitoram seu corpo para garantir que você esteja se exercitando e bebendo água, usar ferramentas de GPS para otimizar a sua mobilidade pela cidade. No lugar de repensar modelo de cidade e transporte, são criadas empresas como Uber, demanda pelos seus serviços e investe-se em carros autônomos. As cidades inteligentes são terceirizações da administração pública para as *big tech*. Ocorre ainda que os modelos baseados em dados favorecem concentração e monopólio,

15 Entre cientistas da computação, Stuart Russell e Peter Norvig tratam dos fundamentos filosóficos da IA em *Artificial intelligence: a modern approach* (Prentice Hall, 1995) e John McCarthy abordou o tema em artigos desde a década de 90.

na medida em que quanto mais informação se tem mais precisão se consegue. A venda de dados do sistema de transporte de São Paulo organizada por João Doria e a privatização de SERPRO e DataPrev organizada por Jair Bolsonaro são demonstrações de como os estados estão terceirizando sua inteligência para grupos transnacionais.

Buscam-se soluções tecnológicas de mercado para consequências da crise econômica e tais soluções agravam a crise, a desigualdade e a precarização do trabalho. Quanto mais isso se aprofunda, mais as empresas aparecem com novas soluções. Nos convencem que quanto mais elas souberem sobre nós, melhores serão os serviços. Sua liberdade para coletar e cruzar dados privados da ampla maioria da população mundial é o que Israel Dutra sintetizou como privatização do espaço privado. Como Morozov argumenta, “os grandes grupos tecnológicos operam serviços de comunicação altamente viciantes de modo a acumular dados sobre nós e afinar suas soluções de IA em todos os lugares, inclusive para responder ao vício que eles mesmos criaram”¹⁶.

A política “baseada em evidências e orientada a resultados” é na verdade um esvaziamento da política que reduz o espaço público de debate ao promover “soluções” técnicas, que são crípticas para a maior parte da população. Essas soluções otimizam quais “resultados” e com quais propósitos? Estão dispostas a enfrentar os bilionários e o sistema capitalista? Isso se relaciona com o que Julian Assange chama de imperialismo tecnocrático no seu livro sobre o Google¹⁷. Filantropocapitalistas da área de tecnologia, como Bill Gates, tentam aplicar esse modelo a temas como a educação. Nicole Aschoff, em *The new prophets of capital* (Verso, 2015), demonstra a perversidade de aplicar a lógica de mercado a estudantes e professores, assim como a falta de democracia e de prestação de contas dos programas da Gates Foundation.

16 Evgeny Morozov, *Mark Zuckerberg quer o seu bem*. Tradução disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/mark-zuckerberg-quer-o-teu-bem/>

17 Julian Assange, *Quando o Google conheceu o WikiLeaks* (Boitempo, 2015).

O problema de viés em modelos aprendidos de dados, amplamente reconhecido, é a ponta do iceberg. Muitas pessoas acreditam que sistemas que usam aprendizagem de máquina são altamente precisos e imparciais. Como aponta Karen Hao no MIT Technology Review, a lógica é que “seguranças de aeroporto podem estar cansados e policiais podem errar no julgamento dos suspeitos, mas um sistema de IA bem treinado deve ser capaz de identificar e categorizar consistentemente qualquer imagem de um rosto”. Mas, continua, “na prática, pesquisas têm mostrado repetidamente que esses sistemas lidam com alguns grupos demográficos com muito menos precisão do que outros”¹⁸. Em outras palavras, modelos inteligentes reproduzem discriminações. Eliminar o viés desses sistemas não é um problema fácil. Com efeito, foi uma vitória das manifestações antirracistas do último período a suspensão da venda de tecnologias de reconhecimento facial de Amazon, Microsoft e IBM para polícias americanas; aí se vê a importância da luta política.

O uso militar de tecnologias preditivas, que lembra o filme *Minority Report* (2002) e é cada vez mais comum, dos EUA à China, não se limita à venda de tecnologia para forças policiais. As revelações de Edward Snowden em 2013 demonstraram a existência de um sistema global de vigilância que se baseia em coletar, organizar e utilizar toda a informação que circula na Internet. Seja por meio de interceptação de tráfego, ordens judiciais secretas, acordos com as empresas, hackeamento ou táticas de espionagem, agências de segurança como a NSA (americana) e a GCHQ (britânica) operam a violação permanente de tudo que é feito na rede. Usam os dados coletados para destruir reputações e disparar drones militares contra seus inimigos. Sob o pretexto da luta contra o terrorismo, transformam o mundo digital numa distopia orwelliana. Como argumenta Julian Assange, a luta con-

18 Karen Hao, *Making face recognition less biased doesn't make it less scary*. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/2019/01/29/137676/making-face-recognition-less-biased-doesnt-make-it-less-scary/>

tra a vigilância global não é uma luta só por liberdade individual, mas pela “soberania e independência de países inteiros, solidariedade entre grupos com causas comuns e projetos de emancipação global”¹⁹.

Marketing digital, pós-verdade e eleições

Hoje há cada vez mais serviços que são “pagos” com dados, como redes sociais, aplicativos de celular e jornais digitais. Mas os modelos que têm sido construídos com esses dados são muito menos nobres do que os que aparecem nas propagandas sobre inteligência artificial. Na verdade o principal negócio das empresas que acumulam muitos dados, como Google e Facebook, é a venda de anúncios direcionados. Quando navegamos na Internet estamos o tempo todo fazendo parte de leilões pela nossa atenção e vendo propagandas como os ciclistas do episódio *Fifteen Million Merits* da série *Black Mirror* (2011). Empresas querem veicular anúncios para pessoas com determinado perfil e pagam para as big tech otimizarem seus retornos, enquanto os usuários vivem num mundo forjado pelo marketing e acreditam possuir liberdade de escolha. As grandes plataformas trabalham constantemente para aperfeiçoar seus modelos de segmentação para gerar mais conversões para seus anunciantes e manter seus usuários mais tempo nas redes sociais (para que gerem mais dados e vejam mais anúncios).

A lógica de leilão do marketing digital rege o funcionamento dessas plataformas para além dos posts patrocinados. Ela motiva títulos caça-cliques atrativos e sensacionalistas, publicações prefixadas por “URGENTE!” que pouco têm de urgência e “lacrções”: é preciso chamar atenção e gerar engajamento. É funcional à fragmentação pós-moderna e contribui para tornar as redes sociais terreno fértil para a pós-verdade. A partir da leitura

19 Julian Assange, *How cryptography is a key weapon in the fight against empire states*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jul/09/cryptography-weapon-fight-empire-states-julian-assange>

do livro *The filter bubble* (Penguin Books, 2012), de Eli Pariser, o filósofo José María Agüera Lorente argumenta que os algoritmos das redes sociais, “sem que nos demos conta, nos conduzem a nos encarcerarmos nesses mundos privados nos quais nossas crenças se retroalimentam num loop ensimesmado de informação filtrada segundo o perfil de preferências confeccionado com o rastreamento permanente de nossos interesses inferidos a partir do nosso contínuo vagar na Internet”. Mais a frente, nesse mesmo artigo que se encontra traduzido no site da *Revista Movimento*, conclui:

Como aqueles prisioneiros da caverna platônica, crentes de que a realidade se reduzia às sombras que se projetavam em sua parede, o homo internauta seria também ignorante sobre sua ignorância. Esse é, em suma, o cenário perfeito para que se instale o reino da pós-verdade, pois — como sustenta o filósofo Byung-Chul Han em *A sociedade da transparência* (das mesmas datas do texto de Pariser): ‘Transparência e verdade não são a mesma coisa. Essa última é uma negatividade enquanto se põe e impõe declarando as outras coisas como falsas. Mais informação ou uma acumulação de informação por si só não é nenhuma verdade’. [...] A suplantação da verdade pela transparência, latente no discurso da pós-verdade, é um refúgio infantil, no qual um evita a responsabilidade de dar explicações publicamente sobre o que sustenta e de assumir o que disso se deriva. É complementar da asserção pseudodemocrática segundo a qual todas as opiniões devem ser respeitadas (ou ‘cada um tem direito a pensar o que quer’) e que na prática torna estéril o imprescindível e precioso diálogo.²⁰

Como se pode imaginar, isso traz profundas implicações sociais e políticas. Por meio de blog, canal de YouTube e redes sociais, Olavo de Carvalho acumula seguidores defendendo as teses mais estapafúrdias. da pós-verdade, declarou em 2019 que “essa questão da terra plana é como qualquer outra: ninguém tem certeza de porra nenhuma”. Francisco Louçã, argumentando

20 José María Agüera Lorente, *Pós-verdade, transparência e personalização na Internet*. Tradução disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/10/pos-verdade-transparencia-internet/>

que o mundo mais globalizado e interconectado tem resultado num “individualismo extremo que deseja um chefe que comande a multidão de solitários”, sistematizou algumas das ideias do astrólogo:

Ouviu falar de Galileu? Esqueça tudo o que leu, era um charlatão protegido pelo Papa. Newton ‘espalhou o vírus de uma burrice formidável’ e os seus colegas riam-se do ‘velhinho’. Einstein foi um farsante, inventou a teoria da relatividade só para esconder que a Terra ‘não gira em torno do sol’. Darwin foi o pai do comunismo e do nazismo. Acha pouco? Pois a Pepsi usa células de fetos humanos como adoçante, pelo que ‘quem bebe Pepsi é um abortista terceirizado’. Os cigarros não prejudicam a saúde e os combustíveis fósseis não são fósseis. É aqui que a tecnologia encontra a beatitude. Se o autor se torna suficientemente polémico, é conhecido. O absurdo e o escandaloso é o caminho mais curto para a fama. Composto o público, começa a pregação: Obama era um candidato da Al Qaeda, Haddad defenderia o incesto, bater em crianças menores é pedagógico²¹.

Para completar, o sistema de anúncios operado pelo Google financia as máquinas de desinformação repassando a elas parte do valor investido pelos anunciantes. Os ativistas do movimento Sleeping Giants atuam para conscientizar os anunciantes que aparecem sem querer em sites desinformativos, com o objetivo de que eles bloqueiem esses sites e com isso os sites ganhem menos dinheiro.

Na medida em que cresce o mercado de dados, uso de dados e técnicas de marketing digital em processos eleitorais vêm se tornando cada vez mais comuns. Nos Estados Unidos, tudo começa com os *voter files* — bancos de dados de eleitores construídos a partir de informações públicas de quem se registra para votar, como quais suas preferências partidárias, enriquecidos com informações de sistemas de crédito, consumo e de organizações políticas. Tais bases são comercializadas e usadas por campa-

21 Francisco Louçã, *Os monstros que moravam no armário*. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/francisco-louca/2019-01-05-Os-monstros-que-moravam-no-armario>

nhas, pesquisadores e jornalistas. As campanhas telefonam para eleitores com roteiros diferentes baseados no que se sabe sobre eles, criam anúncios segmentados nas redes sociais e por aí vai.

Nesse ponto discordo de quem vê no escândalo da Cambridge Analytica algo excepcional. O uso de ferramentas poderosas e de manipulação para subverter a democracia é a regra no capitalismo e o uso de dados em eleições, em particular, está na moda e é incentivado pelas *big tech*, que não são vítimas, mas cúmplices do esquema. Como argumentei em 2018, “o mais importante na revelação não foi trazer fatos novos e desconhecidos, mas expô-los como o funcionamento de um sistema — com o qual nos acostumamos — permite coisas perigosas. No caso, *ajudou* a eleger Trump”²². Ênfase no “ajudou” porque há mistificação do *establishment* democrata em desconsiderar a política e atribuir a derrota de Hillary Clinton quase exclusivamente a forças ocultas — russos ou hackers.

Aqui no Brasil, o lobby das empresas de tecnologia aprovou um curioso artigo na Lei das Eleições que determina que “é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na Internet, *excetuado o impulsionamento de conteúdos*”²³. Ou seja, nas eleições brasileiras, desde 2018, as campanhas eleitorais só podem comprar anúncios digitais nas plataformas de Facebook e Google. De acordo com relatório do InternetLab, apenas o Facebook arrecadou (oficialmente) mais de 4 milhões de reais na primeira eleição em que essa legislação esteve em vigor. Em eleições com cada vez mais pessoas usando a Internet, ao mesmo tempo que há menos dias de campanha e menos tempo de TV, estratégias de marketing digital têm peso crescente. Com isso somado a uma pandemia, não é preciso ter uma bola de cristal para afirmar que terão peso determinante nas eleições americanas e brasileiras de novembro.

22 Tiago Madeira, *O escândalo da Cambridge Analytica e os dados pessoais*. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/03/cambridge-analytica-facebook-christopher-wylie/>

23 Artigo 57-C da lei n. 9.504/1997, conforme modificada pela lei n. 13.488, de 2017.

Depois do escândalo da Cambridge Analytica, Mark Zuckerberg afirmou, em entrevista exclusiva à CNN, que faria tudo que fosse necessário para garantir a integridade das eleições brasileiras de 2018. Essa entrevista por si só deveria acender um alerta: desde quando delegamos a um bilionário americano e a acionistas de uma corporação do Vale do Silício o poder de resguardar a nossa “democracia”? É esse o estado do capitalismo digital transnacional. Mas, apesar dessa declaração, não tivemos eleições “íntegras”, nem mesmo livres de polêmicas envolvendo o grupo Facebook: uma reportagem de capa da Folha, publicada entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018, mostrou como empresas financiaram, via caixa dois, o disparo de mensagens desinformativas no WhatsApp. Outra reportagem, publicada na mesma semana na BBC, investigou o funcionamento de empresas envolvidas nesses disparos ilegais.

Nesse contexto, crescem em todo planeta discussões sobre regulação das *big tech*, proteção e uso de dados, disseminação de desinformação e criptografia. Projetos em debate, como o PLS 2630/2020 (“PL das Fake News”), são aberrações feitas apressadamente, inócuas para combater o financiamento das campanhas de desinformação e prejudiciais à privacidade, à liberdade de expressão e à segurança digital.

Uma nova técnica da inteligência artificial deve ampliar a produção de desinformação e a confusão no próximo período. Uma classe de algoritmos de aprendizagem de máquina chamada *generative adversarial networks* vem sendo usada para produzir *deepfakes* — fotos, vídeos e áudios de pessoas fazendo e dizendo coisas que elas não fizeram. Além de vídeos pornográficos, alguns exemplos que viralizaram nos últimos anos são um discurso falso de Barack Obama e outro de Mark Zuckerberg.

Leilão de serviços e precarização do trabalho

Há ainda um outro tipo de exploração de dados que se tornou comum na chamada *gig economy* (economia de bicos). O principal ativo de empresas como Uber, Rappi, 99 e iFood não são suas máquinas, produtos ou serviços, mas as informações que possuem para fazer gestão algorítmica da distribuição de serviços — sua rede de trabalhadores (que chamam manipulativamente de “parceiros”) e usuários, e os dados que coletam sobre eles. Vale tudo para entrar nas cidades — *marketing*, *lobby*, multas –, vale atuar com prejuízo temporário para expandir seus mercados; tudo para construir monopólios globais de demanda.

Da mesma forma que as redes sociais fazem leilões de espaços de anúncio, essas plataformas fazem leilões de serviços, que ficam mais caros ou mais baratos a depender de como está a demanda por eles. Seus trabalhadores precisam comprar seus próprios instrumentos de trabalho e não possuem direito nenhum, nem mesmo ao salário, trabalhando sob demanda e recebendo parte do valor pago pelo que fazem.

O sociólogo Ricardo Antunes trata dessa superexploração em seu livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (Boitempo, 2018). Numa entrevista recente, ele define que “estamos vivendo uma forma que se assemelha a um tipo de escravidão digital. São empresas operando com maquinário tecno-científico-informacional muito desenvolvido e que se utilizam de relações pretéritas de trabalho, com jornadas extenuantes, ritmos alucinantes, com acidentes, mortes e tantos outros elementos nefastos”²⁴.

Esse modelo de exploração do trabalho estar tão radicado na sociedade contemporânea talvez seja a maior comprovação empírica da natureza classista da tecnologia no capitalismo, ao mesmo tempo que também demonstra a falência completa do neoliberalismo.

24 Conectas, *Entrevista: greve expõe precarização do trabalho por aplicativos*. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/greve-entregadores-precarizacao-trabalho-aplicativos>

lismo e a necessidade de superá-lo.

Organização em redes e ruas

Vimos que o desenvolvimento tecnológico tem caráter de classe e que a aceleração da digitalização na pandemia tem como objetivo ampliar a exploração do trabalho e a acumulação capitalista. O desenvolvimento de tecnologias digitais e seu crescente uso de dados não apontam para o fim do trabalho ou para o bem-estar social: dos mineiros do Congo que extraem coltan para produzir celulares até os entregadores de aplicativos, os trabalhadores são submetidos a condições precárias de trabalho e de vida.

Entretanto, como defende Tony Smith, os efeitos destrutivos da tecnologia “não são características necessárias da mudança tecnológica; são características necessárias da mudança tecnológica *no capitalismo*”²⁵. Num outro tipo de sociedade, o aumento de produtividade poderia ser usado para liberar tempo para os trabalhadores e garantir uma vida melhor. Nossa conexão em tempo real numa rede global poderia ser usada para desenvolver toda potencialidade e criatividade humana. Modelos de aprendizagem de máquina poderiam ser usados para combater a desigualdade social e proteger o meio ambiente. Poderiam surgir novas tecnologias que ainda nem imaginamos, formuladas com objetivos distintos do lucro de uma pequena parcela da humanidade.

Para conquistar tal sociedade é necessário se dedicar à boa e velha luta de classes.

Se por um lado as tecnologias digitais nos separam e individualizam, e o uso acrítico de redes sociais é viciante e despolitizante²⁶, por outro podem ajudar na nossa organização coletiva. Sobre o uso da Internet por revolucionários, gosto da provocação

25 Tony Smith, *Red innovation*. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2015/03/socialism-innovation-capitalism-smith/>

26 Um artigo de Pedro Fuentes no Portal de la Izquierda en Movimiento aborda o tema de redes sociais e despolitização. Disponível em: <https://portaldelaizquierda.com/en/2017/04/hegel-marx-lenin-hegel-facebook-wathapps-como-pensar-y-organizar-la-actividad-militante/>

feita num meme (eis aí um formato digital por excelência) que vi circulando entre jovens socialistas americanos em 2016. Havia uma foto de Vladimir Lenin no fundo e, sobre ela, estava escrito, como se estivéssemos em 1902: “Se daqui a 114 anos houver uma forma gratuita de alcançar todos os trabalhadores através de dispositivos brilhantes do tamanho de um livro de bolso, não me digam que vocês ainda estão só vendendo jornais nas portas das fábricas ou vou sair do caixão para assombrá-los”.

As novas relações de trabalho exigem novas formas de organização e nossos celulares podem vir a calhar, como mostrou a realização nacional do Breque dos Apps por entregadores interconectados via WhatsApp. Trabalhadores das *big tech* também têm se organizado e feito protestos contra políticas das suas empresas como o internacional Google Walkout em 2018 e as recentes manifestações contra a política do Facebook de não aplicar seus termos de uso contra Donald Trump.

Não há dicotomia entre ruas e redes. No mundo cada vez mais digitalizado, o que é digital também compõe a realidade. Com efeito, a Internet tem sido usada por ativistas em toda parte para organizar mobilizações, em especial pela juventude. Em 2011 teve papel fundamental nas revoluções árabes, a ponto do ditador Hosni Mubarak ter cortado o acesso do Egito à Internet para tentar dificultar a comunicação e evitar a organização de protestos. Um dado interessante é que apenas cerca de 30% da população egípcia tinha acesso à rede na época das manifestações, o que mostra a potência da Internet mesmo quando ela não é acessada diretamente.

A Internet também permite que os ativistas troquem experiências e materiais como vídeos numa rede global e, assim, nacionaliza e internacionaliza lutas. Isso se viu no movimento dos indignados espanhóis, no *Occupy Wall Street*, na Marcha das Vadias, nas jornadas de junho de 2013 e em outros processos nos últimos anos.

A contradição final do desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo é que ele pode nos dar condições para a superação do próprio capitalismo. Isso só acontecerá pela ação coletiva.

Luta antirracista brasileira e estadunidense: nossas tarefas no combate internacionalista ao racismo e ao neoliberalismo

Luana Alves¹

As recentes mobilizações antirracistas e antissistêmicas, no Brasil e nos EUA

Nas últimas 5 semanas, manifestações antirracistas massivas invadiram as ruas de dezenas de cidades nos Estados Unidos. O linchamento público de George Floyd - nomeação interessante utilizada por parte da vanguarda, pois afirma o laço histórico entre o ocorrido em 25 de maio de 2020 e a prática de linchamentos de pessoas negras, típica dos séculos XIX e XX nos EUA – incendiou a indignação popular, em especial da juventude norte-americana, e colocou novamente o movimento de ruas como elemento importante e decisivo na conjuntura globalmente. A partir de Minneapolis, onde a radicalidade foi vitoriosa e colocou os governos em defensiva, a mobilização pela defesa das vidas negras foi se espalhando por cidades e países, com a palavra de ordem “Não consigo respirar” sintetizando a atual condição da maioria da classe, em especial da juventude: esmagada entre uma crise econômica avassaladora, uma pandemia global perigosa, sofrendo com a violência policial racista, e sob governos neoliberais, reacionários e antipovo.

É muito significativo o tamanho dessas manifestações, que reuniram dezenas de milhares de pessoas, num período em que a pandemia de covid-19 reconfigura a circulação nas cidades. No dia 29 de maio, quando grandes manifestações estouraram em Nova York e Atlanta, os Estados Unidos acumulavam 101.617 mortos por covid-19 e cerca de 1,7 milhão de casos confirma-

¹ Psicóloga sanitária e militante do Movimento Esquerda Socialista (MES-PSOL).

dos. Era ainda um período crítico da curva de contágios, e ainda assim as ruas ficaram lotadas. A pauta antifascista também foi ganhando importância nas mobilizações, em especial diante da crescente reação violenta das polícias aos manifestantes. As respostas reacionárias, autoritárias e racistas de Trump também contribuíram para alimentar a indignação da juventude nas ruas. No dia 1º de junho, a Casa Branca apaga suas luzes diante de uma massa de manifestantes dispostos a enfrentar violenta repressão policial. Mais recentemente, a principal agitação das manifestações tem sido a derrubada de estátuas de exploradores e colonizadores, o que demonstra um avançado grau de politização à esquerda dos manifestantes, e indica o caráter profundamente antissistêmico desse levante.

Sabemos que processos de levante nas ruas, de caráter espontâneo ou engatilhados por algum fato que gere indignação imediata, acontecem por vários fatores diferentes. Mas, as condições políticas e sociais para que surjam não costumam se restringir a um só país, em especial quando vivemos uma pandemia e uma crise econômica que se manifesta globalmente. Se nos Estados Unidos a população negra e pobre sofre com o subemprego e desemprego, com a doença, com a brutalidade policial, o cenário não é diferente no Brasil. No Brasil de Bolsonaro, as possibilidades de ganho para a classe trabalhadora se escasseiam cada vez mais. O acirramento das políticas de austeridade segue acelerado, o que gera um cenário de piora nos serviços públicos, de desmonte da estrutura de seguridade social brasileira (SUS, Previdência pública e assistência social), aumento da informalidade e diminuição dos salários. Conectado a isso, o governo aposta nos valores do militarismo, da violência e do autoritarismo para se moralizar perante a sua base de apoio, o que aprofunda a já histórica e estrutural violência policial contra a população negra e periférica.

Cornel West, filósofo e professor, coloca que o motor para a

força dos protestos foi um “*questionamento multirracial à legitimidade da classe política*”, questionamento que acontece justamente pela piora das perspectivas para a juventude norte-americana. Está cada vez mais difícil, em especial para os jovens estadunidenses não-brancos, ter um emprego estável e bem pago, quitar dívidas estudantis, pagar por moradia, escapar da violência policial. Esse questionamento à legitimidade da classe política porém, também é alimentado pelo reacionarismo, que soa cada vez mais farsante e infame, do Presidente Trump. É importante lembramos que, ao longo das semanas dos protestos, foram exatamente as respostas de Trump que acirraram a indignação, e causaram seu isolamento mesmo dentro do governo. Trump usou a tática de criminalizar os manifestantes, chegando a propor o absurdo de tornar autodenominados antifas (até onde sabemos, mais um nome do que um grupo de fato, uma denominação que reúne desde anarquistas organizados, até os que se intitulam antifas simplesmente para expressar insatisfação à ascensão de Trump) como um agrupamento terrorista.

No Brasil, recentemente, vemos mobilizações populares surgirem em diversas cidades. No mês de junho, tiveram manifestações puxadas por torcidas organizadas, por frentes de movimentos sociais de esquerda, e pelos movimentos negros. A paralisação dos entregadores aplicativos, ocorrida no dia 1 de junho, foi extremamente vitoriosa. Estamos assistindo a uma progressiva queda de popularidade do governo Bolsonaro, ainda que seja uma queda de popularidade complexa, que precisamos avançar para ler de forma mais fina. Ainda que Bolsonaro mantenha uma base em torno de 25 - 30% de aprovação, há uma crescente desaprovação da população às respostas apresentadas pelo governo federal à crise de covid-19.

Nos EUA também, Trump vai mostrando sinais mais sólidos de desgaste nas pesquisas de popularidade. As chances de reeleição ficaram mais escassas nas últimas semanas, com demonstra

levantamento: em 1º de abril, a aprovação de Trump era de cerca de 45,8% - próximo da proporção de votos que teve em 2016 - e sua desaprovação era de 49,7%, o melhor desempenho desde seu primeiro mês de presidência. Em 26 de junho, sua aprovação caiu para 40,6%, enquanto a aprovação variou mais de 6 pontos, indo a 56,1%.

O rápido desgaste de Trump certamente não está descolado da pandemia de coronavírus, mas é certo que o maior determinante são os recentes protestos antirracistas e antifascistas. É possível que as mobilizações da juventude negra e trabalhadora brasileira - desde os jovens ativistas antirracistas que compareceram a protestos contra o genocídio negro em várias cidades, até os entregadores de aplicativo mobilizados pela causa trabalhista, que não se percebem como movimento político - coloquem em cheque o bolsonarismo? Se traduzam em indignação generalizada à classe política populista e reacionária? Esse texto, longe de dar respostas definitivas, procura apontar alguns elementos para refletirmos a luta antirracista no Brasil e no EUA, e seu papel para fazer avançar o surgimento de uma nova alternativa política, radical, que supere o possibilismo do progressismo liberal e derrote os instáveis e apodrecidos projetos autoritários e racistas, representados por Trump e por Bolsonaro.

Estrutura econômica e política baseada no racismo, aqui e lá

Não é novidade para os socialistas atuantes em países de história colonial e escravista, como EUA e Brasil, a profunda conexão entre o racismo e a exploração de classe. São países em que o elemento ideológico da inferioridade racial de não-brancos, e seu equivalente na organização do trabalho (modelo escravista) foi chave para a constituição da nação, da identidade nacional, e determinou muito da posição desses países, em especial o Brasil, na divisão econômica capitalista global. Também determina as

características típicas da classe dominantes daquele local. Países de capitalismo periférico, ou subdesenvolvido, ou qualquer denominação similar, costumam ter elites econômicas especialmente conservadoras, reacionárias, e subordinadas ao imperialismo. A relação com a metrópole, a partir do lugar de grupo que domina a colônia e a massa escravizada, se reatualiza na relação, dentro do neoliberalismo atual, com a burguesia global, em especial a elite financeira. Se garante uma configuração das relações de trabalho e produção cada vez mais difícil, que suga cada vez mais a classe trabalhadora. A desigualdade material entre essa classe dominante local e a população trabalhadora dos países vai aumentando, à medida que essa mesma classe abre espaço para o neoliberalismo.

A partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, Trotsky também observa que os países mais periféricos na ordem capitalista global possuem uma configuração das forças produtivas que combina os modos de produção e trabalho mais “atrasados”, como o que há de mais moderno, dentro de um mesmo espaço. Esse efeito também acirra ainda mais a desigualdade.

Nessa estrutura, fica óbvia a necessidade de um estado que, além de ser o principal investidor para garantir a acumulação de capital para a classe dominante, também garanta a estabilidade das forças produtivas, quando existe extrema desigualdade na distribuição das riquezas. A violência do estado em direção à população mais precarizada, tão necessária, passa a ser sistêmica. Essa necessidade da repressão à população precarizada não é de hoje. Para a manutenção do próprio regime escravista, era necessária essa violência estatal, ainda que não houvesse na época um estado como o entendemos hoje, mas um estado colonial. Como sustentar séculos de um modelo de trabalho em que os trabalhadores não recebem, e são desumanizados? As ameaças a essa configuração colonial, via reações organizadas dos de baixo, foram muitas e constantes, por todos esses séculos. A história

do Quilombo dos Palmares, cara aos movimentos negros brasileiros, não foi única, apesar de ser a mais conhecida, pelo fato de ter custado uma mobilização de todo o aparato repressivo colonial, nacionalmente. O quilombo chegou a ter 20 mil habitantes no total, com 6 mil vivendo no mocambo mais populoso, o Mocambo dos Macacos. Para efeitos de comparação, a população da capital, Recife, na época, era de 8 mil habitantes. Levantes populares organizados, como a Cabanagem, influenciada por ideias iluministas, ou como a Balaiada, revolta longa executada por todo um setor de escravizados e explorados por grandes senhores de terra, são só alguns exemplos da instabilidade política constante do período escravocrata, e demonstram a necessidade de constante incremento e sofisticação das forças repressoras ao longo dos séculos.

A enorme lucratividade dessas primeiras elites brasileiras, advinda do não pagamento aos escravizados, foi conquistada, então, com muita operação de força, empregada principalmente pelo estado. Para além da operação de força, há ainda a construção ideológica que baseasse essa configuração. As identidades dos grupos e a identidade nacional, as subjetividades, a cultura. Almeida, ao comentar essa questão da ideologia, diz que “os liames da sociedade capitalista são mantidos por uma combinação de violência e consenso, cujas doses dependem do estágio em que se encontram os conflitos e as crises” (p. 74). O papel do estado para a formação e manutenção de uma subjetividade e sociabilidade capitalistas e racistas é fundamental. Antunes também comenta sobre a formação dessa subjetividade, ora via consenso ora via força bruta, que sustenta ideologicamente a configuração escravista do capitalismo:

Ou seja, a escravidão negra é a forma de trabalho prioritária no Novo Mundo na formação de capital onde o capitalismo comercial é preponderante. Para isso, o escravo precisa ser duplamente alienado, pois aliena todo o produto do seu trabalho e é alienado enquanto ser humano, uma vez que é

propriedade, portanto mercadoria, do seu dono [...] Desse modo, a situação do cativo negro era de dupla alienação, que para ser sustentada fazia uso de extrema violência.

Também é interessante colocar alguns elementos breves para refletir sobre a formação dos estados em países de história colonial. Almeida comenta as definições de David Theo Goldberg sobre o tema: o autor formula que todos os Estados modernos são, ou estados racistas - como Alemanha nazista, ou África do Sul do apartheid – ou estados raciais, que são determinados estruturalmente pela classificação racial. Com essa divisão, Goldberg argumenta que *o racismo não é um dado accidental, mas um elemento constitutivo dos estados*.

O mesmo autor classifica os EUA como estado racista até o fim da segregação oficial nos estados do Sul, que ocorreu em 1963. A classificação é interessante, pois compreende que o racismo estrutura as sociedades, sendo executado por normas jurídicas explícitas ou não. Em outro trecho do livro, Almeida diz que a unidade nacional americana veio *com* o racismo, e não *apesar* dele. As Leis “*Jim crow*” nos estados do sul dos EUA são a condição de convivência pacífica entre estados do sul e estados do norte, após a guerra civil americana. Ou seja, a reconstrução pós guerra civil foi feita a partir de duras leis de segregação racial, que manteve pessoas negras em posição de subalternidade normatizada juridicamente. As polícias tiveram papel fundamental nisso, na execução das leis de segregação e de manutenção da população subalterna negra sob constante tensão e ameaça. Grupos paramilitares, em especial a Klu Klux Klan também cumpriram – e ainda cumprem – esse papel.

E a identidade racial, aqui e lá?

Apesar de semelhanças do ponto de vista histórico, em especial o papel da escravidão para a estruturação da conformação fundiária de ambos os países – que são hoje potências agrícolas –

e, conseqüentemente, de toda a base econômica desses países, a identidade racial nos EUA e no Brasil se deram de formas bastante diferentes. Esse texto não dá conta de expressar toda a complexidade dessas diferenças, mas apenas colocar alguns elementos para reflexão, com bases em autores já citados.

Na classificação de Goldberg, seria o estado moderno brasileiro um estado racial ou estado racista? No que isso implicaria para a noção de identidade das pessoas negras brasileiras, descendentes de escravizados? Almeida também nos deixa chegar a conclusão, a partir de seus apontamentos sobre o lugar da raça no início da república brasileira, que, nas primeiras décadas, se forjaram bases para um estado racista, com as ideias eugênicas sendo a diretriz das ações públicas do estado. O papel da inicial ciência brasileira na época, em especial as Escolas de Medicina e de Saúde Públicas, foram fundamentais. Eram centros difusores do racismo científico e das ideias eugênicas, apoiavam políticas de estado que visavam “higienizar” e embranquecer a população brasileira.

Apenas a partir dos anos 1930, a partir da necessidade de modernizações econômicas e produtivas para o país, o mito da democracia racial passou a ser a linha assumida pelo estado. Trata-se de uma linha ideológica que prega e louva a suposta igualdade racial brasileira, e desencoraja lutas antidiscriminação, lutas por igualdade, e impõe uma certa identidade nacional. Nesse sentido, ajuda a manter a divisão racial do trabalho, garantindo dessa forma a própria unidade nacional, tão necessária para manter a estrutura produtiva brasileira subordinada, e ocupando seu lugar na configuração global do desenvolvimento desigual e combinado. Os primeiros movimentos negros brasileiros, dessa forma reconhecidos formalmente, e vistos, em certa perspectiva, como movimentos inseridos na dinâmica institucional, ou seja, absorvidos pela estrutura do estado, são justamente movimentos negros que, ao menos na retórica, reforçam a ideia de unidade

nacional, e de patriotismo. O grande exemplo disso é a própria Frente Negra Brasileira, dos anos 1930.

Diferentemente dos Estados Unidos, a miscigenação foi vista no Brasil, a partir da adoção pelo estado da linha ideológica da democracia racial, como desejável para a estabilidade. O próprio regime militar se utilizou amplamente dessa construção, reprimindo duramente os grupos antirracistas, como o MNU, e mesmo os grupos que, na época, não reivindicavam ideais de esquerda ou antirregime, mas promoviam discussões sobre a questão racial. Ideologicamente, também reforçou a ideia de unidade nacional em torno do mito da democracia racial. Isso demonstra como a discussão antirracista é vista como perigosa para as elites econômicas e políticas, por seu potencial antissistêmico. Além disso, o temor do regime militar brasileiro em relação aos movimentos negros, e sua vigilância e repressão firmes, se explicavam também pela força que vinha demonstrando o Partido dos Panteras Negras nos EUA, no período. Ainda hoje, a linha ideológica do mito da democracia racial é a corrente para amplas camadas da população.

Nos EUA, não a miscigenação, mas a segregação, foi a linha utilizada. Nessa comparação, é sempre necessário lembrar da diferença em relação à proporção da população negra, no Brasil e nos EUA. Hoje, a população negra nos EUA é de 13%, enquanto no Brasil é de 53%, proporção que era ainda maior no início do século XX. Havia e há a percepção de ser de fato uma minoria demográfica, política e econômica, extremamente acuada pela segregação, pela cínica construção do “separate, but equal”, pelas práticas de humilhações e linchamentos constantes.

Por todo o século XX, movimentos negros sempre foram vanguarda das lutas da classe trabalhadora dos EUA. Desde o movimento por direitos civis (movimento dinâmico e radicalizado, que ficou com a imagem histórica de “pacífico” por um processo de *whitewashing*), participação em organizações sindicais, até o

Partido dos Pantera Negras, um dos partidos socialistas americanos que mais teve capilaridade, radicalidade e construção de base na classe trabalhadora.

É uma conclusão comum e simplista, ao se fazer a leitura da identidade racial e dos processos de luta da negritude no Brasil e nos EUA, a ideia que o movimento negro brasileiro não “é tão forte” quanto o dos Estados Unidos, pois os negros brasileiros não se veriam como negros, e assim não lutariam como grupo. Essa avaliação desconsidera a histórica construção do mito da democracia racial, e seu papel na unidade nacional, desconsidera a força do aparato repressivo brasileiro, que é extremamente violento e racista (para comparar: as forças policiais brasileiras mataram civis negros 17 vezes mais do que as forças policiais americanas mataram civis negros em 2019), ignora os históricos movimentos populares por direitos nas cidades e nas zonas rurais do Brasil, formados majoritariamente pela negritude, desconsidera movimentos culturais e religiosos que reivindicam identidade negra no país, e ignora as lutas das periferias em geral contra o genocídio, as constantes ações de rua por justiça, como caminhadas pela paz, ou ações diretas mais radicalizadas, com bloqueios e barricadas em ruas e estradas, que historicamente acontecem, quando jovens periféricos são assassinados. Isso não significa, logicamente, que a negritude brasileira tem o mesmo tipo de identidade racial que a negritude estadunidense. Mas a conclusão simplista acima citada, de uma suposta “falta” de identidade racial brasileira como a explicação para um suposto imobilismo da negritude brasileira, além de ignorar todos esses elementos, acaba nos impedindo de enxergar e de nos inserir em processos de luta e resistência importantes, que são conectados, explicitamente ou não, à violência racista.

Lélia Gonzalez estuda o racismo brasileiro (neurose cultural brasileira, segundo a antropóloga), também em comparação com outros países. Argumenta que o racismo pode se apresentar ta-

ticamente em duas formas, para manter a exploração: racismo aberto, como o norte-americano, ou racismo disfarçado, mais conectado ao mito da democracia racial, e à narrativa da miscigenação como o antídoto brasileiro contra o racismo. A autora, também estudiosa e militante feminista, fala da importância de um feminismo afro-latino-americano, que se conecte às maneiras específicas como mulheres latinas vivenciam as opressões de gênero, classe e raça, e assim de fato possa mobilizar parcelas mais amplas das mulheres à luta contra opressão e exploração.

É fundamental compreender as diferentes formas como as identidades se dão, e sobretudo, compreender como os processos radicais de luta da classe trabalhadora dos países, em especial os processos antirracistas, podem influenciar e determinar levantes que se espalhem. Nosso papel, como socialistas, é estar inserido nessas lutas, fortalecendo os levantes, e disputando seu sentido político.

Protestos antirracistas de junho de 2020 e repercussões no Brasil

Como dito, os protestos nos EUA são em grande parte a resposta de uma precariedade geral imposta à juventude, em especial a juventude racializada (negra, latina, imigrante), no neoliberalismo. Mbembe, ao falar do exercício do necropoder na contemporaneidade - o direito de matar legitimado por um constante clima de estado de exceção, a sobreposição entre a imagem do *inimigo* e do *criminoso*, a criação de territórios de morte, onde a soberania se exerce através do poder do assassinato - coloca que a ética neoliberal e a necropolítica se fundamentam mutuamente. O racismo e a formação colonial são fundamentais nesse processo, ao naturalizar a morte, ou a morte em vida, a exploração extrema, de pessoas racializadas. Como sintetiza Almeida:

Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capi-

talismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. Como também observa Achille Mbembe, o neoliberalismo cria o devir-negro no mundo: as mazelas econômicas antes destinadas aos habitantes da colônia agora se espalha, para todos os cantos e ameaçam fazer com que toda a humanidade venha a ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável. (p. 96)

As respostas organizadas a essa realidade que se impõe já aparecem, apesar da repressão, e da reconfiguração a partir da pandemia. No Brasil, o maior exemplo foi a vitoriosa greve dos entregadores de aplicativo, categoria de trabalhadores que sofrem gravemente com o processo de precarização e desumanização. Vitoriosa não apenas pelo seu tamanho, mas pelo apoio que ganhou de grande parte da população, o que expressa a insatisfação da maioria com esse acirramento do neoliberalismo e da necropolítica.

No mês de junho, houve em São Paulo um numeroso protesto na Zona Sul da cidade por justiça a mais um caso de brutalidade policial contra a juventude periférica: o assassinato de Guilherme Silva. No protesto, estavam presentes centenas de pessoas, entre familiares, moradores do bairro onde vivia Guilherme, e ativistas. Foi interessante observar em como, durante o protesto, se falava dos levantes negros pela morte de George Floyd. A própria família de Guilherme fez referência, se sentindo legitimada a estar ali, reivindicando justiça a um jovem negro assassinado, mesmo diante de forte aparato policial no entorno. No dia anterior, alguns ônibus foram queimados também em protesto, o que pode demonstrar também uma referência nos levantes norte-americanos, cuja estética, em especial a forma como chegou no Brasil, foi de delegacia e prédios públicos incendiados. Também houve ampla comoção social e revolta com o assassinato de João Pedro, no rio de Janeiro, e com a morte de Miguel Otávio, no Recife, ambos vítimas do racismo estrutural.

Todo esse caldo de revolta, social, política e econômica, vai possivelmente ganhar cada vez mais peso no país. Apesar da instabilidade do governo Bolsonaro, a política de Paulo Guedes para a economia segue em ritmo acelerado, gerando mais miséria e mortes. As forças policiais também seguem com cada vez mais brutalidade. É absolutamente necessário que nós, que lutamos para que se organize uma alternativa política radicalmente democrática, nos esforcemos para escancarar o caráter genocida do governo Bolsonaro, e a que interesses serve seu governo. A construção, organização e fortalecimento de um programa político radical, com as periferias, em defesa da vida dos de baixo, deve nesse momento apontar exatamente as políticas de morte racistas desse governo, e a absoluta necessidade de sua queda. Não podemos também oferecer velhas alternativas, ligadas à traição de classe, que não garantiram a vida do povo negro, pelo contrário. E, claro, isso passa por entendermos a luta da negritude como total, e não como parcial. A opressão racial não pode ser vista como parcial na luta anticapitalista, sob o risco de sofrermos mais derrotas. A experiência de opressão de classe vivenciada pela população brasileira é profundamente determinada pela forma como vive a opressão racial, e de gênero. É fundamental fortalecer os movimentos negros e antissistêmicos, se inserindo e disputando politicamente seus rumos, no sentido da organização de uma alternativa política total, radicalizada, que derrote de imediato o bolsonarismo e construa uma ampla movimentação na classe, que combata o neoliberalismo e o racismo estrutural.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. (2014). Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 965-986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/>

S0104-026X2014000300015

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Actuel Marx, v. 18, 1995.

WEST, Cornel. Entrevista de Cornel West à mídia Democracy Now, em 01/06/2020.

GALSTON, William A. - “Trump’s reelection campaign is in crisis”. Brookings Institution, em 29/06/2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/fixgov/2020/06/29/trumps-reelection-campaign-is-in-crisis/>

ANTUNES, Gilvando. Racismo, distinção de classe e capitalismo no Brasil. Revista Movimento. 08/01/2019.

FUENTES, Pedro. George Floyd deixou de respirar, mas o mundo respira por ele. Revista Movimento. 08/06/2020.

CARVALHO, Josemar. O racismo é internacional e luta contra ele também: uma nota sobre a Rebelião Negra nos Estados Unidos. Revista Movimento. 04/06/2020.

ZANELLA, Carla. Genocídio da população negra no Brasil: um debate acerca das tarefas de organização. Revista Movimento.

TAYLOR, Derrick Bryson. “George Floyd Protests: A Timeline”. The New York Times, 22/06/2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/george-floyd-protests-timeline.html?auth=login-google1tap&login=google1tap>

BUSBY, Mattha. “Fourth week of anti-racism protests fuels call for change”. The Guardian, 20/06/2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/20/more-anti-racism-protests-taking-place-around-uk>

Uma política radical para os periféricos

Frederico Henriques¹ e Giovanna Marcelino²

As crises sanitária, econômica, ambiental e social que assolam o nosso país, conjugadas com a ascensão e manutenção do bolsonarismo na política brasileira, têm desafiado profundamente nossa capacidade real de intervenção e de dar respostas efetivas ao conjunto de problemas que marcam a atual conjuntura. Dois elementos são centrais para tentarmos empreender uma compreensão aprofundada desse cenário, com o intuito de avançarmos e buscarmos saídas: Como se movimenta a burguesia brasileira e quais os seus interesses na reorganização dos processos de acumulação capitalista? Quais são as personagens que se colocaram em cena desde a crise de 2008 e passaram à posição de protagonistas da política nacional, especialmente após 2013, e como elas podem se articular em torno de um projeto político comum de renovação da esquerda no Brasil?

Se não nos debruçarmos sobre tais perguntas, tendemos a ficar ou reféns do setor da tecnocracia de direita dirigida por Dória e da direita tradicional, ou ancorados à estratégia fracassada do lulismo. E para ir além do imobilismo da esquerda do regime, assim como do ativismo cotidiano, devemos ter um pouco mais de clareza sobre a situação em que estamos e para onde devemos apontar. Tal tarefa não é simples, pois a necessidade de organizarmos a luta contra o reacionarismo de Bolsonaro e o crescimento de setores com traços fascistas nos pressiona a todo instante a produzirmos, antes de mais nada, respostas rápidas e imediatas. Mas a verdade é que, sem nos debruçarmos sobre a profundidade da crise orgânica em que vivemos, rastreado respostas a partir de junho de 2013 e do movimento de massas, a esquerda ficará sem rumo, à espera de um novo acordo das elites.

1 Doutor em Sociologia (UFRN) e dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista.

2 Doutoranda em Sociologia (USP) e da Coordenação de Mulheres do MES.

Atualmente, dois momentos distintos, mas interconectados, têm balizado a nossa ação política em meio aos desafios postos nesse período. Primeiro, a necessidade de uma tática e uma ação política de constituição de *frentes antifascistas*. Entendemos que estas têm que ser construídas de forma mais ampla possível, com enfrentamentos nas ruas, devendo se utilizar de todas as ferramentas do regime para barrá-lo, tendo em vista que este tipo de frente não se restringe a setores de esquerda ou estritamente “classistas”, abarcando inclusive setores burgueses que questionam o bolsonarismo. Em segundo, a construção de um *projeto que supere o lulismo*, tarefa que se colocou de maneira ainda mais contundente a partir da crise da Nova República, e que deve levar em conta quem são as novas personagens que estão na vanguarda das lutas do povo brasileiro.

O problema é que temos assistido uma confusão entre esses dois tempos, algo que tem gerado, de um lado, sectarismo na composição do enfrentamento cotidiano aos setores reacionários e autoritários e, de outro, adaptação de setores da esquerda à políticas moderadas, acreditando que essa movimentação tem capacidade de produzir um maior diálogo com a população. A ação política e as táticas de enfrentamento ao crescimento do reacionarismo e autoritarismo nas ruas são, sem dúvida, fundamentais como resposta cotidiana e ampla para acuar o crescimento e manter o isolamento destes setores (algo que não buscaremos desenvolver aqui, tendo em vista que ela são construídas no calor do momento). Mas a questão é que, sem construção de alternativa e de um projeto, tal tática não conseguirá impor uma nova correlação de forças para superarmos o impasse em que nos encontramos, e que depende do avanço da organização da classe trabalhadora em nosso país.

E para construirmos essa resposta programática, que busque superar os impasses colocados pela esquerda brasileira, devemos olhar para a história particular em que se formou a luta de clas-

ses no Brasil, em especial, identificando as formas como ela se encontra no nosso tempo e a relação que ela possui com a estrutura do sistema capitalista internacionalmente. Longe de ser uma questão inédita, trata-se de um problema que na verdade perpassa toda a história da tradição marxista e socialista. Basta lembrar que a questão nacional e a relação entre centro e periferia já estava contido em germe na própria obra de Marx, sendo posteriormente desenvolvido por uma série de teóricos que o sucederam, na busca por desenvolver e “aclimatar” o marxismo e pensar a revolução a partir de contextos nacionais específicos, como Trotsky, em seu texto *Balanco e Perspectivas* de 1906:

Mas os marxistas devem agora enfrentar uma tarefa de natureza diferente: é necessário, analisando o mecanismo interno da revolução, descobrir as possibilidades que ela apresenta no seu desenvolvimento. Seria um erro estúpido contentarmo-nos em identificar a nossa revolução com os acontecimentos de 1789-1793 ou de 1848. As analogias históricas de que vive e se alimenta o liberalismo não podem substituir a análise social.³

Para dialogar com estas questões prementes, o presente texto tem como objetivo levantar elementos que possam auxiliar tanto na compreensão das transformações do sistema capitalista no último período e seu impacto na crise brasileira, como do desenvolvimento da luta de classes no Brasil, dando continuidade

3 <https://movimentorevista.com.br/2017/12/balanco-e-perspectivas-introducao-trotsky/>. No nosso caso, pode-se dizer que a constituição do marxismo no Brasil, enquanto uma das variações nacionais e formas locais da tradição marxista, foi produto de um processo de aclimação do legado de Marx à situação concreta, às contradições e aos horizontes sociais e políticos do Brasil, em sua tentativa própria de compreender as especificidades da sociedade brasileira e pensar novos rumos para ela. Tal empreitada de “nacionalização” do marxismo no Brasil foi notadamente iniciada por Caio Prado Jr., passando por Florestan Fernandes e seus discípulos, dando origem inclusive a toda uma linhagem do pensamento social e marxista brasileiro (Chico de Oliveira, Roberto Schwarz, Michael Lowy, Paulo Arantes, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder etc.), na tentativa de consolidar um marxismo próprio, *efetivamente brasileiro*, vinculado à cultura e aos impasses de um país de capitalismo dependente. Cf. RICUPERO, B. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: ed. 34, 2000. Para uma abordagem sobre a relação entre marxismo em contextos periféricos, cf. também SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ao esforço sistemático que tem se dado no interior da Revista Movimento. Análises que caracterizam a nossa conjuntura, em combinação com leituras mais estruturais, como as apresentadas nos textos “A esquerda em seu labirinto: considerações sobre o Brasil em crise”⁴ e “Capitalismo, reprodução social e uma agenda feminista para a crise”⁵, são parte deste esforço de fazer alguns apontamentos para a nossa nova realidade.

Para isso, o texto se encontra estruturado em dois eixos principais. O primeiro busca analisar o caráter dependente de nossa burguesia, como ela opera o Estado e seus aparelhos de dominação num momento de reorganização da divisão internacional do trabalho, financeirização e disputas interimperialistas. No segundo, será trabalhado o surgimento das novas personagens na cena política brasileira a partir da crise econômica de 2008 e da crise do regime político em 2013, a sua movimentação e desenvolvimento ao longo dos últimos anos, assim como assinalar o desafio de organizar esta nova vanguarda. Compreender a movimentação das classes no meio da crise orgânica profunda em que vivemos nos auxilia a visualizar como construir um programa e projeto anticapitalista nesse momento.

Imperialismo e o caráter dependente da burguesia nacional

Um primeiro elemento constitutivo da burguesia brasileira é sua relação com o *imperialismo*, nítida na acentuada dependência que ela possui perante os fluxos de capital financeiro internacional. Nesse sentido, não é possível compreender as movimentações de nossa burguesia hoje sem entender a) como ela está inserida no contexto internacional e b) o quanto sua posição de dependência remonta às particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

4 <https://movimentorevista.com.br/2020/05/a-esquerda-em-seu-labirinto-consideracoes-sobre-o-brasil-em-crise/>

5 <https://movimentorevista.com.br/2020/05/capitalismo-reproducao-social-e-uma-agenda-feminista-para-a-crise/>

Esta questão foi amplamente pensada pelos clássicos do pensamento social brasileiro. Florestan Fernandes, por exemplo, nos lembra constantemente que o processo de expansão capitalista não se realiza de forma homogênea no globo. Ele se dá de maneira distinta no centro e na periferia, de forma que os países periféricos, por sua relação dependente, seguem o dinamismo do centro. E essa movimentação, combinada e desigual, não apenas impacta diretamente o processo de acumulação capitalista⁶, como também a própria experiência e a formação das classes nos seus espaços nacionais⁷. Pois tanto o impulso de autovalorização do capital não se limita por fronteiras nacionais, quanto a forma como ele se movimenta é um elemento objetivo da formação social e dos setores de cada país, como mostra o próprio Marx em *O capital*, ao narrar a formação da classe operária na Inglaterra relacionando-a à expansão da escravidão nas Américas e à exploração da imigração irlandesa pelos industriais britânicos.

Nesse sentido, para entender uma realidade nacional específica, é preciso tanto buscar as relações assimétricas entre *externo e interno* que se dão no contexto de desenvolvimento do capitalismo mundial, quanto como elas são traduzidas nas próprias relações sociais de produção capitalista e no processo de acumulação de cada país. No caso brasileiro, do período colonial e escravocrata aos dias de hoje, a dominação imperialista conformou uma economia e uma burguesia de tipo dependente, algo que está encarnado seja nos padrões “atrasados” do desenvolvimento social e econômico do capitalismo brasileiro (como aponta Chico de Oliveira, vivemos um constante “progresso do atraso”, em

6 Rosa Luxemburgo é a principal referência de Florestan no que se refere à teoria geral da acumulação capitalista.

7 Segundo Florestan, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, temos uma burguesia que não pode desencadear, a partir de si mesma, nem uma revolução agrícola, nem uma revolução urbano-industrial e nem uma revolução nacional e democrática. A ausência de uma revolução propriamente dita não impediu, no entanto, que o capitalismo se desenvolvesse no Brasil, apenas que ele tivesse uma condição particular, a partir de uma formação social dependente, que não rompeu completamente com seu passado colonial e escravista.

que as nossas contradições periféricas não são superadas pelos processos de modernização, mas sim constantemente repostas em um novo patamar⁸, seja nos modelos culturais, políticos e jurídicos “postigos”, importados do centro - revelando o quanto a dependência econômica tem seu par ideológico, como bem analisa Roberto Schwarz⁹, ao diagnosticar o liberalismo como uma “ideia fora do lugar” no Brasil.

Se durante o período colonial essa relação de dependência se deu nos marcos do capitalismo mercantil, nos dias de hoje, ela se dá nos termos do *neoliberalismo* e de suas formas de organização do capital sob a hegemonia da financeirização. Trata-se de um estágio do modo de produção capitalista iniciado a partir de um conjunto episódios que irromperam no mundo desde os anos 1970: o fim do padrão ouro¹⁰; a crise do petróleo; a consolidação dos Estados Unidos como nova potência econômica e militar mundial, a partir da estrutura “*Wall Street-Tesouro*” e dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional; a ofensiva dos intelectuais associados ao *establishment*, com escolas de negócios e economia, como os *Chicago boys*; o encerramento do ciclo contestatório aberto em maio de 1968, com a incorporação de muitas das pautas dos movimentos sociais à própria lógica do sistema capitalista¹¹ e com as tentativas de desmantelamento da organização sindical e da cultura de solidariedade da classe trabalhadora; a militarização dos regimes da

8 Como narra em seu *Crítica à razão dualista* (p. 60): “A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo”.

9 SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

10 Richard Nixon anunciou o fim do padrão ouro para o dólar em 1971, encerrando o sistema monetário internacional de Bretton Woods que ajudou a tornar o dólar a moeda de reserva mundial, de forma que os EUA deixaram de fixar o valor de sua moeda em termos de ouro.

11 Para uma interpretação desse processo, ver MARCELINO, Giovanna Henrique. Jameson e o pós-modernismo. *Ideias*, v. 10, 2019.

América Latina, após o golpe no Chile em 1973; o avanço das comunicações e novas tecnologias; o colapso da União Soviética, etc.

De maneira geral, vale aqui destacar que o processo de vasalagem aberto pela lógica neoliberal, que submete e conecta o mundo por meio de um sistema de crédito, consolidou uma estrutura de instituições e governos que controlam os fluxos de capitais e, por consequência, formam operadores financeiros. No trecho abaixo, David Harvey detalha este processo:

O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo.¹²

Conforme nos mostra Harvey, trata-se, portanto, de uma nova forma de dominação imperialista, que se dá a partir da chantagem e da fraude, utilizando-se, por um lado, da força e do peso que os grandes fluxos financeiros e instituições têm, ao mesmo tempo em que depende, por outro, de processos de legitimação, que são dados por relações de subalternidade de burguesias de países periféricos. E são diversas as formas com que estas estruturas geram consentimento nos países. Para além da corrupção e da coerção, há a criação de modelos (como o caso do

12 HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 123.

Chile pós-ditadura do Pinochet na América Latina) ou de documentos (como o consenso de Washington) tentando colocar gestões pró-imperialistas e fluxos financeiros a partir de mimetização. Outra forma tradicional é a normatização de cursos, escolas, formação de lideranças: constroem-se centros de referência nos países periféricos, cooptando lideranças para formação nos EUA e estruturando-se grades internacionais (estabelecendo, assim, “verdades” por meio da instrução e da educação).

Junto a isso, um segundo elemento constitutivo da conformação da nossa burguesia nacional nos últimos trinta anos está relacionado ao *papel do Estado* como alavancador de capital, seja com a abertura de serviços e como investidor dessa burguesia, seja como principal agente de “transformismo”, ao absorver setores que, num primeiro momento, podiam contestar as classes dominantes e dirigentes, mas que, ao ascender a posições mais altas, moderam-se e se afastam das classes subalternas.

Como bem ressaltou Caio Prado Jr. em *História econômica do Brasil*, a nossa burguesia brasileira, por mais heterogênea que seja (haja vista seus distintos interesses, industrial, agrário, financeiro), na hora de conduzir e garantir seu projeto de acumulação, se homogeniza na defesa dos seus negócios. Isso está claro no período após a Constituição de 1988, por exemplo, em que a sua preocupação foi de adaptar o Estado de forma subordinada ao imperialismo, assentado-o gradualmente nos processos de exploração e espoliação da época neoliberal, e não de modificar a estrutura e o caráter desigual da sociedade brasileira - como almejavam as forças progressistas do processo de redemocratização. Como diria Florestan Fernandes, isso se deu sob a égide de uma “apropriação dual do excedente econômico” – em que se explora os trabalhadores com baixos salários para manter tanto os ganhos do capital internacional quanto os da burguesia brasileira – algo que permitiu, inclusive, a manutenção de diversos elementos da estrutura colonial até o momento presente, reforçando o caráter

dependente da economia brasileira, em termos de capitais e tecnologias. Foi por este caminho, então, que setores da burguesia nacional se adaptaram e mantiveram sua dominação ao longo do tempo, aprofundando o caráter “incompleto” da hegemonia burguesa no Brasil, que ganhou novas proporções no neoliberalismo, com a dependência ao capital financeiro estrangeiro e a expatriação do capital nacional rumo aos países centrais em que as sedes das principais multinacionais se localizam.

Diante da necessidade de intervir, regular e capitalizar as mudanças do capitalismo nesse período, o Estado passou, assim, a ter um papel-chave e contínuo no processo de acumulação capitalista no Brasil, organizando e manipulando os arranjos institucionais e, assim, mantendo as assimetrias nas trocas e privilegiando a burguesia já estabelecida e suas famílias.¹³ Pois o processo de financeirização depende da liberação de um conjunto de ativos para conseguir manter o movimento de acumulação. Nesta lógica, as privatizações que ocorreram no Brasil a partir da década de 1990 foram peças-chave: seja daquelas empresas que num primeiro momento foram nacionais, com alguma participação estrangeira (como o caso da Vale, da Embraer ou da Companhia Siderúrgica Nacional, que entrou no programa de desestatização do governo Collor e foi privatizada por Itamar Franco, passando a ser controlada pelo grupo Vicunha, da família Steinbruch, seletor grupo de bilionários do nosso país), seja de outros setores que foram majoritariamente entregues a capitais internacionais, como o caso das telecomunicações (como a Tellemar e Telenorte, que conta com a família Jereissati, do Ceará, em seu bloco de controle, e que também é acionista da Oi), ou mesmo da abertura do setor bancário, com a liquidação dos ban-

13 A manutenção das famílias é gritante no caso brasileiro. Tomemos o caso do banqueiro do Itaú, Roberto Setubal, e sua irmã Neca Setubal. Eles são pentanetos do Senador Vergueiro, um dos mais influentes políticos do Império, tetraneto da viscondessa de Campinas, do visconde de Indaiatuba e do Barão de Sousa Queirós. Ou seja, eles vêm de uma família da alta aristocracia estabelecida, numa das principais regiões cafeeiras na virada do século XX.

cos públicos estaduais (como o Banespa (SP), Bandepe (PE) e Paraiban (PB) pelo Santander; o Credireal (MG), Baneb (BA), BEA (AM), BEM (MA), BEC (CE), pelo Bradesco; o Banerj (RJ), Bemge (MG) e Banestado (PR), pelo Itaú), processo que ocorreu fortemente durante o governo FHC, que pressionou os Estados a vender e liquidar seus bancos como parte da compra de dívidas estaduais pela União¹⁴. Nota-se que tais privatizações se deram justamente devido à associação subordinada da burguesia brasileira a capitais internacionais e à forma gradual com a qual as contrarreformas – a partir da flexibilização das formas de contratação, privatizações e concessões dos serviços públicos¹⁵ – foram posicionando a burguesia nacional no novo contexto global.

Além de visíveis no âmbito da economia e do Estado, os novos processos de acumulação e reorganização do capital que se deram no Brasil nos anos 1990 também atingiram em cheio o próprio mundo do trabalho. Por imposição das empresas transnacionais, que passaram a exigir que suas subsidiárias brasileiras incorporassem novos padrões tecnológicos e organizacionais, também parte das empresas nacionais se viram obrigadas a copiar esses modelos para ganhar “competitividade” num mercado mais aberto. Essa política de coerção no espaço da produção se combinou com ganho de legitimidade, a partir de selos de qualidade e legitimação de processos em escolas e certificados. Muitos sociólogos do trabalho estudaram a fundo tais processos de mudanças sociotécnicas no processo produtivo, bem como a retirada de direitos sociais com a flexibilização das formas de contrato de trabalho, como Ricardo Antunes, importante referência na área, e que ajudou na fundação do PSOL. Como indicam tais estudos, trata-se de uma reorganização que teve impacto direto no

14 <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/contexto/na-decada-de-90-a-genese-da-divida-publica.aspx>

15 Outro exemplo gritante é a expansão da saúde suplementar e das Organizações Sociais no setor da saúde, que culminou na existência de bilionários, como a família Godoy Bueno, ligada a Amil, e os Hospitais da Rede D’Or, do bilionário Jorge Moll.

desmonte da estrutura sindical do final dos anos 1990, com a diminuição do número de trabalhadores na planta, aumentando o desemprego estrutural e a intensificação do trabalho, crescendo de forma abrupta o exército industrial de reserva e as formas precárias de trabalho.

Transformismo e o papel dos intelectuais

Tais mudanças ocorridas a partir da década de 1990 fortaleceram o caráter dependente da nossa burguesia, com o aprofundamento de seus laços diretos com o mercado financeiro, sistemas de dívida e crédito, bem como com a integração das nossas cadeias de produção, de forma subalterna, aos centros imperialistas. Os processos de espoliação de bens e de direitos sociais, aprofundados no estágio neoliberal, também fizeram com que os movimentos populares (neste primeiro momento, sobretudo os sem-terra), explodissem como forma de resistência, tendo em vista o refluxo do sindicalismo. Na verdade, o enxugamento da base com o aumento do desemprego fez também com que o sindicalismo mudasse a sua pauta¹⁶. O debate sobre participação nos lucros e resultados foi mudando o caráter e a estrutura do movimento, da mesma forma que intensificou o processo de adaptação e moderação de suas lideranças ao longo dos anos, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT) – organização que refletia tais setores.

O primeiro processo que expressa tal adaptação está relacionado, em primeiro lugar, à caracterização de que seria possível ocupar de forma gradual o Estado com trabalhadores e ir democratizando a sua estrutura. Como bem descreve Florestan Fernandes¹⁷:

16 MARTINS, Heloísa de Souza e RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo soc. [online]*, vol.11, n.2, 1999.

17 FERNANDES, Florestan. *Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006, p. 249.

A estratégia do PT voltou-se para o aumento rápido da participação de seus quadros e militantes ou dirigentes na estrutura de poder do Estado. Como partido socialista democrático e de massa, busca dirigir o aríete operário para a conquista de posições que permitam instaurar o polo de poder planetário e popular no seio de todas as instâncias do aparelho do vigente Estado autocrático burguês.

Este gradualismo presente na incorporação do PT à estrutura do Estado – que inclusive guarda semelhanças com o debate sobre reformismo travado no âmbito da Segunda Internacional –, combinado com a perda de qualquer horizonte de transformação sistêmica próprio da subjetividade neoliberal do *there is no alternative* e do discurso do “Fim da História”, pressionou de forma metódica a adaptação do partido, algo que também se expressou gradualmente nas estruturas organizadas por ele. Tal processo marcou de uma maneira geral os partidos sociais-democratas a partir dos anos 1990, com a adesão a um “pós-reformismo”, caracterizado justamente pelo “abandono do reformismo em favor da pura adaptação – um ‘reformismo sem reformas’”¹⁸. Nos marcos de Gramsci, trata-se de um “transformismo”, a partir da absorção de setores aliados e adversários pelo Estado¹⁹.

Assim, a mudança orgânica do Partido dos Trabalhadores e de parte da esquerda dos anos 1980 não ocorreu apenas a partir

18 REGO, Gustavo Barroso. *Ascensão e queda do reformismo - do Partido Socialdemocrata Alemão ao Partido Trabalhista britânico*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação de Sociologia da Universidade de São Paulo. No trabalho, Gustavo Rego apresenta as mudanças nos partidos sociais democratas do início ao final do século XX.

19 “Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliáveis inimigos” (GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 63. O conceito gramsciano de transformismo é melhor desenvolvido no texto: “A esquerda em seu labirinto: considerações sobre o Brasil em crise” de Frederico Henriques, que pode ser acessado: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/a-esquerda-em-seu-labirinto-consideracoes-sobre-o-brasil-em-crise/>

do executivo e da estrutura parlamentar, mas também da acomodação e adaptação da estrutura sindical, com sua adesão à hegemonia neoliberal. Dois elementos são importantes para entender esse processo: 1) a própria transformação da esfera produtiva com a chegada do neoliberalismo (conforme destacado anteriormente), que fez com que a estrutura combativa do sindicatos adquirissem um caráter negocial; 2) o avanço da relação entre a patronal e o Estado, que mudou de patamar no momento em que ela se conecta ao mercado financeiro e passa a gerenciar fundos, como Fundos de Previdência, Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundos para Saúde Suplementar, entre outros. O desmanche neoliberal potencializou, assim, a burocratização do sindicalismo nos anos 1990, preparando o terreno para a financeirização da burocracia sindical na década de 2000, de forma a consolidar o “pós-fordismo” financeirizado brasileiro, com a articulação da camada mais elevada de administradores e fundos de previdência complementar com a elite da burocracia sindical participante dos conselhos de administração desses mesmos fundos.²⁰

Francisco de Oliveira desenvolve esta tese²¹, mostrando o aprofundamento dessa tendência de adaptação com a chegada do PT no governo, quando seus quadros passam a ser gestores de fundos públicos, relacionado às empresas estatais e investimentos do BNDES. Os governos do PT, nesse sentido, com a direção do Estado nas mãos, levaram à cabo o “programa dos dominantes”, como sendo também o “programa dos dominados”, num processo que Oliveira denominou de “hegemonia às avessas”, em alusão ao conceito de Gramsci.²² A “hegemonia lulista”, nesse sentido, constituiu-se como uma forma de dominação social, fruto de um fenômeno “transformista”, em que parte dos “de

20 Cf. BRAGA, R. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.

21 OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

22 Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

baixo” passa a dirigir o Estado por intermédio do programa dos “de cima”, numa dialética que combinava o *consentimento passivo das massas* (que aderiram ao governo sobretudo por meio das políticas públicas redistributivas) com o *consentimento ativo das direções sindicais* (garantido por posições no aparato estatal e pelas vantagens proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão). Além de gerar efeitos regressivos para a cultura política do país, despolitizando a luta social, a rendição do lulismo à mundialização neoliberal se expressa justamente no fato de Lula ter atingido altos níveis de aprovação durante seus dois mandatos sem, no entanto, ter mexido nas estruturas ou atuado sobre os impasses do capitalismo brasileiro, mantendo o Brasil como um país dependente da exportação de matérias-primas e altamente vulnerável às chantagens do capital financeiro, realidade que se escancarou com a chegada da crise econômica no país, que estava longe de ser apenas uma mera “marolinha”, e que colocou em xeque a estratégia lulista de conciliação de classe levada à cabo num contexto de crescimento econômico.

A incorporação ao regime de setores nascidos do berço das lutas dos trabalhadores não apenas levou sua absorção pelos setores financeiros dominantes, como também à ampliação da hegemonia ativa destes sobre os subalternos. E este movimento ocorreu tanto no âmbito da estrutura e dos movimentos sociais, como também impactou uma camada de *intelectuais* brasileiros. Estes passaram a cumprir uma tarefa-chave de oferecer uma visão de mundo, que justificava esta transformação dirigida pelo lulismo, tendo em vista que, por sua própria origem histórica, seriam capazes de cumprir o papel de “portadores da universalidade” (o qual, como Marx narra em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, setores da pequena burguesia acreditavam ter²³). Ou, como

23 “Os democratas admitem que o seu confronto é com uma classe privilegiada, mas pensam que eles é que constituem o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o direito do povo, que o seu interesse é o interesse do povo. Por conseguinte, não teriam necessidade de verificar, na iminência de uma luta, os interesses e posicionamentos das diferentes classes. Não teriam

coloca Gramsci em *Os cadernos do cárcere*, por conseguirem dar sentido às coisas que a princípio aparecem e se apresentam de forma fragmentada no senso comum, oferecendo uma interpretação coerente e global do mundo, de forma a restabelecer uma visão de totalidade.

Assim, devido à sua origem social, o fato é que os setores da intelectualidade possuem uma importância ao conseguirem ocupar uma posição de mediação. E sua capacidade de oferecer interpretação, identidade e política pode os levar a cumprir o papel de conciliar interesses populares com elites tradicionais. Tal posição compõe a experiência destes setores. O problema é que, antes imersos na luta social, uma série de intelectuais passaram a ocupar cargos e frequentar espaços da burguesia brasileira tradicional, além de participar dos negócios financeiros desta elite. A forma subalterna com que intelectuais e líderes do PT foram se posicionando perante a classe dominante acabou, assim, colocando a classe trabalhadora e setores populares numa situação de impotência, uma vez que, enquanto “porta-vozes”, a intelectualidade e os dirigentes do partido estavam mais preocupados em fazer a mediação com os setores dominantes do que efetivamente dispostos a estar junto ao povo e auxiliar em sua autocompreensão enquanto classe. A necessidade de se manter nesta posição, para conseguir negociar e manter privilégios junto aos setores dominantes, fez com que a atuação do PT impedisse a formação de intelectuais autônomos da classe, levando-os simplesmente a desempenhar a função de reafirmar o próprio projeto neodesenvolvimentista.

Nesse sentido, com a chegada de Lula ao poder, intelectuais ligados ao governo vocalizaram uma crítica à desigualdade, mas dentro dos marcos dos processos de conciliação e da estrutura financeira montada pela burguesia nacional²⁴. Essa postura se

necessidade de sopesar com todo cuidado os seus próprios meios” (MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 67).

24 No início do governo Lula, intelectuais críticos como Marilena Chauí e Emir Sader, por exemplo,

deu ao mesmo tempo em que Lula se colocou como “pai dos pobres” e Dilma como “mãe do crescimento”, algo que gradualmente afastou setores periféricos da tradição classista dos anos 1980 e das revoltas populares²⁵, e que abriu espaço para a entrada, sob o signo da “política do consumo”, do campo ideológico burguês do empreendedorismo e da meritocracia, que passaram a vender a ideia de capacidade de mobilidade social. Além de uma postura de defesa da linha adotada pelo PT, outro processo que conforma a adaptação de agentes do campo da cultura é o surgimento de posturas de resignação e apatia. Carlos Nelson Coutinho explica esses processos a partir de uma abordagem sobre a relação da intelectualidade com o poder, seja ela promovido pelo Estado ou por classes dirigentes, utilizando-se do conceito “intimismo à sombra do poder”.²⁶ Assim, o afastamento de boa parte da intelectualidade, que acabou se refugiando junto ao governo vigente em estruturas do Estado, deixando de estabelecer uma relação orgânica com os setores populares, é bastante análogo ao afastamento dos líderes populares e sindicais, que foram absorvidos de forma subordinada para compor um bloco de poder com a burguesia brasileira. O próprio abismo da desigualdade social corrobora com esse processo de cooptação, pois a lógica de busca por melhores posições acabou trazendo estes setores para o governo ou estruturas ligadas ao Estado. É interessante notar

passaram a defender reformas antes muito criticadas por eles, como a Reforma da Previdência e Reforma Universitária.

25 A expulsão do principal líder da frente de massas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), José Rainha, por exemplo, mostra a mudança de eixo do movimento da mobilização para a produção, a partir da adaptação do movimento na relação com o Governo Lula.

26 “O intelectual cooptado não tem necessariamente de ser um apologeta direto do regime social que o mantém e do Estado ao qual está ligado. Ele pode, em sua criação cultural ou artística, cultivar sua própria intimidade, ou seja, dar expressão a ideologias ou estilos estéticos que lhe pareçam os mais adequados à sua subjetividade criadora. Mas o fato é que a própria situação de isolamento em face dos problemas do povo-nação, a “torre de marfim” voluntária ou involuntária em que é posto pela situação de cooptação (e pela ausência da sociedade civil), faz com que essa cultura elaborada pelos intelectuais “cooptados” evite pôr em discussão as relações sociais de poder vigentes, com as quais estão direta ou indiretamente comprometidos” (COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideais e formas*. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 21-22).

que a autoridade destes atores vem da posição prévia, e não da construção cotidiana nos processos de enfrentamento e na luta de classes, até por acreditarem serem capazes de cumprir o papel de conciliação e mediação. Nesse sentido, o afastamento dos intelectuais orgânicos dos setores periféricos e a aproximação com o PT e as estruturas de governo e Estado revelam o motivo por que muitos não viram o inconformismo das periferias, já que se preocupavam mais em legitimar o governo na ocasião.

Paralelamente, vale destacar que, no interior da intelectualidade de esquerda no Brasil, também tiveram aqueles intelectuais (muitos deles fundadores ou colaboradores do PSOL) que não foram completamente absorvidos por essa dinâmica, e que conseguiram – mesmo que pelas bordas e margens, e muitas vezes marcados por um tom “pessimista” e “negativo” – manter vivo o legado de um tipo de pensamento avesso aos vícios do PT, atuando como uma espécie de “consciência crítica” da esquerda, algo que garantiu espaço para uma crítica ao petismo no interior do pensamento brasileiro, mesmo em um momento de auge do lulismo.²⁷ Importante notar, inclusive, o quanto isso foi central não apenas para o próprio surgimento do PSOL, mas o quanto é algo que continua decisivo para o seu amadurecimento enquanto uma alternativa política à hegemonia petista na esquerda brasileira hoje. O partido depende do fortalecimento de uma intelectualidade crítica, capaz de elaborar uma teoria sobre o capitalismo brasileiro e vocalizar uma perspectiva antissistêmica e radical, formando e sendo informado pelos movimentos sociais, para não incorrer nos erros do PT, de forma a avançar na construção de um programa e projeto antissistêmico e, assim, não cair nem na pressão do ativismo e do tarefismo irrefletido, nem na burocratização institucional. Nas palavras de Gramsci, trata-se da importância de intelectuais orgânicos socialistas, que

27 QUERIDO, Fabio Mascaro & BRAGA, Ruy. “Chico de Oliveira e as reviravoltas da crítica”. Em: OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2017.

consigam elaborar e dar sentido aos problemas colocados pelos subalternos, num diálogo com o “núcleo racional” das representações ideológicas que o senso comum popular carrega. Iniciativas como as promovidas pela Universidade Emancipa tem corroborado para esse caminho, assim como se trata de um processo que tem sido aos poucos revitalizado no interior dos próprios movimentos sociais, como o movimento feminista, que tem sido um ponto importante de renovação da esquerda e do marxismo a partir de uma tensão criativa entre trabalho intelectual e ativismo político, que têm dado fruto tanto a novas elaborações quanto a práticas políticas.²⁸

Aliança com a burguesia nacional?

Em meio a tais processos de cooptação ou transformismo, a busca por *frentes e alianças junto a setores da burguesia* é algo recorrente, e isto ocorre também no Brasil. Foi a movimentação que o etapismo²⁹ dos comunistas brasileiros fizeram na década de 1950-1960 antes do golpe militar promovido sobre a supervisão norte-americana. A decepção sobre estes setores, já criticado anteriormente, é expresso por Caio Prado Junior:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda.³⁰

A ideia de uma burguesia nacional, ou a tentativa de separar de forma sistemática as frações para identificar qual setor da elite

28 Cf. MARCELINO, Giovanna Henrique. Feminismo, ponto de renovação do marxismo. *Outubro*, n. 33, 2019.

29 Política de aliança com uma burguesia nacional a fim de completar a revolução burguesa no Brasil e assim amadurecer as condições para a revolução socialista.

30 Caio Prado Júnior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo. Brasiliense, 1977: 121.

é mais progressista, passou a ser uma tarefa dos petistas quando chegaram ao poder, bem como de setores da intelectualidade que apoiaram seu projeto de conciliação. Neste sentido, o governo Lula criou a política das “campeãs nacionais”, segundo a seguinte lógica: por um lado, elegiam as vencedoras que teriam características progressistas e poderiam competir no mercado internacional; por outro, passavam a gerenciar fundos de investimento criados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, construindo parcerias com setores da burguesia dita progressista.

Longe de um processo de separação, o que assistimos no último período foi o imbricamento de capitais produtivos, imobiliários e financeiros no estabelecimento da burguesia brasileira. Diversos autores, como Raquel Rolnik³¹, mostram a migração de setores produtivos tradicionais para o mercado imobiliário e seus encontros e relações com o sistema financeiro. Por outro lado, o que se observa em uma série de estudos é a relação entre o fortalecimento do capital financeiro e a explosão do agronegócio³². Ou seja, na verdade, trata-se de um movimento inverso: longe de fortalecer setores nacionais competitivos, observou-se no último período a inserção destes no mercado internacional de forma subordinada e dependente.

Dentre os casos que podemos citar está o da Vale³³. Como uma “campeã nacional”, teve suas ações preferenciais transformadas em ordinárias a partir de um novo acordo de acionistas, em fevereiro de 2017, tendo os investidores privados estrangeiros a posse de 48,65% do capital total da empresa. Além de mostrar como a empresa nacional ficou refém de agentes privados e es-

31 O seu livro *Guerra dos Lugares* é um bom estudo para mostrar a disputa da cidade e o enlace entre diversos capitais na apropriação do espaço urbano.

32 Como bom estudo podemos citar DELGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). *UFRGS*, 2012, 142p.

33 Para mais ver AGUIAR, Thiago Trindade de. *O solo moveido da globalização: relações de trabalho na Vale S.A.* Programa de Pós-graduação de Sociologia da FFLCH USP. Tese de doutorado. p.279.

trangeiros, nada próximo dos “interesses nacionais”, os crimes de Mariana e Brumadinho reforçam o caráter nefasto que estes investimentos consorciados com o imperialismo chinês fizeram nas questões trabalhistas e ambientais no Brasil.

Para além dos duvidosos esquemas com as empreiteiras nacionais e os escândalos que vimos no último período, outro exemplo é a da JBS-Friboi: após ter o seu capital alavancado pelo BNDES e pelo governo brasileiro, transformou-se na principal empresa de proteína animal do mundo; agora, avalia processos de lançamentos acionários em bolsas internacionais, inclusive estudando mudar a sede para fora do país³⁴. Ou ainda, o caso da Oi, que necessita de diversos aportes do governo para garantir liquidez e competitividade no mercado interno, sendo que está a todo o momento à vista de ser comprada por um grupo estrangeiro, como foi o caso da Portugal Telecom³⁵.

Não faltam exemplos e tipificações para mostrar o equívoco de tentar buscar separar ou construir a ideia de uma “burguesia nacional” ou progressista. O que vimos no último período foram setores ditos reformistas que, de forma farsesca, apontavam para uma conciliação de classes construindo pontes com setores “burgueses nacionais”, mas que, no final, apenas pensavam em manter a sua nova posição social como gestores de fundos ou a apropriação de cargos e benesses do Estado brasileiro.

Autocracia e violência

Antes de abordarmos como o problema da organização dos subalternos e da reorganização da esquerda radical se coloca hoje, depois da experiência petista, vale ainda destacarmos um último elemento constituinte das classes dominantes no Brasil, que passou a se expressar de maneira mais evidente após 2013 e, em especial, a partir de 2016: a *autocracia* e a *violência*.

34 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/projeto-da-jbs-transfere-sede-para-fora-do-brasil.shtml>

35 <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27704>

Conforme trabalhado no texto *Interregno como chave para compreender a crise*³⁶, desde 2013, observamos o aprofundamento de uma crise econômica no Brasil (que passou a escancarar os limites do projeto de conciliação de classes petista), combinada com o despertar de uma crise de hegemonia e de dominação política (com o rompimento do consenso da Nova República e com as massas, mesmo que de forma difusa, reivindicando uma participação ativa na vida política do país). Resgatando Florestan Fernandes, podemos dizer que trata-se de um momento em que

Acréscimo que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou lealdades. Por isso, ela concorre para exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam do que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada.³⁷

Nesse sentido, os limites da burguesia brasileira, expressos de forma evidente a partir de junho de 2013, estão profundamente vinculados à própria estrutura social de nossa sociedade. O abismo da desigualdade e o caráter dependente do nosso país faz com que os limites de negociação sejam muito frágeis. A constante vigília e perseguição sobre os setores mais pobres e periféricos, mesmo em períodos democráticos, remetem à incapacidade de estabelecer consensos amplos e permanentes por muito tempo. Nesta lógica, toda a flexibilidade para se tornar sócio minoritário do capitalismo internacional se reverte em braço forte e coerção sobre as camadas populares em nosso país. Assim, a formação do capitalismo brasileiro sempre esteve muito relacionada ao Estado, não apenas como investidor e reproduzidor da acumulação

36 <https://movimentorevista.com.br/2020/02/interregno-como-chave-para-compreender-a-crise/>

37 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975: 424.

para a mesma casta de sempre, mas também como aparelho de contenção dos setores periféricos a partir da militarização e das forças de segurança desde os tempos do Império. Neste sentido, os processos de cooptação, como os que ocorreram com o PT, assim como as rupturas e desmoronamentos do regime, dizem muito sobre a nossa história, que nunca acertou contas com o seu passado escravista, a herança colonial ou a anistia para assassinos e torturadores ligados ao regime da ocasião. A fuga para frente num grande acordo entre as classes dominantes faz parte da nossa triste tradição.

E o fato é que a crise de hegemonia aberta em 2013 levou as elites a buscarem restabelecer os seus ganhos, devido às perdas econômicas provenientes da recessão que se aprofunda há alguns anos. A necessidade de se impor perante a fraude, a corrupção e todas as manobras parlamentares, junto ao desmonte que o PT fez da esquerda, possibilitou a burguesia a acelerar com as contrarreformas, com o objetivo de transformar o Estado varguista e acabar com diversas conquistas dos anos de 1980³⁸.

Nesse processo, além da proeminência dos operadores financeiros no que se refere aos ganhos e organização do Estado brasileiro, outros setores da burguesia buscaram disputar fatias da divisão dos ganhos e lucros, como setores ligados à mídia e cultura, agronegócio, imobiliário, varejo, entre outros. Para além dos ataques na legislação, o processo de desvalorização do real engoliu os salários, assim como facilitou a venda de ativos nacionais, enquanto o desemprego amplia o exército industrial de reserva e mantém os salários menores ainda. E estes são os embates que se refletem seja na disputa sobre qual regime político se consolidará, seja nos setores que os governos financiarão para a retomada econômica depois da depressão impulsionada pela covid-19.

38 Buscamos debater mais sobre o assunto da mudança do caráter do regime e os processos de acumulação no Estado brasileiro no texto "A esquerda em seu labirinto: considerações sobre o Brasil em crise".

Na esteira desse processo, também houve um crescimento da insatisfação popular – alimentada sobretudo pela decepção com a política tradicional, pela crise de legitimidade das classes dominantes e dos partidos da ordem e pelo sentimento de frustração com uma sequência de governos e com um regime que não conseguiu garantir efetivamente mobilidade social. Como mostra Rosana Pinheiro Machado em *Amanhã Será Maior*, os setores subalternos assimilaram de diferentes maneiras as ambiguidades e contradições que foram postas nesse período. A desilusão de pequenos burgueses transformados em precariado, homens que não conseguem lidar com o avanço do feminismo, pequenos comerciantes que perderam seus negócios, por exemplo, foram todos fenômenos com os quais o bolsonarismo tentou dialogar, mesmo que sem a pretensão de dar uma resposta material a eles – um fenômeno que não está restrito ao Brasil, diga-se de passagem, mas que na verdade é muito comum em momentos de interregno e crises, conforme bem coloca Adorno:

O risco contínuo de guerra inerente ao fascismo significa destruição, e as massas sabem disso ao menos pré-conscientemente. Desse modo, o fascismo não é totalmente mentiroso quando se refere a seus poderes irracionais, não importando se é falsa a mitologia que ideologicamente racionaliza o irracional. Como seria impossível para o fascismo ganhar as massas por meio de argumentos racionais, sua propaganda deve necessariamente ser defletida do pensamento discursivo; deve ser orientada psicologicamente, e tem de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. Essa tarefa é facilitada pelo estado de espírito de todos aqueles estratos da população que sofrem frustrações sem sentido e desenvolvem, por isso, uma mentalidade mesquinha e irracional.³⁹

A ascensão e manutenção do bolsonarismo, bem como a forma como este passou a recrutar setores da direita (com a anuência de setores da classe dominante) estão, assim, proporcio-

39 ADORNO, Theodor. “A psicanálise da adesão ao fascismo”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>

nalmente vinculadas tanto a mobilização de processos difusos que tomaram a classe trabalhadora no desenrolar da crise de hegemonia vigente, quanto a liquidação de alternativas e a própria desorganização do povo, que carece de referenciais. Como destacou Francisco de Oliveira⁴⁰, o processo de transformação da classe em “consumidores” corroborou para tornar as massas ainda mais suscetíveis aos ideais burgueses de nosso tempo, ao mesmo passo em que a crise de hegemonia evidencia o autoritarismo da nossa elite dependente apresentando, como diria Florestan, uma autocracia burguesa dissimulada.

Quando novos personagens entram em cena

Dado este panorama sobre as movimentações, interesses e o caráter dependente de nossa burguesia nacional, os limites da estratégia lulista e os reveses abertos pela conjuntura econômica e política que tomou conta do Brasil especialmente após 2013, é de suma importância nos debruçarmos sobre o problema da reorganização da esquerda e da construção de alternativas anticapitalistas hoje. Para isso, é fundamental nos atermos a dois aspectos principais: a) quais são as personagens que se colocaram em cena no último período e por que elas se mobilizam e b) como elas podem se articular em torno de um projeto político comum, tendo em vista a urgência de pensarmos como as diferentes mobilizações e revoltas populares que irromperam nos últimos anos podem convergir numa estratégia e se transformar em organização da classe.

É inegável que uma resposta efetiva à crise em que vivemos exige uma mudança profunda que só se realizará com uma mobilização de massas que adquira força revolucionária. O grande impasse da situação aberta pela crise de 2008 se encontra, no

40 RIDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. Faça dualismo ao omitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. Cafajeste. *CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 601-622, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2020.

entanto, no fato de que sujeitos e alternativas políticas anticapitalistas não emergem e depreendem automaticamente das contradições do capitalismo, apesar de estas terem se tornado mais evidentes e gritantes. Especialmente desde 2011, diferentes setores e formas de resistência eclodiram no mundo, fazendo frente às injustiças promovidas pelos governos e partidos da ordem. Entretanto, a classe trabalhadora em seu conjunto ainda não conseguiu produzir uma resposta unitária, haja vista as próprias dificuldades objetivas impostas, bem como a debilidade subjetiva que o projeto socialista enfrenta desde o declínio dos regimes do socialismo real e da socialdemocracia. E o problema é que, para que a luta do povo avance, é necessário que a contradição entre o objetivo (crise do capitalismo e do regime) e o subjetivo (consciência e organização) também avance.

Atualmente, alguns setores que compõem a vanguarda de enfrentamento ao neoliberalismo se demonstram estratégicos nesse debate, seja pela posição que ocupam na estrutura social, seja pelo nível de consciência, de atuação e pelo sentido das bandeiras que carregam nesse momento – como é o caso do *precariado*, das *mulheres* e da *negritude*. Do ponto de vista de um marxismo clássico mais ortodoxo, teríamos que esperar a reorganização dos trabalhadores do setor produtivo para vislumbrar uma saída da encruzilhada que nos encontramos no momento; mas a verdade é que a realidade tem se apresentado mais complexa, e hoje quem se levanta e se mobiliza são sobretudo setores informais, das comunidades, em defesa de melhores condições para a reprodução da força de trabalho e da manutenção da própria vida.

Como destaca Ruy Braga⁴¹, pode-se dizer que vivemos um novo período da história da luta de classes no Brasil e no mundo, mas não mais em sua “roupagem” industrial ou fordista. O aprofundamento da precarização do trabalho e do modo de vida

41 BRAGA, Ruy. Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. *Mundo do trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020.

dos trabalhadores provocado pela crise, associado ao fenômeno de “acumulação por espoliação” de bens e direitos descrito por Harvey em *O novo imperialismo*, levou a um processo de recomposição da classe trabalhadora, junto ao desenvolvimento de um novo ciclo de mobilizações sociais, marcados por novos padrões de agitação trabalhista e popular.

Se, na Europa e nos Estados Unidos, décadas de institucionalização de direitos sociais mitigaram a condição estruturalmente precária do trabalho assalariado por meio da integração da fração masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora ao ciclo de transferência de parte dos ganhos de produtividade aos salários, a transformação de um longo período de crescimento lento em uma crise econômica sistêmica em escala global trouxe novamente à baila a precariedade como condição social inerente à mercantilização do trabalho.⁴²

Nesse cenário, assistimos um “refazer-se” das classes trabalhadoras acontecer em escala global. O processo de descentralização da produção, de financeirização das empresas, de privatização dos serviços públicos e de mudança nas formas de contratação que se deu sob o neoliberalismo “desfez” o padrão fordista anterior, tanto em termo das lutas sindicais, como do ponto de vista do desmanche da proteção trabalhista. Com o aprofundamento da precarização do trabalho, o aumento do desemprego, e na ausência de uma perspectiva de crescimento econômico, o fato é que temos visto a ampliação do peso relativo de uma fração específica no interior das classes trabalhadoras nacionais: o precariado.

O precariado nada mais é do que um dos setores mais ex-

42 BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 27. Como esclarece Ruy, a precariedade na verdade é uma dimensão intrínseca do processo de mercantilização do trabalho: é “próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente – sob a forma do desemprego precário ou do trabalho precário – uma população trabalhadora excedente é necessária ao modo de produção capitalista aglutinada em torno de quatro frações distintas, porém permeáveis” (BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 16).

plorados e mal-remunerados do proletariado – o *proletariado precarizado*. Ele condensa as características mais salientes do atual regime de acumulação “pós-fordista e periférico” – “a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho”⁴³ –, a exemplo das/os trabalhadoras de telemarketing e aplicativo. Inserida em condições degradantes de trabalho e de vida, trata-se de uma fração altamente submetida a alta rotatividade, a espoliação dos direitos sociais, ao acesso frágil a direitos trabalhistas, que carece de representação sindical e negociação de benefícios, estando, portanto, mais suscetível às crises econômicas, aos ciclos de aumento da pobreza e desigualdades entre as classes. Composto por trabalhadores e por estratos intermediários que se proletarizaram devido à crise, o precariado possui em sua maioria um perfil jovem, negro e feminino, formado por trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados, informalizados e sem experiência sindical prévia, que estão entrando pela primeira vez no mercado de trabalho sob as piores condições, ao assumir trabalhos a tempo parcial, temporários, intermitentes, terceirizados, muitas vezes trabalhando por conta própria e se submetendo à longas jornadas, sem segurança no emprego e no processo de trabalho.

E o fato é que, além de representar uma alteração na composição das classes trabalhadoras nacionais, o crescimento significativo do precariado especialmente após a eclosão da crise capitalista também aponta para uma mudança nos próprios *padrões de mobilização coletiva*. Nas palavras de Ruy Braga, a dinâmica da luta de classes desde 2008 é marcada por um novo ciclo de “insurgências plebeias”, com a emergência de revoltas populares protagonizadas justamente pelos setores que sentem mais na pele, de maneira aguda, a combinação de neoliberalismo e precarização do trabalho, munidos de novos tipos de ação, que refletem as

43 BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37.

próprias metamorfoses do trabalho e do movimento sindical.

Diferentemente do período fordista, a práxis política dos grupos insurgentes e periféricos é agora alimentada, sobretudo, por uma “pulsão plebeia”, um *classismo em estado prático*, próprio de contextos de crise, em que trabalhadores – precários, jovens, negros, mulheres – se voltaram para a luta por efetivação e ampliação de direitos sociais, numa espécie de “reformismo inorgânico”, já que se baseia em interesses materiais da classe, mas carece de recursos organizativos, ideológicos e políticos⁴⁴. Ou seja, não se trata mais de mobilizações orientadas pela “negociação coletiva entre trabalhadores, empresas e governos, e focadas na ação coletiva de sindicatos”⁴⁵, mas sim, de um novo padrão de agitação e de prática política, “pós-fordista”, avesso ao “consentimento operário”, próprio dos trabalhadores em situação de precariedade, informalidade, sem representação sindical, que se encontram inseridos num contexto histórico marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, e que tentam interpelar o Estado por meio de uma “gramática dos direitos sociais” e pela via da ação direta, numa força social reformista que reivindica gastos universais com saúde, educação, mobilidade urbana, etc⁴⁶. Em suma: “os trabalhadores, em especial no Sul global, estariam ressignificando sua experiência classista a fim de defender por meio da ação direta sua própria subsistência ameaçada pelos desdobramentos ‘austericidas’ da crise da globalização neoliberal”⁴⁷.

Esse tipo de práxis insurgente própria do precariado se mul-

44 BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 9

45 BRAGA, Ruy. Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. *Mundo do trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 3. Como alerta Ruy, isso não significa, entretanto, a ruína do movimento sindical, mas o fato de que há uma transformação permanente dos padrões organizativos da classe trabalhadora, de acordo com as próprias transformações do capitalismo.

46 Ibidem, p. 12. Sobre o padrão da ação direta, Ruy destaca: “As negociações coletivas foram se tornando cada vez mais descentralizadas e os contratos de trabalho, mais precários e individualizados, minando a capacidade protetiva da economia “moral” dos pobres, para lembrarmos um conceito thompsoniano cada dia mais atual, e transformando muitas vezes a ação direta na única alternativa crível para os trabalhadores pobres e precários” (Ibidem, p. 10).

47 Ibidem, p. 11.

tiplicou de maneira aguda na semiperiferia do capitalismo, como é o caso do Brasil⁴⁸. Para nós, vale destacar que a precariedade da reprodução da força de trabalho e das relações de produção, na verdade, já há tempos é uma característica (senão uma regra) estrutural do capitalismo periférico brasileiro, mas que se acelerou profundamente nos últimos anos, junto aos processos internacionais de recomposição do capital. E, especialmente desde 2013, assistimos a combinação explosiva de desaceleração econômica, esgotamento do modelo de desenvolvimento pautado em políticas redistributivas e um forte crescimento desse setor, que passou a se mobilizar, numa espécie de “mescla entre protestos sociais e greves de massas, (...) fusão de conflitos econômicos e políticos cujo sentido consiste em resistir à articulação de diferentes formas de alienação mercantil por meio da ação direta”, pressionando os governos para que o Estado inverta suas prioridades e garanta as demandas do povo, ao invés dos bancos e setores empresariais.⁴⁹

Assim, pode-se dizer que o transformismo lulista não recalcou a “pulsão classista” por completo: com os cortes de salários, a deterioração das condições de trabalho e dos serviços públicos (como educação e saúde), o aumento de endividamento das famílias trabalhadoras, os ataques à previdência social e as reformas trabalhistas, o aumento do preço de alimentos, combustíveis, passagens de ônibus e aluguel, e com as incertezas sobre o futuro, tal pulsão veio novamente à tona, num tipo de conflito em que os subalternos tentam interpelar diretamente os governos, sem a mediação de representantes políticos. Interessante notar, inclusive, uma certa linha de continuidade que tal pulsão plebeia tem com a própria tradição e história dos movimentos populares brasileiros que buscaram alcançar e efetivar a promessa dos “direitos de cidadania” no processo de redemocratização, por

48 Em *A rebeldia do precariado*, Ruy analisa também os casos de Portugal e da África do Sul.

49 BRAGA, Ruy. Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. *Mundo do trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 13

meio da ocupação de terras, greves, trabalhos de educação popular e alfabetização, que são agora retomados em outros termos, no próprio desmanche dos marcos abertos pela constituição de 1988.

Atentar-se a esses elementos é importante, pois eles reforçam o quanto processos de recomposição e auto-organização da classe estão em andamento, resgatando valores e reativando o nosso senso de transformação social. A greve nacional dos entregadores de aplicativos antifascistas que ocorreu no 1 de julho de 2020 (o *#BrequedosApps*) talvez tenha sido a demonstração mais recente e mais importante desse fenômeno, que colocou em outro patamar o amadurecimento político da experiência do precariado. E ela confirmou justamente as mudanças de composição, de identidade e de padrões de sociabilidade da classe trabalhadora com o aumento do peso relativo do precariado em seu interior, bem como das características de suas formas de protestos e auto-organização, como vem estudando e alertando Ruy Braga. Além disso, reafirmou o quanto continua existindo um importante caldo de politização e uma forte energia popular acumulada. Ela é substancialmente diferente dos padrões da classe operária fordista clássica, mas não deixou de existir. E para entender e atuar sobre ela (para que avance rumo a construção de uma alternativa), a esquerda precisa reconhecer e estar junto dessas novas experiências organizativas não-canônicas da classe, mesmo que elas se apresentem em um estágio embrionário. Se no período fordista o operário industrial e o local de trabalho eram visto como o sujeito e o espaço por excelência da intervenção da política classista, hoje pode-se dizer que há uma tendência maior para que ela se dê nos lugares em que se localizam os próprios trabalhadores precarizados atualmente – nos bairros e territórios da cidade. Nesse sentido, é preciso reconhecer os locais a partir dos quais têm sido germinada de maneira mais intensa e frutífera as bases para um projeto anticapitalista e formular uma política

territorial. Além disso, é necessário ser sensível aos processos de formação de consciência de classe do precariado brasileiro, que são distintos do operariado fordista, refletindo muito mais tanto uma mudança nos padrões de consumo que criaram novas disposições sociais e uma individualização dos comportamentos, como um estado de angústia e inquietação social próprio do atual momento de crise capitalista, que tem empurrado a classe à radicalização democrática, numa relação tensionada com a “consciência sindical”. Nesse sentido, seria interessante também pensar como formas de união entre trabalhadores sindicalizados e não-sindicalizados, movimentos populares e comunitários, pode contribuir para a gestação de um novo projeto autônomo de organização da classe trabalhadora hoje.

Reconectando classe, gênero e raça

O conceito de classe é central na tradição marxista e socialista. O papel histórico do proletariado, como sujeito portador de um projeto de emancipação humana, é uma constante na teoria revolucionária. Mas, como o próprio debate sobre o precariado evidencia de maneira explícita, classe não pode ser pensada de maneira fixa ou estática; ela está na verdade em permanente estado de mutação – construindo, desconstruindo e reconstruindo suas identidades coletivas e formas organizativas, de acordo com o próprio desenvolvimento capitalista. Assim, é de suma importância sempre relacionar o nível conceitual e mais abstrato da ideia de classe com sua análise histórica, levando em consideração os processos concretos de sua formação e suas lutas.

E o fato é que não apenas a noção de precariado é indispensável para obter uma aproximação do perfil, composição e dos padrões de mobilização travados pela classe trabalhadora hoje, mas também as categorias de gênero e raça. Na verdade, não é possível entender a identidade dos trabalhadores sem a articulação dessas categorias. No Brasil – um país de passado colonial e es-

cravocrata que repõe diariamente o racismo estrutural e a opressão racial como aspecto constitutivo e estruturante da formação e das relações sociais brasileiras – raça e classe sempre andaram juntas.⁵⁰ Além disso, o crescente fenômeno da “feminização do trabalho”, reforça o quanto a classe trabalhadora brasileira não apenas é majoritariamente negra como tem se tornado cada vez mais feminina – as mulheres já são maioria dos trabalhadores informais no Brasil, por exemplo, com destaque para a presença de mulheres negras em situação de informalidade. Nesse sentido, o conceito de classe é um conceito universalizante, mas, no fundo, só o pode ser, em última instância, se levar em conta gênero e raça, numa dialética tênue entre abstrato e concreto. Ou ainda, reconhecer o caráter universal da classe não significa apagar suas particularidades – isso seria uma fuga da materialidade para um tipo de abstração pura. Nesse sentido, classe, raça e gênero não são substâncias autônomas ou indiferentes umas às outras, mas momentos de uma mesma totalidade, de forma que não faz sentido uma disputa em torno da prioridade política de tais conceitos. No âmbito da política classista, não compreender a relação íntima de tais categorias nos leva na prática a uma compreensão incompleta da classe trabalhadora em sua forma real, concreta, presente (o que, no fim das contas, acaba nos levando a uma representação teórica e política demasiadamente embranquecida, masculina e colonizada de classe).

Mas destacar o entrecruzamento dos conceitos de classe, raça e gênero não é apenas fundamental para compreendermos a própria composição da classe trabalhadora, como também os *sujeitos políticos* que vem se constituindo desde a crise de 2008. Além do precariado rebelde, o movimento feminista e da negritude vem se forjando como setores ativos e dinâmicos da luta de classes e como sujeitos estratégicos de um projeto anticapitalista, em meio a um intenso processo de politização e radicalização de uma nova

50 ALMEIDA, Sílvia. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

geração de ativistas. Tanto feminismo quanto o antirracismo se tornaram fortes símbolos de resistência, criando trincheiras fundamentais nas lutas contra as políticas neoliberais.⁵¹

E estes são fenômenos que possuem uma contrapartida teórica, mas que correspondem, antes de mais nada, a processos bastante empíricos. Especialmente desde 2011, uma maré feminista gradualmente tomou o mundo. Seu ápice se deu no ano de 2015, com a chamada Primavera Feminista, e 2017, com as convocatórias internacionais do 8 de março, que permitiram inclusive que a esquerda tivesse acúmulo político para iniciar a luta contra os governos de extrema-direita, a exemplo do significado do *Women's March* após a eleição de Trump nos Estados Unidos, e do *#EleNão* no Brasil, mobilizações que contaram com o importante protagonismo de mulheres negras, tendo como um de seus principais símbolos a nossa companheira Marielle Franco.⁵² O movimento negro, igualmente, veio à tona nesse mesmo período, protagonizando batalhas fundamentais, como registrado em uma série de episódios que vão desde o surgimento do *Black Lives Matter* em 2013 até a luta histórica por cotas nas universidades, contra o genocídio da população periférica e a repressão policial, por Justiça para Marielle, que culminaram de maneira contundente e decidida nos levantes antirracistas que explodiram nos Estados Unidos após o assassinato de Georg Floyd e que tomaram o mundo no mês de junho de 2020, abrindo um novo momento da luta política internacional em meio ao cenário de pandemia.

Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento feminista e o movimento negro, de maneira conjunta e em profundo vínculo entrecruzamento com as revoltas do precariado e da chamada “juventude sem futuro”, se colocaram em cena, elaborando

51 É possível dizer, nesse sentido, que é preciso relacionar o sujeito histórico-teórico da revolução (o proletariado) com o sujeitos político-prático que emergem da própria formação social e compõe vanguardas em determinados contextos históricos.

52 Desenvolvemos melhor essa tese em “Por um feminismo anticapitalista: mulheres na linha de frente da resistência e da construção de uma alternativa política”: <https://movimentorevista.com.br/2019/05/por-um-feminismo-anticapitalista/>

novas identidades, linguagens, anseios e práticas que informam e são informadas pela própria materialidade das lutas anticapitalistas que surgiram desde 2008, abrindo um novo espaço de expressão política dos trabalhadores a nível mundial. Nesse sentido, pode-se dizer que não só uma nova configuração da classe trabalhadora emergiu na cena política no último período (mais precarizada, informal, negra, feminina e jovem), mas também um novo tipo de expressão da política classista (necessariamente feminista e antirracista). E isso é visível nos próprios discursos, temas, valores, nas características dos protestos e nos próprios lugares e territórios em que eles se constituem hoje, e que têm revalorizado determinadas identidades coletivas, padrões de socialização e condições de vida – como o cenário periférico, urbano, do lar, que são tanto palco de origem destes lutadores, quanto de grande parte dos próprios problemas sociais aos quais os movimentos que eles compõem são chamados a reagir (violência policial e doméstica, feminicídio, a ausência de direitos básicos, como educação, saúde, moradia).

O principal desafio posto, no entanto, é como a capacidade de auto-organização do precariado, das mulheres e da negritude pode encontrar formas de representação política que associem seus interesses específicos a um projeto estratégico e universal de transformação social – uma questão especialmente premente, já que está cada vez mais claro que, inclusive para realmente atender suas necessidades específicas, é necessária uma mudança ampla, sistêmica e radical da sociedade capitalista.

Algumas questões são importantes para essa reflexão. Uma delas diz respeito à relação entre “políticas de classe” e “políticas de identidade”.⁵³ Grosso modo, como alguns expoentes da teoria marxista contemporânea alertam, subjacente ao declínio do imaginário socialista e da perspectiva emancipatória clássica

53 Essa questão foi trabalhada no texto “Marxismo e lutas setoriais: reconectando a relação entre as partes e o todo”: <https://movimentorevista.com.br/2016/07/marxismo-materialismo-dialectica-feminismo-lgbt/>

no final do século XX, houve a emergência gradual de uma retórica e modalidade político-discursiva de autodeterminação de “grupos”, das “identidades” e das “diferenças” em detrimento da noção de pertencimento a uma classe no âmbito da esquerda. Nesse processo, não apenas emergiu uma valorização das chamadas “micropolíticas” e uma revisão das categorias prévias da ordem do agente (antes predominantemente concentradas na classe, passando a abarcar também as categorias de gênero, raça, nacionalidade, sexualidade), como na verdade uma certa substituição da identificação ideológica com uma classe pela filiação a um determinado grupo, em meio ao desenvolvimento do que Nancy Fraser denominou de conflitos de tipo “pós-socialistas”⁵⁴. Na formulação de Fredric Jameson, a ideia de adesão a um determinado grupo acabou tornando-se uma espécie de “versão pós-moderna” da consciência de classe⁵⁵. Nessa lógica, passou-se a privilegiar o desejo de pertencimento a um grupo social (que proporcionaria uma espécie de “gratificação de identidade”) em detrimento da aderência a organizações políticas, como sindicatos e partidos – que corresponderiam propriamente ao processo de formação da consciência de classe, ou mesmo, de identidade com uma classe, mas que estariam “obsoletos” diante da “multiplicidade de sujeitos” que emergiram na cena política após os anos 1960 e que não se encaixariam na definição clássica moderna de “proletariado” –, tornando os grupos e a luta por reconhecimento um espaço de atuação próprio, apartado da luta de classes⁵⁶.

Mas o fato é que hoje está cada vez mais claro que “política de classes” e “políticas de identidade” não são opostas, incompatíveis ou concorrentes, mas sim, dialeticamente complementares.

54 FRASER, Nancy. “Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, 2006.

55 JAMESON, F. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997, pp. 325-326.

56 JAMESON, F. “Periodizando os anos 60”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992b, p. 98.

Na verdade, as conexões entre classe e identidades já se dão nos próprios movimentos e nas complexas relações objetivas e subjetivas que permeiam e conformam a vida dos atores políticos contemporâneos, que é pautada, *ao mesmo tempo*, pela exploração de classe e pela opressão de gênero e de raça – ou seja, elas existem concretamente. Nesse sentido, uma análise sobre classe que não leve em consideração questões de opressão baseadas em “identidade de grupo” é inadequada e incompleta, sendo o inverso também verdadeiro.⁵⁷ E isso é evidente nas próprias questões materializadas nos discursos e linguagens das personagens que estão em cena, pois elas giram em torno tanto de demandas de reprodução material quanto de reconhecimento simbólico, dando voz às significações culturais que impregnam a luta de classes hoje.

O problema é que essa conexão entre grupo e classe ainda não encontrou uma contrapartida organizativa, e nem precariado, mulheres e negritude se unificaram no sentido de construir um *sujeito coletivo e histórico comum*. Em meio a uma falta de clareza sobre isso, também ficamos refém a cada hora tentando apontar um ator supostamente mais importante da luta de classes, a partir dos próprios acontecimentos que intermitentemente estouram na conjuntura, numa espécie de competição entre movimento sindical, de juventude, negritude, feminista, LGBT, indígena ou ambientalista. Além disso, apesar da importância e contribuição singular de *todos* eles, nenhum tem reivindicado ou se apresentado como portador de uma universalidade, reforçando o próprio limite dos ativismos de movimento que, para determinar seu próprio sentido, muitas vezes acabam reforçando sua própria identidade de grupo, borrando e diluindo, assim, os contornos e identidade a uma classe. Nesse sentido, para o avanço

57 Para uma análise sobre a relação entre políticas de identidade e de classe no movimento negro hoje, ver o texto “Black Lives Matter como política de identidade e luta de classes”: <https://marxismofeminista.wordpress.com/2020/06/30/black-lives-matter-como-politica-de-identidade-e-luta-de-classes/>

de todos esses movimentos, na verdade seria importante não só a unificação de suas bandeiras nas ruas, na construção de um programa e de uma alternativa política comum, como na sua transformação mais profunda numa política universalista da classe, entendida em sua diversidade – como advoga, por exemplo, a ideia de um “movimento dos 99%”.

Talvez uma pista para irmos aos poucos produzindo essa síntese política e organizativa na prática passa, em primeiro lugar, por nos atentarmos ao próprio fato de que todos esses movimentos têm um fundo comum muito importante nesse momento: a *luta pela vida*. O precariado se viu obrigado a se mobilizar politicamente para assegurar condições mínimas de reprodução, devido sua situação precária de vida e trabalho que só se agravou com o contexto de crise. A negritude e as mulheres, igualmente, tiveram como suas principais bandeiras *Vidas negras importam* e *Nem uma a menos*, contrapondo-se à lógica de extermínio da negritude, ao aumento de casos de feminicídio, dos índices de violência contra as mulheres e para tentar garantir uma histórica pauta do movimento de mulheres, a luta pela legalização do aborto. E não é a toa que estas se tornaram pautas comuns e urgentes: com a intensificação da acumulação capitalista pela via da espoliação de bens e direitos da classe trabalhadora, a própria reprodução e manutenção da vida foram colocadas em xeque, fazendo com que as lutas de resistência pela própria vida também aumentassem. E são justamente aqueles que sentem na pele essa batalha entre capital e vida que demonstram mais disposição de lutar pela vida, que está sendo colocada em xeque pela lógica neoliberal nesse momento. Nesse sentido, temas como o da precarização do trabalho, da necropolítica e da reprodução social da vida e dos cuidados tornam-se centrais para a reorganização da esquerda nesse momento de crise⁵⁸.

58 Ver MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: edições n-1, 2018 e DINIZ, Debora. *Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum*. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>

Nota-se que o contexto de pandemia acabou escancarando esse cenário de maneira ainda mais brutal – e o precariado, a negritude e as mulheres mais uma vez têm colocado suas próprias vidas em risco nesse momento para garantir a manutenção da reprodução social, alavancando mobilizações fundamentais no Brasil e no mundo. Como buscamos trabalhar no texto “Capitalismo, reprodução social e uma agenda feminista para a crise”, a pandemia atingiu em cheio as atividades que garantem a reprodução da vida e da força de trabalho (cuidado, criação, procriação, limpeza) e, conseqüentemente, as trabalhadoras e infraestruturas que as garantem (hospitais, escolas, creches, enfermeiras, parteiras, cuidadoras, empregadas domésticas, assistentes sociais, atendentes de caixa, etc.). Assim, ela deu uma enorme visibilidade à chamada esfera da reprodução social e o quanto ela é um terreno fundamental não apenas para entender uma série de dimensões da atual crise do capitalismo, como para a elaboração de um projeto anticapitalista, de forma a contrariar inclusive certas concepções marxistas que consideram apenas a esfera da produção como o lugar por excelência da luta de classes. Como as feministas marxistas adeptas da Teoria da Reprodução Social (TRS) tem assinalado, não só ambas as esferas são de suma importância, como elas na verdade são separadas, mas em um sentido muito efêmero, já que andam juntas no desenvolvimento contraditório do capitalismo, tendo em vista que tanto produção de mercadorias, quanto a reprodução da força de trabalho são os corações de todo o sistema, conformando, assim, uma totalidade; esta é reproduzida todos os dias através da produção de mercadorias e da reprodução da força de trabalho, que estão conectados, contando duplamente com a participação das mulheres, de maneira remunerada e não-remunerada, no locais de trabalho e “não-trabalho”. Nesse sentido, importante destacar o

quanto as mulheres trabalhadoras (sobretudo negras, mães, chefes de família, lideranças de comunidade) são uma espécie de “elo” entre ambas as esferas, tanto devido a sua maior presença no mundo do trabalho formal e informal, quanto pelo papel que cumprem nas atividades de reprodução e manutenção da vida, que são, por sua vez, uma espécie de pressuposto do próprio trabalho assalariado e da produção de mercadorias. E é justamente devido a essa posição que as mulheres ocupam em ambas as esferas o motivo pelo qual elas se constituem em um dos setores imprescindíveis da política de classes hoje – pois se elas param de realizar o trabalho que desempenham, o “coração” do sistema também para.

Anticapitalismo e a forma-partido como “unidade da diversidade”

O problema que nos deparamos atualmente, entretanto, é como as lutas em curso podem dar um passo a mais, de forma que elas sejam canalizadas em uma estratégia, na luta por um tipo de sociedade que nos dê vida e futuro, não morte, colapso social e ambiental. Para isso, o desejo de luta pela vida também deve se transformar no desejo de transformar o todo – a sociedade capitalista. Pois está cada vez mais nítido que se as múltiplas formas de resistência que continuaram a emergir no mundo desde 2008 se manterem apartadas ou pulverizadas, as forças de esquerda e anticapitalistas não conseguirão criar uma saída e dar uma resposta à crise que vivemos, pois ela passa também pela disputa de poder. Nesse sentido, é necessária uma reunificação das lutas em torno de um projeto comum.

Um primeiro passo para isso passa por justamente reconhecer a raiz comum que elas possuem: o próprio capitalismo, um sistema que coloca a lógica do lucro sobre a vida das pessoas, e que está pautado na exploração de classe, opressão de gênero,

opressão racial, devastação ambiental.⁵⁹ Em segundo lugar, reafirmar, conseqüentemente, a necessidade de construção de um projeto anticapitalista, pautado na força da classe trabalhadora, algo que está cada vez mais indissociável das questões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade. Tanto porque isso é fundamental para entender o próprio capitalismo (uma estrutura social baseada na exploração econômica e em variadas formas de dominação política), como também a composição dessa classe, bem como a própria subjetividade, as mediações simbólicas e o imaginário próprio dos sujeitos em luta, que constantemente reelaboram culturalmente suas necessidades objetivas. Nesse sentido, a esquerda radical precisa advogar por um projeto emancipatório universal (justamente porque tem como pressuposto a superação do sistema em sua totalidade), mas sem abrir mão de que se trata de um universalidade concreta, sendo preciso também apreender suas especificidades na elaboração da política anticapitalista. Ou seja, o capitalismo é uma totalidade e a luta contra ele exige uma resposta totalizante; mas trata-se de uma totalidade que é a unidade da diversidade, a concentração de múltiplas determinações e, portanto, devemos levar em conta todas as questões que estão articuladas nessa totalidade (a exploração, o machismo, o racismo, a devastação ambiental, etc).⁶⁰

Além disso, é necessário a construção de um programa que vocalize as lutas pela vida e articule as principais pautas do período, bem como um plano de enraizamento dos próprios setores que atualmente compõem a vanguarda de enfrentamento ao neoliberalismo (bem como das elaborações que são geralmente

59 Essa é uma ideia trabalhada pelas signatárias do manifesto por um “feminismo para os 99%”: estamos vivendo uma crise da sociedade (econômica, política, ambiental, de dominação e da reprodução da vida), cuja causa fundamental é o capitalismo neoliberal.

60 Vale destacar o quanto o marxismo tem sido uma “matriz discursiva” importante para ordenar os enunciados, aspirações e valores desses movimentos nesse sentido, inclusive na disputa de que tais pautas não sejam capturadas pelo “neoliberalismo progressista”, num transformismo molecular em que o capitalismo fagocita cosmeticamente aspectos e pautas das forças anticapitalistas para ter mais legitimidade para manter a exploração e seus padrões de acumulação.

formuladas por eles nos âmbitos de pequenos grupos) na organização popular, nos bairros, numa politização dos territórios, vendo as periferias como um terreno importante da reorganização da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da esquerda, tendo em vista a própria necessidade de irmos além das práticas mais imediatas de ação direta e construirmos algo mais duradouro e de longo prazo. E este é também o motivo porque, além de estarmos nos movimentos, é importante construirmos outras ferreamentas, como o partido.

Como já havíamos apontado em nossa tese de mulheres do MES para o Encontro Nacional de Mulheres do PSOL⁶¹, na perspectiva revolucionária, a forma-partido tanto permite a organização da classe trabalhadora para a disputa de projeto e de poder, quanto pode dar unicidade às lutas, já que serve como um guarda-chuva e mediador de diferentes experiências parciais e segmentos sociais que visam a superação do capitalismo, sendo capaz de acumular lições históricas e, portanto, propiciar uma visão totalizante e estratégica que muitas vezes falta aos imediatismos e espontaneísmos das ações de ativistas de movimentos⁶². Como define Daniel Bensaid, retomando Lenin, é precisamente “a forma partido que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes”:

O partido é, portanto, o elemento de continuidade nas flutuações da consciência coletiva. A história não é a de uma marcha triunfal de qualquer força tranqüila rumo ao desenlace garantido da história, mas um tecido de lutas, de crises e de fraturas. O partido não se limita a esclarecer um processo orgânico e natural de emancipação social. Ele é constituinte das correlações de forças, gerador de iniciativas, organizador da política, não no futuro simples, mas no condicional. Ele é, dizendo de outra maneira, um organizador

61 <https://movimentorevista.com.br/2019/05/por-um-feminismo-anticapitalista/>

62 ROBAINA, R. Faz sentido um partido político socialista? *Revista Movimento*, 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/10/faz-sentido-um-partido-politico-socialista-roberto-robaina/>

dos diversos tempos, a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da tática política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios⁶³.

Aqui, novamente, não se trata de opor a organização em partidos ou movimentos mas, antes, a necessidade de ambos. Em realidade, na atual conjuntura — em que o sistema político e as superestruturas partidárias estão desacreditadas, ao reproduzirem a lógica da corrupção, do carreirismo e dos privilégios — a concepção que reivindicamos é justamente a de um “partido-movimento”: um partido que se permita penetrar pelas características dos movimentos (por seu dinamismo e práticas coletivas de tomada de decisão, por exemplo), um partido em movimento (designado para a ação e em transformação contínua) e um partido que seja parte ativa dos movimentos (buscando influenciar as lutas sociais, sem controlá-las)⁶⁴.

A construção de um partido-movimento, orientado por uma política de emancipação, é uma ferramenta poderosa para a luta dos periféricos, pois permite a aliança e unificação de diferentes movimentos em torno de um projeto anticapitalista comum, com programa e visão estratégica. Ou seja, cria a possibilidade de uma reconexão entre o precariado, o movimento feminista, negro, de juventude, LGBT, ambientalista. Ou, ainda, é o que pode fazer que eles desenvolvam uma consciência socialista, ao oferecer um horizonte político, de que é preciso uma mudança tanto das relações sociais e de poder, quanto da forma como está organizado o mundo do trabalho, ou seja, que a resposta política para os problemas levantado pela crise do capitalismo passa pela construção e defesa de um novo tipo de sociedade.

Nesse sentido, não existe saída política para a atual crise sem organização e programa. A luta de classes sempre existirá e con-

63 BENSALD, D. Lenin, ou a política do tempo partido. *Revista Movimento*, 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/10/lenin-ou-a-politica-do-tempo-partido-daniel-bensaid/>

64 <https://movimentorevista.com.br/2017/08/imaginacao-estrategica-e-partido-leninismo-marxismo/>

tinuará pulsando enquanto as contradições do capitalismo existirem, independentemente da esquerda organizada. Mas o fato é que esta é decisiva para a construção de novos rumos e um novo futuro. E o partido é uma ferramenta fundamental para transformarmos o sujeito social em um sujeito político e revolucionário, dando forma a identidade coletiva dos subalternos e dando um outro patamar para suas lutas. Sem esta possibilidade, a tendência, inclusive, é de rotinização ou paralisia dos movimentos, dado o próprio peso das dificuldades materiais ou de manter o ativismo vivo, seja após alguma derrota ou vitória parcial, seja no sentido da criatividade de manter em pé a atuação de quadros e lideranças populares.

PSOL como alternativa radical para os periféricos

Para nós, é muito claro que esse desafio se materializa na construção do PSOL, que, desde sua fundação, tem acumulado importantes experiências, colocando-se como principal referência de uma nova esquerda no nosso tempo, mas sem deixar de se deparar, no entanto, com dificuldades e pressões impostas por uma série de obstáculos postos pela conjuntura.

O PSOL nasceu dos setores que não se dobraram aos transformismos do PT no início dos anos 2000. Sua história remonta a trajetória dos chamados “radicais” – Luciana Genro, Heloísa Helena e Babá – que foram expulsos do partido ao se posicionarem contra a Reforma da Previdência de 2003, abrindo um processo de reorganização da esquerda brasileira que arrastou, nesse primeiro momento, uma parte importante do movimento dos servidores públicos, da juventude e da intelectualidade que não tinha mais ilusões no lulismo. O segundo grande deslocamento se deu já em 2005, com o Mensalão e a crise moral e ética que o PT passou, momento em que Plínio de Arruda Sampaio se postula para a direção e rompe com o partido, arrastando Chico Alencar, João Alfredo, Ivan Valente, além de um setor social

médio que ainda se referenciava no PT. Essa primeira onda do PSOL, que conforma seu período fundacional, tem como característica a estruturação de um partido radical e coerente com as lutas históricas da esquerda brasileira, como projeto alternativo e de superação da experiência lulista.

A segunda onda que deu forma ao projeto do PSOL veio dez anos depois do rompimento com o Partido dos Trabalhadores, justamente no momento em que novos personagens entram em cena após a implosão de Junho de 2013 e a crise econômica. Neste momento, o partido passou por importantes testes, tornando-se uma casa para abrigar esses novos sujeitos. Uma demonstração disso foi a própria campanha da Luciana Genro em 2014, que não só vocalizou as pautas de junho, como abriu portas para a Primavera Feminista e a eleição da bancada feminista do PSOL, que elegeu uma série de vereadoras nas principais capitais do país. Logo em seguida, a brutal execução da companheira Marielle Franco, foi o prenúncio de uma nova profusão de lutas protagonizadas pela negritude, no combate a violência estatal e policial. Nesta toada, surge uma aproximação de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, assim como a expressiva votação de parlamentares de esquerda em estados importantes como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte nas eleições de 2018. Essa movimentação também reflete na aproximação de uma nova intelectualidade ligada a esses novos movimentos, como Rosana Pinheiro Machado, Ruy Braga e Silvio Almeida.

Até o momento, o posicionamento social junto aos movimentos sociais e as novas personagens que entraram em cena na luta política no último período e a preocupação em manter uma atuação parlamentar coerente, tendo em vista o crescimento da bancada do partido, fizeram com que o PSOL conseguisse uma posição de destaque e começasse a se postular como alternativa real. Porém, a aceleração da crise de hegemonia e o advento

da extrema direita com o bolsonarismo, colocou a necessidade urgente do partido dar um salto a mais, para não ficar refém de uma esquerda adaptada ou mesmo se adaptar a uma atuação parlamentar estatal pouco fértil. Nesse sentido, é necessário pensar como podemos avançar no amadurecimento de um projeto independente, apostando na organização das trabalhadoras e dos novos sujeitos que estão em luta nesse momento, de forma que sua disposição de luta se reverta numa estratégia revolucionária.

Para pensar o programa, é crucial, em primeiro lugar, nos debruçarmos sobre os impasses da sociedade brasileira, como debatemos na primeira parte do texto. Nesse sentido, vale destacar as características estruturais de um país que possui uma burguesia dependente e autocrática, ancorada na superexploração do trabalho e na manutenção da desigualdade, assim com a nossa posição internacional e o papel do imperialismo, que perpetua essa posição de subordinação no sistema capitalista mundial. Assim, o sentimento anti-imperialista e de construção de um nacional-popular se misturam com a necessidade de superar uma burguesia que só atende aos seus interesses e seus sócios prioritários externos. No nosso tempo, neoliberal, esses laços de subordinação se dão principalmente a partir da hegemonia financeira e seus operadores, como forma de espoliar e concentrar a riqueza em nosso país e no mundo. Nesta dinâmica desigual e combinada, vimos também a transformação do PT, não apenas conciliando, mas propriamente se adaptando a esta lógica estruturante de um país periférico. Nesse sentido, cabe ao PSOL superar esta dinâmica da esquerda do regime.

A primeira tarefa do nosso projeto é ser anti-imperialista, não apenas com a solidariedade ativa entre os povos, mas também com o enfrentamento aos interesses das potências (como a norte-americana e chinesa) em nosso território, sem ilusões nenhuma com a burguesia brasileira. A segunda é democrática: o combate do *modus operandi* da dominação autocrática em nosso

país, herdada de nossa origem aristocrática, patriarcal e escravocrata, que tem sido ressignificada atualmente a partir de uma política de superexploração e morte do nosso povo. E, por fim, é importante nos atermos as tarefas econômicas e socialistas, que são anti latifundiária, ecossocialista e, em especial, contra a financeirização, além de um programa de luta pela vida e pelo cuidado, que resgatamos no texto sob a ótica da literatura das feministas marxistas e do movimento antirracista. É a partir da combinação destas tarefas que um projeto de emancipação social para o nosso povo será elaborado.

Ao se postular com esse programa radical neste momento de crise orgânica, o PSOL poderá reorganizar o campo da esquerda, indo ao encontro das novas vanguardas que surgiram desde a crise de 2008, reoxigenando o combate, potencializando antigos atores e levando a luta de classes num novo patamar. Ao se constituir como um “porta voz” dos periféricos, o partido poderá se mostrar sensível ao fato de que, ao mesmo tempo em que o povo brasileiro sempre esteve muito distante do poder, já não aceita mais neste momento mediadores, e, por isso, precisa e está cada vez mais disposto a ver os seus próprios ocupando os espaços da política. Mulheres, negras, indígenas, precários e todos aqueles que estão à margem do sistema e que hoje não só representam a força de trabalho explorada, como são os que garantem a própria manutenção da vida. Para além da multiplicação das nossas porta vozes oriundas destas lutas, como a Sâmia, Fernanda e Áurea, precisamos nos misturar e estar inseridos na luta do povo. E, assim, refazer a equação que o PT desfez: transformar pobreza em classe.

Esse não é um desafio novo. A heterogeneidade das trabalhadoras e trabalhadores do nosso país, seja por questões regionais, étnicas, ou mesmo por contratos de trabalho, são marcas de nosso país. Essa desagregação sempre foi característica dos setores populares no capitalismo periférico, e hoje inclusive vai mi-

grando para os países centrais, num processo de “periféricização” do mundo. Ao pensar na necessidade de transformar esta desagregação social, que se rebelava e levantava em classe, Gramsci construiu a ideia de “classes subalternas”, exatamente no plural para expressar essa diversidade, para dar sentido comum aos diversos setores como camponeses, operários, trabalhadores e setores médios empobrecidos que insurgiam contra as classes dominantes, na grande maioria das vezes de forma esporádica e pouco organizada, mas sem um sentido comum. Nesta mesma direção, podemos dizer que, no Brasil, a nossa tarefa é nos apoiar nessas novas vanguardas com um programa radical para dar sentido comum de classe aos setores periféricos, que vão dos rincões da Amazônia às favelas do Rio de Janeiro, das periferias de São Paulo ao semiárido nordestino. Além de dar voz a estes setores, a construção do PSOL num processo de enraizamento e territorialização, com uma política radical para os periféricos, também se dará pelo impulsionamento de novas ferramentas e formas de organização das trabalhadoras e trabalhadores num processo de construção de uma alternativa que é proporcional ao processo de derretimento do antigo regime.

A crise orgânica e sanitária que nos encontramos fez com que o tempo e o espaço para se construir o novo se acelerasse. A todo o momento somos colocados a enfrentar desafios para conter a extrema direita e os ataques de Bolsonaro. Porém, sem a construção de um alicerce programático e um enraizamento profundo junto as novas vanguardas e os setores que lutam, a tendência é de nos perder no pragmatismo da tática. Neste momento de disputas de futuro, vale lembrar de Chico de Oliveira em *O Ornitórrinco*, propondo uma leitura de Rosa Luxemburgo sob o nosso prisma: “Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que ele está marcado pelos signos opostos do apartheid ou da revolução social”.

Pandemia, crise e a urgência do feminismo

Giovanna Marcelino¹ e Nathalie Drumond²

Segundo dados do Ministério da Saúde, 58% das vítimas da Covid-19 são do sexo masculino. No entanto, a atual crise sanitária é mais nociva às mulheres, sobretudo trabalhadoras e negras, como revelam dados divulgados em abril pela ONU. Isso é nítido, em primeiro lugar, pela própria composição do principal setor que está na linha de frente do enfrentamento da pandemia em todo o mundo, o dos trabalhadores da saúde, dentre os quais 70% são do gênero feminino. Em segundo, pela forma como o agravamento do cenário econômico e social tem atingido a vida das mulheres, com o aumento do desemprego e da fome, a necessidade de suspensão das aulas nas escolas, creches e universidades, o crescimento do teletrabalho que, conseqüentemente, sobrecarregam o trabalho doméstico. E, como se já não bastasse o risco de exposição ao vírus e à maior vulnerabilidade econômica e social, as mulheres também ficaram mais sujeitas à violência doméstica. Ao permanecer em casa com parceiros potencialmente agressores e ao estarem mais distantes de sua rede de apoio, elas passaram a ficar mais expostas a toda sorte de violências. Só na cidade de São Paulo, por exemplo, os registros de violência contra a mulher aumentaram 30% no mês de março. Um cenário que ganha contornos ainda mais graves a nível nacional ao termos um presidente que não só se nega a garantir políticas sociais, como debocha de maneira altiva dos próprios riscos da pandemia, por meio de posições negacionistas.

Mas o fato é que se a atual crise agravou problemas sociais, econômicos e políticos, deteriorando as condições de vida das

¹ Doutoranda em Sociologia (USP) e da Coordenação de Mulheres do MES.

² Geógrafa, dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista (MES).

mulheres e da classe trabalhadora de maneira geral, ela também tem escancarado o quanto eles são fruto de contradições próprias da lógica neoliberal. Assim, ela tem aberto fissuras que favorecem a luta contra a extrema-direita e contra a precarização de serviços públicos como saúde e educação; contra o total desamparo da força de trabalho, revelando a necessidade de mais medidas de proteção social, de uma alternativa política e de um projeto estratégico de superação do sistema. Como disse Luciana Genro em seu artigo,

(...) a pandemia desnudou o governo mais obscurantista do planeta. Mas se olharmos um pouco mais à distância vamos ver que a pandemia desnuda também um sistema econômico perverso, cuja crise já vinha empobrecendo a maioria do povo em benefício daqueles 1% que vão muito bem, obrigada. Mesmo os governantes que não vivem nas trevas como Bolsonaro, a exemplo de Eduardo Leite aqui no Rio Grande do Sul, insistem em “abrir” a economia a todo custo, inventando bandeiras e critérios que só servem para mandar os mais pobres voltar ao trabalho enquanto os mais bem situados na pirâmide social podem fazer “home office”.³

Assim, pode-se dizer que a atual crise representa um desafio para a própria esquerda – especialmente para as forças anticapitalistas – para que aproveite as debilidades que o neoliberalismo apresenta nesse momento e avance com um programa que enfrente o aprofundamento da precarização do trabalho, a privatização do sistema de saúde, a implementação do ensino à distância; que evite um novo ciclo de endividamento e empobrecimento das famílias; que combata a intensificação da lógica de descarte das vidas negras; que afaste a xenofobia e enfrente a violência contra as mulheres e a LGBTQ+; e que impeça a devastação da biodiversidade e dos recursos naturais - consequências prováveis caso se confirme como resposta à atual crise ainda

3 GENRO, L. Um olhar feminista sobre a pandemia. *Revista Movimento*, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/06/um-olhar-feminista-sobre-a-pandemia/>.

mais neoliberalismo.

Apesar de existir uma tendência hegemônica de aprofundamento das políticas neoliberais, ela se depara constantemente com a sua própria negação. Isso é muito visível entre as mulheres, que sentem de maneira aguda as contradições abertas desde a crise de 2008 (que evidenciam como o modelo neoliberal ameaça sobremaneira a vida) e demonstraram desde então muita disposição para lutar contra elas. Como as mulheres (especialmente as negras e da classe trabalhadora) têm um lugar especial nas tarefas de cuidado, elas não apenas são as mais atingidas, como essa experiência pode conduzi-las à uma consciência sobre a necessidade de lutar pela vida (em suas amplas dimensões), assumindo um papel importante na resistência ao sistema capitalista.

Neste sentido, é possível que a pandemia suscite conclusões como estas em escala ainda maior. Além disso, à medida em que o direito ao isolamento não foi garantido a uma parte importante das mulheres - como às trabalhadoras da saúde, domésticas, de supermercado, da limpeza - recai sobre elas um risco de morte superior, reforçando o papel delas como sujeito na luta social neste período. Neste texto, tentaremos abordar o quanto esta realidade está relacionada a algo que as feministas marxistas há tempos estão dizendo: o trabalho de cuidado – voltado à reprodução biológica, social e geracional da vida – é parte fundamental da reprodução do capitalismo. E essa é uma questão central tanto para compreendermos as dimensões da atual crise em que vivemos, como para enxergarmos vias de superá-la, entendendo o papel particular das mulheres nesse processo.

A reprodução social como chave para compreender e superar a crise

O tema da reprodução social foi especialmente desenvolvido a partir de uma interpretação feminista dos escritos de economia política marxistas no bojo da segunda onda do feminismo e de

novas leituras da obra do Marx que surgiram a partir dos anos 1960⁴. Ela foi recolocada em primeiríssimo plano após a batalha do capital contra a vida aberto pela crise de 2008 e que ganhou maior audiência no atual momento de pandemia e na esteira das reflexões sobre o papel de destaque que o movimento de mulheres adquiriu nos últimos anos⁵.

Como analisa uma das adeptas da chamada “Teoria da Reprodução Social”, a historiadora e ativista indiana Tithi Bhattacharya, a crise do coronavírus escancarou de maneira muito acelerada o quanto todas as atividades e instituições vinculadas ao trabalho de reprodução e manutenção da vida (hospitais, escolas, creches, serviços de alimentação, limpeza, cuidado dos idosos etc.) são essenciais para a sociedade. E o fato é que além de serem infraestruturas e tarefas majoritariamente sustentadas por mulheres elas são historicamente desprezadas, não-pagas, mal remuneradas ou mesmo não reconhecidas como trabalho, mas sem as quais não existiria reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, desenvolvimento capitalista.⁶ Trata-se, portanto, de um conjunto de atividades que não só mantém a vida coletiva e garantem que exista força de trabalho socializada e saudável para a reprodução do capitalismo, como são realizadas em condições muito precárias, especialmente após anos de privatização e de deterioração dos serviços públicos e dos recursos naturais. E a questão é que, à medida em que a pandemia deu visibilidade a essas atividades, revelou ao mesmo tempo quem são as pessoas que as realizam e o quanto, sem o trabalho que elas desempenham, a sociedade simplesmente paralisaria. Pois, sob a quarentena, os chamados trabalhos essenciais, realizados

4 Uma importante referência na constituição desse debate é a socióloga estadunidense Lise Vogel, em seu livro *Marxism and the Oppression of Women*, de 1983.

5 ARRUIZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

6 BHATTACHARYA, T.; JAFFE, S. Reprodução social e pandemia – entrevista com Tithi Bhattacharya. *Revista Movimento*, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>.

especialmente pelas mulheres são justamente os que não param.

Enxergar isso é importante, em primeiro lugar, para atuarmos sobre o presente. Lutar pelas vidas que estão sendo colocadas em xeque pela pandemia é uma tarefa central. Para isso, é preciso reconhecer e valorizar antes de mais nada as próprias trabalhadoras que as garantem: enfermeiras, parteiras, cuidadoras, trabalhadoras domésticas, da limpeza, caixas de supermercado, que são, em sua maioria, trabalhadoras informais, negras, pobres e imigrantes, e que seguiram trabalhando, mesmo sob o risco de contaminação, para garantir a manutenção da vida.

Além disso, o tema da reprodução social também ajuda a compreender o futuro que está em disputa a partir do cenário da pandemia, e muitas autoras adeptas dessa perspectiva já tem levantando hipóteses sobre o sentido e significado de várias mudanças que entraram em curso, no âmbito da economia, do mundo do trabalho e da socialização. Como apontam a economista e socióloga Veronica Gago e Luci Cavallero, integrantes do coletivo *Nem Uma a Menos* na Argentina, na verdade, o futuro está sendo criado agora mesmo, se pensarmos como a medida de confinamento e a reconfiguração das formas de trabalho e de consumo que ela implica (com o teletrabalho, o “home-office”, a escola e universidade em casa, as compras por aplicativos) pode levar a uma reestruturação das relações sociais, de classe, dos parâmetros de renda, das relações de gênero, tendo como ponto de partida o próprio âmbito da reprodução. Nesse sentido, o espaço do lar – que sempre foi objeto de debate e politização das feministas – pode tornar-se uma espécie de “laboratório do capital” de outra forma de organização do trabalho, tendo em vista a tendência deste de aproveitar a crise justamente para flexibilizar ainda mais as relações trabalhistas e super-explorar o espaço doméstico, tornando-o uma “casa-fábrica”, que funciona todos os dias da semana, sem limites de horário, com baixos custos para o capital:

Interiores com pouco espaço, saturados com cargas familiares, agora também devem ser produtivos em trabalhos que há alguns dias eram feitos em escritórios, fábricas, oficinas, comércios, escolas e universidades. Há uma exigência de hiperatividade enquanto nos movemos menos. O capital minimiza os custos: nós, trabalhadorxs, pagamos o aluguel e os serviços de “nosso” local de trabalho; nossa reprodução social se não “precisamos” de transporte para ir trabalhar fica mais barato; enquanto o delivery por aplicativos assegura logísticas precárias de entrega.⁷

Desse modo, apesar do trabalho remoto em casa não ser uma realidade para a maioria das famílias da classe trabalhadora (e para estas, a pandemia sem dúvida tem efeitos ainda mais drásticos), pode-se dizer que a quarentena de uma maneira geral amplificou a cena da reprodução social, evidenciando ainda mais as leituras feministas como uma peça chave para se pensar uma política anticapitalista. Além de apagar as linhas e fronteiras entre produção e reprodução, a pandemia trouxe outros tantos impactos nas próprias formas de sociabilidade, combinando isolamento social com um excesso de conectividade e comunicação através de uma ampla gama de redes e mídias sociais. Como destacam a filósofa e pesquisadora italiana Cinzia Arruzza e Felice Mommetti, apesar de não ser ainda possível visualizar totalmente o legado e a transformação profunda que a pandemia deixará na vida social, “é inteiramente possível que as formas do que Foucault rotularia de “tecnologias do eu”, de subjetivação e de comunicação se tornem ainda mais híbridas do que em tempos recentes, na direção de uma maior convergência de encontros e linguagens “reais” e “virtuais”. E esta é uma tendência que podemos enxergar a partir de nossas próprias experiências, com o uso mais frequente de plataformas digitais de notícias e entre-

7 GAGO, V; CAVALLERO, L. Dívida, habitação e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia. *Laboratório de teorias e práticas feministas (PACC/UFRJ)*, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@estelarosa/d%C3%ADvida-habita%C3%A7%C3%A3o-e-trabalho-uma-agenda-feminista-para-o-p%C3%B3s-pandemia-9776cad9c302>

tenimento, cada vez mais acessadas em tempos de isolamento, que contribuem de maneira significativa para a “digitalização” da vida, para a mudança de comportamentos, relações e hábitos⁸.

Por uma agenda feminista (hoje, amanhã e depois da pandemia)

Além de central para pensarmos o presente e o futuro das sociedades capitalistas, o tema da reprodução social também nos dá pistas sobre uma agenda necessária nesse momento de crise, para disputarmos o sentido das mudanças que estão em curso. Do ponto de vista mais imediato, torna-se muito importante, em primeiro lugar, a aprovação de medidas de proteção social que dirimam o intenso sofrimento das populações mais vulneráveis em nosso país, a exemplo da aprovação da renda emergencial – cuja emenda, elaborada pelo PSOL, foi decisiva para que esse benefício fosse assegurado às famílias monoparentais chefiadas por mulheres⁹. Entretanto, ainda que a adoção de políticas de bem-estar como esta possa neste momento frear em partes uma política de cortes e austeridade que vinha em curso, só conseguiremos derrotá-la a partir do enfrentamento a dimensões estruturais do neoliberalismo, já que todos os problemas que se tornaram mais evidentes nesse momento de pandemia - a realidade precária dos sistemas de saúde e educação pública, a condição de superexploração do trabalho, a necropolítica de Estado responsável pelo genocídio da população negra e periférica, o aumento da violência doméstica sob o isolamento - são decorrência direta de uma forma de organização social que subordina a vida das pessoas à lógica do lucro. Nessas condições, a estratégia do “keynesianismo com data de expiração”, como bem colocam Ar-

8 ARRUZZA, C.; MOMMETTI, F. Governance and Social Conflict in a Time of Pandemic. *Viewpoint Magazine*, 2020. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2020/04/09/governance-and-social-conflict-in-a-time-of-pandemic/>

9 Ver, por exemplo, “O que Sâmia está fazendo para ajudar os brasileiros durante a pandemia?”. Disponível em: <https://samiabomfim.com.br/2020/04/iniciativas-ajudar-brasileiros-durante-pandemia/>.

ruzza e Mommetti, é absolutamente insuficiente ao se furtar de enfrentar a raiz do problema: a relação capitalista entre produção e reprodução.

Assim, se a luta contra a deterioração da vida já era importante antes da pandemia, ela se tornou ainda mais crucial e certamente seguirá tendo uma enorme centralidade, especialmente em seu estágio neoliberal, quando constantemente se desestabiliza a reprodução da força de trabalho pelo imperativo de “salvar a economia” (algo bastante contraditório, diga-se de passagem, já que é justamente o trabalho humano a fonte de riqueza da sociedade). Assim, enquanto o neoliberalismo seguir com sua tendência de espoliação como forma de garantir seus padrões de acumulação, haverá luta pela vida. E o fato é que esse tem sido um dos principais eixos das mobilizações que emergiram de maneira bastante intensa nesse mesmo instante da pandemia, a exemplo da mobilização das louváveis enfermeiras e dos profissionais da saúde, da multiplicação de inumeráveis campanhas de solidariedade ativa e de ações comunitárias nas periferias, e, mais recentemente, a insurreição protagonizada pela negritude nos Estados Unidos e a paralisação dos trabalhadores de aplicativos no Brasil, dois grandes acontecimentos que - em proporções distintas - mudaram qualitativamente os rumos e deram uma nova perspectiva para a luta social.

E o fato é que todas elas tem um enorme potencial anticapitalista, ao escancarar e se contrapor diretamente a face mais cruel desse sistema - sua política de morte. A insurreição negra que surgiu como resposta ao assassinato de George Floyd pela política, por exemplo, não só modificará todo o curso das eleições presidenciais norte-americanas como deu novo impulso para a luta de classes a nível internacional. E não à toa foi uma mobilização iniciada pela pauta racial, desencadeada após anos de lutas travadas contra o racismo e a brutal violência policial, e que ganhou um novo patamar devido ao próprio fato de serem os negros os

que mais morrem e perdem empregos nessa pandemia¹⁰. Para o caso do Brasil, temos o trágico exemplo da morte do pequeno Miguel. A reação à sua morte e a solidariedade à sua mãe, Mirtes, serviram também êmula à mobilização no país. A percepção sobre as condições de maior vulnerabilidade e precarização da vida foi também o que motivou a paralisação dos entregadores de aplicativos no Brasil, justo no momento em que o serviço prestado por eles se tornou ainda mais essencial.

As mulheres como protagonistas da luta anticapitalista e da renovação da esquerda

A luta pela vida está no centro das principais mobilizações recentes pelo mundo. Junto a elas, também têm emergido não só importantes pautas para um programa, mas novos atores que podem dar substância para a construção de uma alternativa, em meio ao processo de recomposição e auto-organização da classe que se encontra em andamento.

Ao lado da luta antirracista e do precariado, o feminismo sem dúvida é um dos motores fundamentais dessa construção. Pois, na medida em que estão na linha de frente dos trabalhos essenciais da saúde, educação, assistência social e sanitária, e que a atual crise atingiu em cheio as atividades de reprodução e manutenção da vida, as mulheres assumiram uma posição estratégica na luta contra o capitalismo¹¹. Nesse sentido, elas não são apenas as mais afetadas pela atual pandemia, mas também as que têm demonstrado maior disposição de luta nesse momento, com uma alta capacidade de escancarar as contradições do sistema – um papel que não carregam em si, em essência, mas que é derivado justamente da função que cumprem em sociedade. Ou seja, as

10 Em Chicago, por exemplo, 30% dos moradores são negros. Mas metade dos casos confirmados e 70% das mortes relacionadas ao coronavírus são de pacientes negros. Em Michigan, 14% da população é negra, mas um terço dos casos e 40% das mortes são de pacientes negros.

11 Sobre as mulheres como um sujeito estratégico da luta anticapitalista hoje, ver “Por um feminismo anticapitalista: mulheres na linha de frente da resistência e da construção de uma alternativa”.

Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/05/por-um-feminismo-anticapitalista/>

mulheres não só são uma parcela importante da classe trabalhadora e uma das frações mais exploradas dessa classe (algo que só aumentou com a chamada “feminização” do trabalho), como elas são potencialmente um sujeito político fundamental; pois, do ponto de vista prático, se elas – que são metade da população e responsáveis por parir e cuidar da outra metade – param de realizar o trabalho reprodutivo, não existe reprodução de força de trabalho. Ou seja, se os trabalhadores não nascerem, se alimentarem, socializarem e não estiverem em condições plenas de saúde, simplesmente não há trabalho. E constatar isso apenas reforça o quanto a esfera da reprodução é um terreno fundamental da luta política, tendo em vista que, pensar a reprodução, especialmente na atual crise, significa, antes de mais nada, falar sobre a vida e o nosso futuro.

E o fato é que o nosso futuro está em aberto. Pode ser que os desdobramentos da atual crise acarretem num mundo mais desigual, individualista, digital e menos presencial, violento, caso a saída de corrigir as graves contradições criadas pelo modelo neoliberal com medidas ainda mais neoliberais consiga se estabelecer. Mas isso não está dado, e a pandemia também colocou na ordem do dia a urgência de um projeto que reivindique a proteção da vida e a necessidade de se desenvolver maiores e melhores políticas de amparo como prioridade. Como bem arriscou a antropóloga Débora Diniz, em entrevista à *Folha de São Paulo*, o atual cenário também tem mostrado o quanto as mulheres e os valores feministas terão centralidade para a disputa de alternativas para o mundo pós-pandemia:

O mundo pós-pandemia vai ser um mundo em que os valores feministas vão fazer parte do nosso vocabulário comum. Porque a melancolia que estamos vivendo, da casa, da espera, do medo, da perda, da morte, colocou o desamparo no centro dos debates sobre política e economia. Nunca a economia falou tanto sobre desamparo quanto agora. E não há salvação se não criarmos mecanismos coletivos de amparo. (...) Deve ser um mundo no qual

vamos ter de falar da nossa sobrevivência e da nossa interdependência. Temos de falar de cuidados, proteção social, saúde. Nós acreditávamos na uberrização do mundo, que poderíamos ser autossuficientes. Mas as mulheres sempre souberam que não podemos ser autossuficientes, porque todos são filhos de uma mãe, todos precisamos ser cuidados para existir e persistir. Essa pandemia mostrou isso com toda crueldade.¹²

Nesse sentido, é de suma importância reconhecermos o feminismo como um lugar a partir do qual têm sido germinado de maneira intensa e frutífera bases importantes para um projeto anticapitalista. A pandemia escancarou o papel das mulheres e elas continuam lutando, formando a primeira linha da resistência, dando sequência a toda a energia e politização prévia que foi acumulada desde o ciclo de lutas sociais abertas pela crise de 2008 e pela Primavera Feminista. Mas precisamos dar um passo além, canalizando toda a nossa insatisfação em luta por um tipo de sociedade que nos dê vida e futuro, não morte e colapso social e ambiental. Por isso, as mudanças que estão em aberto e em andamento na atual fase do neoliberalismo devem ser acompanhadas de uma atualização do marxismo e da política anticapitalista, atenta às questões postas em nossa época. Para tanto, a luta das mulheres, dentre elas as trabalhadoras e negras, é um ponto de partida fundamental. E a esquerda radical, mais do que nunca, precisa estar à altura dessa tarefa.

12 DINIZ, D. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml>.

Entrevistas

“Não vejo nenhum caminho viável para a luta de classes e para o projeto socialista sem uma luta antirracista” – Entrevista com Keon Liberato, dirigente nacional do *Democratic Socialists of America* (DSA)¹

Bruno Magalhães²

O levante antirracista que tomou conta das ruas dos Estados Unidos após a morte de George Floyd representou a maior mobilização popular neste país desde os anos 1960 e iniciou uma enorme onda internacional. No mesmo país que desenvolve um novo e dinâmico movimento socialista, expresso na mobilização pela candidatura à presidência de Bernie Sanders, manifestantes foram às ruas exigindo o fim da violência racista do Estado e de suas polícias, derrubando de estátuas de escravocratas e questionando o racismo estrutural de sua sociedade.

Algumas características chamam a atenção de quem conhece de perto este jovem movimento socialista norte-americano, representado principalmente pelos Socialistas Democráticos da América (*Democratic Socialists of America* – DSA). A primeira é o ambiente livre e concreto do debate político, no qual a busca pelo rigor teórico está sempre conectada com a necessidade de construção de alternativas. E a segunda é a fixação pela organização da classe trabalhadora, a reflexão permanente sobre como construir organismos de poder entre os trabalhadores e trabalhadoras tanto em seus locais de trabalho como nacionalmente.

As perguntas “como?”, “por quê?” e “isto funciona?” estão bastante presentes no cotidiano deste movimento, que possui um enorme hiato com a tradição socialista revolucionária devido à grande repressão sofrida no século XX, mas que também é

¹ Transcrição: Clara Baeder e Isabel Fuchs.

² Membro da Executiva Nacional e da Comissão Internacional do MES.

muito menos marcado pela burocratização e pelos dogmatismos encarados por esta tradição ao longo das últimas décadas. Muitos destes companheiros e companheiras chamam a si mesmos de “organizadores” antes de “militantes” e não são poucos os jovens que vão ao mundo do trabalho para organizar os trabalhadores. A chamada estratégia *rank-and-file*, a estratégia de organização da classe a partir dos locais de trabalho, assim como a prática do *canvassing*, campanha de rua organizada territorialmente que inclui inclusive visitas de porta em porta, expressam o caráter classista e combativo dos novos socialistas estadunidenses

Keon Liberato é um camarada que representa muito bem este espírito. Jovem negro de família imigrante dominicana e porto-riquenha, é uma liderança sindical ferroviária da Divisão de Empregados da Irmandade de Manutenção de Vias (*Brotherhood of Maintenance of Way Employees Division – BMWED/IBT*) e também membro da direção nacional do DSA, o Comitê Político Nacional (y – NPC). Leitor de Paulo Freire e morador da Filadélfia, Keon é hoje também um dos principais formuladores do DSA por uma política para a negritude e suas reflexões recentes combinam a crítica de seu próprio movimento com o apontamento de caminhos para superá-las. Um exemplo de marxista.

Revista Movimento – Olá companheiro Keon, muito obrigado por mais este contato. Você poderia começar se apresentando?

Keon Liberato – Primeiro, quero dizer obrigado por mais uma oportunidade para refletir e compartilhar algumas reflexões sobre o momento político em que nos encontramos e nosso caminho adiante. Meu nome é Keon Liberato, sou membro do caucus³ Bread & Roses⁴, que é um *caucus* marxista dentro dos Socialistas Democráticos da América. Sou também membro re-

3 Caucus é o nome dado aos grupos políticos internos que compõem o DSA. Não confundir com o *caucus* eleitoral realizado em alguns estados dos EUA.

4 A página The Call (socialistcall.com) é a ferramenta de difusão do *caucus* Bread & Roses.

centemente eleito do Comitê Político Nacional dos Socialistas Democráticos da América.

M – Em primeiro lugar, parabéns por sua eleição ao NPC! É uma ótima notícia! E para continuar: aqui do Brasil, temos acompanhado o levante antirracista nos EUA e já conversamos um pouco sobre este importante processo. Você poderia nos falar sobre ele?

KL – Quero começar com o que vejo como uma relação entre a luta antirracista e a luta de classes. Em minha opinião, a luta antirracista e a luta da classe trabalhadora estão entrelaçadas. Mas temos que deixar claro que assim como uma classe trabalhadora é diversa, também o é a natureza das lutas antirracistas. As forças sociais que se envolvem em lutas antirracistas são diversas em termos de sua classe e de seu interesse de classe. Há, por exemplo, forças liberais pró-capitalistas que estão engajadas em uma luta antirracista, e estão engajadas nessa luta de uma forma mais compatível com as formas liberais ou neoliberais do capitalismo. Estas formas de luta e as demandas em torno das quais se organizam não apoiam necessariamente a construção de um movimento de classe trabalhadora, e não apoiam necessariamente a construção do tipo de projeto socialista que precisamos neste período atual. Às vezes, estas forças liberais, pró-capitalistas, podem se sobrepor às forças da classe trabalhadora em certas questões. Por exemplo, os esforços para erradicar a discriminação no local de trabalho ou no emprego. Tanto a classe trabalhadora quanto as forças pró-capitalistas compartilham o desejo de acabar com o preconceito racial dentro do policiamento e de acabar com a brutalidade policial contra pessoas de cor.

No entanto, o antirracismo liberal é frequentemente tomado como um esforço para reformar o capitalismo, e para fazer o capitalismo funcionar melhor. Por exemplo, enquanto as forças liberais e socialistas reconhecem a existência de disparidades ra-

ciais em termos de saúde, saúde pública, educação, emprego e distribuição de riqueza, os liberais veem seu objetivo como uma tentativa de garantir que não haja disparidade entre pessoas de cor e brancos. Ou seja, eles estão preocupados em garantir que a proporção de negros sem assistência médica, bom emprego e sem outras necessidades sociais corresponda à proporção do tamanho [do grupo] na população. Para dar um exemplo, se os negros representam 12% da população americana, então na abordagem liberal faz sentido que 12% dos negros fiquem na pobreza e que 12% fiquem sem certas necessidades básicas, ao contrário da situação atual em que 27% dos negros estão na pobreza. Mas, como socialistas, não queremos simplesmente acabar com a disparidade entre brancos e negros, e brancos e pessoas de cor.

O que queremos fazer é acabar completamente com a pobreza. Queremos bons empregos para todos, queremos respeito e dignidade para todos, queremos saúde para todos, queremos que todos tenham o necessário para viver uma boa vida. Para nós, a porcentagem de pessoas – negros, brancos, etc. – que deveria estar sem assistência médica ou que deveria estar na pobreza é zero. E como socialistas entendemos o racismo como sendo tanto ideológico quanto organizacional ou estrutural. Ideologicamente, racismo significa que a sociedade criou uma forma de compreensão e conhecimento coletivo que implícita ou explicitamente projeta a branquitude ou o europeísmo como o padrão apropriado para medir o desenvolvimento humano positivo. Ao mesmo tempo, ele coloca tudo o que não é branco ou não europeu como aquilo que falta, e os negros são ideologicamente construídos como o oposto polar do ideal branco.

Os negros não são vistos como pessoas que enfrentam problemas em sua vida cotidiana. Eles são vistos como o problema em si e são vistos como um problema que deve ser enfrentado pela sociedade de uma forma ou de outra. A construção ideológica dos negros está profundamente enraizada na cultura de

massa, nas representações da vida negra que não expressam as lutas reais e as aspirações dos povos negros. Também faz parte da indústria cultural, na qual capitalistas brancos e, às vezes, capitalistas negros trabalham para controlar as produções culturais que perpetuam essas representações particulares da vida negra.

Dentro das instituições acadêmicas, vemos a ideologia anti-negra na forma de ausência de investigação profunda da luta negra, das culturas negras e da vida negra em seus próprios termos. E, claro, vemos isso na forma como políticos, empregadores e policiais retratam os negros como criminosos preguiçosos e uma praga para a sociedade. Bem, o racismo é organizacional, ou seja, é também estrutural. A classe trabalhadora dentro dos EUA e através das Américas tem sido organizada em camadas raciais de exploração e repressão política.

Em outras palavras, enquanto a classe trabalhadora como um todo sofre exploração, a distribuição na intensidade da opressão econômica, da repressão política e da exploração varia entre as linhas étnicas e raciais dentro da classe trabalhadora. As ocupações da classe trabalhadora com as melhores condições de trabalho e a maior estabilidade e proteção dentro do mercado têm sido historicamente reservadas aos trabalhadores brancos, enquanto os trabalhadores negros eram escravizados ou confinados às formas de trabalho mais perigosas e com salários mais baixos.

As ideologias raciais justificavam a organização racializada da classe trabalhadora. Entretanto, politicamente, isto ajudou a promover a divisão dentro da classe trabalhadora. Os trabalhadores brancos frequentemente viam e continuam a ver seu interesse como diferente dos trabalhadores negros. Eles frequentemente trabalham com os empregadores para proteger seus empregos contra os trabalhadores negros, limitando a participação dos negros em certas indústrias e atividades. Agora, naturalmente dentro dos EUA, após a abolição da escravidão, os capitalistas

brancos estabeleceram [as leis] Jim Crow⁵ para controlar os trabalhadores negros. Hoje, Jim Crow não existe mais, mas o legado da escravidão e da Jim Crow continua por meio da organização da classe trabalhadora. Isto é o que se reflete nas disparidades materiais e econômicas entre os trabalhadores de cor e os trabalhadores brancos.

M – E como você vê a situação da luta antirracista no movimento socialista?

KL – No final, não vejo nenhum caminho viável para a luta de classes e para o projeto socialista sem uma luta antirracista. Também não vejo a luta antirracista ser bem sucedida sem estar enraizada dentro do projeto socialista. Os dois devem estar unidos e, para que a luta de classes produza um movimento de libertação universal, ela deve abranger as lutas de todos os grupos sociais dentro da classe trabalhadora. A luta antirracista deve ser central, pois continua sendo uma divisão central dentro de nossa classe.

O movimento socialista deve desenvolver seu próprio antirracismo socialista da classe trabalhadora. Ela deve estar no centro de nosso trabalho, mas atualmente o antirracismo existe na periferia do projeto socialista. Isto é, os socialistas se mobilizam em torno de grandes expressões explícitas de opressão racial, mas um autêntico antirracismo operário tem que estar enraizado em uma profunda compreensão das lutas históricas dos grupos raciais oprimidos dentro de nossa classe. Isso significa compreender as tradições emancipatórias e os métodos de organização, bem como as lutas espirituais e culturais desses grupos. Significa também desenvolver e organizar a abordagem de uma prática organizacional que permita que essas tradições se enraízem em nosso movimento. Atualmente, a grande maioria das organiza-

5 As legislações de Jim Crow foram o conjunto de leis estaduais e locais promulgadas no final do século XIX e início do XX que impunham a segregação racial em diversos estados norte-americanos. A expressão provavelmente origina-se da canção racista “Jump Jim Crow”, lançada em 1832.

ções socialistas não o faz. Elas dependem do que consideramos como exigências políticas amplas e universais como um meio de atrair todos os grupos da classe trabalhadora para a luta. O problema não são as exigências, as exigências são boas e são exigências apropriadas. O problema é a abordagem organizativa e a prática organizacional, que muitas vezes favorece as camadas profissionais brancas da classe trabalhadora. Isto, naturalmente, produz um resultado de organizações socialistas de maioria branca.

Dentro de uma sociedade altamente racializada como os Estados Unidos, uma organização majoritariamente branca em si mesma se torna um símbolo para as minorias raciais da classe trabalhadora, pois suas experiências e seus modos de vida particulares não podem ser compreendidos nem podem ser levados a sério pelos ativistas socialistas. A questão, evidentemente, para muitas pessoas de cor é “como uma organização pode ser um instrumento de luta para nossos grupos se eles não constituem pelo menos uma porção representativa de seus membros?” e isto é resultado, evidentemente, de dinâmicas raciais. As dinâmicas raciais das organizações socialistas continuam a se reproduzir, e com isso, uma incapacidade de aprender as lições e desenvolver percepções a partir de grupos de cor da classe trabalhadora. Esta barreira é substancial, mas a grande maioria da base da classe trabalhadora nos Estados Unidos é constituída por pessoas de cor. São também os grupos que têm as visões mais positivas do socialismo e também acreditam na necessidade de uma transformação democrática radical.

Tal transformação é para eles um interesse imediato que é sentido profunda e intensamente. A barreira será difícil de superar, mas não é de modo algum impossível de superar. Mais importante ainda, acredito que é necessário que superemos estas barreiras.

Parte do caminho para fazer isso é direcionar recursos e tem-

po para o recrutamento, construindo lideranças políticas entre as minorias da classe trabalhadora. Isto implicaria na construção de redes políticas e instituições democráticas populares dentro dos bairros ou áreas geográficas onde as pessoas vivem e onde elas passam seu tempo. Também requer a transformação de nossas organizações trabalhistas de baixo para cima em organizações democráticas de luta de classe militantes.

M – E, nesse contexto, quais são as perspectivas para o movimento socialista americano de hoje? Qual é o papel do DSA?

KL – É uma boa pergunta. Em minha opinião, o movimento socialista americano está atualmente rastejando. Há menos de 10 anos, o movimento não existia de maneira real e tangível, por isso fizemos alguns progressos reais, mas ainda estamos bem atrás de outros movimentos sociais em todo o mundo. Nosso campo do movimento está sem um centro político coerente, e o que temos é uma constelação de organizações socialistas muito pequenas misturadas como fundações de justiça social, sem fins lucrativos, que são organizações não governamentais com ativistas liberais anticapitalistas e de esquerda dentro delas.

Temos, além disso, meios de comunicação populares como a Revista Jacobin, que desempenhou um papel importante ao facilitar o debate de esquerda e a produção popular em massa de ideias esquerdistas nos últimos anos. Temos também outras publicações online como *New Politics* e uma proliferação de podcasts e mídias de rádio que se desenvolveram como parte do ecossistema de esquerda dos EUA.

Em muitos aspectos, acho que a esquerda americana renasceu algum tempo depois de 2011, após a onda de protestos do *Occupy*, e vem amadurecendo há anos, sendo alimentada por greves de professores, protestos em massa como o protesto indígena

dos americanos nativos Dakota em *Standing Rock*⁶, os protestos do *Black Lives Matter* e as campanhas eleitorais de esquerda, como as campanhas presidenciais de Bernie Sanders, de Ilhan Omar, Rashida Talib e Alexandria Ocasio-Cortez. Suas vitórias eleitorais e suas campanhas, assim como sua liderança no congresso, energizaram a esquerda. Mas o movimento socialista aqui nos Estados Unidos ainda não tem suas próprias pernas, nós estamos apenas rastejando. Ainda não estamos de pé, por enquanto. E isto está diretamente ligado ao que quero dizer quando falo sobre a questão da construção do poder através de organizações da classe trabalhadora a partir do nível local.

Para estarmos de pé, o movimento socialista deve desenvolver um centro político. O que quero dizer é que precisamos de nosso próprio instrumento político, que possa reunir os diversos projetos de justiça social e os movimentos sociais menores em um projeto unificado e dinâmico do movimento socialista. Nos Estados Unidos, os socialistas muitas vezes apelam para um partido político da classe trabalhadora. Muitas vezes tenho a impressão de que este partido é uma organização eleitoral, mas o que precisamos é de um partido ou de um instrumento que participe de eleições, mas que tenha um papel primordial de desenvolver estratégia política, programas, táticas e instituições de massa que organizem as pessoas da classe trabalhadora – no dia-a-dia, é claro.

Tal instrumento facilitará o desenvolvimento de redes de organizações políticas democráticas de massa através das quais as pessoas comuns passariam por transformações políticas através do trabalho de desenvolver coletivamente soluções anticapitalistas para as preocupações diárias. Estas organizações poderiam servir como centros de educação política, compartilhamento de informações e de chamados através dos quais os socialistas recrutariam pessoas da classe trabalhadora para o instrumento

6 Grande mobilização do povo Dakota contra a construção do oleoduto de acesso Dakota em 2016.

político. Esta organização democrática de massa será também os órgãos de mobilização de massa para a luta de classes.

Em minha opinião, o DSA poderia se tornar o instrumento político de que precisamos. No entanto, ainda não está lá. O DSA, os Socialistas Democratas da América, tem um número de membros. Temos mais de 17.000 membros, o que não é muito comparado com organizações socialistas do passado nos EUA, que tiveram mais de um milhão em algum momento, mas é bastante grande em comparação com todas as organizações socialistas atuais.

Também tem o caráter democrático necessário que queremos ter em nossas organizações, mas o DSA também é limitado por três fatores principais, dois dos quais são comuns à grande parte do movimento socialista de esquerda neste país. O primeiro é que o DSA, embora mais diversificado do que talvez tenha sido há uma década, ainda é esmagadoramente branco e insuficientemente enraizado na base da classe trabalhadora em nosso país. Como mencionado anteriormente, em uma sociedade altamente racializada, como os EUA, uma organização majoritariamente branca envia uma mensagem às minorias raciais da classe trabalhadora de que suas experiências e seus modos de vida particulares não serão compreendidos, nem serão levados a sério pelos ativistas socialistas.

Tal avaliação pode ser injusta, mas é o que é e, em certa medida, sem a presença significativa de pessoas com experiências diferentes, essas experiências estão ausentes de uma organização. A segunda questão que devemos tratar no DSA é que devemos aprender a nos engajar no debate de princípios e na luta interna de uma maneira que nos fortaleça em vez de nos derrubar. Há momentos em que os camaradas dentro da organização lançam ataques políticos de formas que não estão fundamentadas. Por outro lado, há camaradas que temem uma liderança política.

Em uma democracia, devemos ter um debate rigoroso, in-

formado e fundamentado. Também devemos tomar decisões, e devemos ser capazes de colocar todos os nossos esforços para agir. Esta cultura política é diferente para muitos ativistas, com exceção dos sindicalistas. A realidade é que muitos de nós da esquerda fomos socializados em uma cultura política liberal onde nivelamos a democracia com todos fazendo o que acham que melhor para si, sem consideração pelo coletivo.

Mais uma vez isto não é particular ou exclusivo do DSA, é uma característica geral da esquerda norte-americana e da cultura política dos EUA dentro desta geração. Mas acho que isto está mudando e é algo que seremos capazes de superar. Finalmente, o DSA deve passar por uma mudança na estrutura organizacional. O DSA é muito descentralizado, precisamos ter uma orientação nacional mais forte e um modo mais nacional de fazer nosso trabalho político. Fazer isso pode nos permitir coordenar melhor nossos recursos e nossas forças para ter um maior impacto político.

No total, estes três aspectos são as maiores fraquezas do DSA, mas nenhum deles é grande demais para ser superado se tivermos clareza e um trabalho árduo e persistente. Com estas mudanças, estou confiante de que o DSA se colocará na trajetória para se tornar um instrumento político e um centro político que a esquerda nos EUA necessita. Isto sem dúvida terá implicações políticas significativas para a esquerda global, já que estamos na “barriga do monstro” imperialista.

M – E como você vê o estado da luta internacional hoje, depois do levante antirracista? Podemos derrotar Trump e Bolsonaro se nos unirmos?

KL – Primeiro, quero dizer que estou confiante de que juntos podemos derrotar Donald Trump e Bolsonaro. No curto prazo, esta é a tarefa importante. Certamente é importante para melhorar a posição de nosso movimento e salvar vidas, mas, a longo

prazo, o que nos deve preocupar é o trabalho de fragmentar e desarmar as forças que estão por trás de Trump e Bolsonaro. Em termos do estado da luta internacional atual, penso que há muita coordenação internacional, estratégia e solidariedade prática real, o que é necessário. Da minha perspectiva, vejo muita solidariedade simbólica por meio de declarações escritas e, às vezes, demonstrações de solidariedade. Mas o que precisamos é de uma verdadeira ação de protesto contra a política externa imperialista e contra o apoio ao fascismo.

Por exemplo, se o movimento socialista americano tivesse o tipo de forças de que precisávamos, seríamos capazes de mobilizar milhares, talvez centenas de milhares contra as tentativas de golpe dos EUA contra outros governos. Seríamos capazes de nos mobilizar contra os ataques imperialistas aos movimentos operários e socialistas na América Latina, no Caribe e em outros lugares.

O mesmo poderia ser dito de nossos camaradas na América Latina e no Caribe. O que isto significa é que para que o movimento socialista possa atuar em verdadeira solidariedade socialista precisamos ter forças e capacidade organizacional suficientes para fazer da política externa dos EUA um ponto central de disputa nas eleições americanas. Atualmente o imperialismo dos EUA está confinado às discussões sobre se vamos ou não à guerra e sobre o custo financeiro da guerra. Raramente se discute um custo humano e quase nunca se discute entre a grande maioria do público americano sobre os empreendimentos imperialistas cotidianos que estão sendo executados pelos EUA. Para a grande maioria de nosso público, estas coisas não existem.

Para muitos socialistas, com exceção daqueles que se interessaram particularmente por assuntos internacionais, a política externa americana não é central para nosso discurso político e nossa prática política. A menos que construamos instituições da classe trabalhadora internacional e a menos que construamos

forças socialistas suficientemente poderosas dentro de cada um de nossos países, eu não sei quanta solidariedade material concreta podemos oferecer. O que eu sei é que devemos construir nossas forças dentro da arena política e devemos fazer nossas forças dentro de nossas organizações trabalhistas para que possamos nos unir em todo o mundo com outros movimentos de trabalhadores que tendem a ser as organizações com os números e a escala para nos engajarmos no tipo de ação política que é necessária.

Finalmente, quero apenas abordar o estado da luta antirracista dentro dos Estados Unidos hoje. Desde o início dos protestos de George Floyd temos visto massas e massas puxadas pelas milhões de pessoas em todo o país que haviam saído às ruas para protestar contra a brutalidade policial, pela justiça racial e para mostrar solidariedade por trás da ideia de que vidas negras são importantes. Neste ponto, vimos muitos protestos começarem a diminuir em termos do número de ações e da quantidade de pessoas.

Entretanto, acho que estamos vendo muitas conversas sérias acontecendo dentro dos sindicatos, dentro das organizações políticas e dentro das comunidades sobre como nos organizamos para fazer com que vidas negras sejam importantes. Nesta segunda-feira, haverá uma série de ações de protesto lideradas por sindicatos de trabalhadores em apoio à questão das vidas negras e pedindo um plano econômico de justiça racial para as vidas negras. O movimento continua a se desenvolver e a se desdobrar, mas precisa desesperadamente de uma liderança forte da classe trabalhadora e da liderança socialista.

“Mostramos a importância de lutarmos juntos contra essas empresas que estão acabando com nossos direitos trabalhistas” – Entrevista com Alessandro Sorriso, presidente da AMAE-DF

Giulia Tadini¹

No dia 1º de julho de 2020, os trabalhadores de entregas por aplicativos protagonizaram uma mobilização que certamente entrará em sua história: o primeiro “Breque dos Apps” paralisou e reuniu milhares de entregadores em manifestações nas maiores cidades brasileiras, numa ação que terminou contagiando outros grupos de entregadores na América Latina.

Em pauta, as reivindicações por maior remuneração e melhores condições de trabalho para um contingente crescente de trabalhadores que são empurrados, pela pressão do desemprego e pelo desmonte dos direitos trabalhistas, a jornadas de trabalho extenuantes e aos riscos de uma atividade sem vínculo empregatício formal, mas que garante os lucros de corporações transnacionais e nacionais de intermediação de força de trabalho numa economia crescentemente digitalizada.

Para falar do “Breque dos Apps” e da organização dos entregadores que começa a desenvolver-se em todo o país, a *Revista Movimento* conversou com Alessandro Sorriso, entregador por aplicativos e presidente da Associação de Motoboys Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE-DF).

***Revista Movimento* – Sorriso, há quanto tempo você é entregador? Como é o dia a dia de um entregador?**

¹ Mestra em Sociologia (UnB), secretária-geral do PSOL-DF e coordenadora política do mandato do deputado distrital Fábio Felix.

Alessandro Sorriso – Eu trabalho com aplicativos há cinco anos. A vida de entregador não é nada fácil e, nesses últimos tempos que nós estamos vivendo, é cada vez mais difícil continuar trabalhando num serviço tão essencial numa época de pandemia. As dificuldades só vêm aumentando.

M – **Quais são as situações mais absurdas pelas quais você já passou ou que os entregadores relatam? Quais são as maiores reclamações em relação às empresas de aplicativo?**

AS – Além de passar o dia todo debaixo do sol, chuva, a humilhação de querer usar um banheiro de algum restaurante, de algum shopping e não poder, ser impedido. É a humilhação de não ter um lugar para almoçar, não ter um banheiro para usar. Estas são as dificuldades maiores porque muitos entregadores viajam 40 quilômetros para poder trabalhar aqui no centro e não tem um local digno para poder almoçar e descansar um pouco. Tem que ficar na rua o tempo todo, debaixo de sol e chuva, almoçar na rua... Estas são as principais dificuldades.

Nossas principais reclamações com os aplicativos de entrega são as taxas, muito baixas, que não têm reajuste anual, enquanto a gasolina, a manutenção das motos e das bikes só aumenta. As taxas são muito baixas e não tem nenhum tipo de reajuste. A situação é ainda pior para os entregadores de bike porque as taxas são bem inferiores às de moto. Também os bloqueios injustos. Os trabalhadores que têm os aplicativos como única fonte de renda para sustentar a família são bloqueados sem nenhuma justificativa, sem nenhuma chance de defesa. O sistema de pontuação impede o trabalhador de ser autônomo de verdade, impede que faça o seu horário, trabalhe na hora que quiser ou de fazer o trajeto que quiser. Não tem nenhum auxílio, também, quando sofre algum acidente ou quando fica sem trabalhar porque está doente, se pegar o coronavírus... Estes são os principais problemas que nós temos com as empresas de aplicativos.

Além destes, entre as principais reclamações com as empresas de aplicativos, a falta de diálogo diretamente com a plataforma, a empresa com o entregador. Só tem chat, não tem uma pessoa para te atender, para telefonar em caso de algum acidente, de problema com alguma entrega. Nós conversamos praticamente com robôs. São mensagens automáticas e, quando você entra num chat, muito dificilmente tem alguém para ligar e falar com você pessoalmente numa central.

M – Quais são as principais reivindicações do “Breque dos apps”?

AS – As nossas principais reivindicações são o fim dos bloqueios injustos, o aumento da taxa mínima, o tabelamento de uma taxa fixa mínima, uma regulação para esses aplicativos, uma legislação específica, o fim do sistema de pontuação e ranking, um seguro de vida e um seguro para acidentes, que possa cobrir roubo e assaltos.

M – Como você avaliou a paralisação do dia 1º de julho? Qual a importância da organização dos entregadores e da mobilização por mais direitos?

AS – A paralisação do dia 1º de julho foi um ato muito importante e impactante no Brasil todo e em outros países vizinhos. Foi um ato importante para a nossa categoria porque mostramos a força da nossa união, a importância de lutarmos juntos e cada vez mais fortes contra a precarização, contra essas empresas que estão acabando com nossos direitos trabalhistas e, de forma geral, uberizando as relações de trabalho. Foi um dia muito importante porque até então a nossa categoria era desacreditada, ela não tinha muita fé de que algo poderia mudar. Mas nós estamos mostrando que não é bem assim. Está surgindo efeito. Nós estamos conquistando coisas que não imaginávamos que poderíamos conquistar. Por exemplo, nós levamos nossas pautas para

dentro da Câmara, com uma reunião com o Rodrigo Maia que foi muito importante para a categoria. Nós conseguimos uma reunião com o representante dos aplicativos também. Então eu acredito que isso nos dá mais força para continuarmos lutando.

M – No Distrito Federal, vocês estão organizados em uma Associação, a AMAE-DF. Conte-nos um pouco do trabalho que vem sendo desenvolvido.

AS – Essas organizações em todo o Brasil são importantes para termos mais força, para podermos ter melhores condições de luta. Em Brasília, a categoria está sem representatividade, então nós resolvermos criar uma associação para podermos lutar pela valorização da profissão e da mão de obra. Lutar pra conquistarmos direitos mínimos que hoje a categoria não tem. Por isso criamos a AMAE-DF, a Associação dos Motoboys Autônomos e Entregadores do Distrito Federal. Os outros estados não têm nenhum tipo de sindicato ou associação, mas eles são muito importantes para representar a categoria, para lutar e organizar os trabalhadores nos estados e no país. A categoria é uma só. Ela toda está sendo precarizada e escravizada por esses aplicativos. Nós queremos dar um basta nisso, e juntos somos mais fortes. Temos que nos organizar cada vez mais. Nós ajudamos a organizar outros estados que também não têm associações: é assim que vamos criando força.

A nossa Associação vem buscando várias parcerias e benefícios para a categoria, para o associado. Dentre elas, estamos em reunião para a criação de um aplicativo aqui do Distrito Federal para fazermos uma parceria com o comércio e os entregadores associados para podermos sair da exploração desses aplicativos. Ter um aplicativo próprio que acabe com a exploração exercida por esses aplicativos é uma porta de saída. É algo muito importante.

M – Tanto o dia 1º de julho como o dia 25 de julho foram chamados como datas nacionais. Assim como novas formas de luta, o Whatsapp e as redes sociais cumprem um papel importante em conectar os entregadores pelo país. Como se organiza esse movimento? Quais são os principais desafios?

AS – A nossa ferramenta principal tem sido a mídia e as redes sociais, grupos de Whatsapp e grupos de Facebook. Neles, unimos vários entregadores do país todo e ajudamos a nos organizar melhor, que é o mais importante.

Sim, houve alguma dificuldade entre alguns companheiros de trabalho, alguns colegas de profissão desacreditados, que ainda não acreditam que as coisas possam mudar. Mas, como a maioria quer mudança, estamos conseguindo abrir os olhos dessa minoria. Há uma certa dificuldade porque os aplicativos ainda são muito fortes, eles disparam *fake news*, bloqueiam os entregadores em represália, como já aconteceu com colegas em vários estados. Então, há uma dificuldade maior, já que os entregadores têm o aplicativo como único meio de sustentar a família, a principal fonte de renda. Mas estamos mudando essa realidade aos poucos, com um passo de cada vez, ajudando nossos irmãos em outros estados a se mobilizar. E o dia 25 de julho está vindo aí com força total!

Depoimento

Um novo entusiasmo: as décadas de 1960 e 1970

Pedro Fuentes¹

Este novo capítulo está dedicado aos anos 1960 e aos primeiros anos da década de 1970. Foram anos muitos agitados; neles, vivemos situações pré-revolucionárias e revoluções. Vou tratar de descrevê-las, a partir do meu ponto de vista, isto é, de um militante que se iniciava em organizações mais formadas: *Palabra Obrera*, o *Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT)* e *Partido Socialista de los Trabajadores (PST)*, três organizações que marcaram presença na luta de classes nacional e internacional.

O primeiro capítulo desta série de entusiasmo foi “Luis Pujals, querido hermano, presente!”, publicado no número anterior desta revista. Foi escrito como uma homenagem a meu irmão Luis, graças ao qual comecei a militar, graças ao qual posso agora escrever este novo texto. Dividi este capítulo em três partes. A primeira está voltada especialmente para retratar o contexto político deste período e o que foi esta geração revolucionária. A segunda parte trata da história do PRT, PRT – “La Verdad” e o PST; suas políticas, o internacionalismo militante e as polêmicas que travamos. Por fim, a terceira parte são reflexões mais importantes sobre este período e o que elas ensinam para a construção do partido e da Internacional neste novo período histórico em que vivemos.

A década de 1960 tem sua continuidade nos primeiros anos dos 70, e ambas fazem parte de um mesmo período histórico com experiências que são muito úteis e importantes que sejam conhecidas pelos novos companheiros do MES, da IV Internacional e de todos os internacionalistas.

¹ Dirigente nacional do MES.

Por que se fala de “sessentismo” e “setentismo”?

Nos últimos anos, especialmente na Argentina, começaram a ser utilizadas expressões para a geração formada nos anos 1960/70. Escreveu-se muito sobre estas décadas, cuja intensa militância e acalorados debates na esquerda revolucionária deixam algumas lições para a nova geração revolucionária que vem se gestando na atualidade e para o novo período histórico iniciado a partir da crise capitalista de 2008.

Toda aquela geração se destaca especialmente por duas características: 1- a convicção de que era necessário fazer a revolução, de que esta era possível, de que para tanto havia que se dedicar suas vidas (ou, melhor dizendo, o essencial delas) e de que era fundamental fazer parte de uma organização; 2- toda esta geração, de diferentes maneiras, foi internacionalista, olhando nossos países desde uma ótica internacional e/ou continental. O máximo exemplo desta geração de revolucionários é Che Guevara, o qual, como disse Nahuel Moreno, foi um “herói e mártir da revolução permanente”. Che codirigiu a mais importante revolução de nosso continente, a Revolução Cubana, num processo em que foi também Ministro da Economia – responsável pelo desenvolvimento econômico da ilha caribenha-, para depois trocar todos os cargos e seu posto de dirigente do maior processo revolucionário na América Latina pela guerrilha na Bolívia com um punhado de fiéis companheiros.

Gerações e revoluções

A história dos revolucionários é também a de suas gerações, as quais produzem um determinado perfil de militantes revolucionários, características comuns que em certa medida ultrapassam as diferentes posições ou estratégias assumidas nesses momentos. Todas as revoluções forjam revolucionários, lhes dando traços característicos. A Revolução Francesa, prolongada por mais de cinco anos, deu traços definidores a Robespierre e

a muitos outros jacobinos como ele. Na América Latina, as lutas pela independência do Império Espanhol também formaram um tipo humana geracional: dirigentes e guerreiros que fizeram o possível pela independência de nosso continente. Sem dúvida, o venezuelano Simón Bolívar, o argentino de José de San Martín, e o chileno Bernardo O'Higgins foram líderes de uma extensa geração que levou adiante e até o final as várias lutas pela independência latino-americana. Tratava-se de um tipo humano – assim o diz a história -, que viveu grande parte de sua vida guerreando, em cima de um cavalo, na direção de exércitos com seu espírito audacioso e sua política libertadora e continentalista.

Há alguns dias tive a oportunidade de ler um artigo de Tito Prado², dirigente do partido Novo Peru, sobre seu bisavô, o general Leoncio Prado (1853-1883). Pela trajetória militante em comum que tenho com Tito (um “sessentista” que, como recordou Hugo Blanco há pouco tempo no twitter, ia visitá-lo religiosamente, fazendo chuva ou sol, na cárcere de El Frontón³), eu conhecia parcialmente a história de seu bisavô, que agora se encaixa e ilustra de forma muito precisa o que eu vinha escrevendo sobre tipos característicos formados pela luta revolucionária. Tito conta como seu bisavô Leoncio (filho do presidente Mariano Ignacio Prado), com apenas treze anos de idade, foi ao Chile lutar contra os espanhóis, junto aos exércitos libertadores. Conta também que um ano mais tarde voltou ao Peru para enfrentar a armada espanhola, derrotando-a no porto limenho de El Callao. Tito nos relata também que, uma vez terminada a independência da América do Sul, Leoncio foi a Cuba guerrear ao dos cubanos contra o colonialismo espanhol. É evidente que esta história não se configura como um caso isolado. Houve muitos revolucionários de “pena e espada” que tornaram possível a independência

2 Tito Prado. “Leoncio Prado, herói e mártir”, 15/07/2020. Observatório Internacional do PSOL. Disponível em: www.internacional.laurocampos.org.br.

3 A ilha de El Frontón no Oceano Pacífico abrigava uma prisão política na qual esteve Hugo Blanco Galdós durante três anos durante os anos 1970.

latino-americana. Tratou-se de um tipo humano com suas próprias características.

Muito mais conhecidos e familiares à nossa tradição são os revolucionários bolcheviques da Rússia. O livro *O Partido Bolchevique*, do trotskista francês Pierre Broué, possui um capítulo intitulado “O partido e os homens”, no qual ele descreve essa geração que se entregou de corpo e alma à ideia do socialismo e revolução. Afirmar Broué:

(...) o núcleo da organização bolchevique, a “corte de ferro” composta por militantes profissionais, é recrutado entre gente muito jovem, operários ou estudantes, numa época e condições sociais que, certamente, não permitem uma prolongação excessiva da infância, sobretudo nas famílias operárias. Os que renunciam a toda carreira e toda ambição que não seja política e coletiva, são jovens de menos de vinte anos que, de forma definitiva, empreendem uma fusão completa com a luta operária.

Neste mesmo livro, somos informados da curta idade que a maioria dos dirigentes bolcheviques tinha quando ingressou no partido: Piatakov (20 anos); Kamenev, Schimdt e Smirnov (19 anos); Bakaiev, Bukharin, Kretinsky e Kaganovich (18 anos); Zinoviev, Serebriakov e Sverdlov (17 anos); Smilga (15 anos); Piatnitsky (14 anos). Broué ainda descreve a moral revolucionária com a seguinte passagem⁴:

A moral destes homens é de uma solidez a toda prova: oferecem o melhor deles mesmos, com a convicção de que só desta forma podem expressar todas as possibilidades que fervem em suas jovens inteligências. Sverdlov, clandestino desde os 19 anos e enviado pelo partido para organizar os operários de Kostroma no Norte, escreve a um amigo: ‘As vezes adoro Nijni-

⁴ Mais adiante, no capítulo citado, Broué também registra o alto nível cultural dos bolcheviques: “Os revolucionários estudam: alguns, como Piatakov, que escreve um ensaio sobre Spengler, durante o período em que a polícia o acossa na Ucrânia em 1918, ou como Bukharin, são relevantes intelectuais. (...) Naturalmente, nem todos os bolcheviques são poços de ciência, mas sua cultura os eleva muito acima do nível médio das massas; em suas fileiras se contam alguns dos intelectuais mais brilhantes de nossa época. Sem dúvida alguma, o partido educa e, de todos os lados, o revolucionário profissional dista muito do burocrata precoce descrito pelos detratores do bolchevismo”.

-Novgorod, mas, em definitivo, estou contente de ter partido, porque ali não teria podido abrir as asas que creio possuir. Em Novgorod aprendi a trabalhar e cheguei aqui com a posse de uma experiência: conto com um amplo campo de ação onde empregar minhas forças”.

Essas asas mencionadas por Sverdlov foram também as que se abriram em nossa geração.

Nossa geração

A geração sessentista (minha geração) foi uma vanguarda expandida de militantes que como os bolcheviques dedicaram sua vida à revolução. Diferentemente da geração bolchevique, a nossa geração não tinha um partido como o russo, mas diversas correntes e diversas posições políticas – algumas muito erradas, como a luta armada em qualquer momento e lugar-, mas todos eram militantes profissionais da revolução.

Cada geração é o resultado ou produto de determinadas circunstâncias históricas. Não existiriam sem elas e algo assim – guardando as distâncias – ocorreu com esta geração que não tem um período cronológico exato, já que abarca diferentes anos em diferentes países. O “sessentismo”, que se prolongou até meados de 1970, também deu um tipo humano que foi uma ruptura geracional e política com os aparatos e direções reformistas, as quais até então tinham o monopólio quase absoluto da palavra “socialismo”. Ernest Mandel (segundo nos comentava Moreno) dizia que a dos anos 1940 foi uma geração forjada em tempos difíceis. E efetivamente ela se fez contra a corrente, defendendo o programa internacionalista isolado do movimento de massas como consequência do bloqueio do stalinismo. Foi uma época difícil de auge do stalinismo e de postura defensiva dos revolucionários.

Nossos mestres se fizeram na geração dos anos 1940: Ernest Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan na Europa; James Cannon,

Joseph Hansen e Farrael Dobbs nos EUA; Nahuel Moreno, o “Vasco” Bengochea, Horacio Lagar e Ernesto Gonzalez na América Latina. Todos estes foram os professores que teve a nossa geração no movimento trotskista.

Um período de intensa luta de classes com revoluções e contrarrevoluções

Nós, da geração dos sessenta, vivemos numa situação na qual aparecem revoluções e insurreições que rompem esse bloco da burocracia e que – com ritmos desiguais –, se prolongaram por mais de 15 anos. Minha história militante transcorreu num período de grande agitação política. Ela tocou o debate sobre a estratégia, a tática e os métodos que se deram na vanguarda argentina naquela época. Sintética e esquematicamente, podemos dizer que se enfrentaram duas concepções relacionadas à estratégia revolucionária e à construção do partido. A nossa proposta era construir o partido na mobilização de massa. Já a outra era construir um grupo guerrilheiro que por meio de suas ações exemplares se converteria num exército popular revolucionário, independente da correlação de forças e do nível de mobilização das massas. Por estas razões, à parte da situação objetiva, somente era necessário criar um foco guerrilheiro seguindo o exemplo da guerrilha cubana. Um grande contingente da vanguarda latino-americana seguiu estas posições, transpondo mecanicamente a experiência cubana para qualquer país do continente.

Na Argentina, escreveu-se muito mais sobre as ações guerrilheiras e seus dirigentes, as histórias de indivíduos e organizações como o ERP e o Montoneros do que a história dos que sustentamos a luta revolucionária pela via da mobilização de massas. Entretanto, agora, vários historiadores argentinos militantes estão resgatando a nossa história: uma história de revolucionários que lutaram contra o imperialismo, as patronais, os governos, as formas e os métodos fascistas com a estratégia da

mobilização de massas.

Da revolução cubana ao Maio francês

A primeira revolução – e também a que mais impactou os latino-americanos - foi a cubana. A partir da invasão da Baía dos Porcos em 1961 e a posterior resposta da expropriação dos engenhos açucareiros dos burgueses estadunidenses, a revolução que tinha características domésticas se transforma em uma revolução socialista. A ilha caribenha foi uma enorme revolução que mudou a vida de nosso continente. Moreno escrevia em 1961 que “há na América Latina uma nova situação continental, uma antes e depois como consequência da revolução cubana”⁵. O ascenso revolucionário fortaleceu em seu primeiro momento a movimentos nacionalistas independentes da grande burguesia. No Brasil aparecem as Ligas Camponesas de Francisco Julião, além de ocorrer a Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, na República Dominicana ganha as eleições o partido nacionalista de Juan Bosch. Na Argentina, o peronismo, mesmo proscrito nas eleições presidenciais, vence em vários pleitos provinciais; elege-se governador da província de Buenos Aires o dirigente do sindicato dos têxteis, Andres Framini, que era da esquerda peronista. Na província de Tucumán, onde se concentrava a maior produção de açúcar em uma dezena de engenhos, o Palabra Obrera impulsionou candidaturas operárias do sindicato do açúcar (Federación Obrera Tucumana de la Industria del Azúcar – FOTIA) e conseguiu que o dirigente de alguns dos engenhos, Leandro Fote (militante da organização do PO), fosse eleito junto a outros dirigentes de engenhos para conformar o bloco de deputados operários da FOTIA.

Meu batismo como militante orgânico do PO foi num ato em defesa da revolução cubano no Conselho Deliberante de minha

5 *La Revolución Latinoamericana* (Ediciones PO), obra que compila escritos de Moreno sobre a América Latina

cidade, organizado com “El Indio” Bonet⁶ depois de uma noite dedicada a espalhar cartazes de convocatória.

O movimento revolucionário anti-imperialista era forte também no Peru. Em 1958, quando o então vice-presidente dos EUA Richard Nixon visitou Lima, houve uma grande agitação política. Tomada por estudantes e trabalhadores, a Universidade de San Marcos rechaçou Nixon. Na cidade de Cuzco, localizada entre a pré-cordilheira andina e o começo da selva amazônica, a mobilização paralisou a cidade por dias com milhares de pessoas nas ruas.

Ali foi o território da política internacionalista do Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO). Hugo Blanco encabeçou a revolução agrária nos vales de La Convención y Lares, onde se fez a reforma agrária ocupando as fazendas desses territórios e estabelecendo de fato um poder campesino sobre essa região peruana⁷.

Minha militância revolucionária ganhou entusiasmo quando recebi em 1962 (não me recordo exatamente o mês) um jornal do PO que trazia em sua primeira página uma foto de Hugo Blanco com terra caindo nas mãos e com o fundo do campo. O título dizia “Terra ou morte, venceremos”. Para não ser repetitivo, recordo que já comentei no capítulo anterior parte desta experiência e que vou retomar na terceira parte deste capítulo. O processo de reforma agrária em Cuzco não se estendeu a outras regiões camponesas do Peru (depois nos deteremos melhor em algumas

6 Rubén Bonet estudou a escola secundária em Pergamino e com vários de nós transferiu sua militância para Buenos Aires, cidade onde se proletarizou. Quando deu sua ruptura com o ERP, morreu assassinado no massacre de Telew, junto a 20 militantes, que tentaram fugir do cárcere.

7 Em seu livro *Tierra o muerte*, Hugo Blanco descreveu com este parágrafo a revolução agrária: “Em Chaupimayo nos convertimos em donos de terras. As parcelas cultivadas pelos camponeses para si e por cujo arrendamento estavam obrigadas a trabalhar gratuitamente para o patrão ficaram em propriedade dos camponeses. (...) Nomeamos formalmente juízes que substituíram as autoridades burguesas (suas sentenças eram apeláveis à assembleia geral).”. Em outro trecho, Blanco nos relata o seguinte: “As escolas funcionavam por nossa conta; pagávamos os professores (postos por nós e ratificados pelos funcionários da educação). As obras públicas estavam nas mãos do sindicato, o qual determinava sua prioridade. (...) Tudo isso, evidentemente respaldado por uma embrionária força armada, a milícia camponesa em desenvolvimento”.

razões que explicam isso) e Hugo Blanco, perseguido pelas forças repressivas, termina sendo preso em 1963⁸.

Em 1962, ocorre também na África a Revolução Argelina, acontecimento que não é de nenhum modo menos importante. A Frente de Libertação Nacional, dirigida por Ben Bella, derrota o exército francês instalado na Argélia, até então colônia da França. O poder fica nas mãos da FNL, causando a fuga da burguesia e dos colonos franceses. Realiza-se uma assembleia constituinte democrática, a qual tem como uma de suas leis a autogestão de alguns setores da economia. Cabe destacar que esta revolução contou com o movimento trotskista francês jogando um papel de solidariedade militante ativa na construção de uma fábrica de armamentos para a FNL. A revolução argelina que havia dado um passo fundamental rumo à expropriação da burguesia se estanca; a morte de Ben Bella favorece a burocratização do poder e os governos posteriores terminam negociando o petróleo com o imperialismo francês. Contudo, o processo não se detém somente neste país. Depois da revolução argelina, em particular na África negra, eclode o processo no Congo Belga, encabeçado por Patrice Lumumba⁹.

Como em todo momento em que aparece a revolução, também ocorrem as tentativas contra a revolução. Essa onda contrarrevolucionária apareceu na África e na América Latina. O golpe militar no Brasil foi uma resposta à revolução cubana sob a regência do imperialismo americano. O governo Kennedy dos EUA encobriu sua política contrarrevolucionária com a chamada “Alianza para o Progresso”, a qual dizíamos então que “*no progresa*” [N.d.T. “não progride”].

O auge provocado pela Revolução Cubana ganhou força na

8 Hugo Blanco foi condenado à morte no julgamento realizado na cidade de Tacna. Uma campanha internacional encabeçada pelo filósofo francês Jean Paul Sartre evitou sua morte.

9 Depois de chefiar o primeiro governo livremente eleito na República Democrática do Congo, Patrice Lumumba foi derrubado pelo Exército e por agentes imperialistas com quatro meses de mandato como primeiro-ministro em 1960. Um ano mais tarde, um pelotão de oficiais belgas executaria Lumumba, instalando a ditadura de Joseph-Desiré Mobutu, a qual durou nada menos que três décadas.

República Dominicana, onde as eleições de 1962 fizeram triunfar Juan Bosch do Partido Revolucionário Dominicano (PRD). Seu governo tomou medidas progressivas como a distribuição de terras e a expropriação de certas propriedades do imperialismo. Em 1965, ocorre um golpe de estado da cúpula militar que toma o poder. Oficiais jovens respondem com um levante armado que conquista o poder em zonas liberadas num processo de enfrentamento direto na capital Santo Domingo. Em meio a este confronto que iniciava uma revolução democrática e popular, os EUA decidem então intervir com o envio dos *marines*, substituindo por um governo títere de sua política.

Na Argentina, foi grande a mobilização contra a invasão ianque. A Federação de Estudantes e as organizações operárias convocaram uma mobilização na Plaza de los Dos Congresos, em frente ao parlamento. Pela primeira vez participei de uma mobilização de massas que foi reprimida. Quando estava por falar nosso companheiro do PO Salvador Amato, a cavalaria da polícia disparou contra a mobilização. A resposta não tardou a aparecer. Choveram pedras e a resistência se fez forte na região do Congresso. Muitas barricadas foram montadas para impedir que a polícia seguisse avançando. Junto a outro manifestante tomamos um ônibus da empresa estatal e decidimos fazer baixar todos os passageiros, cruzando o veículo na avenida Callao, centro da resistência. A luta durou um bom tempo até que se fizeram presentes fortes carros de assalto da polícia federal. Ante este avanço do lado contrário, decidimos recuar, felizes pela demonstração de forças que havíamos feito.

O golpe militar de 1964, a invasão militar da República Dominicana (que teve a resistência durante semanas do exército do general Caamaño Deñó) e a prisão de Hugo Blanco em Cuzco configuraram a resposta da burguesia à onda revolucionária despertada em Cuba. No Brasil, inicia-se a ditadura mais longa que viveu o nosso continente na qual há resistências, com destaque

para as guerrilhas de Marighella e Lamarca e as mobilizações estudantis de 1968. Visto desde agora, estas ações do imperialismo, somadas à detenção de Hugo Blanco no Peru, detêm parcialmente – ainda que não derrotam –, o processo aberto pela revolução cubana.

Entretanto, a continuidade das lutas reaparece no mundo com as revoluções de 1968, desta vez com um caráter mais mundial e no coração do imperialismo. Os EUA e seu poderoso exército é derrotado pelo heroico povo vietnamita. Ajudou esse triunfo a mobilização nos EUA que começou a ganhar potência com o levante dos estudantes de Berkeley. A ofensiva do Tet (1968) liderada pela Frente Nacional de Libertação do Vietnã (FNL) foi o ponto de inflexão para conseguir a primeira e maior derrota militar do exército mais poderoso da história da humanidade.

O ano de 1968, aliás, é o período de mais revoluções comparáveis à situação revolucionária do pós-I Guerra Mundial e do pós-II Guerra Mundial. A Primavera de Praga, o Levante Estudantil e a Greve Geral do Maio Francês, e a mobilização estudantil mexicana em nosso continente que termina com o massacre de Tlatelolco, além das semi-insurreições argentinas em Córdoba e Rosário. O mundo muda com estes levantes.

No capítulo anterior, escrevi que as mobilizações e ocupações de escola foram a matriz na qual nos formamos grande parte de nossa geração “sessentista”. E entendo por matriz o molde no qual se desenha a estrutura. As revoluções de 60 e 70 foram a forja desse molde ou estrutura. Em 1958 estavam os desenhos e coube às revoluções dos 60 e 70 serem a forja que deram consistência a esses desenhos; a rebeldia de 58 se transformou em consciência revolucionária. As revoluções da década de 1960 não somente alteraram a geografia política do mundo, mas também levaram a um choque geracional contra a consciência reformista, imobilista que havia gerado o stalinismo e a social-democracia na Europa, além dos movimentos nacionalistas como o peronismo.

Neste processo, e em particular com o Maio Francês, se fortaleceu o movimento trotskista no mundo. Os militantes aprendemos a ser mais internacionalistas, em meio à intensa atividade prática e importantes polêmicas que tocaremos na segunda e terceira parte deste capítulo.

Teoria

Crises estruturais¹

Immanuel Wallerstein

O termo “crise” desempenhou um papel central em muitos debates políticos nacionais durante a década de 1970, ainda que a definição do termo não variasse amplamente. Até o final do século, havia sido substituído por outro mais otimista: “globalização”². Entretanto, desde 2008, o tom se tornou sombrio de novo e a ideia de crise ressurgiu de forma brusca. Mas sua utilização é tão vaga como sempre. As perguntas sobre como definir uma crise e explicar suas origens voltaram de novo a primeiro plano.

No final da década de 1960 e começo da seguinte, tanto o ciclo hegemônico como o ciclo econômico global do sistema-mundo moderno entraram numa fase de declive. O período que começa em 1945 e acaba ao redor de 1970 – acertadamente chamado em francês *les trente glorieuses* [N.d.T. *os trinta gloriosos*], havia marcado o auge da hegemonia dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que coincidiu com a fase descendente A, a mais expansiva do ciclo de Kondratiev³ que jamais havia conhecido a economia-mundo capitalista. As recessões eram absolutamente normais, não somente no sentido de que todos os sistemas têm ritmos cíclicos – assim é como vivem, essa é a maneira como resolvem as inevitáveis flutuações de suas operações – mas também de como funciona o capitalismo como sistema-mundo. Nisso há dois temas fundamentais: como os produtores conseguem lucros e como os Estados garantem a ordem mundial dentro da qual os produtores

1 Versão original: “Structural Crisis”. *New Left Review*. N. 62. Mar-Abril 2010. Disponível em inglês: <https://newleftreview.org/issues/II62/articles/immanuel-wallerstein-structural-crises>. Tradução: Charles Rosa.

2 Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no Congresso Mundial do Instituto Internacional de Sociologia, em Erevan, em 13 de junho de 2009.

3 Nikolai Dimitrievich Kondratiev (1892-1938) foi um economista soviético, célebre por formular a teoria do ciclo econômico longo, cuja duração flutua entre 48 e 60 anos. Seria fuzilado em 1938 durante os Processos de Moscou.

podem conseguir lucros. Vamos nos ocupar deles de um em um.

O capitalismo é um sistema em que a acumulação sem fim do capital é sua *raison d'être* [N.d.T. razão de ser]. Para acumular capital, os produtores devem obter lucros de suas operações o que a uma escala significativa somente é possível se o produto pode ser vendido por uma quantidade consideravelmente maior do que custa produzi-lo. Numa situação de concorrência perfeita, é impossível conseguir ganhos a essa escala: requer-se um monopólio, ou pelo menos um quase-monopólio, do poder-mundo econômico. O vendedor pode exigir qualquer preço sempre que não ultrapasse o que permite a elasticidade da demanda. Sempre que a economia-mundo se expande significativamente, alguns produtos “chave” são relativamente monopolizados e, a partir dos lucros que geram, podem ser acumuladas grandes quantidades de capital. As conexões para frente e para trás destes produtos formam a base para uma expansão global da economia-mundo. A isso chamamos de “fase A” de um ciclo de Kondratiev. Para os capitalistas, o problema é que todos os monopólios são autoliquidáveis graças ao fato de que, por muito bem defendido politicamente que esteja um determinado monopólio, no mercado mundial podem entrar novos produtores. Evidentemente, a entrada requer tempo, porém, mais cedo ou mais tarde, o grau de concorrência aumenta, os preços baixam e por isso os lucros também. Quando os lucros dos produtos-chave baixam o suficiente, a economia-mundo deixa de se expandir e entra num período de estagnação, a “fase B” de um ciclo de Kondratiev.

A segunda condição para o lucro capitalista é que haja algum tipo de relativa ordem global. Ainda que as guerras do mundo ofereçam a alguns empresários oportunidades muito boas, também ocasionam uma enorme destruição do capital fixo e uma considerável interferência no comércio mundial. O balanço geral das guerras mundiais não é positivo, um ponto que Schumpeter⁴

⁴ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi um economista e cientista político austríaco.

sublinhou repetidamente. Assegurar a situação relativamente estável que requer a obtenção de lucros é a tarefa de uma potência hegemônica suficientemente forte para impô-la sobre o sistema-mundo em seu conjunto. Os ciclos hegemônicos têm sido muito mais longos que os ciclos de Kondratiev: num mundo de múltiplos Estados soberanos (assim eles são chamados), não é fácil se estabelecer como uma potência hegemônica. Assim fizeram as Províncias Unidas em meados do século XVII, depois o Reino Unido no século XIX e finalmente os Estados Unidos em meados do século XX. O auge de cada potência hegemônica tem sido o resultado de uma longa luta contra as potências potencialmente hegemônicas. Até agora, o vencedor foi o Estado que conseguiu ser capaz de montar a maquinaria produtiva mais eficiente e ganhar depois uma “guerra de trinta anos” contra seu principal rival. O hegemônico então é capaz de estabelecer as regras com as quais opera o sistema interestatal para assegurar seu funcionamento fluido, e maximizar o fluxo de capital acumulado até seus cidadãos e empresas produtivas. Poder-se-ia chamar a isso um quase-monopólio do poder geopolítico.

O problema para a potência hegemônica é o mesmo que enfrenta uma indústria de ponta: seu monopólio gera seu próprio esgotamento. Em primeiro lugar, em algumas ocasiões o hegemônico precisa fazer uso de seu poderio militar para manter a ordem. No entanto, as guerras custam vidas e dinheiro, e têm um impacto negativo sobre seus cidadãos, cujo orgulho inicial pela vitória pode evaporar-se à medida que pagam os custos crescentes da atuação militar. As operações militares em grande escala amiúde são menos efetivas do que o esperado, e isso fortalece àqueles que desejam resistir no futuro. Em segundo lugar, mesmo se a eficiência econômica do hegemônico não fraqueja imediatamente, a de outros países começa a ficar em perigo, fazendo-lhes menos dispostos a aceitar seus ditames. A potência hegemônica entra num processo de declive gradual em relação às

potências em ascensão. O declive pode ser lento, mas, apesar de tudo, é essencialmente irreversível.

O que tornou tão relevante o período de 1965-1970 foi a conjunção destes dois tipos de crise: o final da historicamente expansiva fase A de Kondratiev e o começo da decadência da hegemonia historicamente poderosa. Não é casual que a revolução mundial de 1968, que na realidade se estende de 1966 a 1970, se levasse a cabo este ponto de inflexão como expressão do mesmo.

Deslocando a Velha Esquerda

A revolução mundial de 1968 marcou um terceiro declive, um que, entretanto, somente se produziu uma vez na história do sistema-mundo moderno: o declive dos movimentos antissistêmicos tradicionais, da assim chamada Velha Esquerda. Composta essencialmente de comunistas, social-democratas e movimentos de libertação nacional, a Velha Esquerda surgiu lenta e trabalhosa no sistema-mundo principalmente ao longo do último terço do século XIX e a primeira metade do XX, passando da marginalidade e debilidade políticas ao redor de 1870 a uma de centralidade e considerável força ao redor de 1950. Estes movimentos alcançaram o ponto culminante de seu poder de mobilização no período que vai desde 1945 a 1968, exatamente no momento tanto da extraordinária expansão da fase A do ciclo de Kondratiev como do auge da hegemonia dos EUA. Não creio que isso fora algo fortuito, ainda que possa parecer contraintuitivo. O *boom* econômico mundial conduziu os empresários a acreditar que as concessões às demandas materiais de seus trabalhadores lhes custavam menos dinheiro que as interrupções do processo produtivo. Com o tempo, isso significou o aumento dos custos de produção, um dos fatores que se encontram atrás do fim dos quase-monopólios em indústrias pioneiras. Mas a maior parte dos empresários tomaram decisões para maximizar os lucros a curto prazo – sobre uns três anos – e deixar o futuro nas mãos

dos deuses.

As políticas da potência hegemônica se viram influenciadas por considerações paralelas. Manter uma estabilidade relativa no sistema-mundo era um objetivo essencial, mas os Estados Unidos tinham que conter o custo da atividade repressiva em relação ao custo das concessões às demandas dos movimentos de libertação nacional. Com relutância a princípio, mas depois deliberadamente, Washington começou a favorecer uma “descolonização” controlada, que teve o resultado de levar ao poder esses movimentos, e assim em meados da década de 1960 se podia dizer que os movimentos da Velha Esquerda haviam alcançado seu objetivo histórico de conquistar o poder do Estado quase em todas as partes; pelo menos em teoria. Os partidos comunistas dominavam um terço do mundo, os social-democratas estavam no poder, ou alternando no poder, em mais de outro terço; era um mundo pan-europeu. Além disso, a principal política dos partidos social-democratas, o Estado de bem-estar, foi aceita e praticada por seus oponentes conservadores. Os movimentos de libertação nacional haviam chegado ao poder na maior parte do antigo mundo colonial, como o haviam feito os movimentos populistas na América Latina. Hoje em dia, muitos analistas e militantes criticariam a atuação desses movimentos, mas isso é esquecer o medo que dominava o estrato mundial mais rico e mais conservador à vista do que lhes parecia um gigantesco iguarrismo destrutivo, equipado com o poder do Estado.

A revolução mundial de 1968 mudou tudo isso. Em seus múltiplos levantes predominaram três temas: o primeiro era que o poder hegemônico dos EUA estava forçado ao máximo e era vulnerável. No Vietnã, a ofensiva do Tet foi tomada como uma sentença de morte das operações militares dos Estados Unidos. Os revolucionários também atacaram o papel da União Soviética, considerada por eles como um participante em conluio com a hegemonia dos EUA; tal sentimento estava em crescimento

em todas as partes pelo menos desde 1956⁵. O segundo tema foi que os movimentos da Velha Esquerda haviam fracassado no cumprimento de suas promessas históricas. As três variedades se baseavam na assim chamada estratégia de duas etapas: primeiro tomar o poder do Estado, depois mudar o mundo. Os militantes disseram: “Vocês tomaram o poder do Estado, mas vocês não mudaram o mundo. Se queremos mudar o mundo, necessitamos novos movimentos e novas estratégias”, e a Revolução Cultural chinesa foi considerada por muitos como o modelo desta possibilidade. O terceiro tema era que a Velha Esquerda havia ignorado os grupos relegados, os oprimidos por sua raça, gênero, etnia ou sexualidade. Os militantes insistiram em que as exigências para um tratamento igualitário não podiam ser adiadas, em que constituíam parte do urgente presente. Por muitas razões, o movimento Black Power nos Estados Unidos foi o exemplo paradigmático.

A revolução mundial de 1968 foi politicamente tanto um enorme triunfo como um enorme fracasso. Surgiu como uma fênix e ardeu com força pelo globo, porém em meados da década de 1970 parecia ter se extinguido quase em todas as partes. O que havia conseguido este efêmero fogo? O liberalismo centrista havia sido destronado como a ideologia governante do sistema-mundo e ficou reduzido a ser simplesmente uma alternativa entre outras; os movimentos da Velha Esquerda ficaram destruídos como agentes de qualquer tipo de mudança fundamental. Mas o triunfalismo de 1968 demonstrou-se superficial e insustentável. A direita mundial ficou igualmente libertada de qualquer laço com o liberalismo centrista. Tirou proveito da estagnação do sistema-mundo e do colapso da Velha Esquerda para lançar uma contra-ofensiva, a da globalização neoliberal. Os principais objetivos eram reverter todos os ganhos obtidos pelos estratos mais inferiores durante a fase A do ciclo de Kondratiev: reduzir os cus-

⁵ Ano da Revolução Húngara esmagada pelos tanques soviéticos.

tos de produção, destruir o Estado de bem-estar e abrandar o declínio do poder dos Estados Unidos. Sua progressão pareceu culminar em 1989, quando o fim do controle soviético sobre os países satélites da Europa oriental e central e o desmantelamento da própria URSS conduziram a um novo triunfalismo na direita.

A ofensiva da direita mundial foi tanto um grande êxito como um grande fracasso. O que sustentou a acumulação do capital desde a década de 1970 foi um giro desde a busca de lucros por meio da eficiência produtiva até sua busca através da manipulação financeira, mais corretamente denominada especulação. O mecanismo crucial foi o fomento do consumo via endividamento. Isso se sucedeu em todas as fases B do ciclo de Kondratiev; a diferença desta vez foi a escala. Depois da maior expansão da história da fase A, a seguir veio a maior obsessão especulativa. As bolhas se moveram por todo o sistema-mundo, das dívidas nacionais do Terceiro Mundo e do bloco socialista na década de 1970 aos bônus lixo das grandes corporações na década de 1980, ao endividamento do consumo na década de 1990 e ao endividamento do governo dos EUA na era Bush. O sistema tem ido de bolha em bolha e atualmente está tentando inflar outra, com resgates bancários e emissão de dólares.

A recessão na qual caiu o mundo continuará durante algum tempo e será bastante profunda. Destruirá o último pilar que restava de relativa estabilidade econômica, o papel do dólar estadunidense como moeda reserva para proteger a riqueza. Quando se suceder isso, a principal preocupação de todos os governos do mundo será impedir levantes de trabalhadores sem emprego e de estratos médios cujas poupanças e pensões estão desaparecendo. Atualmente os governos estão se voltando para o protecionismo e a emissão de dinheiro como seu último recurso. Estas medidas podem mitigar momentaneamente a dor da gente comum, mas é provável que piorem a situação ainda mais. Estamos entrando na paralisia sistêmica, da qual sair será extremamente difícil. Isso

se expressará em flutuações cada vez maiores, que converterão os prognósticos a curto prazo – tanto econômicos como políticos – em meras conjecturas. Isso por sua vez agravará os temores populares e o sentido de alienação.

Alguns afirmam que a grande melhora relativa da posição econômica da Ásia – Japão, Coreia do Sul, Taiwan, China e, em menor grau, a Índia – permitirá um renascimento da empresa capitalista através de uma simples mudança de localização geográfica. Mais uma ilusão! O desdobramento relativo da Ásia é uma realidade, mas uma realidade que mina ainda mais o sistema capitalista ao dispersar a distribuição de mais-valor, reduzindo em vez de aumentar a acumulação global de capitais individuais. A expansão da China acelera o corte estrutural de lucros da economia-mundo capitalista.

Gastos sistêmicos

Neste ponto, devemos considerar as tendências seculares do sistema-mundo, em oposição a seus ritmos cíclicos. Estes ritmos são comuns a muitos tipos de sistemas e são parte de como operam, de como respiram caso se queira dizer assim. Mas a fase B nunca acaba no ponto onde começou a fase A precedente. Podemos pensar em cada subfase de ascensão como uma contribuição a lentas curvas ascendentes, cada uma se aproximando de sua própria assíntota. Na economia-mundo capitalista, não é difícil discernir quais curvas importam mais. Dado que o capitalismo é um sistema no qual a acumulação sem fim é primordial, e que se acumula capital obtendo lucros no mercado, o aspecto-chave é como fabricar produtos por um preço inferior ao que podem ser vendidos. Por isso temos que determinar tanto o que se vai nos custos de produção como aquilo que determina os preços. Logicamente, os custos de produção são os de pessoal, os dos insumos e os fiscais. Os três estiveram subindo como porcentagem do preço real a que se vendem os produtos. Isso é assim apesar

dos repetidos esforços capitalistas que os pressionam para baixo, e apesar das ondas de melhorias tecnológicas e organizativas que aumentaram a denominada eficiência da produção.

Os custos de pessoal, por sua vez, podem ser divididos em três categorias: a mão de obra relativamente sem qualificação, os quadros intermediários e os altos diretores. Os salários dos não qualificados tendem a aumentar na fase A como consequência de algum tipo de ação sindical. Quando durante a fase B estes salários crescem demasiadamente para determinados empresários, especialmente para as indústrias pioneiras, o principal remédio é a recolocação em áreas que historicamente têm salários menores; ocorre o mesmo na nova localização, se produzindo um novo movimento. Estas mudanças são custosas, mas lucrativas; entretanto, à escala mundial os incrementos logrados se revertem, mas não se anulam totalmente e, em consequência, as reduções nunca eliminam por completo os aumentos. Há 500 anos, este repetido processo esgotou os pontos onde poder recolocar o capital. Isso se põe em evidência com a desruralização do sistema-mundo.

O aumento dos custos dos quadros médios é o resultado, em primeiro lugar, da ampliação de escala das unidades produtivas que requerem mais pessoal deste tipo. Em segundo lugar, os perigos políticos da organização sindical do pessoal relativamente pouco qualificado ficam contrarrestados pela criação de um estrato intermediário de maiores dimensões, aliado político do estrato dirigente e que constitui modelos de mobilidade ascendente da maioria sem qualificação. Finalmente, o aumento dos custos dos altos diretores é o resultado direto do aumento da complexidade das estruturas empresariais, a famosa separação entre propriedade e controle. Isso faz possível que os altos diretores se apropriem como renda de porções cada vez maiores das entradas da empresa, reduzindo assim o que vai para os proprietários como lucro do investimento. O aumento destas rendas foi

espetacular durante as décadas passadas.

Os custos dos insumos estiveram subindo por razões análogas. Os capitalistas aspiram a externalizar os custos, ou seja, a não pagar a fatura completa pelo tratamento dos resíduos tóxicos, pela renovação de matérias-primas e pela construção de infraestruturas. Desde o século XVI até a década de 1960, esta externalização dos custos havia sido uma prática habitual, mais ou menos não questionada pelas autoridades políticas. Os resíduos tóxicos simplesmente eram vertidos no domínio público. Porém o mundo esteve se esvaziando de espaço público, em paralelo à desruralização da força de trabalho. As consequências e os custos para a saúde se tornaram tão elevados e tão próximos à própria casa como para produzir exigências de limpeza e controle ambiental. Os recursos também se converteram numa grande preocupação como consequência do acusado aumento da população mundial. Atualmente há uma ampla discussão sobre a escassez dos recursos energéticos, a água, os bosques, a pesca e a carne. Os custos de transporte e de comunicações também subiram à medida que se tornaram mais rápidos e mais eficientes. Os empresários historicamente pagaram somente uma pequena parte da fatura de infraestruturas. A consequência de tudo isso foi a pressão política sobre os governos para que assumam maiores custos de eliminação e limpeza de resíduos tóxicos, de renovação de recursos e expansão das infraestruturas. Para fazer isso, os governos devem aumentar os impostos e insistir numa maior internalização dos custos pelos empresários, o que, evidentemente, corta as margens de lucros.

Finalmente, os impostos subiram. Há múltiplos níveis de imposição, inclusive os impostos privados em forma de corrupção e máfias organizadas. Os impostos cresceram à medida que o alcance da atividade da economia-mundo se ampliou e a burocracia estatal se expandiu, mas o maior impulso veio dos movimentos antissistêmicos mundiais, que pressionaram a favor de

garantias estatais em educação, saúde e fluxos de rendas para a vida. Cada uma destas aumentou geograficamente como em temos dos níveis de serviços exigidos. Nenhum governo atualmente está isento da pressão para manter o Estado de bem-estar, inclusive se os níveis de provisão variam.

Os três custos de produção subiram sustentadamente como porcentagem dos preços reais de venda dos produtos, ainda que na forma de aumentos na fase A, logo atenuados na fase B, porém não anulados absolutamente nesta última há 500 anos. Os aumentos mais espetaculares foram produzidos no período posterior a 1945. Não se pode simplesmente subir os preços aos quais se vendem os produtos para manter as margens de lucros reais? Isso é precisamente o que se tentou no período posterior a 1970, em forma de subidas de preços sustentadas por uma ampliação do consumo, sustentado por sua vez pelo endividamento. A situação em meio do colapso econômico em que nos encontramos não é outra coisa que a expressão dos limites da elasticidade da demanda. Quando todo mundo gasta muito acima de sua renda real, chega um ponto em que alguém se detém e rapidamente todo o mundo sente que tem que fazer o mesmo.

Lutas pela sucessão

A conjunção dos três elementos – a magnitude do crack “normal”, a subida dos custos de produção e a pressão extra sobre o sistema que supõe o crescimento (e asiático) – significa que entramos numa crise estrutural. O sistema está muito longe do equilíbrio e das flutuações são enormes. De agora em diante, estaremos vivendo em meio a uma bifurcação do processo sistêmico. A pergunta já não é “como vai se reparar o sistema capitalista e renovar seu impulso para frente?”, mas sim “o que vai substituir o sistema?”, “qual ordem vai surgir deste caos?”.

Podemos pensar neste período de crise sistêmica como um cenário de luta pelo sistema sucessor. O resultado pode ser ine-

rentemente imprevisível, mas a natureza da luta está clara. Nós nos encontramos com escolhas alternativas que não podem ser explicadas com detalhes desde o ponto de vista institucional, mas que podem sugerir-se a grandes traços. Podemos escolher coletivamente um novo sistema que essencialmente se assemelhe ao atual: hierárquico, explorador e polarizador. Este sistema poderia tomar muitas formas e algumas poderiam ser mais severas que o sistema-mundo capitalista no qual estivemos vivendo. Como alternativa, podemos escolher um sistema radicalmente diferente, um que previamente nunca existiu, um sistema que é relativamente democrático e relativamente igualitário. Estive chamando a estas duas alternativas “o espírito de Davos” e o “espírito de Porto Alegre”, mas os nomes não são importantes. O que é importante é ver as possíveis estratégias organizativas de cada lado, numa luta que está se desenvolvendo de alguma forma desde 1968 e pode prolongar sua resolução até algo em torno de 2050.

Primeiro devemos destacar duas características decisiva de uma crise estrutural. Graças ao fato de que as flutuações são tão selvagens, há pouca pressão para regressar ao equilíbrio. Durante o longo e “normal” período de vida do sistema, semelhante pressão foi a razão pela qual as amplas mobilizações sociais – as assim chamadas revoluções – foram sempre tão limitadas em seus efeitos. Mas quando o sistema está longe do equilíbrio, pode suceder o contrário, pequenas mobilizações sociais podem ter repercussões muito grandes, o que a ciência da complexidade chama de “efeito mariposa”. Também o poderíamos chamar o momento no qual a agenda política prevalece sobre o determinismo estrutural. A segunda característica decisiva é que em nenhum dos campos há um pequeno grupo no alto que toma as decisões: um operativo “comitê executivo da classe dirigente” ou um politburo das massas oprimidas. Mesmo os que estão comprometidos na luta por um sistema sucessor, há múltiplos jogadores que

defendem diferentes ênfases. Os dois grupos de militantes confienciados de ambos os lados também encontram dificuldade em convencer os grandes grupos que formam suas bases potenciais da utilidade e possibilidade de organizar a transição. Em resumo, o caos da crise estrutural se reflete na relativamente ordenada configuração dos dois campos.

O bando de “Davos” está profundamente dividido. Estão os que desejam substituir um sistema altamente repressivo que glorifica o papel de dirigentes privilegiados sobre sujeitos submissos. Há um segundo grupo que crê no caminho em direção ao controle e o privilégio se encontra num sistema meritocrático que cooptaria o grande número de quadros necessários para manter-se com o mínimo de força e o máximo de persuasão. Este grupo fala uma linguagem de mudança fundamental, utilizando consignas que surgiram dos movimentos antissistêmicos – “universo verde”, “utopia multicultural”, “oportunidades meritocráticas para todos” -, enquanto conserva um sistema polarizado e desigual. Dentro do bando de “Porto Alegre”, há uma divisão paralela. Estão os que concebem um mundo altamente descentralizado, que privilegia a distribuição racional a longo prazo sobre o crescimento econômico e permite a inovação sem criar bolsas de conhecimentos incontestáveis para a sociedade em geral. Há um segundo grupo que está mais orientado para a transformação a partir de cima, por quadros e especialistas; eles concebem um sistema inclusive mais coordenado e integrado, um igualitarismo formal sem uma inovação real. Por isso, mais que uma simples batalha de duas vertentes pelo sistema sucessor, concebo uma batalha a três bandas, uma entre os dois grandes campos e outra segunda dentro de cada campo. Esta é uma situação de confusão, moral e política; o resultado é fundamentalmente incerto.

Quais passos práticos podemos dar qualquer um de nós para avançar neste processo? Não há uma agenda que possa ser formulada, somente há linhas de ênfase. No princípio da lista de

ações que poderíamos levar a cabo, a curto prazo, poderia minimizar a dor que surge do colapso do sistema existente e das confusões da transição. Isso poderia incluir ganhar eleições para obter maiores benefícios materiais para os que têm menos; maior proteção dos direitos judiciais e políticos; medidas para combater a progressiva erosão de nossa riqueza planetária e condições para a sobrevivência coletiva. Entretanto, estes não são em si mesmos passos rumo à criação do sistema sucessor de que necessitamos. Se requer um sério debate intelectual sobre os parâmetros do tipo de sistema-mundo que queremos e da estratégia para a transição. Para isso se necessita a vontade de ouvir àqueles aos quais consideramos de boa vontade, inclusive se não compartilham nossas posições. O debate aberto criará uma maior camaradagem e quiçá evite que caiamos no sectarismo que sempre derrotou os movimentos antissistêmicos. Finalmente, onde for possível, deveríamos construir modos de produção desmercantilizados alternativos. Fazendo isso, podemos descobrir os limites de muitos métodos concretos e demonstrar que há outros métodos para assegurar uma produção sustentável que um sistema de recompensa baseado na motivação do lucro. Além disso, a luta contra as desigualdades fundamentais do mundo – de gênero, classe, e raça/etnia/religião – tem que estar em primeiro plano de nossos pensamentos e fatos. Esta é a tarefa mais dura de todas, já que nenhum de nós estamos livres de culpa e a cultura do mundo que herdamos milita contra nós. Creio não ser necessário dizer também que devemos evitar qualquer sensação de que a história está do nosso lado? Como muito, temos 50% de possibilidades de criar um mundo melhor do que aquele no qual vivemos. Mas 50% é muito. Devemos tratar de apressar a Fortuna, antes que ela nos escape. Há outra coisa mais útil que possa fazer qualquer um de nós?

Recuperação ou queda¹

Michel Husson

Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. (Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, 1848)

A crise atual combina uma crise sanitária e uma crise econômica a escala mundial. E a interação entre estas duas dimensões da crise pode desencadear um ciclo específico que alterna derrapadas e acelerações em meio a uma trajetória recessiva.

Esta é a hipótese que examinamos nesta contribuição.

O difícil ajuste do desconfinamento

Atualmente, as medidas de confinamento afetam a quase 2,7 bilhões de trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, algo ao redor de 81% da mão de obra mundial²: esta crise não se parece com nenhuma outra. O efeito de paralisar uma boa parte da atividade econômica se multiplica por seus efeitos indiretos e coloca em marcha um ciclo infernal. No entanto, obviamente, o confinamento não pode ser total, nem se prolongar indefinidamente sob pena de solapar as próprias condições de subsistência da população. Esta importante retroalimentação (*feedback*) leva à necessidade de uma arbitragem difícil³.

Frente a este dilema real, podemos distinguir três tipos de reações dos Estados com base na classificação proposta por Jérôme Baschet: “o minimalismo sanitário liberal-darwinista; a atenuação implementada pelos Estados bem preparados e dotados com

1 Tradução de “Rebond ou plongeon?”, *A l'encontre* (29/04/2020). Disponível em: <http://alencontre.org/economie/rebond-ou-plongeon.html>. Tradução: Charles Rosa.

2 OIT, “COVID-19 e o mundo do trabalho. Estimativas e análises atualizadas”, 7 de abril de 2020.

3 Ver Michel Husson, “Sur l'inanité de la science économique officielle : de l'arbitrage entre activité économique et risques sanitaires”, *A l'encontre*, 14 de abril 2020.

poderosos recursos materiais e técnicos; as medidas de confinamento generalizado, implementadas de maneira mais ou menos autoritária⁴.

A primeira orientação minimalista foi inicialmente a de Boris Johnson ou de Donald Trump. Também se apresentou na Holanda e, o que é menos conhecido, no México, em relação ao qual vale uma esclarecedora pequena digressão. Efetivamente, seu presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) brandiu imagens religiosas como o melhor baluarte contra o vírus⁵. Isso foi em 18 de março. Porém esta deriva de AMLO também foi política. Quando prefeito da capital, entre 2000 e 2005, obteve um forte apoio popular graças a seus programas sociais⁶. Contudo é esse mesmo AMLO quem, desde 1 de janeiro, suprimiu o programa *Seguro Popular* que até então proporcionava proteção social a pessoas sem cobertura sanitária e o substituiu pelo fantasmagórico *Instituto de Salud para el bienestar*. O contraste é grande com a posição da direção zapatista que, dois dias antes desta famosa conferência do presidente, havia declarado alerta vermelho nos territórios rebeldes e convidado “os povos do mundo a medir a gravidade da enfermidade e a adotar medidas de saúde excepcionais, sem abandonar as lutas em curso”⁷.

Entretanto, a linha “liberal-darwinista” foi abandonada progressivamente frente à realidade e já não é seguida praticamente por ninguém, exceto por Trump (nos bastidores) e Jair Bolsonaro que, assumindo toda a responsabilidade, acaba de demitir seu ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Em ambos os casos, a crise tem conduzido a um conflito entre o poder federal e alguns dos Estados. Portanto, na prática o que se impõe na

4 Jérôme Baschet, “Qu’est-ce qu’il nous arrive?”, *LundiMatin*, 13 de abril de 2020.

5 “AMLO usa imágenes religiosas como ‘escudo protector’ contra el Covid-19”, *Diario de México*, 18 de março de 2020

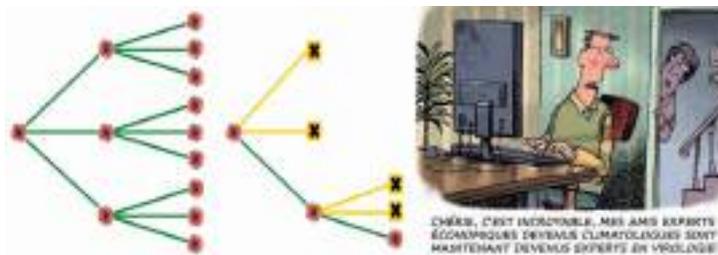
6 Implementou uma prestação para as pessoas idosas de mais de 70 anos (*Pensión Universal para Adultos Mayores*), as mães solteiras e as pessoas com deficiência, além de colocar a disposição de cuidados médicos e medicamentos gratuitos a mais de 750 000 famílias pobres sem proteção social.

7 EZLN, “*Communiqué du Comité Clandestin Révolutionnaire Indigène*”, 16 março de 2020.

maioria dos países é uma política de confinamento.

Obviamente, *a priori* é a forma mais efetiva de reduzir as possibilidades de transmissão, como o ilustra este gráfico de um epidemiólogo (bastante) amador. À esquerda, cada pessoa infectada contamina a outras três segundo a revolução da taxa de reprodução inicial (R_0) do vírus. À direita, o confinamento bloqueia a propagação.

Evidentemente, este mecanismo de atenuação depende de quanto dure o confinamento, como pôde explicar Angela Merkel numa intervenção muito pedagógica⁸. Mas confinamento não pode ser mantido por muito tempo, por razões que não somente se referem ao imperativo econômico, mas também sociais, em todos os sentidos do termo. Contudo, ao mesmo tempo, ainda há muitas incertezas sobre o modo exato de transmissão do vírus, sobre a proporção de pessoas infectadas mas assintomáticas, sobre a efetividade das provas, sobre a possibilidade de re-infecções, etc. Um internauta desenhou um quadro bastante divertido.



Charge: “Querida, é incrível, meus amigos, especialistas em economia, que se tornaram especialistas em climatologia, agora são especialistas em virologia!”

⁸ Angela Merkel, “Conférence de presse du 15 avril 2020”.

As aporias do confinamento⁹

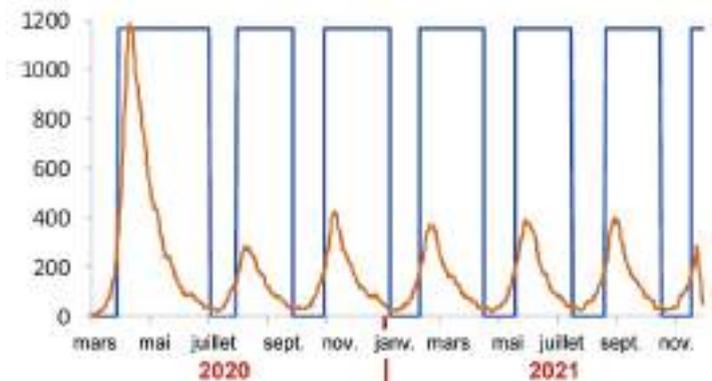
- i. Você não pode sair de casa, mas se tiver que fazer, você pode.
- ii. As máscaras são inúteis, mas talvez você devesse usar uma, ela pode salvá-lo/a. Pode ser que não sirvam para nada, mas também podem ser obrigatórias.
- iii. As lojas estão fechadas, exceto as que estão abertas.
- iv. Este vírus é mortal mas não é realmente terrível, exceto que você poderia morrer dele, ou poderia tê-lo sem nem saber.
- v. As luvas não ajudarão, no entanto podem ser usadas.
- vi. Todo mundo deveria ficar em casa, mas é possível sim sair para fazer exercícios, salvo que você pode correr algum risco, a menos que ninguém mais faça exercício no lugar onde você se encontra.
- vii. O supermercado está bem abastecido, mas faltam muitas coisas, exceto pela manhã. Às vezes.
- viii. O vírus não tem nenhum efeito nas crianças, exceto nos infectados.
- ix. Você terá muitos sintomas, caso adoeça, mas você pode estar enfermo sem sintomas ou ter sintomas sem estar enfermo.
- x. É possível comer imediatamente a comida distribuída a cada por um restaurante, mas você deve descontaminar seus alimentos fora durante três horas.
- xi. Você está a salvo, caso se mantenha a uma distância de um metro dos demais, sempre que estas pessoas sejam estranhas. Está proibido ver seus amigos desde uma distância segura.
- xii. O vírus permanece ativo em diferentes superfícies durante duas horas; não, quatro; não, seis; não, talvez dias? Mas é preciso um ambiente úmido. Mas também um ambiente seco.
- xiii. Contamos o número de mortes, mas não sabemos quantas pessoas estão infectadas porque somente avaliamos as pessoas que quase estavam mortas para determinar se é disso que vão morrer.
- xiv. Não temos um tratamento, mas pode haver um que funcione, a menos que tomemos a dose

⁹ Segundo informação de Jane Maher, uma oncóloga, no Twitter.

incorreta. Não há nenhuma forma de saber isso.

xv. Deveríamos permanecer enclausurados até que o vírus desapareça, mas isso somente atrasará a imunidade coletiva, o que requer abandonar o seu lar. Assim, saia com moderação.

Dadas estas incertezas, é possível imaginar uma sucessão de fases de re/desconfinamento, como se ilustra no seguinte esquema, proveniente do *Imperial College*¹⁰:



Este cenário induziria uma trajetória de aceleração e depois de frenagem da atividade econômica, o que levaria a uma recuperação vacilante da economia, em forma de uma sucessão em W. Os economistas, por outro lado, realizam um enorme exercício de imaginação para distinguir os diversos perfis possíveis: alguns evocam o acrônimo de uma famosa marca de calçado esportivo ou inclusive a letra Baa do alfabeto árabe.



¹⁰ Imperial College, « Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand », 16 de março de 2020.

Poderíamos imaginar um relaxamento da quarentena com, por exemplo, o arranque progressivo das atividades (mas com ao menos 50% das atividades não essenciais paralisadas), ou a manutenção do fechamento dos estabelecimentos das pessoas de mais idade. Este é o cenário previsto num estudo minucioso do *Institut national de la santé et de la recherche médicale* (Inserm)¹¹ que proporciona elementos adicionais. O primeiro é que o nível atual de imunidade seria baixo – de 1 a 6% das pessoas já infectadas¹²-, enquanto que é necessário um limiar de 60%, quando menos, para assegurar a imunidade coletiva e a erradicação do vírus.

Além disso, este cenário somente pode funcionar se for acompanhado de uma campanha massiva de testes e distribuição de máscaras. Entretanto, os recursos materiais e logísticos não estão disponíveis imediatamente, ao menos na França. Em resumo, no melhor dos casos se pode poupar tempo e achatar as curvas, mas não será possível evitar uma recaída, senão que, quando muito, fazer retroceder e diminuir o impacto. Como diz Vittoria Colizza, uma das líderes do estudo, “o confinamento vai durar muito tempo porque não se pode viver normalmente com esta epidemia”¹³.

A incerteza não é eliminada com o exame comparado das políticas levadas a cabo nos distintos países. Alguns êxitos são difíceis de transpor: inclusive admitindo a veracidade das estatísticas oficiais, a China recorreu a medidas ultrarreacionárias, inclusive totalitárias. O êxito da Alemanha provavelmente se baseie (como na Coreia do Sul), ao menos em parte, numa política sistemática de teste, mas isso está fora do alcance de outros países. Cita-se o caso da Suécia, que utilizou um confinamento muito moderado, mas tem sombras caso se compare

11 Laura Di Domenico et al., “Expected impact of lockdown in Île-de-France and possible exit strategies”, Inserm, 12 de abril de 2020

12 Esta proporção seria “de forma muito verossímil inferior a 15%, mesmo nas zonas mais afetadas pela primeira onda da pandemia”, estima o Conselho científico Covid-19 em seu informe de 2 de abril de 2020: “Etat des lieux du confinement et critères de sortie”

13 Citada por Paul Benkimoun, “Une levée du confinement sans mesures strictes de tests et d’isolement serait inefficace”, Le Monde, 12 de abril 2020.

com países vizinhos como Dinamarca, Noruega ou Finlândia¹⁴.

Segundo Annie Thébaud-Mony, especialista em enfermidades profissionais, a escassez de teste não é uma explicação satisfatória: “nossos dirigentes estão apresentando uma razão técnica, enquanto que claramente tomaram uma decisão estratégica: a opção de não fazer teste”¹⁵. A fórmula sem dúvida deve ser matizada: é verdade que o governo francês mostrou uma profunda desorganização, como no caso das máscaras, e inclusive mentiu descaradamente¹⁶. Mas esta debacle também se relaciona com a escolha de um método; ou seja, a negativa – ou a incapacidade – para tomar o controle das coisas, inventariando capacidade de produção, expropriando..., em resumo, planificando.

Neste contexto de incerteza, a possibilidade de um novo surto também é uma preocupação para os bancos, como o Morgan Stanley, que previu uma segunda onda no início de 2021¹⁷. É o que ilustra o gráfico abaixo, que aparece aqui somente como um exemplo da complexidade aleatória dos modelos implementados.



14 Hans Bergstrom, « The Grim Truth About the Swedish Model », Project Syndicate, 17 de abril 2020.

15 Annie Thébaud-Mony, « Le gouvernement affaiblit notre capacité collective à lutter contre le virus », Bastamag, 10 de 2020.

16 Yann Philippin, Anton Rouget, Marine Turchi, « Masques: les preuves d'un mensonge d'Etat », Mediapart, 2 de abril de 2020; Ismaël Halissat et Pauline Moullot, « Masques : un fiasco et des mensonges », Libération, 28 de abril 2020.

17 Morgan Stanley, « COVID-19: A Prescription To Get The US Back To Work », 3 de abril de 2020.

As idas e vindas do vírus a escala mundial

O modo como se organiza a produção global em forma de cadeias de valor se viu brutalmente afetado pela crise, e de várias maneiras. Dentro de um território ou país, a queda da demanda conduz à bancarrota a curto ou médio prazo das e dos produtores que não tenham respaldos (financeiros) bastante sólidos. Este fenômeno, ao estender-se às empresas de transporte, pode inclusive levar à perda da produção de produtos alimentícios porque não se pode entregar aos que compram.

Nos Estados Unidos, o fenômeno já está funcionando. Por um lado, alguns agricultores se veem obrigados a destruir seus cultivos e, por outro lado, os habitantes urbanos de escassos recursos fazem a fila em *food banks* para conseguir os alimentos. A imagem abaixo, que relaciona dois artigos do *New York Times*, simboliza o absurdo de tal situação¹⁸.



Figura SEQ “Figure” * ARABIC 1 - À esquerda: “Leite jogado fora, ovos esmagados, verduras estragadas: Desperdício alimentar da Pandemia - Com restaurantes, hotéis e escolas fechados, muitas das maiores

¹⁸ Obrigado a Gilles Raveaud por ter me enviado esta montagem realizada por Matt Huber.

fazendas do país estão destruindo milhões de libras” | À direita: “Enfrentando a segurança alimentar na linha de frente: Sem recursos e voluntários, os bancos de alimentos tentam acompanhar a crescente demanda -

A variante francesa também é reveladora: alguns cultivos carecem de mão de obra porque geralmente estava composta por trabalhadores temporários estrangeiros que não podem vir a assegurar esta produção¹⁹. O mesmo ocorre no Reino Unido, que está tratando de *reimportar* aos trabalhadores estrangeiros expulsos pelo Brexit.

O comércio internacional já se reduziu consideravelmente, mas corre o risco de reduzir ainda mais com as interrupções nas cadeias de fornecimento. Com relação aos alimentos básicos, a OCDE teme que a curto prazo “as cadeias específicas de fornecimento de alimentos se verão seriamente afetadas, em particular pela falta de trabalhadores estacionais para a plantação ou a colheita de cultivos essenciais, por limitações logísticas e por medidas sanitárias²⁰”.

Entretanto, tais mecanismos já estão funcionando, como mostra um informe do Banco Mundial sobre a África subsaariana²¹. A propagação do vírus começou ali mais tarde e segue relativamente limitada (5.425 casos registrados em 45 dos 48 países). Porém seus efeitos econômicos já estão presentes e o Banco Mundial apresenta uma imagem muito sombria, com um crescimento negativo para 2020 entre -2.1 e -5.1%. Para além das cifras, o informe resume os principais canais de transmissão da crise.

O primeiro canal é a perturbação do comércio e das cadeias de valor. Golpeia os setores exportadores de produtos da região, com o colapso dos preços internacionais das matérias primas, assim como os países que estão altamente integrados nas ca-

19 No caso dos morangos e aspargos tornados célebres pelo inenarrável porta-voz de nosso governo que evocava de passagem aos professores confinados “que não trabalham”. Ver Sibeth Ndiaye, « Fraises et asperges », BFMTV, 25 de março de 2020.

20 OCDE, “Covid-19 and International Trade: Issues and Actions”, Abril de 2020.

21 The World Bank, “Assessing the Economic Impact of Covid-19 and Policy Responses in Sub-Saharan Africa”, Abril de 2020.

deias de valor, como Etiópia e Quênia. O segundo choque é o resultado de uma repentina retirada de capital e, em geral, da redução de todos os fluxos de financiamento estrangeiros (investimentos diretos, ajuda, remessa de fundos, rendas do turismo). Em geral, os países enfrentarão graves crises na balança de pagamentos, com deficits comerciais cada vez maiores e com quedas das taxas de câmbio. A seguir vêm os efeitos estritamente sanitários que terão um efeito multiplicador, levando em conta a dificuldade para organizar o confinamento²².

Esta imagem, já por si só sombria, deve ser completada agregando a forte dependência de vários países africanos das importações agrícolas. Efetivamente, observa-se que alguns países produtores estão tomando medidas de autoproteção que consistem em restringir suas exportações de produtos agrícolas. Isso poderia desencadear uma crise alimentar em países como a Argélia, o Egito, o Marrocos ou a Nigéria, que dependem particularmente do abastecimento exterior²³.

Muitos países latino-americanos estão expostos aos mesmos perigos e por razões similares. Como mostra Pierre Salama, “experimentarão fortes quedas em suas entradas tributárias graças à diminuição das exportações de matérias primas que se somará à queda dos preços mundiais. Isso poderia conduzir a uma crise fiscal, reduzindo assim suas capacidades orçamentárias para responder à crise econômica e social”²⁴.

Portanto, todos os países emergentes e em desenvolvimento estão afetados: enfrentam as mesmas dificuldades e devem solicitar empréstimos ao mesmo tempo. As saídas de capital, em proporções sem precedentes, já começaram devido a que os mercados financeiros preferem reduzir os riscos e financiar os Estados Unidos, a China e os países europeus. É por isso que a pande-

22 Sarah Diffalah, “Comment gérer l'impossible confinement en Afrique”, *L'Obs*, 13 de abril 2020.

23 Antoine Bouët, “Coronavirus et sécurité alimentaire en Afrique”, *Telos*, 9 de abril de 2020.

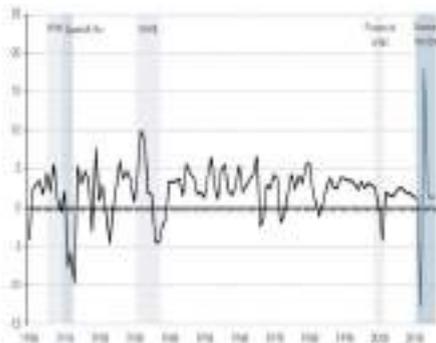
24 Pierre Salama, “En Amérique latine, la pandémie s'ajoute à d'autres crises”, *Libération*, 8 de abril de 2020.

mia é uma “bomba-relógio de défauts soberanos”²⁵. Logo, não é surpreendente que muitos países já tenham solicitado assistência financeira de emergência ao FMI, que a concedeu, não obstante a oposição de Trump. Mas esta ajuda chega a conta-gotas e a suspensão da dívida outorgada a certos países é somente temporal.

Seria possível dizer que a pandemia está experimentando, como a economia mundial, um *desenvolvimento desigual e combinado* e ademais está mostrando isso. Os intercâmbios internacionais vão estar sujeitos aos mesmos ziguezagues que as conjunturas nacionais, porque é impossível adaptar as cadeias de valor mundiais em tempo real. Se um país da *periferia* já não pode abastecer a um país do *centro* porque, por sua vez, está golpeado pela pandemia, esta interrupção repentina da produção no primeiro país terá repercussões na atividade econômica do segundo.

Os efeitos rebote

Os defensores de uma recuperação em V não compartilham as observações anteriores que permitiriam, desde 2021, compensar 2020. A versão mais radical desta tese é sem dúvida a da Office for Budget Responsibility que é uma espécie de equivalente britânico do Tribunal de Contas. Prognostica uma queda de -12.8% do PIB em 2020, seguida de uma recuperação de incriveis +17.9% em 2021! Isso está no gráfico deupurado abaixo²⁶.

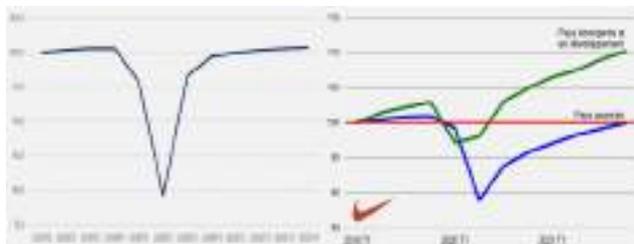


25 Pierre-Olivier Gourinchas, Chang-Tai Hsieh, “COVID-19 : Une bombe à retardement de défauts souverains”, Project Syndicate, 9 de abril de 2020.

26 Office for Budget Responsibility, “OBR coronavirus reference scenario”, 14 de abril de 2020.

No mesmo registro cômico, se pode citar a entrevista “trumpoide” de Larry Summers, ex-secretário de Estado de Clinton, ex-assessor de Obama, etc. Sua intuição “provavelmente otimista”, diz que “a recuperação pode ser mais rápida do que caberia esperar, porque é muito similar ao que se sucede depois da depressão total na economia Cape Cod a cada inverno [Cape Cod é o lugar de férias favorito para as elites de Boston e Nova York] ou da recuperação do PIB dos Estados Unidos todas as segundas-feiras”. Depois deste toque de humor, Summar agrega: “Portanto, creio que se conseguimos controlar a situação sanitária, a volta à normalidade será mais rápida que durante as crises financeiras ou as recessões habituais”; mas, prudente, agrega “não estou seguro”.²⁷

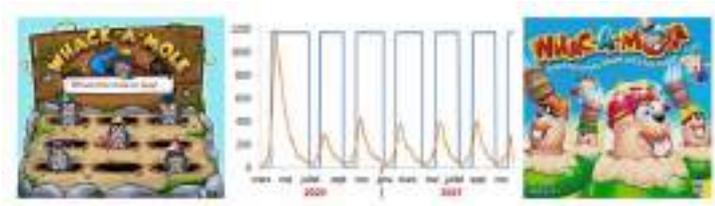
Nem todas as previsões quantificadas caem neste ridículo, mesmo porque se necessita muita coragem para levar a cabo semelhante exercício. Em qualquer caso, observa-se que a maioria das projeções esforçam-se por apresentar trajetórias otimistas. É difícil dizer se isso se deve a um método que subestima o alcance desta crise, ou é para tranquilizar (aos investidores?) minimizando o alcance do choque. Em qualquer caso, os seguintes gráficos se assemelham a desejos piedosos, *wishful thinking*, como se diz em inglês. À esquerda está o prognóstico de Xerfi para a França, à direita o do FMI, em forma de “swoosh”²⁸. De acordo com o FMI, os países emergentes e em desenvolvimento deveriam sair rapidamente da depressão e crescer 10% no final de 2021, o que na realidade está para além do razoável.



27 Larry Summers, “Recovery Could Be Faster Than Anticipated”, Vanity Fair, 2 de abril de 2020.

28 Olivier Passet, “Covid-19 : la contagion sectorielle de l’économie réelle L’ampleur du choc, les limites du rebond », Xerfi, 20 de abril de 2020 ; FMI, “The Great Lockdown », World Economic Outlook, Abril de 2020.

Para fechar o capítulo, pode-se citar um artigo que também é bastante esclarecedor²⁹, no qual o autor estabelece um paralelo (sem dúvida de gosto duvidoso) com o jogo das topeiras (*whack a mole*) no qual é necessário acertar o maior número de topeiras que seguem tirando a cabeça de seus buracos.



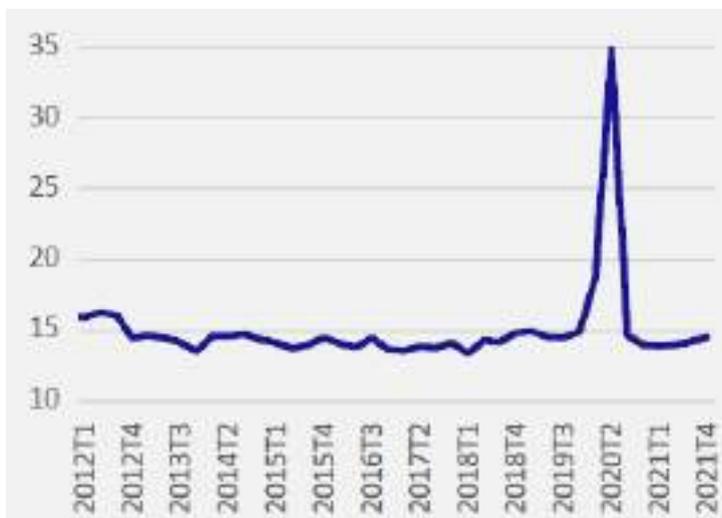
A fábula da poupança forçada

Um dos efeitos do confinamento é que os gastos de consumo caem mais do que as rendas. No caso da França, a taxa de poupança, que oscilava ao redor de 15%, deveria saltar para 35% no segundo trimestre de 2020³⁰. Esta poupança forçada representaria algo em torno de 55 bilhões de euros por oito semanas de confinamento³¹. Se a taxa de poupança volta a seu nível anterior à crise, o consumo impossível durante o confinamento se atualizaria e respaldaria uma recuperação rápida em V. O gráfico abaixo, tomado do estudo já citado por Xerfi, ilustra este cenário ultra-otimista cuja probabilidade é próxima a zero (gostaríamos de ver a “equação” que conduz a esse resultado).

29 Ed Yong, “How the Pandemic Will End”, The Atlantic, 25 de Março de 2020.

30 Olivier Passet, “Covid-19 : la contagion sectorielle de l’économie réelle L’ampleur du choc, les limites du rebond”, Xerfi, 20 de abril de 2020.

31 OFCE, “Évaluation de l’impact économique de la pandémie”, 20 de abril de 2020.

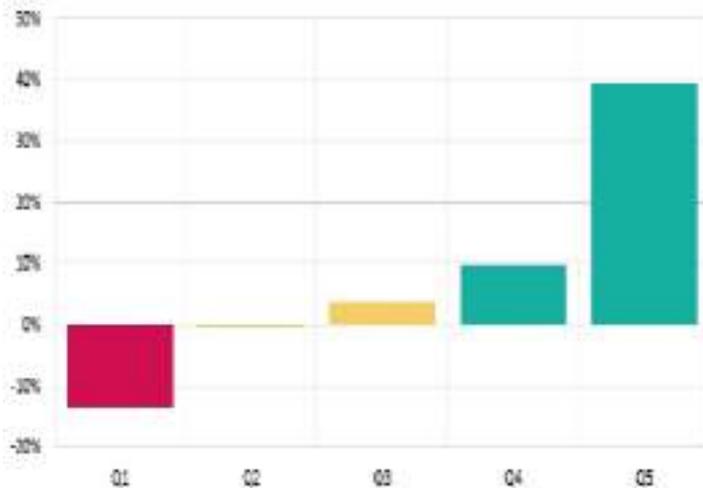


Por outro lado, o autor do estudo matizou de imediato esse otimismo: “no papel”, explica, poderíamos contar com “as poupanças da famosa França de fim de mês”, “entretanto, não veremos este feliz resultado. Não haverá uma manhã que canta nem sequer um choque suavizado”³².

O problema destes cenários é que implicitamente assumem um fim completo do confinamento e um reinício imediato da produção. E com isso, subestimam o ciclo pandemia/economia e o ciclo demanda/oferta. Além disso, enfrentam uma dificuldade clássica em relação à taxa de poupança. Mesmo antes da crise, era uma das variáveis determinantes num exercício de previsão econômica e, sem dúvida, é uma das mais difíceis de se criar um modelo. A razão é que não há uma taxa de poupança que estaria determinada pelo comportamento do agente representativo, ou seja, de um consumidor médio. Desde Keynes, sabemos que os ricos poupam mais. O gráfico a seguir ilustra isso perfeitamente: 20% dos lares com as rendas mais baixas (quartil Q1) tem inclusive uma taxa de poupança negativa (se

32 Olivier Passet, “Le rattrapage après-crise : les illusions perdues” Xerfi, 24 de abril de 2020.

endivida), o 20% seguinte tem zero poupanças, e a maioria das poupanças provêm das rendas mais altas³³. Alguns estudos pontuais mostram que o comportamento de poupança depende da estrutura das rendas: em geral, os assalariados poupam menos³⁴.



Portanto, confiar na liberação dessa poupança forçada para relançar a economia é indicativo de uma forma de distanciamento social, que equivale a ignorar o destino dos mais desfavorecidos, dos que lutam porque perderam empregos e renda, dos que fazem fila para ter o que comer. Baseando-se na pesquisa domiciliar do INSEE e numa pesquisa do Ifop³⁵, Pierre Concialdi mostra que a queda da atividade vem tendo “um impacto nas rendas de mais de um terço da população ativa”, submergindo-a em grandes dificuldades financeiras. É verdade que foram tomadas medidas em relação ao desemprego parcial, mas “estão longe de com-

33 Mikael Beatriz, Thomas Laboureau, Sylvain Billot, “Quel lien entre pouvoir d’achat et consommation des ménages?”, Nota de conjuntura, Insee, junho de 2019.

34 Jean-François Ouvrard et Camille Thubin, “La composition du revenu aide à comprendre l’évolution du taux d’épargne des ménages en France”, Bulletin de la Banque de France, fevereiro de 2020.

35 Ifop/Fondation Jean Jaurès, “Les actifs et le télétravail à l’heure du confinement”, março de 2020.

pensar a perda total de renda. Em média, para os assalariados em questão, se pode estimar que a perda é de 400 euros por mês, ou 800 euros depois de dois meses de confinamento”. Concialdi estima aproximadamente entre 2,5 milhões e 2,8 milhões o número de lares de ativos inquilinos ou aderentes (ou seja, de 6 a 7 milhões de pessoas) que foram duramente golpeados pela recessão” e sugere “uma intervenção mais vigorosa dos poderes públicos a escala nacional, seja através de uma moratória dos aluguéis e/ou mediante a colocação em marcha de um fundo de solidariedade³⁶”.

Mesmo se várias medidas permitissem evitar uma forte queda nos salários, é principalmente sobre os ricos sobre os quais se conta para impulsionar o consumo e o emprego dos demais. Mas isso é esquecer que registrarão perdas em seu patrimônio, e não se vê nessas condições por que estariam incitados a consumir em excesso.

Se os estudos citados (OFCE e Xerfi) proporcionam uma calibração meticulosa, elas também indicam outra dificuldade. A OFCE assinala que “as oito semanas de confinamento conduzirão a uma redução na taxa de margem das empresas de 2,9 pontos de valor agregado durante o ano, o equivalente a uma perda de 35 bilhões de euros”. Um dos efeitos imediatos da crise é reduzir a rentabilidade das empresas, sua taxa de margem (para aquelas que não terão ido à quebra). Deveria fazer-se tudo “para salvar o soldado Ryan”. A recuperação em V não somente implica uma retomada do consumo, mas também, a longo prazo, do investimento. Salvo que “não se pode fazer beber um burro que não tenha sede”. O investimento estará limitado de maneira duradoura pelo endividamento das empresas e pela falta de visibilidade da demanda. Depois da crise de 2008, as empresas se viram frente a frente com a mesma necessidade de reduzir a sua dívida e fizeram isso freando o investimento, os salários e o emprego. Estas evoluções “correm o risco de se repetir de-

36 Pierre Concialdi, “Confinement, récession et baisse des revenus?”, Ires, abril 2020.

pois da crise do coronavírus”, como nos adverte Patrick Artus³⁷.

Recuperação, alguém disse recuperação?

Seria possível imaginar um efeito rebote *a priori* favorável à recuperação econômica: aliviados por estar fora da crise, os consumidores vão decidir compensar os horrores da crise sanitária gastando suas poupanças forçadas e consumindo freneticamente para, de alguma maneira, tirar o atraso. Voltaria a confiança, e a atividade econômica poderia reiniciar-se vigorosamente. Já mencionamos por razões pelas quais um cenário deste tipo, que uma vez mais supõe implicitamente um desconfinamento integral e imediato, não leva em conta o campo de ruínas no qual teria lugar esta recuperação.

Este cenário passa por alto outro fator: o medo à enfermidade. É o que sublinha a análise do epidemiólogo Joshua Epstein, que propõe o conceito de “contágio acoplado” que combina a enfermidade em si e o medo à enfermidade³⁸. Segundo este modelo, o medo à enfermidade inicialmente leva a tomar medidas que limitam a propagação da epidemia. Quando as coisas parecem melhorar, o medo diminui e as medidas de proteção são relaxadas ou abandonadas gradualmente. Então é “o retrocesso do medo que causa estragos. Se ainda circulam alguns casos infectados, a retomada das atividades equivale a verter gasolina sobre estas brasas infecciosas (em forma de pessoas expostas), e se acende uma segunda onda”.

É um tipo de recuperação completamente diferente a que deve ser considerada: a de um retorno às políticas de reequilíbrio fiscal. Aqui temos que abrir, com prudência, um pequeno parênteses para avaliar as medidas tomadas ou anunciadas hoje. Sob o risco de represálias, pode-se dizer, ao menos no que diz

37 Patrick Artus, “Comment les entreprises se désendettent-elles?”, 21 de abril de 2020.

38 Joshua M. Epstein, Jon Parker, Derek Cummings, Ross A. Hammond, “Coupled Contagion Dynamics of Fear and Disease: Mathematical and Computational Explorations”, PLoS ONE, Volume 3, Issue 12, 1 de dezembro de 2008.

respeito à Europa, que os governos aceitaram um esforço orçamentário significativo, ou ao menos se resignaram a isso. Pode-se tomar a medida comparando a taxa de desemprego que explode nos Estados Unidos enquanto está relativamente contida na Europa. Obviamente, as medidas tomadas são insuficientes, estão focalizadas de maneira imperfeita e estão insuficientemente coordenadas. Entretanto, apesar destes limites, em qualquer caso implicam um aumento significativo da dívida pública.

Dette publique en % du PIB

	2019	2020	variation
Grèce	179,2	200,8	21,6
Espagne	95,5	113,4	18,0
Portugal	117,6	135,0	17,4
France	98,5	115,4	16,9
Pays-Bas	48,3	58,3	10,0
Allemagne	59,8	68,7	8,9
Zone euro	84,1	97,4	13,3
États-Unis	109,0	131,1	22,1

As avaliações do FMI³⁹ reproduzidas na tabela acima dão as ordens da magnitude: para a zona do euro em seu conjunto, a dívida pública passaria de 84,1 para 97,4% do PIB, um aumento de 13 pontos. Mas este impacto será ainda mais forte e dramático para a Grécia, seguida pelos países do Sul: Itália, Espanha, Portugal e... França. Para outros países, como a Alemanha e os Países Baixos, o impacto seria menos forte.

Nossa hipótese é que os governos vão aproveitar a mais ínfima desculpa para justificar as medidas de *saneamento* segundo modalidades que podem diferir de um país para outro. A experiência da crise anterior reforça esta hipótese: as políticas de austeridade implementadas desde 2010 e 2011 levaram a uma

39 FMI, "Policies to Support People During the COVID-19 Pandemic", Fiscal Monitor, Abril de 2020.

recessão. Sem dúvida, os governos aprenderam disso e tentam não endurecer muito cedo. Mas o debate se centrará mais no momento apropriado que na necessidade de tal ponto de inflexão. As oposições entre países *frugais* e *dilapidadores* não farão mais do que recrudescer apesar das intervenções do BCE e das diversas propostas que estão florescendo (e sobre as quais será preciso voltar). As idas e vindas das políticas orçamentárias dessincronizadas, combinando-se com os fluxos e refluxos da epidemia têm o risco de aportar sua contribuição para uma recuperação hesitante, em formato de “dentes de serrrote”.

Por outro lado, não será possível dizer que não nos foi advertido, como mostra esta pequena antologia.⁴⁰ “Será preciso fazer esforços para reduzir a dívida” (o Ministro francês da Economia); “Trabalhar mais do fizemos que antes” (seu Secretário de Estado); “O tratamento das dívidas herdadas da crise implicará necessariamente um esforço orçamentário rigoroso com gastos públicos mais seletivos” (o Governador do Banco da França); “cedo ou tarde teremos que nos colocar a questão do tempo de trabalho, dos dias festivos, dos feriados e das férias pagas para acompanhar a recuperação e facilitar, trabalhando um pouco mais, a criação de crescimento adicional” (o patrão dos patrões franceses).

Mas foi indubitavelmente Philippe Aghion quem proporcionou a chave essencial. Numa entrevista por rádio, repetiu várias vezes a ideia de que, em matéria de dívida pública, “o importante é a confiança que inspira os mercados⁴¹. Pôs o dedo num ponto fundamental: para além dos debates técnicos, a realidade é que as dívidas públicas que supostamente financiam as necessidades sociais (e ambientais) devem se submeter aos mercados financeiros; em outras palavras,

40 Em ordem de aparição: Bruno Le Maire, “Il faudra faire des efforts pour réduire la dette”, Reuters, 10 de abril de 2020 ; Agnès Pannier-Runacher, “Travailler plus que nous ne l’avons fait avant », AFP, 11 de abril de 2020 ; François Villeroy de Galhau, “Il n’y a pas de miracle : nous devons porter plus longtemps des dettes publiques plus élevées », Le Monde, 8 de abril de 2020 ; Geoffroy Roux de Bézieux, “La reprise, c’est maintenant ! » Le Figaro, 10 de abril de 2020.

41 Philippe Aghion, “Penser l’économie de demain”, France Culture, 24 de abril de 2020.

afinal de contas, ajustar-se aos interesses privados dos que os famosos mercados não são mais do que seus porta-vozes.

Nossos dirigentes, portanto, estão preparando o próximo movimento. São acompanhados pelas exortações de editoriaisistas como Eric Le Boucher, o qual afirma que “a preservação da vida é um princípio sagrado, mas a volta ao trabalho e a defesa das liberdades individuais também representam um valor humano”⁴². Por outro lado, para o presidente de um instituto ultraliberal, “a vida é um risco e esse é seu preço”⁴³. O raciocínio prossegue com o jornalista de *Liberation*, Jean Quatremer, que se deixa levar num tuíte de 9 de abril: “é uma loucura quando você pensa isso: afundar o mundo na pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial por uma pandemia que até o momento matou menos de 100 000 pessoas (sem mencionar sua idade avançada) num mundo de 7 bilhões de habitantes”. Dois minutos depois, reitera sua indignação: “Eu me pergunto quando voltaremos à razão? Quando a recessão alcançar o patamar dos -20%?”⁴⁴.

Os abutres também estão à espreita. Nos Estados Unidos, o *Wall Street Journal*⁴⁵ observa que “um número crescente de investidores está se preparando para o que acreditam ser uma oportunidade única para comprar bens imóveis em dificuldades a preços vantajosos. As sociedades de investimento como Blackstone Group Inc, Brookfield Asset Management e Starwood Capital Group dispõem de bilhões de dólares [e] estão interessadas em hotéis, negócios, valores respaldados por hipotecas e outros ativos que sofreram tensões na última semana”. A crise poderia ser uma “bonança”, como explica David Schechtman, do Meridian Capital Group. É certo que se preocupa por expressar toda sua compaixão: “nossos pensamentos e nossas orações estão

42 Éric Le Boucher, “Il faut sortir la France du confinement”, *Les Echos*, 10 de abril de 2020.

43 Jean-Philippe Delsol, “Confinement : jusqu’où peut-on aller?”, *Les Echos*, 10 de abril de 2020.

44 Jean Quatremer, “Uma seleção de tweets”, tweet, abril de 2020

45 Konrad Putzier and Peter Grant, “Real-Estate Investors Eye Potential Bonanza in Distressed Sales”, *The Wall Street Journal*, 7 de Abril de 2020.

com todos nossos cidadãos estadunidenses e ninguém busca se beneficiar da desgraça de ninguém” e logo “deixa de lado a emoção” para expressar seu pensamento profundo: “mas eu direi a vocês: um grande número de investidores imobiliários estiveram esperando isso durante uma década”. Este exemplo, entre outros, mostra que a saída da crise será uma aposta política e social.

Um capitalismo abalado

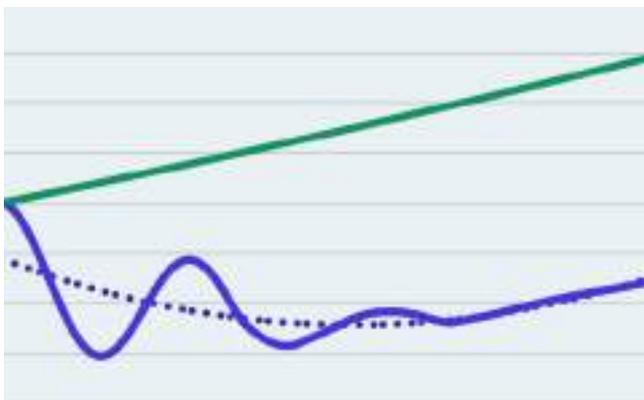
O capitalismo recebeu um duro golpe e não poderá se recuperar facilmente. Este resumo rápido revela ao menos cinco mecanismos que vão frear uma possível recuperação:

1. As empresas, endividadas e com incertas saídas de mercado, duvidarão em investir e tratarão de reduzir empregos e salários;
2. Os lares, empobrecidos ou inquietos, reduzirão o seu consumo, favorecerão as poupanças preventivas ou adiarão suas compras de bens duradouros;
3. Os Estados eventualmente buscarão *sanear* as finanças públicas;
4. As cadeias de valor estão desorganizadas e o comércio internacional sofrerá desaceleração;
5. Os países emergentes, afetados pelas fugas de capital e pela queda dos preços dos produtos básicos, contribuirão para a contração da economia mundial.

Esta crise exacerba as tendências ou tensões que já existiam antes de que ela eclodisse. Mas se combina com a crise sanitária, que tem o efeito de introduzir um clima geral de incerteza e dar um perfil vacilante sobre a recuperação.

O seguinte gráfico ilustra o prognóstico que se pode avançar hoje: obviamente é uma conjectura em vez de um impossível prognóstico. A curva verde corresponde à tendência anterior à crise. A curva azul representa de maneira estilizada a possível trajetória da atividade econômica. Durante o primeiro período, se observam flutuações (ou oscilações) causadas pe-

las alternâncias de confinamento e desconfinamento. Contribuem para gerar (combinadas com as contradições econômicas) uma tendência recessiva. A magnitude destas oscilações se reduz gradualmente para que a economia possa voltar aproximadamente à tendência anterior à crise, mas a um nível inferior.



Capitulação entre adultos¹

Michael Roberts²

O confinamento devido à pandemia me deu a oportunidade de ler uma série de novos livros de economia, incluindo alguns marxistas. Parece que muitos dos principais economistas têm publicado novos trabalhos nos últimos dois meses. Nas próximas semanas me proporei a algumas resenhas.

Começo hoje com *Capitulação entre Adultos*³, de Éric Toussaint, publicada em francês e grego em março de 2020 e que estará disponível em inglês antes do final do ano. Éric Toussaint nos traz de volta ao coração da crise da dívida grega, quando a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) tentou impor um programa drástico de austeridade ao povo em troca de uma “operação de resgate” destinada a cobrir as dívidas contraídas pelos bancos e pelo governo grego junto aos credores estrangeiros, quando as possibilidades de endividamento do país nos mercados estavam esgotadas e o governo caminhava para a inadimplência nos pagamentos.

No início de 2015, o povo grego elegeu para a chefia de Estado o partido de esquerda Syriza, que defendia a resistência às medidas de austeridade. O novo Primeiro-Ministro Tsipras nomeou como Ministro da Fazenda Yanis Varoufakis, um reconhecido economista de esquerda, para negociar um acordo com a Troika. Como sabemos agora, Varoufakis não conseguirá convencer a Troika e os líderes da UE a abandonarem suas exigências de austeridade. Tsipras convocou um referendo, no qual ele perguntou ao povo grego se deveria atender a essas exigências. Apesar de uma campanha midiática da parte da imprensa capitalista, das

¹ Traduzido por Bruno Magalhães. Publicado originalmente no blog de Michael Roberts. Fonte: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/05/31/capitulating-to-adults/>.

² Economista marxista.

³ TOUSSAINT, E. *Capitulación entre adultos*. Grecia 2015: Una alternativa era posible. Barcelona: Editora El Viejo Topo, 2020.

terríveis ameaças da Troika e do estrangulamento da economia grega e de seus bancos pelo BCE, 60% do povo grego votou pela rejeição do programa da Troika. Entretanto, imediatamente após esta votação Tsipras cedeu à Troika, fazendo suas as exigências dela.

O Ministro da Fazenda Varoufakis renunciou. Mais tarde, ele escreveria um relato dessas negociações com a Troika, intitulado “Comportando-se como adultos: Minha Batalha com o Establishment Europeu”⁴. Éric Toussaint também estava na Grécia na época. Ele coordenou os trabalhos da Comissão de Auditoria da Dívida criada pelo presidente do Parlamento grego em 2015 para analisar a natureza da dívida que a Grécia tinha que liquidar com bancos europeus, fundos especulativos e outros governos: “Vivi em Atenas durante três meses, entre fevereiro e julho de 2015, e, no âmbito do meu trabalho como coordenador científico da auditoria da dívida grega, estive em contato direto com vários membros do governo de Alexis Tsipras” (p. 17). Toussaint também relata esses eventos, e seu relato difere significativamente do de Varoufakis por ser uma crítica devastadora à estratégia e às táticas do governo do Syriza e de Varoufakis em 2015.

O que aconteceu ainda importa? Para Toussaint, a resposta é sim porque podemos aprender lições importantes com a crise da dívida grega. A opinião geral hoje é que o Syriza não teve outra escolha senão submeter-se à Troika, sem a qual os bancos gregos teriam entrado em colapso, a economia teria desmoronado e a Grécia teria sido expulsa da União Européia, que havia deixado a Grécia por conta própria. O jornalista britânico de rádio e imprensa Paul Mason, por exemplo, que está mais à esquerda no tabuleiro de xadrez político, escreveu em 2017: “Eu ainda acredito que Tsipras estava certo em se curvar ao ultimato da UE e que Varoufakis estava errado com sua estratégia baseada na teoria

4 Yanis Varoufakis. “Comportando-se como adultos. A minha batalha contra o estabelecimento europeu.” Edições Deusto. 2017. ndt.

dos jogos”.

Toussaint rejeita o cenário TINA (“there is no alternative”, não há alternativa), e argumenta que havia outra opção para o Syriza. Ele critica em particular Varoufakis, no momento Ministro da Fazenda, por não ter identificado esse outro caminho, ou pelo menos por não tê-lo tomado. Do ponto de vista de Toussaint, Varoufakis partiu da premissa de que ele tinha que persuadir os membros da Troika a se comportarem como “adultos”, a fim de obter um compromisso razoável deles. Desde o início do processo, Varoufakis se opôs à Troika com contra-propostas mínimas: “Varoufakis garantiu aos seus interlocutores que o governo grego não estava pedindo uma redução do saldo da dívida e que não havia questionado a legitimidade ou legalidade dos créditos exigidos sobre a Grécia” (p. 14). Ele nunca reivindicou o direito e a determinação do governo grego de auditar a dívida grega, diz Toussaint.

Varoufakis não só declarou que o governo que representava não denunciaria as privatizações que haviam sido orquestradas desde 2010, mas abriu o caminho para que outras ocorressem. Ele então repetiu aos líderes europeus que 70% das medidas previstas pela Tróika em seu Memorando de Entendimento (MoU) eram aceitáveis. Enquanto Varoufakis falava “entre adultos” à porta fechada, o governo do Syriza continuou a pagar vários bilhões de euros de dívida entre fevereiro e o final de junho de 2015, mesmo quando a Troika não havia colocado um único euro em cima da mesa. As finanças públicas continuaram a ser drenadas, principalmente em benefício do FMI.

Quando concordaram com a Troika em estender o segundo Memorando de Entendimento no final de fevereiro de 2015, Varoufakis e o círculo mais próximo a Tsipras nunca mostraram determinação em agir se os credores se recusassem a fazer concessões, enquanto estes últimos só demonstraram desprezo pelo governo grego.

Acima de tudo, acrescenta Toussaint, os ministros do governo do Syriza não tiveram tempo para sair e se encontrar com o povo grego, falar nas manifestações em que outros representantes da população grega estavam presentes. Eles não viajaram pelo país para conversar com eleitores, para explicar o que estava sendo planejado durante essas negociações ou que medidas o governo pretendia tomar para combater a crise humanitária e relançar a economia nacional. Eles não tentaram em nada pedir o apoio das e dos trabalhadores na Europa e em outros lugares: Varoufakis e os outros ministros gregos envolvidos continuaram no caminho da diplomacia secreta, de portas fechadas, encorajando assim a Troika a “manter as piores práticas de chantagem”.

Estas negociações culminaram em 5 de julho de 2015 com a realização do referendo. Tsipras esperava claramente que o povo grego se curvasse e aceitasse as exigências da Troika sob pressão da mídia e da ameaça de desastre econômico e da expulsão da UE. Mas não foi assim que aconteceu. Toussaint afirma que os resultados do referendo foram uma oportunidade dos sonhos para mobilizar o povo da Grécia contra a chantagem e o ultimato da Troika e para responder suspendendo o pagamento da dívida até uma auditoria. O governo deveria ter anunciado a nacionalização dos bancos, implementado medidas que teriam impedido a fuga de capitais e assumido o controle do sistema de pagamentos.

Como aponta Toussaint: quando uma coalizão eleitoral ou um partido de esquerda entra no governo, “não se obtém poder real, porque o poder econômico – que passa pela posse e controle de grupos financeiros e industriais, da grande mídia privada, dos grandes negócios, etc. – permanece nas mãos da classe capitalista, o 1% mais rico. Esta classe capitalista controla o Estado, o Judiciário, os ministérios de Economia e Finanças, os bancos centrais, os principais órgãos decisórios...” (p. 18).

Essas armadilhas foram ignoradas, e até negadas, por mem-

bro do governo do Syriza, incluindo seu carismático Ministro da Fazenda, que assumiram que os representantes do capital dentro da Troika poderiam ser convencidos a agir razoavelmente, como adultos. Eles omitiram a verdadeira natureza dessa luta, que é uma luta de classes, ainda ela tenha sido o centro do conflito que os opôs. Como enfatiza Toussaint: “Na verdade, uma das principais estratégias do governo do Syriza foi evitar o confronto com a classe capitalista grega, e isso levou à sua derrota. Não foi somente que nem o Syriza nem o governo tentaram buscar o apoio da mobilização popular contra a burguesia grega, [aliada] incondicional das políticas neoliberais da UE, mas também que realizaram abertamente políticas de conciliação com a mesma” (p. 270).

Toussaint propõe em seu trabalho outra estratégia. O governo do Syriza “deveria ter se comprometido resolutamente a desobedecer os tratados europeus e às imposições dos credores, passando à ofensiva contra os capitalistas gregos. Esta última deveria ter sido feita para pagar impostos e multas, especialmente do setor dos estaleiros, das finanças, da grande distribuição. Também era importante tributar a Igreja Ortodoxa, principal latifundiária do país. Para consolidar estas políticas, o governo deveria ter incentivado o desenvolvimento de um processo de auto-organização baseado em grupos já em luta em muitas áreas (por exemplo, clínicas de saúde autogestionadas para lidar com a crise social e humanitária, ou associações que trabalham para atender as necessidades alimentares das pessoas mais vulneráveis)” (p. 271).

Isto nos leva à questão de saber se a Grécia deveria permanecer dentro da União Europeia. Até o referendo, à exceção do Partido Comunista, nenhuma força política estava considerando deixar a União Europeia como solução para a crise. A maioria dos gregos não queria isso. Mas a capitulação da Síria dividiu a liderança do partido e aqueles que se opuseram (exceto Varoufakis) pediram por uma solução política e um programa em

um Grexit. Em eleições posteriores, estes grupos dissidentes não conquistaram nenhum assento no Parlamento e o governo Tsipras permaneceu intacto.

Segundo Toussaint, o governo do Syriza deveria ter invocado o Artigo 50 do Tratado da União Europeia para sair dela, assim como o governo britânico fez posteriormente para sair da União após o referendo de 2016. O autor estima que a utilização deste instrumento teria dado à Grécia dois anos para negociar com a UE e, ao mesmo tempo, recusar qualquer pagamento de dívida. Não tenho certeza de que essa tática teria funcionado bem. Como aponta Toussaint, nenhum membro da UE pode ser expulso e há poucas sanções que a UE poderia impor a um governo grego, seja ele qual for, além de bloquear o acesso ao crédito pelo BCE, uma sanção que já estava afetando a Grécia. Ao solicitar a aplicação do Artigo 50, o Syriza teria dado às pessoas a impressão de que o governo pretendia abandonar deliberadamente a UE (o que a maioria dos gregos rejeitava) e teria dado aos líderes da UE uma oportunidade muito conveniente para se livrarem da Grécia, uma opção que o ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, via com bons olhos, de acordo com o relato de Varoufakis.

Nos artigos que publiquei no meu blog⁵ durante a crise grega, defendi a ideia de que o governo do Syriza deveria ter se recusado a pagar a dívida, que havia sido contratada por bancos e grandes empresas gregas, mobilizado a população para ocupar e assumir o controle dos locais de trabalho, bloqueado os fluxos financeiros dos ricos e das empresas e pedido o apoio do movimento sindical europeu contra as políticas implementadas por seus governos. Deixar estes governos tentarem expulsar a Grécia, mas sem dar a eles as armas constitucionais para fazê-lo.

Em seu livro, Toussaint foca principalmente o papel de Varoufakis, não por qualquer animosidade pessoal, mas porque este marxista errático, como ele mesmo se define, estava no cen-

5 <https://thenextrecession.wordpress.com/>

tro dos acontecimentos e deles extraiu um balanço pessoal particularmente vendável. Varoufakis fundou um partido político pan-europeu, o DIEM 25, e foi finalmente reeleito para o parlamento grego nas eleições de 2019, quando o partido conservador voltou ao poder.

Por que Varoufakis, o Ministro da Fazenda, tentou desde o início persuadir os líderes da Troika a agir razoavelmente em vez de mobilizar a população grega contra suas exigências? Penso que a resposta está na visão de Varoufakis sobre os meios do socialismo para atingir suas ambições. Antes de ser nomeado para o Ministério da Fazenda por Tsipras, era professor universitário e não era membro do Syriza. Ele escreveu na época: “Como você pode ver, definitivamente não há ambiente para políticas socialistas radicais. Por outro lado, é responsabilidade histórica da esquerda, nesta conjuntura particular, estabilizar o capitalismo, salvar o capitalismo europeu de si mesmo e da inevitável crise para a qual estamos sendo arrastados pelos gestores ineptos da zona do euro”. Ele havia escrito com o acadêmico sociodemocrata Stuart Holland e seu colega próximo e amigo pós-keynesiano James Galbraith uma modesta proposta para resolver a crise da Zona Euro, da qual ele orgulhosamente proclamou que “não contém um grama de marxismo”.

Nosso errático marxista considerava que sua tarefa como Ministro da Fazenda grego era “salvar o capitalismo europeu de si mesmo para limitar o custo humano supérfluo desta crise, as inúmeras vidas cujas esperanças serão desapontadas sem o menor benefício para as futuras gerações de europeus”. Aparentemente para Varoufakis, o socialismo não pode ser suficiente para a tarefa porque “atualmente não temos um sistema socialista funcional capaz de preencher o abismo que o capitalismo europeu deixaria para trás quando colapsasse”. Quando ele diz “nós”, ele se refere aos trabalhadores, mas especialmente a si mesmo.

Varoufakis foi ainda mais longe: “Uma análise marxista do

capitalismo europeu e do estado atual da esquerda nos obriga a trabalhar em direção a uma ampla coalizão, inclusive com figuras de direita, cujo objetivo seria resolver a crise na Zona do Euro e estabilizar a União Européia... Paradoxalmente, aqueles de nós que detestam a Zona do Zuro têm a obrigação moral de salvá-la”, disse, e fez campanha pela sua Modesta Proposta para a Europa com “pessoas como jornalistas da Bloomberg e do New York Times, membros conservadores do Parlamento britânico, investidores preocupados com o estado lamentável da Europa”.

Em *Capitulação entre Adultos*, Éric Toussaint expõe com força a teimosia do marxista errático, uma leitura dolorosa sobre muitas questões, com o autor recontando os penosos progresso de Varufakis, quando eles existem, ao longo dos capítulos. Em uma entrevista recente, Varoufakis respondeu à pergunta “O que você teria feito de diferente com as informações que você tinha à sua disposição na época?

- Creio que deveria ter sido muito menos conciliador com a Troika. Eu deveria ter sido muito mais duro. Eu não deveria estar buscando um acordo provisório. Eu deveria ter-lhes feito um ultimato: ou reestruturamos a dívida ou deixamos [a Zona do] Euro hoje”.

Infelizmente, não faz muito sentido ter razão a posteriori, exceto para evitar cometer os mesmos erros quando surgir outra oportunidade. É por isso que o trabalho de Toussaint deve servir como um guia para nós. Enquanto isso, a população grega enfrenta uma nova onda de austeridade e depressão econômica na saída da crise do coronavírus, após os terríveis anos que precederam e seguiram a capitulação de 2015. O FMI prevê que o PIB da Grécia em 2020 estará no mesmo nível que havia atingido há 25 anos atrás!

Barbárie britânica na Jamaica – apoio à luta dos trabalhadores negros¹

CLR James

Não posso crer que eu não esteja certo ao afirmar que o trabalhador das Índias Ocidentais nem sequer se parece remotamente com o trabalhador inglês. (Leonard Lyle, Presidente de *Tate and Lyle Ltd.* – De uma carta ao *The Times*, 10 de maio 1938).

Tate & Lyle, como devem saber todos os que compram açúcar, fazem uma fortuna a cada ano vendendo aos trabalhadores britânicos o açúcar cultivado pelos trabalhadores da Jamaica. Devem manter estas duas partes [trabalhadores britânicos e jamaicanos] divididas a qualquer custo. Portanto, com essa solene infâmia tão característica do capitalismo britânico, Lyle descobre que o trabalhador das Índias Ocidentais não se parece nem remotamente com o trabalhador inglês. O verdadeiro problema é, obviamente, que ele se parece demasiado com o trabalhador inglês na opinião do senhor Capitalista Lyle.

A Jamaica é a maior das ilhas britânicas das Índias Ocidentais, e tem uma população de quase um milhão de habitantes, em sua maioria negros. Os negros são descendentes de escravos dos que os capitalistas britânicos concordaram libertar há cem anos porque o trabalho escravo nas Índias Ocidentais já não compensava. Estes negros de hoje não têm outro idioma além do inglês, perderam o contato com a África, sua perspectiva é ocidental, e em algumas ilhas três quartos da população sabe ler e escrever. Mas a capital branca [Kingston] sempre dominou as ilhas e continua fazendo isso. O governo está em mãos dos

¹ *Fight*, Vol. 1, No.3, Junho de 1938. pp.1-4. Disponível em inglês em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1938/06/britbarbarism.html>. Tradução: Charles Rosa.

brancos, locais e britânicos. Estes dão à classe média de cor bons empregos nos serviços civis, a fim de mantê-la calada. A constituição do governo outorga uma concessão de má vontade aqui e acolá, mas o *Colonial Office*² se encarrega de que o poder permaneça nas mãos do governo.

Sir Leonard Lyle dirá que é porque o trabalhador das Índias Ocidentais não se parece com os britânicos. Mas o motivo vai além do que isso, muito além.

Em 1929 veio a crise, e o capitalismo britânico encontrava-se esgotado. O que deveria ser feito? Não muito, mas ao menos poderiam espremer um pouco mais suas colônias. Em Ottawa decidiram manter os produtos japoneses baratos fora das colônias e fazer que estes negros, tão diferentes do trabalhador britânico, comprassem produtos de maior preço com salários menores. Os moradores das ilhas não tinham voz no assunto, evidentemente, sob a benevolente proteção da Grã-Bretanha. O resultado foi uma miséria generalizada. Logo veio a “recuperação”, ou seja, o desemprego se converteu em 1,5 milhão em lugar de 2,5 milhões. Mas os lucros aumentaram. O trabalhador das Índias Ocidentais pode ler e escrever. Podia ver os lucros subindo, mas ainda tinha que viver com um ou dois xelins³ por dia. Além disso, em algumas das propriedades açucareiras, os trabalhadores ainda viviam nas choças há mais de cinquenta anos. Os trabalhadores sabem sobre os serviços sociais na Grã-Bretanha, subsídio de desemprego, por pequeno que seja, etc. Mas eles não possuem permissão para ter sindicatos. Exigiram melhores salários e melhores condições. Entretanto, os empregadores, como Leonard Lyle, pensavam que estes homens eram impertinentes. O resultado foi uma série de distúrbios contra os quais o Governo não duvidou em disparar, deter líderes, encarcerar e deportar agitadores. Mas a

2 Foi um ministério da Grã-Bretanha e depois do Reino Unido, criado pela primeira vez para fazer frente aos assuntos coloniais da América do Norte britânica, mas também para supervisionar o crescente número de colônias do Império Britânico.

3 Moeda histórica do Reino Unido.

situação é tão má e os trabalhadores estão tão determinados que o Governo e os capitalistas veem que precisam fazer algumas concessões e gestos como algumas casas novas, etc. Permitiram sindicatos em Trinidad mas querem esses que sejam controlados pelo Governo.

O que os trabalhadores das Índias Ocidentais necessitam é uma mudança radical em todo o sistema de governo. Em 1897, uma comissão foi às Índias Ocidentais e recomendou que se desmembrassem as grandes propriedades e se estabelecessem os proprietários camponeses. O secretário era um jovem que em 1930 voltou a trabalhar em outra comissão, desta vez como presidente. Lord Olivier. Ele recomendou novamente que as propriedades não-econômicas fossem desmembradas. Mas não se fez nada. O governo está em mãos dos capitalistas e plantadores, os quais se preocupam por si mesmos e seus lucros. Sindicatos? Sufrágio masculino? Um governo eleito pelo povo? Impossível! Porque, diz Sir Leonard Lyle, o trabalhador das Índias Ocidentais é fundamentalmente diferente do trabalhador britânico.

Um movimento poderoso agora está em marcha em todas as ilhas. Os trabalhadores britânicos devem apoiá-lo. Uma vez que os trabalhadores das Índias Ocidentais têm seus direitos democráticos, podem e estão dispostos a lutar. A magnífica greve geral em Trinidad⁴ demonstra que, igual à militância dos trabalhadores de Trinidad, Citrine e Transport House não tomam nenhuma iniciativa para ajudar a organizá-los. Os trabalhadores britânicos devem, em seus sindicatos, pressionar pelos direitos democráticos plenos para os trabalhadores das Índias Ocidentais. Tate e Lyle planejam abrir fábricas na Jamaica. Querem aproveitar a mão de obra que ainda não tem o direito de se proteger. Assim, o negro é usado contra o branco e Leonard Lyle busca envenenar a mente do trabalhador britânico contra os trabalhadores coloniais.

4 Entre 1934 e 1939, eclodiram diversas rebeliões laborais nas colônias caribenhas do Reino Unido.

Em 23 de maio, os marinheiros estadunidenses no porto de Kingston, Jamaica, se negaram a reprimir nos estivadores negros e coletaram assinaturas em favor dos grevistas. Essa é a verdadeira solidariedade internacional. Os trabalhadores britânicos não ficarão para trás. Aqueles que desejem enviar uma resolução de protesto ao Gabinete Colonial, ou de solidariedade das Índias Ocidentais e uma assinatura, por pequena que seja, podem fazer isso através do escritório do *Fight*⁵ ou através do Escritório Internacional do Serviço Africano de 129 Westbourne Grove, uma organização dedicada aos interesses da luta negra.

⁵ *Fight* era o jornal do Marxist League, grupo trotskista integrado por CLR James.

Trotskismo¹

CLR James

Lenin, que não era Deus nem Stalin, cometeu um grave erro durante doze anos quando se opôs à teoria da Revolução Permanente de Trotsky. Pensava que a revolução russa libertaria o capitalismo russo e colocaria a burguesia russa no poder. Em suas *Duas táticas*² ele diz isso uma dezena de vezes. Na p. 37, por exemplo: “Os marxistas estão absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa. O que significa isso? Significa que as mudanças democráticas no regime político e as mudanças sociais e econômicas que se tornaram necessárias para a Rússia não implicam em si mesmas o debilitamento da dominação burguesa; pelo contrário, elas pela primeira vez abrirão adequadamente o terreno para um desenvolvimento amplo e rápido do capitalismo europeu e não asiático; elas pela primeira vez possibilitarão que a burguesia governe como classe”. Na p. 38, ele diz: “A revolução burguesa expressa as necessidades do desenvolvimento capitalista e não apenas destrói os fundamentos da capitalismo, mas, ao contrário, ela os amplia e os aprofunda”.

Trotsky, como sabemos, se opôs a isso, e assim originou o trotskismo. Disse que o proletariado teria que fazer a revolução burguesa, mas que teria que manter o poder para si e avançar até a ditadura do proletariado. Não haveria desenvolvimento da democracia burguesa, nem desenvolvimento do capitalismo na Rússia revolucionária. O tempo para isso já havia passado. Em vez disso, a Rússia começaria a Revolução Socialista e se salvaria das consequências de seu próprio atraso através da revolução socialista na Europa.

O que salvou Lenin das graves consequências de um prognóstico tão errado foi sua clara concepção do papel das classes.

1 *Controversy*, v. 2, n. 1, October 1937. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1937/trotskyism.htm>. Tradução: Charles Rosa.

2 *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* é um escrito de Lenin de 1905.

A burguesia chegaria ao poder, mas era o proletariado que a colocaria ali; assim, ele lutou por uma organização operária que fizesse o trabalho da burguesia por cima dos líderes da burguesia, e apesar deles.

Foi esta intransigência, esta hostilidade à burguesia, ainda que lutando por uma revolução burguesa, o que manteve o Partido Bolchevique implacavelmente hostil à burguesia liberal. Trotsky nunca poderia construir um partido – fundamentalmente porque o Partido Bolchevique, ainda que se preparasse para a revolução burguesa, era, sob a firme direção de Lenin, essencialmente um partido, em organização e perspectiva, pronto para a ditadura do proletariado. Os mencheviques também acreditavam na revolução que se aproximava como sendo burguesa. Mas pensaram que era papel da burguesia liderá-la. Por isso tanto Lenin quanto Trotsky se opuseram a eles. Trotsky, portanto, fora de ambos os grupos, resumiu da seguinte forma a sua posição. A natureza contrarrevolucionária do menchevismo, ou seja, a sua ideia de burguesia na direção do processo, se mostrará antes da revolução. Mas a natureza contrarrevolucionária do bolchevismo, ou seja, a sua ideia de uma república democrática, só se mostrará depois da revolução. Tanto Lenin como Trotsky concordavam que a contrarrevolução na Rússia seria o suficientemente forte para destruir a revolução caso a revolução europeia não acudisse em socorro aos russos.

Em 1917, Zinoviev, Kamenev, Stalin e outros da direção bolchevique, frente ao Governo Provisório, se apegaram à antiga fórmula. Mas o Partido Bolchevique era tão treinado para a ação de classe independente do proletariado que foi relativamente fácil para Lenin girá-lo para a ditadura do proletariado. Trotsky se uniu ao partido e aceitou as ideias de Lenin sobre a organização do partido. Mas, num prefácio de seu livro *1905*, publicado pela Internacional Comunista em 1921, destacou a falsidade anterior da análise bolchevique e a correção de sua própria teoria.

Ninguém o questionou. Mas a revolução europeu não ocorreu e as tendências burocráticas no regime soviético só aumentaram. Stalin é a principal expressão disso.

A derrota da revolução alemã em 1923 quebrou as esperanças da vanguarda proletária, o único apoio à Oposição de Esquerda (como assim se chamavam então os trotskistas), e assim permitiu a Stalin, junto com Zinoviev e Kamenev, se assenhorar do aparato do Partido Soviético e do Governo. A burocracia, onipotente num país atrasado, apoiou Stalin. A tentativa de contar essa história num artigo deste tamanho só redundaria em não dizer nada. É suficiente dizer que, entre 1923 e 1927, os trotskistas defenderam: a) um plano quinquenal de industrialização; b) a restrição política do kulak e a coletivização gradual, começando pelo campesinato pobre; c) uma ruptura com o Conselho Geral dos sindicatos britânicos depois da Greve Geral na Inglaterra de 1926 e a dissolução do Comitê Anglo-Russo³; d) a independência do Partido Comunista da China na revolução de 1926-1927 e o repúdio de Chiang-Kai-Shek e o Kuomintang, como os líderes da Revolução Chinesa⁴; e) democracia partidária como o único meio para encontrar e executar a política correta. Stalin, respaldado pela burocracia, lutou com êxito em cada ponto, com resultados desastrosos para a Rússia e a revolução mundial. Seu método foi expurgar o Partido dos elementos de oposição e, através da burocracia, substituí-los por pessoas devotas do stalinismo. Antes da XV Conferência do Partido, a Oposição foi expulsa.

No final de 1927 e começo de 1928, os *kulaks* (camponeses) se fortaleceram o suficiente para ameaçar o Estado soviético. A política da Internacional era um flagrante fracasso. Stalin deu um giro e golpeou seus aliados de direita (Bukharin, Rykov e

3 Dentro da análise stalinista de que o mundo passava por um período de “estabilização capitalista”, os sindicatos russos estabeleceram uma aliança com a “esquerda” dos sindicatos britânicos em 1925 (Comitê Anglo-Russo). Em 1926, uma greve de mineiros de carvão na Grã-Bretanha se tornou uma forte Greve Geral, traída ao final por esse Conselho Geral.

4 O stalinismo obrigou o Partido Comunista da China a se subordinar ao regime burguês do Koumitang (KMT) que em abril de 1927 viria a massacrar os comunistas em Xangai.

Tomsky, os quais ele havia utilizado contra a esquerda), embarcando então na proposta de Plano Quinquenal.

Em 1924, Stalin introduziu uma teoria segundo a qual era possível construir o socialismo na Rússia sem a ajuda da revolução europeia. Isso, ele disse, era Leninismo. Então, ele tentou colocar em prática essa teoria. Os camponeses foram coletivizados em massa. O capitalismo europeu seria superado em dez anos. A Internacional se viu obrigada a adotar a teoria do social-fascismo: a social-democracia, não o fascismo, era o principal inimigo. Se alcançaram grandes êxitos no interior da Rússia, mas o alcance do plano provocou um caos desnecessário na indústria e a destruição de grandes quantidades de produtos agrícolas. O movimento operário alemão foi estimulado a deixar que Hitler chegasse ao poder, pois prontamente se colapsaria. Os trotskistas nestes anos lutaram por um plano e pela coletivização dentro do alcance dos poderes da Rússia e pela Frente Única na Alemanha.

Depois de 1927, ninguém na Rússia poderia defender abertamente o trotskismo. Mas os que seguiram as doutrinas se organizaram em grupos no estrangeiro conhecidos como a Oposição de Esquerda. Depois da derrota alemã, a Oposição de Esquerda declarou a necessidade de construir uma Quarta Internacional. Os leitores de *Controversy* estão conscientes de como a burocracia soviética não somente se uniu à Liga das Nações, mas que, depois do Pacto Franco-Soviético, inventou a Frente Popular, começou a apoiar o rearmamento capitalista na França e hoje apoia qualquer seção da burguesia que expresse a mais mínima oposição ao fascismo. Os trotskistas têm previsto e combatido tais traições. Eles continuarão a fazê-lo. Mas este abandono da luta de classes, por fim, ensinou um pouco de sentido a muitos dos que haviam permanecido imperceptíveis frente a longos anos de propaganda.

Em cada país, grupos e partidos começara a tomar posição à esquerda dos partidos comunistas. Isso não foi difícil porque os partidos comunistas estavam tão à direita quanto a burguesia os

deixaria ir. Mas o Independent Labour Party (ILP) na Inglaterra, o Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) na Espanha, a *Gauche révolutionnaire* na França foram todos de alguma maneira hostis ao stalinismo. Agora se opõem à Terceira Internacional, mas não se declararam por uma Quarta.

Dentro da União Soviética, a burocracia, incessantemente mais à direita, estava derrubando tudo à esquerda e destruindo as conquistas políticas da Revolução ao aumentar constantemente os privilégios da casta governante. O movimento stakhanovista foi uma drástica aceleração, e os altos salários pagos a uma seção dos trabalhadores os separaram da massa e reforçaram o apoio aos burocratas excessivamente remunerados. A insatisfação das massas (o quão isso foi negado!) forçou continuamente para entrar no Partido, o qual teve que se manter dócil mediante um expurgo incessante. Cerca de 300 000 pessoas foram expurgadas em 1935. É contra essa ameaça desde dentro e desde fora que devemos ver as provas que fizeram tanto para colocar o trotskismo em primeiro plano.

Compreendamos que nenhum trotskista declarado na Rússia está livre. Há quiçá 20 000 deles na prisão. O escritório da Quarta Internacional perdeu contato com eles durante três anos. Mas sabiam sobre a Quarta Internacional; sua hostilidade ao stalinismo e seu temperamento revolucionário podem ser julgados pelo fato de que Stalin nunca se atreveu a levar nenhum deles a julgamento. Todos os trotskistas julgados – Zinoviev, Kamenev, Radek, Piatakov – são homens que tinham sido admitidos como apoiadores de Stalin por anos. Alguns, como Radek e Piatakov, lhe serviram fielmente. Mas Stalin, apesar ignorante, é o contrário de estúpido. É um homem singularmente astuto. Quando estes homens dizem que a política de Lenin sempre foi construir o socialismo num só país, que o socialismo está construído na Rússia, que a Frente Popular é a política leninista, que Stalin é um grande marxista, sabem que eles estão mentindo, e Stalin

também sabe disso. A camarilha de Stalin (Voroshilov, Molotov, Kaganovitch, etc.) não têm, e nunca tiveram, qualquer princípio para perder; ou seja, dirão e farão qualquer coisa. Mas os velhos trotskistas são principalmente judeus, internacionalistas, homens que conhecem a Europa e os idiomas europeus, conhecem os padrões de vida na Europa Ocidental, e ainda que vejam o que se fez na Rússia, não têm ilusões sobre a desastrosa influência que o stalinismo tem exercido sobre todo o movimento. As dificuldades internas estavam se acumulando, a guerra despontava no horizonte, a Revolução Espanhola tornou a política exterior da União Soviética e a política da Internacional em questões candentes.

Em qualquer crise – e as execuções por atacado do ano passado demonstram o quão iminente era a crise – qualquer um dos velhos trotskistas, ainda que não tivesse qualquer vínculo com Trotsky, poderia ser um centro de aglutinação para uma oposição. O recente expurgo massivo da Juventude por “imoralidade” mostra que ali também houve uma grande hostilidade ao regime de Stalin. Portanto, Stalin decidiu eliminar os homens mais conhecidas da velha esquerda, Zinoviev, Kamenev e Smirnov, recobri-los com desonra, vinculá-los com a Quarta Internacional e desacreditar o crescente trotskismo no estrangeiro.

De fato, a memória das pessoas é curta. O juízo menchevique de 1931 “provou” mediante “confissões” que Leon Blum⁵, Vandervelde⁶, o Partido Trabalhista Britânico tinham todos organizado a destruição da União Soviética como preliminar de uma guerra de intervenção. Estas estupidezes desonestas e torpes são típicas de Stalin.

Se o julgamento tivesse sido satisfatório, Stalin teria tudo o que necessitava. Uma vez que tivesse arrancado as confissões de alguns poucos trotskistas, se estabeleceriam os crimes do trot-

5 Dirigente do Partido Socialista Francês.

6 Dirigente do Partido Socialista da Bélgica.

skismo e qualquer um que tivesse sido chamado de trotskista poderia ser demitido, aprisionado e tratado sob a acusação geral de trotskismo.

O problema deste julgamento é que acabou como um fracasso desastroso dentro e fora da Rússia. Quando Stalin enviou ao Partido informações sobre a propagação do trotskismo, preparando seus membros para o julgamento, o Partido ficou desconcertado com esta mentira escancarada. “Os fatos demonstraram que nossos camaradas observam estes sinais e advertências com apatia”. Assim o diz o próprio Stalin na p.7 do panfleto da FSU, *Varrer os obstáculos*. A carta de um velho bolchevique diz que Stalin preparou o juízo em segredo, com a ajuda de Yezhov e pelas costas de Yagoda, e que inclusive todos os membros do Bureau Político não sabiam. O juízo de Radek-Piatakov ocorreu no princípio de 1937, mas a forma em que este contradizia Zinoviev e Kamenev, a tentativa de criar um novo centro e novos delitos, mostra que os organizadores não haviam contemplado o segundo, quando organizaram o primeiro. Este julgamento foi mais efetivo. O pequeno-burguês leu a obra-prima de ficção de Radek e, sacudindo sua estúpida cabeça, disse “Sim, isso é verdade”, e assim resolveu um problema político. No entanto, dentro do Partido na União Soviética algo estava errado. A Resolução aprovada em 27 de fevereiro foi emitida apenas em 6 de março; o discurso de Stalin também se atrasou por semanas. Quando apareceram, havia nelas um ataque feroz ao trotskismo e à burocracia partidária, à tirania, ao descumprimento das regras do partido, nomeações de altos cargos, etc. Agora Stalin e os demais sabiam que estas coisas estavam acontecendo. Elas estavam acontecendo há anos. Mas esse perito em manobras, sentido perigo, estava se colocando à frente da insatisfação massiva, e estava trocando a burocracia, chamando a maior quantidade possível de trotskistas, destrutores, etc. Mas desta vez não foi assim tão fácil. Ordjonikidze tinha “morrido”. Yagoda estava detido. Ninguém estava tão alto

para poder se salvar. Parece bastante seguro que os burocratas maiores e uma parte sólida do exército decidiram eliminar Stalin num movimento de auto-defesa. A história nos deu um paralelo exato em julho de 1794, quando toda a Convenção, Jacobinos e a Direita, derrubaram Robespierre e o mandaram à guilhotina. No dia seguinte continuaram sua luta interna, mas pelo momento todos sentiram que a primeira tarefa era eliminar o sinistro ditador com o qual nenhum homem estava a salvo. Stalin atacou antes de que seus inimigos pudessem alcançá-lo; por isso lançou um ataque generalizado. Os homens estão sendo julgados por envenenar ovelhas e oprimir camponeses, enquanto os camponeses se sentam na corte, aplaudindo e bendizendo a Stalin. Outros estão sendo expulsos de seus postos de gerência e operários são nomeados em seu lugar. Stalin é agora o homem do povo. E sempre que seja possível, denuncia esses homens como trotskistas. Mas deve se entender que não há razão para crer que um destes burocratas tenha algo que ver com a Oposição na Rússia. Sua política provavelmente teria sido uma limpeza do aparato a seu favor, e um relaxamento da tirania. Tukhachevsky⁷ pode ter atuado em favor de uma aliança germano-russa. Mas tudo isso não tem nada a ver com o trotskismo, que na linguagem stalinista simplesmente significa qualquer coisa contra Stalin.

Mas Stalin está agora em grave perigo. Como sempre, a revolução começa desde acima. Os homens rejeitam os postos. Eles têm medo. Os burocratas quase se enfrentam abertamente. No momento em que entrarem em conflito aberto, as massas se unirão, porque serão convidadas por cada lado a apoiar. Isso, entretanto, é outro tema. É suficiente que a única seção com uma política para as massas sejam os trotskistas, e que ambas as alas da alta burocracia se colocarão em oposição a eles, já que os liberais e conservadores sempre se opõem à Revolução Socialista. A

7 Mikhail Tukhachevsky foi um dos vários comandantes do Exército Vermelho acusado de colaborar com os nazistas durante o Grande Expurgo, sendo condenado e executado pelos Processos de Moscou em 1937.

solução desse conflito, contudo, está ligada à revolução europeia.

Vemos uma situação paralela no campo internacional. Todos os que estão a favor da revolução socialista, são marcados pelos stalinistas para sua futura destruição. “Não somo trotskistas”, o POUM e o ILP choram continuamente. Muito bom que assim o façam. Os stalinistas não terão nada à sua esquerda, e Maxton⁸, Brockway⁹ e Marceau Pivert¹⁰ podem olhar o destino de Nin¹¹. Parece que Trotsky tem um temperamento ruim, o que impede as pessoas de se juntarem ao Bureau da Quarta Internacional. Propagação de disparates. Somente as massas podem construir uma Quarta Internacional. Mas os dirigentes devem ajudá-las mostrando o caminho. A burocracia stalinista e a Terceira Internacional são agora um tumor gangrenoso no movimento da classe trabalhadora. Devem ser extirpados dela. Há agora somente uma coisa: a luta pela Quarta Internacional.

8 James Maxton (1885-1946) foi um socialista escocês e líder do Partido Trabalhista Independente que liderou a ruptura deste com o Labour Party em 1931/32.

9 Fenner Brockway (1888-1988) foi um socialista britânico e líder do Partido Trabalhista Independente.

10 Marceau Pivert (1895-1958) foi um socialista francês do grupo Gauche Révolutionnaire que liderou sua ruptura com reformismo francês durante o governo da Frente Popular de Leon Blum (1936-1938).

11 Andreu Nin i Pérez (1892-1934) foi um dirigente revolucionário catalão do POUM, assassinado a mando de Stalin em 1937 durante a revolução espanhola.

Documentos

Capitalismo e pandemia em tempos de guerra: construir uma alternativa dos que lutam

Executiva Nacional do MES – 24 de abril de 2020

Nota introdutória

Este documento foi revisado, fruto de uma comissão de redação e reuniões da Executiva Nacional do MES, horas antes da demissão de Sergio Moro. Está se abrindo uma nova conjuntura, da qual o texto não tem como versar. Assim mesmo optamos por manter o envio e discussão com o conjunto da militância, como forma de apresentar um debate das principais determinações, mais atuais do que nunca, para enfrentar o novo tempo de luta política. Boa leitura.

1) Uma crise inédita

Estamos diante de uma crise inédita, uma experiência singular que não foi vivida por nenhuma das gerações ativas no cenário mundial. As proporções aparentes são enormes, ainda que imprecisas. Podemos citar exemplos recentes na história da humanidade para ter em conta o tamanho desta crise, que combina diversos elementos, sobre os quais vamos nos debruçar mais adiante.

Três esferas de comparação têm sido utilizadas por analistas para entender a dimensão do que está acontecendo. A expansão da Covid-19 e seus efeitos catastróficos, combinados com a derrocada da economia mundial, estão sendo analisados à luz de fenômenos do porte das duas Grandes Guerras, da Grande Depressão de 1929 e, no âmbito sanitário, da grande pandemia de influenza no começo do século XX, conhecida pelo nome popular de Gripe Espanhola.

Para ilustrarmos, a I Guerra Mundial teve um saldo de 10 milhões de mortos nas trincheiras; a II Guerra Mundial foi avassaladora, contando em cerca de 70 milhões o número de baixas civis e militares, cerca de 3% da população mundial ativa de então. São números aproximados, apenas, já que não há uma contagem oficial. Vale lembrar que, como o “teatro de operações” esteve majoritariamente restrito à Europa, as consequências diretas da guerra não envolveram o conjunto dos povos do mundo, portanto, a desigualdade na memória e na cultura popular é grande. Assim, podemos entender porque as marcas das guerras estão presentes na cultura popular da Europa e aqui no Brasil, até pouco tempo, um dos ditos mais conhecidos era de que nosso país estava livre de “guerras, epidemias e desastres naturais”.

Contudo, a pandemia de influenza, que se originou no final da I Guerra, alcançou seu pico entre 1918 e 1920. No Brasil, foram 35 mil mortos, num país que chegava perto da marca de 30 milhões de habitantes, ainda pouco urbanizado, sem parque industrial ou grandes vias de transporte e circulação. Desconhecemos, assim, um trauma dessa magnitude. Não se sabem quantas vítimas fatais terá a Covid-19, mas já temos uma crise mundial sanitária só comparável à gripe espanhola.

A grande questão é que, para além da crise sanitária mundial, estamos caminhando para uma crise econômica também inédita. Os efeitos econômicos e sociais da crise combinada – sanitária, política e social – ainda são imprevisíveis. Na Europa, ainda no olho do furacão da disseminação da doença, todos os índices econômicos desabaram no primeiro trimestre: a retração, em países como França, Itália, Inglaterra e Alemanha, oscila entre 4 e 6%. Sem falar na destruição de postos de trabalho e na redução da massa salarial.

Nessa terça-feira, dia 14 de abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que a “Grande Paralisação”, como está sendo chamada a presente crise da economia mundial, levará o

planeta a uma recessão ainda pior do que a de 2008. O FMI afirma que a atual crise só pode ser comparada à de 1929.

A apresentação, pelo FMI, do “Panorama Econômico Mundial” não deixa dúvidas: vamos a uma depressão. A economista-chefe do fundo, Gita Gopinath, destacou que o parâmetro deve ser sim o de 1929 e que tais previsões contêm muitas incertezas, pois um cenário ainda pior é possível, devido à imprevisibilidade do avanço da Covid-19 no Sul Global. A previsão é de queda de 5,9% do PIB dos Estados Unidos; 7% da Alemanha; 7,2% da França; 9,1 % da Itália, e 5,2% do Japão.

Nesse momento, a pandemia entra na sua terceira fase de expansão do contágio. Iniciada em Whuan na China, em menos de dois meses, por conta do fluxo aéreo e deslocamento de pessoas, o coronavírus se expandiu pelo mundo. A segunda fase teve como epicentro a Europa, com a Itália e a Espanha liderando o número de casos e mortes. A atual fase combina a chegada com força nos Estados Unidos, onde em breve deve-se alcançar a assustadora marca de 1 milhão de casos, sendo o primeiro também em número de mortes (que já ultrapassam 40 mil), com a expansão na América Latina e no Sul Global, marcados pela intensa desigualdade social, pela escassez de moradias dignas para as massas populares, altos índices de trabalho informal e pela deficiência dos serviços de saneamento e de saúde. O impacto da doença tem potencial devastador.

Quando da crise econômica mundial de 2008, apontamos “um giro histórico na situação mundial”, iniciado no mundo da finança com a quebra de um dos maiores e mais tradicionais bancos do mundo, o Lehman Brothers, e gerando efeito contágio em toda a “economia real”. Esse prognóstico levou a uma onda posterior de crise combinada, com a entrada em cena das massas a partir de 2011, com a quebra da política até então majoritária do consenso neoliberal e com uma reconfiguração geral das relações políticas e sociais no sistema-mundo. Agora podemos

falar de uma crise aguda na etapa aberta pela crise de 2008, um agravamento sem precedentes. Trata-se de um pico que provoca mudanças. Ainda é cedo para sabermos as proporções, o tempo de duração e os efeitos de tal crise. Aqui apontamos apenas as tendências mais gerais que marcam a situação econômica, social e política.

2) A combinação entre as crises sanitárias, econômica e social: rumo a uma depressão

O elemento determinante é a combinação de diferentes crises, diferentemente do que aconteceu em 2008. Há uma forte crise sanitária, combinada a uma crise econômica brutal, que leva invariavelmente à maior crise social da história recente do capitalismo. A catástrofe sanitária teve seus primeiros capítulos: corpos expostos nas ruas da cidade de Guayaquil; enorme vala comum em Nova York; economias inteiras paralisadas, como a Itália; uma veloz explosão de desemprego nunca antes vista. Essas são apenas algumas ilustrações da combinação das diferentes crises. O FMI acerta ao definir como “Grande Paralisação”, uma vez que os setores produtivos estão deixando de funcionar, além dos prováveis colapsos urbanos em curso. Como afirma a economista Rosa Marques:

A pandemia, ao exigir a paralisação das atividades, acabou afetando o mundo inteiro, mesmo antes de ela se fazer presente em todos os países. No plano local, dos estados nacionais, a paralisação parcial ou total das atividades (não considerando as essenciais), atuou (atua) como um segundo choque, destruindo empregos e renda, desfazendo os laços contínuos de que se vale o mercado, nas relações entre empresas, bancos e famílias. Há quem considere que o impacto sobre a economia será comparável à crise dos anos 1930. Mesmo que assim não seja, certamente será pior do que a crise dos anos 2007/08, por sua profundidade e rapidez de manifestação.

Os Estados Unidos viram o número de pedidos de seguro-

-desemprego chegar a quase 20 milhões em apenas três semanas. Isso equivale a mais de 10% da força de trabalho da maior economia do mundo. A falta de qualquer cobertura ou plano de saúde para milhões de estadunidenses dilacera o tecido social. Vale lembrar que recente pesquisa demonstrou que pobres, negros e latinos são os mais afetados pela Covid-19. A combinação das crises se transforma num verdadeiro genocídio contra as populações mais pobres do planeta.

Estamos falando de condições extremas, do agravamento da miséria e das condições de vida de parcelas gigantescas da população. A Oxfam estima que a combinação de crises pode gerar 500 milhões de novos pobres no mundo. Estamos falando de luta pela sobrevivência de milhões que estarão sob o risco da fome. A crise global se volta contra os trabalhadores, as mulheres, a negritude. Ou seja: tem um caráter de genocídio social, expondo a face racista que vemos nos Estados Unidos e o caráter patriarcal da sociedade capitalista, que precisamos combater com medidas estruturais.

Importante localizar que a crise econômica já se arrastava antes mesmo da pandemia. Michael Roberts, o renomado economista marxista, afirmou, ainda antes do pico chegar aos Estados Unidos, que a natureza da crise

...começa com a oferta, não com a demanda, como os keynesianos querem reivindicar. Como Marx disse: 'Até uma criança sabe que uma nação que deixa de trabalhar, não direi por um ano, mas mesmo por algumas semanas, pereceria' (K. Marx a Kugelmann, Londres, 11 de julho de 1868). É a produção, o comércio e o investimento que são interrompidos pela primeira vez quando lojas, escolas e empresas são trancadas para conter a pandemia. Obviamente, se as pessoas não puderem trabalhar e as empresas não puderem vender, a renda cairá e os gastos entrarão em colapso e isso produzirá um 'choque de demanda'. De fato, é assim com todas as crises capitalistas: elas começam com uma contração da oferta e acabam com uma queda no consumo – e não vice-versa.

Outro elemento importante, pouco considerado nas análises de economistas no Brasil, é a enorme queda nos preços do petróleo. A disputa entre os países da OPEP, em aliança com a Rússia, contra Arábia Saudita e Estados Unidos, gerou uma desvalorização histórica dos preços de barris, com o barril WTI, petróleo de referência nos Estados Unidos, registrando, pela primeira vez na história, preços negativos nos mercados.

Também diferentemente de 2008, os horizontes ainda não sugerem uma “fórmula de recuperação”. Várias hipóteses estão sendo postas na mesa. O fato é que o neoliberalismo, como pensamento político e doutrina econômica, está debilitado.

Isso mudou por completo o ambiente do debate. Não é o intuito especular nem aprofundar aqui o riquíssimo debate econômico, que seguramente, entra numa nova etapa. Dentro dos que acompanham a economia mundial, Roberts tem feito uma discussão que envolve autores que defendem a MMT (Teoria Monetária Moderna), como Wolf e Lara Resende no Brasil. Roberts coloca diversas hipóteses sobre o desfecho imprevisível da combinação da pandemia com a nova depressão, discutidas da seguinte forma:

Apesar do tamanho dessa crise pandêmica, não tenho certeza de que haverá destruição suficiente de capital, principalmente porque grande parte do financiamento do resgate vai manter as empresas, e não as famílias. Por esse motivo, espero que o fim dos bloqueios/paralisação do trabalho não ocorra uma recuperação em forma de V ou mesmo um retorno ao ‘normal’ (dos últimos dez anos).

No meu livro, *The Long Depression*, desenhei um diagrama esquemático para mostrar a diferença entre recessões e depressões. Uma recuperação em forma de V ou W é a norma, mas há períodos na história capitalista em que a depressão domina. Na depressão de 1873-97 (mais de duas décadas), houve várias quedas em diferentes países, após recuperações fracas que assumiram a forma de um sinal de raiz quadrada, onde a tendência anterior de crescimento não é restaurada. (ROBERTS, Michael. “A queda pós-pandêmica”, 13/04/20)

Assim, temos hipóteses de recuperação da economia, baseando-se na própria visão do FMI de curva em V. O que o FMI não sabe, mostrando as incertezas da situação, é se a perna do V que levanta virá no primeiro semestre do ano que vem ou só em 2022. Mas é um prognóstico de 5% negativo para 5% positivo. A recuperação permite que o mundo não fique num regime de depressão permanente, o que seria a teoria do colapso confirmada, o que não parece ser o caso. O que pode sim ocorrer é que a recuperação, a retomada, signifique uma volta ao patamar anterior à pandemia. Neste caso, poderíamos estar apenas confirmando a tendência à estagnação secular, o que parece o mais provável ou, no máximo, um pequeno crescimento, incapaz de evitar um quadro econômico que não oferece melhorias para o povo. É necessário afirmar que a recuperação, quando vier, não anulará as políticas de ajuste. Se serão maiores ou menores, dependerá da luta de classes, não dos interesses capitalistas que, como regra, tentarão descarregar a crise contra os trabalhadores. Por ora, porém, estamos em pleno declínio, na curva acelerada do V para baixo, com as consequências sociais catastróficas e com a certeza de que as tensões sociais aumentarão, com ou sem quarentena, e, mais cedo ou mais tarde, ganharão as ruas.

Adicionalmente, ainda a despeito da comparação com 2008, há uma nova localização da China. Na crise anterior, este país foi fundamental para impor sua condição de fábrica do mundo, mantendo altos índices de crescimento, mesmo quando o “mundo ocidental” mergulhava na recessão. Tal condição alavancou o projeto da ditadura chinesa de expandir negócios e interesses para o conjunto da Ásia, América Latina e África, construindo o tempo consagrado como “boom das *commodities*”. Essas foram as bases materiais para que a ditadura chinesa pavimentasse o caminho para o projeto expansionista “Um Cinturão, Uma Rota/*One Belt, One Road*”. Agora, a situação é mais contraditória: apesar de se sair melhor que as grandes potências competidoras do

período traumático da pandemia, o retardamento da economia chinesa tem consequências imprevisíveis. O nível de interdependência da economia-mundo supõe um equilíbrio na capacidade produtiva do planeta, levando em conta, certamente, a maior população da Terra, o proletariado chinês. Os índices do primeiro trimestre foram históricos: desde o período da grande crise de 1972, não se registravam dados tão ruins para a economia na China: a queda foi de 6,8%.

3) Um problema internacional

A crise agudiza a contradição mais importante do período anterior: apesar das rebeliões e da contestação por todas as regiões do planeta, segue a debilidade subjetiva. Uma debilidade que é de consciência, de fraqueza da esquerda radical e do programa. Essa contradição salta aos olhos na nova etapa de crise e perpassa todo conjunto de nossa ação, na esfera internacional e mesmo nacional.

Esta crise, inédita e multidimensional, põe em xeque a conformação dos sistemas políticos e econômicos e exige respostas cujos efeitos se desdobrem em variadas direções. A combinação dos diversos aspectos desta crise de larga escala se expressa concretamente em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Como diz a declaração da IV: “Nesta faixa de toda a sociedade humana, os idosos pobres são os que mais morrem. E a crise está atingindo duramente as mulheres, responsáveis pela maior parte do trabalho de reprodução social, e que, confinadas em suas casas, têm uma carga ainda maior de trabalho e estão sofrendo outra epidemia, a da violência doméstica”.

A crise se reflete nas ações dos grandes capitalistas, obrigados a dar respostas para um cenário econômico ainda mais adverso com a redução da produção e da circulação. A grande ameaça é representada por Donald Trump e Jair Bolsonaro, que vocalizam a posição de maior atraso, negando a pandemia tal como fizeram

na questão climática. O fortalecimento da xenofobia e do autoritarismo em meio à crise se utiliza do controle de fluxos migratórios e do isolamento social exigidos pela crise para aprofundar o projeto autoritário de garantia da exploração.

Embora os homens representem a maioria das mortes pela Covid-19, as mulheres estão mais expostas ao risco de contaminação e sob maior vulnerabilidade diante das consequências da pandemia. Dentre esses efeitos, estão o aumento da fome, do desemprego, da violência doméstica. Segundo dados divulgados em abril em um relatório da “ONU Mulheres”, a pandemia afetou-lhes mais porque, em primeiro lugar, 70% dos trabalhadores de saúde em todo o mundo são do gênero feminino, fato que as expõe a um maior risco de infecção. Isto as torna também linha de frente do pelotão que atua diariamente no combate ao vírus.

Antes da pandemia, os reflexos da crise econômica mundial levavam às disputas comerciais entre EUA e China e já influenciavam um cenário de crises políticas, como o Brexit; separatismos (notadamente a Catalunha) e outros movimentos de ruptura com a União Europeia em meio a uma profunda crise migratória; os levantes neoliberais ocorridos no Equador e no Chile; entre outros exemplos.

Também antes da pandemia, o planeta presenciava movimentos democráticos e de resistência às ofensivas neoliberais, destacando-se as enormes mobilizações das “Greves do Clima” realizadas em 2019 e as insurreições antineoliberais que marcaram o Chile e o Equador. A luta representada pelo *Sunrise Movement*, de Greta Thunberg, realizou a maior mobilização de rua da história, com milhões de jovens se reunindo em milhares de cidade e centenas de países a partir de uma pauta antagônica tanto aos nacionalismos quanto ao neoliberalismo.

A aceleração dos tempos deixa evidente a polêmica ideológica entre a extrema-direita e a ciência. Os ataques de Trump à OMS, as posturas extremamente atrasadas de Bolsonaro e medi-

das similares em países como Belarus, Turcomenistão e mesmo na Nicarágua, constituem a vanguarda deste campo chauvinista, colocando a defesa do pensamento científico e da pesquisa acadêmica como tarefa primordial em unidade com amplos setores.

A resposta autoritária à crise dos governos e regimes instalados na conformação de forças anterior, com grande presença da social-democracia e da velha esquerda, busca quitar liberdades e ampliar mecanismos de controle social para manter os níveis de exploração do trabalho perante o agravamento da crise, defendendo o relaxamento do isolamento social e a exposição dos trabalhadores a condições de risco.

A China adquire ainda mais protagonismo no cenário mundial como o país com a maior capacidade tecnológica para dar respostas à pandemia, controlando grande parte do mercado de medicamentos e equipamentos médicos. Além disso, sua posição, como país no qual o ciclo da pandemia está mais avançado, dá uma vantagem econômica a este país no momento de paralisação de parte da produção e da circulação no Ocidente, impulsionando um movimento gradual de fortalecimento da hegemonia chinesa.

A propagação da pandemia no Sul Global leva a novos desdobramentos sociais e políticos, com a crise aguda dos sistemas de saúde nacionais nas próximas semanas, a exemplo do que ocorre hoje na região equatoriana de Guayaquil, bem como a elevação de conflitos sociais a partir da deterioração das condições materiais. A dificuldade na aquisição de insumos essenciais para o combate ao coronavírus combina os problemas econômicos dos países pobres ao sequestro de insumos vindos da China pelos EUA, demonstrando seu caráter imperialista com elementos de rapina, tal como no acosso estadunidense permanente sobre a Venezuela.

A síntese da situação mundial é que as condições objetivas para a eclosão de revoluções aumentaram, mas não há no mun-

do, atualmente, partidos revolucionários. Este hiato não permite uma solução da crise do ponto de vista dos trabalhadores. Neste espaço, soluções de extrema-direita tentam ganhar corpo. Felizmente, muitas delas estão também fracassando em suas experiências de governo – notadamente é o caso do Brasil de Bolsonaro e de Trump –, mas ainda são forças atuantes e suas possibilidades são renovadas diante da ausência de direções revolucionárias. As soluções intermediárias são as recorrências de governos democrático-burgueses fracos. Assim, o impasse continua sem que nenhuma classe social tenha uma saída. Trata-se de um impasse que se prolonga na deterioração crescente da qualidade de vida e da situação econômica, ambiental, etc. Do ponto de vista do proletariado, a desvantagem é que a ausência de direção se soma a uma crise mais geral, que atinge a consciência de amplas massas e dificulta a clareza de suas ações espontâneas, que é a crise do programa marxista revolucionário. É a crise provocada historicamente pela experiência stalinista e em países determinados pela falência da esquerda no sentido amplo, como é o caso do PT. Do ponto de vista burguês, a desvantagem é que os planos e regimes burgueses estão com menos capacidade de empolgar as massas e mesmo de ganhar seu apoio passivo por períodos longos que permitam alguma estabilidade. As saídas burguesas reacionárias e contrarrevolucionárias, por sua vez, enfrentam uma consciência democrática, esta sim ainda bem viva, na Europa, por conta experiência com o nazismo e no mundo todo pelas lutas democráticas dadas, sejam as ganhas e até as perdidas. Mas a força da consciência democrática tem a vantagem de não ser apenas herdeira da revolução socialista, mas também das revoluções francesa, norte-americana, das revoluções burguesas e democráticas em geral.

A pandemia deixa ainda mais evidentes os terríveis efeitos do neoliberalismo e também dos nacionalismos, exigindo cada vez mais uma resposta anticapitalista e internacional como forma de

resposta conjunta a este desafio encarado pela humanidade. Nesse sentido, o internacionalismo surge como vetor de luta ainda mais importante em um mundo cada vez mais conectado em diversos níveis, seja para a expansão das epidemias como também para a expansão de ideias e iniciativas.

4) Bolsonaro é um entrave ao combate pela vida

No Brasil, a agravante em relação a outros modelos é a existência do governo mais negacionista do planeta. Mesmo governos conservadores, como o do inglês Boris Johnson, tiveram que mudar a rota ao longo da crise – o próprio Johnson reconheceu, ao sair da UTI, o papel do serviço público de saúde e dos imigrantes que ajudaram a salvar sua vida. No caso brasileiro, a luta pela vida e pela ciência tem, no governo central, seu principal obstáculo. Por isso, ao contrário de países onde existe um apelo para a unidade nacional e o esforço concentrado, a atual fase da luta política do país se agudiza a tal ponto que ideia de tirar Bolsonaro para salvar o Brasil vai ganhando força em setores de massa.

Com a situação inédita da pandemia somada à crise econômica, o conjunto das coordenadas políticas da vida nacional alterou-se drasticamente. É importante, contudo, precisar a relação de forças anterior ao ingresso do país na atual fase da crise.

Há uma mudança importante na condição do próprio governo e de Bolsonaro. A marca de 2019 foi seu isolamento e perda de popularidade. A resistência da juventude e da ciência em maio, além do agrupamento de artistas e da cultura, gerou um importante caldo de cultura que se opõe a sua linha negacionista, autoritária e conservadora. A defesa das liberdades democráticas uniu a juventude aos setores médios e mesmo à grande imprensa, atacada diuturnamente pela extrema-direita. Bolsonaro foi perdendo apoio popular e na superestrutura: a ruptura do PSL, o abandono de figuras como Bebianno, Santos Cruz e Frota, o

estreitamento de sua base de apoio, finalizando com o enfrentamento aos governadores. Doria e Witzel, outrora cabos eleitorais, se converteram em parte da oposição política ao bolsonarismo. Ainda antes do surto pandêmico, o crescimento do PIB ficou aquém do prometido pelo governo, com apenas 1,1 % gerando mal-estar e divisão nas classes dominantes.

Esse processo é parte da conversão do próprio bolsonarismo – de um movimento difuso conservador para a organização de bases políticas neofascistas como forma de avançar no fechamento do regime. Apesar do tropeço na conformação do projeto da Aliança, Bolsonaro, apoiado em Heleno, deu um salto de qualidade na convocatória do dia 15 de março e no negacionismo do coronavírus. Ao defender o chamado ao dia 15/03, na semana onde o problema da Covid-19 começou a se impor, com um programa abertamente golpista, Bolsonaro optou por consolidar sua versão do “bolsonarismo *scrito sensu*”, em confronto aberto com o STF e o Legislativo, dirigido por Maia e Alcolumbre.

O acirramento da crise, com o tombo na economia e a expansão dos casos da pandemia, gerou tensões ainda maiores, na própria cúpula do governo e das Forças Armadas. No dia 18 de março, a conjuntura sofreu uma inflexão: Bolsonaro adotou uma estratégia global de minimizar o vírus, atacar o isolamento social orientado pela OMS, os governadores, o STF e o Congresso, apostando suas fichas na suspeita medicação cloroquina. A resposta foi o primeiro grande panelaço, que representou uma ruptura de um setor de classe média com o governo, sobretudo nas grandes cidades.

Hoje por hoje, Bolsonaro tem apoio minoritário no movimento de massas, numa rota de colisão com parte do governo – exemplificada pela demissão de Mandetta, mas também pelas fricções com o setor do agronegócio representado por Ronaldo Caiado, Teresa Cristina e DEM do Centro-Oeste. A proposta de renda de 200 reais de Guedes e Bolsonaro foi derrotada no de-

bate parlamentar, demonstrando o tamanho do ridículo desse governo.

A base social que segue fiel ao governo é composta por setores confusos da baixa oficialidade militar, setores da reserva representados por Heleno, agrupamentos religiosos, milícias digitais, com muitos robôs e fake news, setores atrasados da classe e pequenos e médios comerciantes desesperados. Ainda lhe apoiam, mas em retirada, os burgueses “originais” do bolsonarismo, como os donos da Havan, Madero e Riachuelo.

A movimentação de Bolsonaro durante o pico agudo da crise orientou-se por um dos aspectos que caracterizam seu governo e que desenvolvemos em documento, o “despreparo como face visível do governo”:

Bolsonaro se notabilizou por construir narrativas nas redes sociais, exagerando polarizações, com um discurso agressivo e superficial. Como caracterizamos anteriormente, sua vitória eleitoral também teve como marca a ausência de debates, a falta de discussão sobre projeto e uma linha assentada em uma polarização genérica e negativa “contra tudo que está aí”. Além de ser uma estratégia política, tal postura denotava um aspecto fundamental: a falta de preparo de Bolsonaro e de seu entorno mais imediato para a gestão de um país continental, eivado de gigantescas contradições e complexidades. (Coordenação Nacional do MES, fevereiro de 2019)

Esse foi o vetor da movimentação que levou à demissão de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde e sua substituição por Nelson Teich, um empresário do ramo, incapaz de fazer qualquer sombra a Bolsonaro. Uma tensão fundamental é a que opõe o governo a todo o aparelho do Poder Judiciário, em diferentes instâncias, como se viu nas quedas de braço recentes, quanto ao isolamento social e outras medidas, nas quais o STF arbitrou contra o governo. A crise entre Moro, a PF e o clã Bolsonaro é mais um episódio nesse sentido.

Nos próximos dias, deve seguir a tensão entre as orientações

de isolamento social e a pressão pela reabertura do comércio, ao passo que a pandemia se espalha, lotando hospitais e cemitérios muito além de sua capacidade. Se, por um lado, a linha negacionista coesionou uma linha semifascista, do núcleo duro do bolsonarismo, em oposição surgiu um campo amplo que uniu ciência, trabalhadores da saúde, setores mais lúcidos da opinião pública, a maioria dos governadores e grande imprensa, tendo a Rede Globo como carro-chefe.

A falta de testes, exposta por todo o governo, inclusive por Mandetta em entrevista, é o ponto mais débil de qualquer estratégia séria de combate à Covid-19; junto com a maquiagem das subnotificações, fica exposta a falta de efetividade do governo para responder à crise.

Segundo pesquisas como a “Epicovid19”, coordenada pela UFPEL e pelo governo gaúcho, e o portal Covid-19, que reúne pesquisadores da UnB, USP e UFRJ, o número de infectados é entre 7 e 12 vezes maior do que o anunciado pelos governos. Isso leva a uma hipótese de que rapidamente entraremos em caos hospitalar em algumas regiões. Na região metropolitana de São Paulo, já são 80% dos leitos das UTIs públicas ocupados, dado que chega a 88% no Rio de Janeiro e 100% em Fortaleza. O caso da Manaus é mais grave: com a explosão de casos, a capital do Norte do Brasil, está completamente desprovida de leitos e estrutura hospitalar adequada, numa situação de calamidade nunca vista. Manaus serve como péssimo exemplo do que pode acontecer se seguir a falta de coordenação, a ausência de testes e o relaxamento da quarentena.

O plano econômico de Guedes é outro dos pilares que está em questão. Sua primeira resposta foi inócua. O Parlamento, com Maia à frente, pilotou toda a questão da renda básica emergencial, deixando Guedes rendido. A crise entre poderes atravessa medidas fundamentais, como o acerto sobre a MP 905 (“carteira verde e amarela”) e o pacote de socorro aos estados. Seu

mantra de aprofundar as “reformas”, ou seja, a rápida liquidação do Estado, como expressão da doutrina neoliberal, caiu por terra, nos primórdios da crise. Há uma nova localização no debate econômico, no qual setores da própria burguesia e dos setores majoritários da “política” abraçam com mais força a crítica ao “ultraliberalismo primitivo”, como definem os críticos da linha de Guedes, agrupados nas teses do economista André Lara Resende, com o economista e articulista da *Folha*, Vinicius Torres Freire, vocalizando-a de forma mais ampla. A crise com a apresentação do plano Pró-Brasil expôs fissuras incontornáveis entre Braga Netto e Paulo Guedes.

Enquanto as condições econômica e sanitária degradam-se, os atores políticos movem-se em terreno arriscado. As pesquisas indicam que Bolsonaro está em curva, ainda lenta, descendente; os governadores e outros gestores locais fortalecem-se, ao menos no primeiro momento. Essa foi uma tendência mais geral em outros lugares, onde a gestão da crise não foi desastrosa. O que podemos intuir de Bolsonaro na crise é que ele está restringindo sua base de apoio: números da pesquisa Atlas da XP Investimentos, feita por telefone, indicam que os índices de ruim/péssimo escalaram para 42%, reduzindo para 28% o índice dos que avaliam a gestão Bolsonaro com ótimo/bom. Mais do que os números em absoluto, é importante ver que a curva pode acelerar, já que, com a demissão de Mandetta e com o despreparo do governo, as responsabilidades da gestão da crise vão ficar concentradas na figura presidencial.

Sobre as Forças Armadas, o que se pode deduzir neste momento é que há setores buscando exercer alguma tutela sobre o governo, mas tampouco parece que a ala bolsonarista, comandada por Augusto Heleno, seja majoritária entre a alta oficialidade e o generalato da ativa. Pode haver, ainda, uma crise entre os generais da reserva que atuam no governo. Braga Netto, chefe da Casa Civil, tem ocupado uma localização central no cotidiano

do governo, enquanto há certo distanciamento de Mourão. A primeira leva de generais entrou em conflito com o olavismo, como demonstrou a demissão de Santos Cruz.

A maior parte da população e da superestrutura chocam-se com Bolsonaro, migrando para a oposição. O conflito entre os militares e Guedes, o derretimento da Bolsa, e o elemento decisivo, que pode ocorrer enquanto fechamos esse documento: a demissão de Sergio Moro, último bastião do bolsonarismo em sua fase inicial. Isso é um terremoto no governo.

Há uma indefinição, no entanto, a respeito da questão do impeachment e dos tempos políticos para uma ação contra Bolsonaro. Nossa aposta é que Bolsonaro seguirá enfraquecendo-se, sem necessariamente precisarmos os tempos políticos, quando a insatisfação transformará a quantidade em qualidade, ou quando a burguesia terá unidade para remover Bolsonaro como “troca de fusível”. Como forma de resistir, Bolsonaro adota um discurso que mantém certo apoio, sobretudo nos setores populares, nos bairros pobres, entre caminhoneiros, camelôs, motoristas de aplicativo, enfim, todos que não têm renda garantida e que, com a renda básica, receberão menos do que ganham normalmente e são contrários ao discurso racional – mas dirigido pela Globo – acerca do isolamento social. Eis a base real do discurso de Bolsonaro.

A derrota de Bolsonaro e sua queda seriam uma enorme vitória do movimento de massas, obstruindo o caminho de ascensão de uma corrente fascista de massas, controlando os principais postos de poder do Estado, e flertando com posições de fechamento do regime.

O protesto em Tel Aviv, respeitando as diretrizes do isolamento, indica que precisamos ser criativos – ainda que cuidadosos – para fazer a disputa da força das ruas, apoiando paralisações de setores como os da saúde e seguindo com os painéis, numa maior centralização dessas atividades.

5) Uma dinâmica contraditória em meio à enorme regressão social

Como o Brasil vai reagir a uma epidemia que vai devastar a capacidade sanitária do país, onde devem se contar os mortos em dezenas de milhares, uma faixa de desemprego que chegue a 25% e à maior queda do PIB da história? Além da regressão social anunciada, quais serão os efeitos sobre o conjunto da sociedade, das classes, das instituições, partidos e sujeitos?

A falta de insumos para a defesa mínima da indústria nacional, de equipamentos de saúde, tendo uma dependência da produção de insumos da China e Índia, demonstra o fracasso estrutural do modelo econômico e produtivo de nosso país.

O Brasil está às portas de uma *débâcle* econômica: o FMI indica mais de 5% de recessão em 2020. Guedes alertou para possível queda de 4%; algumas estimativas falam em até 7 ou 8%. Há um risco real de uma intensificação da fuga de capitais, já em curso, e de uma desvalorização monetária ainda mais intensa, além de uma redução das exportações. A crise geral do modelo econômico ficará escancarada com a depressão econômica que se avizinha.

A crise social já era anunciada em temas elementares, como, por exemplo, a falta de saneamento (11,4 milhões de brasileiros não tem qualquer estrutura de saneamento básico); a concentração da população em favelas (são 6329 em todo Brasil) e moradias inadequadas; a superpopulação de presídios; e a profunda desigualdade. Tais mazelas foram evidenciadas nos crimes ambientais e sociais de Brumadinho e Mariana, na crise do abastecimento de água no Rio de Janeiro, nos episódios de violência e nas milhares de mortes pelas chuvas e enchentes do verão no Sudeste.

No Brasil, as mulheres também são maioria em vários setores de empregos informais, somando 41% ao todo dos postos dessa categoria e, se consideramos somente mulheres negras e par-

das, o número sobe para quase 48%. São absoluta maioria entre trabalhadores domésticos (92%) e cuidadores de idosos (85%), sobretudo as mulheres negras e imigrantes. No setor têxtil, paralisado em todo o mundo por causa do fechamento das lojas, as mulheres são três quartos da mão de obra deste setor. Dentre os idosos, as mulheres são 56%, na maioria das vezes morando sozinhas e sem direito à assistência previdenciária.

Além disso, antes da Covid-19, mulheres desempenhavam três vezes mais trabalhos não remunerados do que os homens. Com o isolamento, a estimativa é que este número triplique. Mais do que nunca as mulheres aumentam sua jornada de trabalho ao terem que se dividir entre diversas atividades, como emprego fora de casa, trabalhos domésticos, cuidado com filhos, educação escolar em casa (já que as escolas estão fechadas) e assistência aos idosos da família.

Estamos diante de uma condição excepcional: não podemos sair de casa para organizar protestos e as ruas não são (por agora) um termômetro da disputa da relação de forças. O humor social das massas ainda está em disputa: não se pode sair de casa e muito estão sendo golpeados, com os acordos que reduzem drasticamente os salários e, mais ainda, com a maior e mais rápida explosão do desemprego da história.

A burguesia apresentou uma saída emergencial para evitar a ruptura e o choque do tecido social ainda em abril, com a aprovação de medidas como a renda emergencial, a suspensão das dívidas estaduais pelo STF, a aprovação de R\$ 40 bi de crédito para as empresas pequenas e médias e o pacote de socorro aos estados e municípios.

A paralisia do movimento operário e dos sindicatos é gritante. Dentro da situação de quarentena, este elemento se acirra, mas já se havia presenciado a mesma inação na luta contra a reforma da previdência, quando o burocratismo das direções não conseguiu mover uma ampla campanha nacional. As derrotas objetivas com

a aprovação dos acordos de redução salarial pesam. O conflito entre poderes colocou em suspenso, no Senado, a aprovação da MP 905 (“carteira verde e amarela”).

Tais dificuldades manifestam-se, como se sabe, num contexto de alto desemprego, informalidade recorde e redução da massa salarial antes mesmo do início da pandemia de Covid-19. Aos problemas estruturais já mencionados das favelas e da violência social, as milhares de mortes que ocorrerão pela Covid-19 geram um trauma social. Desse modo, é provável que o número de desempregados alcance 30 milhões e se aprofunde a crise nas periferias do país, além do aprofundamento do drama da fome e do empobrecimento do povo brasileiro.

Tal situação terá que ser enfrentada num contexto de fraqueza e imobilismo dos sindicatos, de distância das ideias da esquerda das amplas massas populares, e de uma maioria da esquerda com posições reformistas e atrasadas. Nosso papel, como contraponto, é avançar em nosso enraizamento social, mas ainda nos falta maior inserção na base popular e nos sindicatos, com as exceções de Porto Alegre e Natal, onde o MES dirige o PSOL e dá um exemplo de disputa.

Ainda há a questão das milícias. Estimuladas pelo bolsonarismo, as organizações milicianas ganham terreno nacionalmente, radicalizando-se. O problema fundamental da política do Rio de Janeiro é também o problema mais grave da instalação de um vetor fascista de massas no país: a nacionalização das milícias, que temos denunciado como “ovo da serpente”. O assassinato de Marielle e a inconclusão do inquérito a respeito, bem como o assassinato de lideranças indígenas, quilombolas e outros lutadores do campo e da cidade, levam-nos a reiterar a luta contra essas organizações paramilitares e a disputa de opinião pública para a solução de seus crimes e desbaratamento. O caso do atentado ao grupo “Porta dos Fundos”, ainda que carregue especificidades por conta do caráter abertamente ideológico dos integralistas que

assumiram a autoria, é parte da denúncia contundente contra a violência política exercida para liquidar opositores, a esquerda social, o pensamento crítico e o movimento operário.

É importante ressaltar que, embora a companheira Marielle Franco tenha sido executada há mais de 2 anos sem conhecermos os mandantes, podemos afirmar que seu assassinato ocorreu por motivações políticas, na tentativa de calar a voz do PSOL e de uma mulher negra da favela que ousou enfrentar politicamente o poderio miliciano que as evidências mostram estarem próximos à família Bolsonaro. Mas não parou por aí: infelizmente, mais um caso com o mesmo viés de execução política ocorreu na cidade de Janduís (RN), no último 11 de abril, quando o companheiro Netinho (PSOL), pré-candidato a prefeito da cidade foi assassinado. Nosso camarada não tinha nenhum tipo de inimizade, mas evidenciava o sonho de garantir em sua cidade uma nova forma de fazer política, sem proselitismo e o troca-troca típicos na velha política e nos rincões comandados pelos novos coronéis. Devemos ser vanguarda nesse caso, assim como somos na campanha por justiça e verdade para Marielle Franco.

É preciso ter uma política: denunciando as milícias como principal risco fascista para a sociedade brasileira e atuando para disputar os setores mais saudáveis da baixa oficialidade, apoiados na corrente que se agrupa no movimento “Policiais Antifascistas”.

6) A questão da saúde e da ciência no centro da situação política

Há uma mudança na consciência de milhões no planeta, que também se expressa no Brasil, no que diz respeito à questão da ciência e da saúde. Os neoliberais, que lutaram pelo sucateamento do serviço público, já não podem sustentar suas ideias como antes, como mostrou o exemplo já mencionado do primeiro-ministro conservador inglês Boris Johnson. Como escreveu Rosa

Marques, em artigo do dia 10/04:

Não há dúvida que décadas de políticas neoliberais levaram ao enfraquecimento e/ ou ao desmantelamento das políticas sociais, especialmente no campo da saúde. Esse processo, no entanto, não foi homogêneo no mundo, havendo países onde a saúde pública, por mais que tenha sofrido ataques de todos os tipos, geralmente no tocante ao financiamento e a sua gestão, continuou a se manter como referência. Estou me referindo ao Serviço Nacional de Saúde (National Health Services – NHS), na Inglaterra, e ao Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil. De qualquer maneira, o avanço do novo coronavírus não deu opção aos estados, por mais neoliberais que tenham sido seus governos nos últimos 30, 40 anos. Uns mais tarde do que outros, tiveram que tomar para si a luta contra o avanço da doença, centralizando em seu Ministério da Saúde as informações relativas aos recursos disponíveis tanto no setor público como no setor privado (de leitos, materiais, equipamentos e pessoal da área da saúde), planejando sua ampliação mediante compra, reconversão de indústrias e construção de hospitais de campanha; conclamando os aposentados e mesmos os estudantes de medicina a virem ajudar na luta contra a pandemia.

E em todos os países, os profissionais da área da saúde, que não têm tido descanso nessa luta, são saudados por sua população agradecida. É uma triste ironia, mas passará à história o fato de uma pandemia ter ressignificado o papel e o lugar do servidor público, principalmente os mais diretamente comprometidos no combate ao covid-19.

A única forma de combater o vírus e seus efeitos mais devastadores é reforçando a ação da saúde. O desenho da economia tem que estar voltado para essa prioridade, em termos de cadeia produtiva, com o SUS e o sistema hospitalar organizado pelo Estado como forma de induzir o conjunto da atividade econômica.

As universidades de todo Brasil estão agrupando esforços de grandes cientistas para dar cabo das necessidades sociais. Há um novo momento no mundo e nosso programa deve abraçar como centro da defesa da ciência. A extrema-direita insiste no negacionismo e na ação agressiva contra a saúde, como se verifica com Trump bloqueando fundos para a OMS.

O SUS está ressignificado. É uma bandeira de maioria social. Quando denunciemos a famosa “PEC da morte”, que alguns acreditavam que seria exagero, o eixo da denúncia estava tragicamente correto. O problema da ciência nacional e de nossas universidades, atacadas e subfinanciadas, também se evidencia diante da necessidade da investigação sobre a disseminação da pandemia e das formas de enfrentá-la. Ao mesmo tempo, há uma ampla rede de especialistas que se forma e se organiza, buscando também o debate público sobre a Covid-19 e a defesa da ciência e da pesquisa.

7) A defesa dos trabalhadores que estão na linha de frente e de todo povo

Nossa bússola, em meio à gravidade da situação, está orientada a defender os interesses dos trabalhadores e de todo povo. Já afirmamos que a combinação das duas crises irá expressar-se num verdadeiro genocídio contra as populações mais vulneráveis. Isso já é uma realidade no epicentro do coronavírus, os Estados Unidos. O corte social é também racial, com os negros no topo da lista de mortes em todas as regiões do país. Aqui, a situação nas favelas, nas comunidades ribeirinhas e nas tribos indígenas, expõe com toda força a contradição e a escolha, pelo governo, da política de genocídio.

A crise do coronavírus também revelou algo que as feministas marxistas dizem há algum tempo: o trabalho de cuidado e o trabalho de reprodução da vida são tarefas essenciais da sociedade e parte fundamental da reprodução do capitalismo. Neste momento em que estamos sob quarentena, os trabalhadores que não podem parar são justamente as enfermeiras, as trabalhadoras de limpeza, os serviços de produção e de alimentos.

Ou seja, enquanto parte importante da economia capitalista para por conta do vírus, alimentação, abrigo, limpeza, cuidados da saúde revelam-se como “serviços essenciais”. Por isso, a ONU

Mulheres estima que, dentre a população feminina mundial, as trabalhadoras do setor de saúde, as domésticas e as trabalhadoras do setor informal serão as mais afetadas pelos efeitos da pandemia de coronavírus.

Nossa prioridade deve estar voltada para os que estão na linha de frente – os profissionais da saúde – e as camadas mais expostas de todo o povo, os que estão no trabalho essencial e os que estão em condições de maior vulnerabilidade, nas favelas e periferias. Os trabalhadores da saúde, nas trincheiras do enfrentamento à pandemia, devem ser defendidos, como propõem as medidas defendidas pelo Sindsaúde-RS. É preciso garantir os EPIs para os trabalhadores e suas condições de trabalho e remuneração.

Há uma luta em curso em defesa dos salários e da renda dos trabalhadores, atacadas pelas medidas de Bolsonaro e Guedes que permitem a redução salarial. A este respeito, tem havido batalhas em que nossas e nossos parlamentares têm se envolvido diretamente, garantindo a aprovação de medidas importantes, como a ampliação da renda básica para os professores precários e para as mães solteiras (medidas que nossas deputadas federais encabeçaram), além de outros projetos que nossos parlamentares estaduais e municipais tomaram para defender os mais pobres.

Outra medida essencial é a apresentação, por parte de nossa bancada a partir da formulação da FNL, de uma proposta legislativa: o “Plano Emergencial de Amparo à Agricultura familiar”. Neste plano emergencial, construído em conjunto com camponeses acampados e assentados da FNL, está prevista uma série de iniciativas para evitar que haja uma verdadeira devastação da agricultura familiar e um aumento brutal da miséria nas terras camponesas já tão afetadas pela ausência de reforma agrária e estímulo ao latifúndio e ao agronegócio predatório. Prevemos assegurar que a massa de acampados, pré-assentados e assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas

comunidades indígenas, silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores artesanais tenham acesso a alimentação adequada, condições básicas de higiene para se defender do vírus, crédito especial para produção – entendendo a produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar como serviço essencial – e apoio à comercialização, garantia do fornecimento de água e luz, impedimento dos despejos e reintegrações de posse, entre outras iniciativas que asseguram a vida, a alimentação saudável no campo e na cidade e as possibilidades de seguir na histórica luta pela reforma agrária no país.

Também é decisiva a defesa do funcionalismo público, alvo de campanhas da burguesia e de seus porta-vozes, que pretendem aproveitar-se da oportunidade para pandemia para cortar salários e atacar a estabilidade dos servidores públicos.

Defendemos o isolamento social, mas não podemos ter como linha prioritária dar de ombros aos milhões que vão ter queda na sua renda por conta das consequências da pandemia – elemento mobilizado por Bolsonaro em sua queda de braço com o discurso “cidadão” da Rede Globo, com muito peso para a classe média mais escolarizada, que pode ficar de quarentena. Fomos vanguarda, no PSOL, na defesa da suspensão dos atos dos dias 14 e 18 de março, bem como do congresso partidário e de suas plenárias, mas queremos nos manter atentos aos setores em luta, como os que já estão dando combate, como trabalhadores da saúde de Porto Alegre e do Pará, rodoviários de várias cidades, profissionais da educação infantil de Porto Alegre, além da onda de protestos espontâneos dentro das empresas de telemarketing.

8) O lugar do PSOL e da esquerda radical

A questão da direção política para uma oposição ao bolsonarismo e ao neoliberalismo torna-se ainda mais candente diante da cadeia de acontecimentos em plena crise. Seguimos com os problemas apontados ao longo do período anterior. Há uma com-

preensão ampla de que a oposição ao governo é débil, incapaz de mobilizar os descontentes e forjar uma alternativa. As duas principais expressões da luta contra Bolsonaro passaram por fora das principais direções políticas da oposição: foram ações de “frente única”, na prática, com as mulheres no “Ele não”, e o movimento estudantil aliado aos educadores nos dias 15 e 30 de maio de 2019, com o “Tsunami da Educação”. Essa é uma das principais debilidades do movimento de massas: a falta de uma alternativa capaz de galvanizar e multiplicar o sentimentopositor, orientando a ação e a disputa dos que já não acreditam no bolsonarismo.

Mantemos a nossa definição geral sobre a localização do PSOL, feita em nosso documento nacional de outubro de 2019:

A contradição da ausência de uma direção capaz de forjar uma alternativa é uma das marcas centrais da conjuntura. Nesse cenário complexo, o PSOL mantém-se como uma conquista estratégica da esquerda socialista. As movimentações de diferentes setores da vanguarda e da população em direção ao nosso partido colocam-no hoje em um novo patamar, representando as lutas da juventude, mulheres, da negritude e da população LGBT. A intervenção nas mobilizações das ruas e o crescimento das bancadas de parlamentares (muito bem avaliada pelos chamados “formadores de opinião”) indicam nosso patamar e as possibilidades do partido como representante de uma política socialista para o futuro. A expressão política adquirida pelo PSOL, expressão da luta pelas liberdades democráticas, deu um salto com a truculência de Bolsonaro. A luta pelo legado de Marielle Franco transformou-se numa marca combativa pela qual o partido é reconhecido em todo o país. (Coordenação Nacional do MES, outubro de 2019)

A desarticulação dos movimentos sociais e a cooptação de algumas de suas lideranças combinou-se aos ataques recentes às organizações, realizados pelo governo de extrema-direita, criando um cenário de imobilismo e dificuldades para a luta social. A falta de uma oposição de esquerda robusta, fruto da adaptação completa do PT ao regime político e da vacilação de setor im-

portante do PSOL em propor uma política independente, deixa espaço para que as principais vozes opositoras sejam as figuras burguesas que acabaram por romper com o governo, como o ex-ministro Mandetta ou os governadores Doria e Witzel.

A influência desta posição política no interior do PSOL leva a grandes problemas de direção do partido, cuja atuação é marcada pela lentidão e imobilismo. O movimento de aproximação ao petismo, realizado nos últimos anos e expresso na última campanha presidencial, reduziu a capacidade do PSOL apresentar-se como uma alternativa independente justamente quando a falência política da velha esquerda mostra-se mais evidente. Por outro lado, os fracassos das tentativas de rearticulação – representadas por “Vamos” e “Aliança” e que culminaram no campo “PSOL de Todas as Lutas” – combinaram-se com um importante avanço do MES no mesmo período, representado tanto pelos últimos sucessos eleitorais quanto pelos significativos avanços no movimento de juventude com o Juntos! e no movimento popular com a aproximação da FNL e o fortalecimento da Rede Emancipa.

Tal contradição entre estes dois vetores internos não impede que o PSOL apresente-se, hoje, como principal representante de novas forças de esquerda que se fortalecem e se aglutinam. As lutas ecossocialistas, feministas, contra o racismo e a xenofobia, e em defesa da diversidade sexual têm hoje no PSOL uma grande expressão política nacional destes movimentos internacionais.

A orientação do “Fora, Bolsonaro” e da defesa do impeachment expressaram uma posição independente, com a expressão inédita de mais de 1 milhão de assinaturas, encabeçadas por Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim, David Miranda e Luciana Genro, além de todas as lideranças públicas do campo da esquerda partidária, intelectuais como Vladimir Safatle, Silvio Almeida e Rosana Pinheiro-Machado, afirmando o lugar de nossos parlamentares nesta posição e se ampliando para intelectuais e setores sociais fundamentais para a formação de um campo político

independente.

9) Uma orientação para lutar

Nossa orientação passa pela luta por um programa emergencial, pela solidariedade ativa, na linha de frente, com redes de organização para a defesa dos trabalhadores, além das atividades internacionais. Nossa localização no “Fora Bolsonaro”, através do pedido de impeachment nos coloca com autoridade para batalhar por essa orientação. A maior adesão ao impeachment, com a entrada do PDT, colocam ainda mais a necessidade de ação. É preciso, também, valorizar e difundir nossas emendas e projetos aprovados, os nacionais (renda mínima para mulheres e professores, suspensão de pagamentos do FIES, entre várias outras) e locais (como o projeto de isenção de água e esgoto aprovado em Porto Alegre, suspensão de mensalidades escolares, etc.).

A seguir, alguns aspectos de nossa orientação:

a) É preciso lutar por medidas concretas urgentes e iniciativas, a partir do “Fora, Bolsonaro”;

i) O eixo de nossa política é seguir a agitação sistemática do “Fora, Bolsonaro” (explicando que é uma questão de vida ou morte, já que Bolsonaro é o responsável pelo colapso/genocídio), exigindo o impeachment e agitando, também, a necessidade de novas eleições presidenciais, combinando com medidas efetivas de defesa dos trabalhadores, por meio da ação parlamentar e pelo apoio e participação nos protestos e nas reivindicações virtuais e presenciais;

ii) Defesa da renda emergencial prolongada, por mais tempo, com mais facilidade ao acesso e um valor mais alto (1 salário mínimo);

iii) As condições de trabalho com contratos precarizados dos professores da educação básica, em grande parte do sistema de ensino, já estão levando a uma grande quantidade de rupturas

de contrato de trabalho, deixando assim milhares de professores sem salários. A emenda proposta por Sâmia Bomfim possibilitará que estes professores, em sua maioria mulheres, tenham uma ajuda financeira nesse período de crise sanitária/fiscal. Também é preciso lutar, no Congresso, por meio de novas emendas parlamentares – limitadas, mas que nos ajudem a dar a batalha e politizar;

iv) Apesar do grande destaque dado pela imprensa ao papel de mulheres chefes de Estado no combate à pandemia, as mulheres são apenas 25% dos parlamentares em todo o mundo e menos de 10% das líderes de governo, o que impactará diretamente nas respostas dadas pela maioria dos governos à grave situação das mulheres sob a pandemia. A ausência de representação – e o contraste com a crise econômica profunda que se avizinha – pode produzir um novo momento para as lutas reivindicativas das mulheres. E, apesar do contexto trágico em nosso país, nós do MES podemos nos alentar com a importante liderança de nossas mulheres na política, como Luciana Genro, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, para ficar somente entre as lideranças nacionais. E, como resultado dessa importante presença, pudemos conquistar o direito das mulheres chefes de família na renda básica, a extensão desse direito para professores eventuais (categoria majoritariamente feminina), dentre várias iniciativas.

v) Defesa incondicional do SUS e da Saúde; ação sobre todos os setores da saúde, com os trabalhadores na linha de frente;

vi) Centralidade da campanha pela taxaço das grandes fortunas, a partir da localização no Parlamento, da agitação sobre o conjunto do povo, reivindicando nosso protagonismo e, a partir dessa campanha, fazer a conexão com a luta antibancos e grandes capitalistas;

vii) Devemos apoiar as lutas e greves como as que estão se dando, como a greve pela vida em Minas Gerais, a luta contra abertura das escolas por Crivella, as denúncias no caso do tele-

marketing, e ações com a FNL;

b) Solidariedade ativa

É preciso seguir e aprofundar as iniciativas de solidariedade aos mais vulneráveis. A Rede Emancipa tem dado o exemplo em suas campanhas de arrecadação e entrega de alimentos nas periferias (com ações no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Restinga, em Porto Alegre, em conjunto com a FNL em Brasília, entre outros locais).

Além disso, também é fundamental construir campanhas de proteção social, defesa dos setores mais vulneráveis e dos profissionais da saúde, mostrando também outros valores contrários ao individualismo e à apologia da morte que a extrema-direita defende. Devemos reafirmar nossos valores, como solidariedade, humanismo e saídas coletivas.

As redes de organização de defesa dos trabalhadores, como os da saúde, devem ser estimuladas. Os exemplos internacionais de combate à pandemia e à crise também devem ser acompanhados, bem como devemos avançar em nossos vínculos internacionalistas.

c) Defesa de um programa e explicação de saídas de fundo

Junto a essa batalhas, queremos apresentar um “programa de emergência” mais global, que passe também por elementos de transição.

A declaração da IV nos ajuda muito nesse sentido, quando define:

A crise põe tudo em questão. As medidas de emergência (muitas vezes insuficientes) que os governos estão adotando para conter a pandemia têm de desafiar objetivamente o formato atual da sociedade capitalista; para salvar vidas precisamos atacar toda a estrutura capitalista. A humanidade e o planeta serão salvos se isso for assumido com toda a energia.

Vamos elencar os temas programáticos no “ponto 10”.

A defesa de medidas programáticas deve vir acompanhada de debates mais profundos como a questão do enraizamento na classe como um todo, um problema estratégico, para construir força material para lutar por nossas ideias. E para tanto, toda a questão da defesa da associação política e da auto-organização.

d) Formar e estudar para compreender

Decidimos aproveitar a quarentena, quando o recolhimento em casa se impôs e a atividade se dá muito pela transmissão virtual e internet, para dar um salto num ambicioso projeto de formação política. Depois da primeira rodada nacional da Escola Marx, estamos organizando cursos virtuais, com mais de 2000 inscritos. São cursos para subsidiar a leitura dos clássicos do marxismo, buscando traduzir para temas contemporâneos da luta de classes, por meio de cursos centralizados da Escola Marx – sobre sujeitos sociais, economia e o pensamento de Lenin – e outros cursos (Gramsci, “Marxismo e Periferias”, Saúde, Educação, com respeitadas intelectuais brasileiros). Também estamos organizando centenas de círculos de estudo e leitura, bem como ampliando as publicações da Revista Movimento.

Devemos aproveitar o período de quarentena para formar, na compreensão da realidade, ou seja, na visão marxista, milhares de militantes e ativistas é uma ousada iniciativa para preparar melhor o conjunto da nossa coluna militante.

e) O papel do internacionalismo

A nova situação coloca o internacionalismo na ordem do dia. É preciso ajudar a IV Internacional a assumir, dentro das possibilidades, um papel mais ativo, reforçando as relações com o DSA dos EUA em estreito trabalho com o MNP (Súmate do Peru), que tem sido reforçado qualitativamente.

O papel da IV Internacional, do MES e das outras organi-

zações trotskistas é importante. Mais do que nunca, temos de nos agarrar ao internacionalismo, que é a única forma de abordar uma resposta na difícil situação mundial em que vivemos. Por isto, publicaremos um documento que tratará mais em detalhe da situação internacional.

f) A questão eleitoral

Corretamente, o Partido deliberou pelo adiamento de seu VII Congresso Nacional, inicialmente previsto para maio de 2020, para o primeiro semestre de 2021. Ao que parece, temos a previsão inicial para dezembro, segundo declarações de Barroso, tudo sob muitas incertezas.

Estamos defendendo que o Partido acompanhe as decisões das autoridades eleitorais para poder ter uma definição mais assertiva sobre a preparação eleitoral, de acordo com o calendário eleitoral. Isso significa que não podemos colocar a agitação das tarefas eleitorais em meio a uma situação delicada que o país atravessa, sem deixar de atuar organizativamente para postular o PSOL, suas figuras e quadros. Devemos atuar para entender os desdobramentos da situação, debatendo as reais necessidades do povo, e fazendo com que o partido coloque suas forças para debater e se organizar eleitoralmente para derrotar o bolsonarismo também nesse terreno, afirmando uma alternativa política muito além das eleições.

10) Elementos de programa

Além da agitação, feita nas nossas últimas intervenções, queremos aprofundar o debate programático. Queremos construir eixos de ação, nas diferentes esferas, para dar conta das respostas, diante da falência do modelo “ultraliberal” e autoritário de Bolsonaro e da necessidade de colocar de pé uma alternativa. Apresentamos os seguintes eixos: 1) Medidas emergenciais/ Defesa do público e do SUS; 2) Quem paga a conta?; 3) Temas

democráticos e de combates às desigualdades; 4) Defesa de uma saída mais ampla e construção de uma alternativa.

Na tese que apresentamos ao VII Congresso do PSOL, com o campo “PSOL em Movimento” (que compomos com TLS, Barulho, quadros políticos da FNL, além de grupos regionais), já insistíamos na necessidade de atuar com o vetor contra os bancos e seus lucros exorbitantes. Tal defesa, hoje, torna-se ainda mais urgente. Como afirmamos, o “PSOL deve ter a marca antibanqueiros, apresentando e debatendo o tema da dívida para ampla vanguarda no país.” Assim, a seguir, esboçamos um rascunho de elementos programáticos:

a) Medidas emergenciais e defesa do esforço concentrado para a saúde pública (SUS), a pesquisa e a ciência

- Renda emergencial para todos, prorrogando o período de pagamento, de um salário mínimo;

- Defesa da vida, do SUS e dos trabalhadores da saúde; o governo tem dinheiro: precisamos já de equipamentos de proteção individuais (EPIs) e respiradores; derrubada do teto de gastos e revogação da PEC 95;

- Testes rápidos em massa, apoiando-se na inteligência das universidades públicas; pelo pagamento das bolsas CAPES e CNPq aos pesquisadores e mais investimentos em pesquisa contra a Covid-19;

- Centralização dos leitos hospitalares, pelo poder público, nas mãos do SUS;

- Reconversão industrial para que a indústria nacional atenda às necessidades trazidas pela crise; defesa da vida dos trabalhadores em serviços essenciais, como caminhoneiros e trabalhadores do transporte público, atendentes de farmácias e supermercados, trabalhadores da saúde, entre outros; nenhuma redução salarial!;

- Manutenção dos direitos; contra a “MP da Morte” e o corte de salários dos servidores públicos e trabalhadores formais; esta-

bilidade no emprego, a exemplo de medida tomada pela Argentina; dinheiro para quem precisa; taxaço das grandes fortunas para que os ricos paguem pela crise!

b) Quem paga a conta?

- Taxaço das grandes fortunas;
- Taxaço dos lucros e dividendos dos bancos;
- Campanha de agitaço contra os bilionários, como vem fazendo Luciana Genro;
- Anulaço das dívidas dos trabalhadores no Serasa e no SPC;
- Auditoria e suspensão dos pagamentos da dívida - colocar dados, debate na Argentina, CADTM, Eric;
- Centralizaço dos recursos / controle de capitais.

c) Defesa da auto-organizaço, das lutas democráticas e contra medidas repressivas

Devido ao isolamento, os índices de violência doméstica e feminicídio têm aumentado muito no mundo. Para se evitar a contaminaço pelo vírus, as mulheres acabam se isolando em casa com parceiros violentos, separando-as das pessoas e dos recursos que podem melhor ajudá-las. Isso também alimenta a impunidade de agressores. Mesmo antes da pandemia, a violência doméstica já era uma das maiores violaço dos direitos humanos. No ano anterior, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo. Agora, é provável que esse número cresça: só na cidade de São Paulo, os registros de violência contra a mulher aumentaram 30% em março. Esse crescimento da violência de gênero acarretará inúmeros impactos no bem-estar das mulheres, em sua saúde sexual e reprodutiva, em sua saúde mental e em sua capacidade de participar e liderar a recuperaço de nossas sociedades e economia.

Também é preciso lutar em defesa da saúde indígena e das

populações quilombolas. Há um exemplo importante da vitória em Santa Rita contra o projeto de uma estrada que atacava a organização quilombola.

É preciso defender, também, outras medidas, como a auto-organização e a solidariedade ativa nos bairros pobres, além do cancelamento das cobranças de água, luz, transporte, aluguel e internet.

d) Apresentar uma saída de fundo, popular e de massas

Refletir a questão de uma transição mais geral; que coloque o SUS, como modelo da presença estatal na planificação das atividades, o maior controle e estatização da indústria farmacêutica, mas também passa pela ciência, pela educação, pela segurança, por um plano de obras públicas, com a centralização econômica do Estado; seguido da ampliação do controle popular do Estado, com mandatos revogáveis, com o fim dos privilégios dos poderes legislativos, judiciários, defendendo a transição- medidas de Direitos Humanos, defesa de uma visão ecossocialistas

Novamente recorremos a citação da declaração da IV: “Nesta situação, a grande maioria dos governos foram forçados a tomar medidas extremas. Devemos defender medidas que ataquem a forma e a substância do neoliberalismo.

- Medidas sanitárias para enfrentar a pandemia e salvar a saúde;

- Trabalho garantido apesar do isolamento físico: 100% de responsabilidade das empresas e/ou do Estado pelos salários dos trabalhadores que suspenderam sua atividade, incluindo trabalhadores precários, trabalhadores temporários, trabalhadores domésticos, trabalhadores autônomos e trabalhadores sazonais, sem qualquer obrigação de tirar férias ou de, posteriormente, compensar as horas não trabalhadas;

- Para os trabalhadores do setor informal, para os desempregados não remunerados, para os estudantes, para todos que pre-

cisam, o Estado deve fornecer uma renda mínima garantida que deve ser suficiente para viver decentemente;

- Proibição de todas as demissões e a reintegração dos funcionários demitidos desde o início da pandemia; prestação de assistência social adequada a deficientes, idosos e a todos aqueles socialmente isolados por confinamento;

- Estabelecimento de medidas imediatas de proteção de emergência para mulheres e crianças vítimas de violência, com decisões rápidas de remover cônjuges violentos ou fornecer moradia alternativa para as vítimas;

- Distribuição gratuita de medicamentos, suprimentos de prevenção e fixação de preços;

- Defesa das condições de trabalho em áreas essenciais;

- Socialização dos serviços de saúde, desmantelados pelo neoliberalismo, e sua reconstrução, sob o controle do interesse público;

- Nacionalização da indústria farmacêutica;

- Tomar referência na última declaração da IV que teve como base a articulação do MES, com Comuna, Insurgência e demais agrupamentos da IV no Brasil. No âmbito da propaganda a defesa de um modelo socialista e libertário distinto das experiências dos estados operários burocratizados do século XX.

11) Mudar a atividade militante para o período de quarentena

Nesse período, onde parte da militância e dos quadros está impedida de participar de grandes atos de rua, o centro é intervir na defesa de medidas simples e emergenciais, mas que defendam os direitos e busquem formas de disputar a opinião geral. É preciso ganhar a maioria social para nossas bandeiras. Sem fazer fetiche da política de isolamento social, pois, cedo ou tarde, protestos em larga escala, mesmo que atomizados, vão acontecer. Apostando e postulando o PSOL como alternativa e ferramenta,

como fazemos com nossos parlamentares, lideranças, e onde estamos à frente do Partido, como no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte. A solidariedade efetiva que o Emancipa tem impulsionado nos bairros também dá exemplo.

É fundamental organizar a raiva social, estimulando canais de auto-organização e solidariedade diante da pandemia. Desse modo, devemos buscar construir e ampliar nossa força material, apostando na organização dos trabalhadores, e quando tivermos fora da quarentena do retorno às ruas.

Apostamos na formação política. Para isso, estimulamos a participação nas atividades da Escola Marx, a distribuição gratuita da edição atual da *Revista Movimento* e nossas iniciativas de propaganda e formação.

Este também é um momento de estimular formas de comunicação e de ampliar o espaço da esquerda radical nas redes. Para isso, temos contado com iniciativas de nossos parlamentares e figuras públicas em todo o país, que tem estimulado debates virtuais e “lives”, atuação na esfera das relações internacionais (com a Comissão Internacional e nossas atividades via Observatório e boletins internacionais em três línguas) e com o portal da *Revista Movimento*, que tem contado com contribuições diárias de quadros e militantes da corrente e tem recebido um número recorde de visitas. Os boletins por whatsapp também cumprem um papel fundamental na batalha das ideias.

Devemos atuar pelo fortalecimento de nossas frentes e iniciativas, como a Rede Emancipa e o Juntos!, nossa relação com a FNL, a intervenção entre os trabalhadores da saúde, e a atuação de nossas figuras parlamentares e dos parceiros prioritários dentro do PSOL.

Tais iniciativas devem ser tomadas tendo como orientação a busca por agrupar a esquerda revolucionária, a luta por uma nova direção para o PSOL e o enraizamento de nossa força social e de nosso programa.

Notas breves sobre a conjuntura

Secretariado Nacional do MES

A entrada na nova fase da pandemia encontra o país marcado pela convergência das crises sanitária, econômica e política. Na semana passada, depois de intensa polêmica com setores moderados da oposição, que propagaram o medo e o imobilismo, as ruas falaram. Estivemos à frente de diversos protestos, cumprindo um papel objetivo em Porto Alegre, atuando com força no Distrito Federal e no resto do Brasil. Governos de oposição, como Helder Barbalho (MDB-PA) e Camilo Santana (PT-CE), destacaram-se pela repressão, visando a impedir protestos e a prender ativistas. Tais manifestações foram parte de um processo internacional histórico, em que a juventude negra dos Estados Unidos arrastou milhões no mundo inteiro.

A conjuntura, de maior isolamento de Bolsonaro, também é marcada pelo agravamento da Covid-19, com a explosão brutal de casos, óbitos e subnotificações, com o completo despreparo da gestão militar do Ministério da Saúde, que exige uma luta política de grande envergadura para defender medidas sanitárias corretas.

Queremos, de forma sintética, apontar algumas notas para avaliar o presente momento bem como as tarefas.

1 – A rebelião antirracista comove o mundo

Os protestos contra o assassinato de George Floyd acenderam a centelha de um grande movimento antirracista internacional, levando às ruas amplos setores dos EUA e se espalhando pelo mundo como o primeiro grande movimento internacional no contexto da pandemia do novo coronavírus. Este movimento dá um salto de quantidade em qualidade, conectando-se às lutas surgidas antes do isolamento social – como os levantes de 2019

ocorridos no Equador, no Chile e em Hong Kong – e se mantiveram latentes durante a atual crise mundial, agora eclodindo novamente no contexto da emergência social e econômica. O epicentro da luta de classes está no coração do Império, com o protagonismo da juventude negra e popular.

As tentativas de repressão pelos toques de recolher e pelas ameaças de militarizar as ruas feitas pelo governo Trump não lograram sucesso, sendo desautorizados inclusive pelos altos escalões militares do país. Ao contrário, a força das mobilizações já dá resultados práticos, como o desfinanciamento e até mesmo a reorganização da segurança pública em alguns locais, como ocorre em Mineápolis. A opinião pública estadunidense aponta que mais de 70% da população são favoráveis aos protestos e estes dados combinam-se a outros importantes, como o da grande quantidade de jovens norte-americanos que simpatizam com o socialismo. A presença pequena de ações ultraesquerdistas nas mobilizações também é um elemento importante, que atrapalha suas tentativas de criminalização.

O programa levantado por Bernie Sanders, em suas duas últimas campanhas, arrastou multidões para a militância socialista, principalmente através do DSA (Democratic Socialists of America), e se liga às mobilizações por questões como a defesa do sistema de saúde, por exemplo. A conexão de diversas pautas para a construção de um programa que vocalize as indignações dos trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses é um importante desafio colocado para o jovem movimento socialista deste país.

A rebelião antirracista internacional caminha para adquirir cada vez mais um caráter antissistêmico, demonstrando a relação indissociável entre o racismo e a exploração econômica. A unidade entre a luta do movimento negro, das diversas comunidades imigrantes e dos trabalhadores e juventude de setores não racializados da população aponta um elemento dessa unidade antisistêmica. É importante notar que o antirracismo tem

um caráter estrutural nas respostas à crise multidimensional do capitalismo, e os movimentos amplos e multirraciais que se desenvolvem carregam esta importante característica. Da mesma forma, a expansão desse movimento para outros países do mundo, impulsionando inclusive a luta contra Bolsonaro no Brasil, combina-se às expressões de mobilização anteriores à pandemia.

O perigo da extrema-direita, representada por Trump e Bolsonaro, é abalado pelas mobilizações, mas se mantém real, evidenciando a necessidade de unidade de ação com amplos setores da sociedade no enfrentamento desse perigo. Ao mesmo tempo, é essencial a construção de alternativa política independente que proponha um programa de emergência que responda aos interesses do conjunto da classe trabalhadora profundamente afetada pelos diversos aspectos da crise.

2 – A natureza da crise do governo

Sob Bolsonaro, o Brasil tornou-se o epicentro da pandemia. Nesse momento, chegamos próximos à marca de um milhão de contágios, mais de 40 mil mortos: o segundo país em números absolutos no ranking mundial da Covid-19, mesmo levando em conta a enorme subnotificação. O Brasil conviveu nos últimos três meses com a gestão de Bolsonaro lidando com a pandemia, o que marca a situação política.

Nesse período, as bolsas internacionais tiveram perdas históricas, apesar de certos vaivéns especulativos condicionados aos anúncios de reabertura em países europeus. No Brasil, a pressão de setores burgueses, sobretudo do comércio, encontrou em Bolsonaro um porta-voz da política de reabertura a qualquer custo, mesmo ceifando dezenas de milhares de vidas. Por conta de tal orientação, já se espera que, em meados de julho, o Brasil torne-se o país com maior número de mortes no mundo, superando os Estados Unidos.

A divisão da burguesia mostra-se ainda mais evidente nas úl-

timas semanas. A fragmentação da direita que elegeu Bolsonaro demonstrou-se em sua saída do PSL, no fracasso na legalização da Aliança pelo Brasil e nas inúmeras defecções que sofreu entre antigos apoiadores. A contradição entre um setor de extrema-direita ideológica (promovido por Olavo de Carvalho) e militares pragmáticos em postos-chave do governo leva a ainda mais crise, com o ideólogo direitista denunciando os militares e o próprio governo, ao mesmo tempo em que Bolsonaro movimenta-se em direção ao fisiologismo dos partidos do chamado “Centrão”. As rupturas dos governadores de direita (Doria, Witzel e até mesmo Caiado) não amenizaram o discurso bolsonarista que, ao contrário, radicalizou-se após as iniciativas legais contra as *fake news* que atingiram parte importante de sua órbita de apoiadores.

A ruptura de um setor de massas com o bolsonarismo é explicada por diversos fatores, articulando essas defecções políticas com uma sistemática política de morte perante a Covid-19, que toma espaço nos noticiários diários. A emergência da pandemia obrigou até o próprio presidente a mudanças simbólicas (chegou inclusive a utilizar máscaras em eventos públicos), apesar de sua postura negacionista, enquanto a escalada de mortes coloca o drama do coronavírus cada vez mais próximo de cada família brasileira, desmoralizando a postura anticientífica levantada pelo Governo Federal. A última tentativa no Ministério da Saúde, o general Pazuello, tornou-se rapidamente motivo de piada após sua primeira entrevista coletiva (provavelmente não realizará outra).

A saída de Moro do governo representou uma mudança de qualidade na crise intraburguesa, que se arrasta desde antes da vitória eleitoral de Bolsonaro. Sua própria nomeação foi uma tentativa de resolver contradições que não poderiam ter soluções tão simples, principalmente porque o projeto político autoritário do bolsonarismo é, até o momento, incompatível com as necessidades políticas e econômicas de setores burgueses que tradicional-

mente controlam parte importante da comunicação e da produção cultural brasileira.

O padrão de governo, mais próximo da milícia bolsonarista do que das regras de *compliance* do Departamento de Estado dos EUA, tornou impossível a manutenção de uma relação fraturada desde o início. O impasse nesta situação desenvolveu elementos de crise interna na direita e no governo, que enfrentou outras defecções e, na mesma medida, fortaleceu a presença de militares no governo, como no atual e exemplar caso do Ministério da Saúde, levando inclusive a ameaças de ruptura institucional por Eduardo Bolsonaro e pelo próprio presidente.

A explosão da narrativa anticorrupção bolsonarista isolou mais o governo, levando à radicalização da oposição de grupos como o MBL e rupturas de formadores de opinião da direita (como Nando Moura), colaborando inclusive para ações de boicote às empresas ligadas a notórios bolsonaristas como a Smart Fit, a Mundo Verde e a Wise Up.

3 – As ruas venceram mais uma vez: o lugar das manifestações de 7 de junho

O risco de uma escalada autoritária conectou-se à mobilização antirracista internacional e levou à retomada da ação da oposição nas ruas, até então ocupadas somente pelos bolsonaristas durante a quarentena. Esse passo, que ainda não se completa totalmente devido às necessidades concretas do isolamento social, já foi o suficiente para marcar o conjunto da opinião pública e reduzir o impacto das demonstrações dominicais da extrema-direita. A adesão da imprensa à pauta democrática (notadamente a Rede Globo) deu mais impulso a este amplo movimento opositor que, de acordo com as pesquisas de opinião, cresce cada vez mais.

Os atos em São Paulo, no Rio, em Brasília e em Porto Alegre, entre outros espalhados pelo país, marcaram esta virada nas ruas com o movimento negro no coração das mobilizações, pautan-

do do antirracismo e o antifascismo como movimentos intrinsecamente ligados. A entrada em cena de atores amplos aumenta ainda mais a pressão social sobre o governo, que tende à radicalização, porém em condições muito piores do que no início de sua gestão.

É importante notar que estados como o Pará e Ceará foram palco de forte repressão contra as mobilizações, demonstrando que esta nova dinâmica não é linear e alertando para o risco da ação política de setores das polícias em defesa de Bolsonaro. Essa tensão tende a radicalizar-se ainda mais, inclusive aumentando os riscos de ações autoritárias da parte dos órgãos de “segurança”, mas aumentando também a indignação de ampla maioria da população contra ações deste tipo. O risco de saídas autoritárias não pode ser diminuído, mas desenvolve-se numa linha tênue que pode se transformar em desmoralização para seus agentes.

Houve também tentativas de desmonte dos atos vindas dos setores de oposição. Uma parte destas tentativas pode ser considerada honesta, ainda que incorreta, na medida em que colocava a preocupação sanitária como elemento de dúvida para a mobilização. Porém, não se pode dizer o mesmo sobre direções burocráticas que utilizaram as questões sanitárias para aplicar uma política imobilista que aposta na institucionalidade burguesa e cujo principal objetivo é eleitoral e não comporta as aspirações de mudança dos novos indignados que tomam as ruas.

Diante de tal vacilação, a intervenção do PSOL foi exemplar, por meio de sua militância e de parlamentares como Sâmia Bomfim, David Miranda, Glauber Braga e Fernanda Melchionna, esta última com seu papel combativo e grande destaque como líder da bancada do PSOL. Além disso, movimentos construídos pela militância do MES como o Juntos!, o Mover e a Rede Emancipa tiveram papel de importante nas mobilizações das cidades onde estão presentes. O exemplo dado pela militância do PSOL reforça ainda mais nosso partido como protagonista político indepen-

dente na esquerda.

4 – A dinâmica futura

O futuro próximo apresenta um cenário muito complexo e difícil. A crise sanitária tende a se aprofundar ainda mais com os planos de reabertura planejados nos estados e as dificuldades para a ampliação real da rede de saúde pública. O caso do Rio de Janeiro, no qual o governador Witzel sofre um processo de impeachment por denúncias de corrupção, sinaliza também que as diversas camadas da crise intraburguesa tendem a se aprofundar e exigem posições firmes dos socialistas, que, no Rio, corretamente apoiaram o processo contra Witzel.

A tensão entre os governadores e o Planalto aprofunda-se, deixando poucas possibilidades de recomposição. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pelo agravamento da calamidade tende a cair no colo de Bolsonaro por sua política negacionista, fortalecendo setores da direita tradicional porém aproximando-os casualmente de posições democráticas que não podem sustentar ao limite. Ou seja, ainda que supostamente defendam as recentes manifestações democráticas, governadores do PSDB e de partidos próximos não promoverão a ampliação dos serviços públicos nem mudanças nos aparatos repressivos por vontade própria.

É importante acompanhar com cautela o desenvolvimento dos fatos. A crise política acelera-se conjuntamente com a crise sanitária, e os próximos passos do movimento de massa precisam combinar estes e outros aspectos da crise multidimensional no planejamento de ações nas ruas e na superestrutura. O pedido de impeachment com mais de 1,2 milhão de assinaturas impulsionado pelos parlamentares do MES foi um exemplo de ação que buscou utilizar nossa capacidade de intervenção institucional para a mobilização concreta, e esta combinação será muito importante nas próximas semanas e meses.

Acreditamos que a crise sanitária também exige maior preci-

são na linha política de atos centralizados. A vitória de tomar as ruas dos fascistas é um ativo a ser preservado, mantendo o diálogo com a população, na busca por uma maioria social consolidada para derrotar Bolsonaro. Assim, parece-nos que devemos ter uma coordenação maior no apoio às lutas em curso: profissionais da saúde, trabalhadores de aplicativos, bairros populares e demandas concretas, bem como atuar para que um plano de lutas de rua leve em conta o momento da pandemia. Nesse sentido, parece-nos correta a orientação da nota da Frente Antifascista de MG, que propõe maior intervalo entre ações centralizadas, como uma forma “importante para diminuir o fluxo de pessoas nas ruas e para respeitar a janela imunológica do novo coronavírus. Ficou definido também que, a partir de agora, os atos serão diversificados (incluindo ações digitais), não se restringindo mais apenas às marchas nas ruas”.

A derrota do governo no caso da MP que dava poderes para a nomeação de reitores nas Universidades demonstra que o movimento da educação segue vivo e com condições de colocar o governo na defensiva, respondendo à altura os ataques, como já tínhamos visto no caso do ENEM.

5 – Nossas tarefas

Devemos combinar uma série de tarefa políticas para o próximo período:

Em primeiro lugar, seguir apresentando medidas concretas para enfrentar a pandemia, respeitando a vida, defendendo a linha da ciência, dos pesquisadores, dos profissionais da saúde, nas cidades e nos estados, denunciando a brutal subnotificação, e garantindo a defesa da vida da maioria trabalhadora. Isso passa por defender a prioridade no investimento no SUS, EPIs e condições para os profissionais de saúde, a realização de uma política de testagem massiva, além da defesa de uma fila única de leitos controlada pelo Sistema Único de Saúde. A questão da defesa da

renda emergencial ser ampliada para o final do ano é essencial para a agitação sobre todo povo. Devemos colocá-la como prioridade de nossas falas, confrutando a proposta de Bolsonaro e Guedes de diminuição do valor.

Em segundo lugar, organizar a enorme vanguarda numa linha consequente: apoio aos novos processos como negritude, saúde e precarizados, estimulando iniciativas e auto-organização, apoiando os conflitos que devem se multiplicar nas bases da sociedade. A entrada em cena dos “Entregadores Antifascistas”, que se organizam para associar-se, inclusive, a uma proposta de convocatória nacional para as próximas semanas. O Brasil está num processo de lutas da negritude, contra a violência policial e o racismo estrutural, como nos casos emblemáticos de João Pedro, Gustavo, Agatha e do menino Miguel.

Em terceiro lugar, vamos apresentar nos próximos dias, um manifesto de bases programáticas que estamos construindo com nossos parceiros, na luta política e social, como a FNL e outros setores, para atualizar nosso programa, unindo o combate à extrema-direita, as reivindicações mais sensíveis ao povo e a necessidade de colocar de pé uma alternativa política anticapitalista.

Por fim, defendemos que o PSOL tenha um papel ativo na organização da resistência ao governo, organizando a enorme simpatia que recebe, por ter-se mantido como único partido com representação parlamentar coerente a atender o chamado das lutas. Junto a isso, devemos preparar nossa participação na seara eleitoral, garantindo chapas fortes e competitivas para apresentar nosso programa e intervir na disputa “a quente” da sociedade. Nesse sentido, o PSOL gaúcho deu um importante passo ao apresentar a pré-candidatura de Marcio Chagas a vice-prefeito na chapa de Fernanda Melchionna, em Porto Alegre, colocando a luta antiracista no centro. Seguiremos intervindo para construir um polo anticapitalista, ancorado nos setores mais dinâmicos

da classe trabalhadora, reivindicando a experiência internacionalista, bem como aprofundando as atividades de propaganda e o plano de formação, muito bem-sucedidos na primeira fase da Escola Marx *online*.

